

EM DEFESA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Organizadores

Murilo César Ramos
Elen Cristina Gerales
Juliano Domingues da Silva
Janara Sousa
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



FAC
LIVROS

Em Defesa da Comunicação Pública

Organizadores

Murilo César Ramos • Elen Cristina Geraldês • Juliano Domingues da Silva
Janara Sousa • Vanessa Negrini



Em Defesa da Comunicação Pública

Em Defesa da Comunicação Pública

ORGANIZADORAS E ORGANIZADORES

Murilo César Ramos, Elen Cristina Geraldes, Juliano Domingues da Silva, Janara Sousa e Vanessa Negrini

ENTREVISTADORAS E ENTREVISTADORES

Ana Javes Luz, Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante, Ângela Carrato, Carlos Henrique Demarchi, Carolina Fernandes, Daniel Merli, Danilo Rothberg, Edgard Patrício, Ellis Regina Araújo da Silva, Fabíola Orlando Calazans Machado, Fernanda Vasques Ferreira, Fiorenza Zandonade Carnielli, Franciani Bernardes Frizera, Gésio Tássio da Silva Passos, Gisele Pimenta de Oliveira, Gláucia da Silva Mendes Moraes, Helena Martins, Jacqueline Lima Dourado, João Vicente Ribas, Liliâne de Lucena Ito, Marcela Prado Mendonça, Marcelli Alves, Mary Sandra Landim Pinheiro, Mayra Fernanda Ferreira, Mônica dos Santos Galvão Maia, Patrícia Guimarães Gil, Paula Cecília de Miranda Marques, Pedro Arcanjo Matos, Rafael Duarte Oliveira Venancio, Rafiza Varão, Renata Ouro Gonçalves da Costa, Rochele Tonello Zago Corrêa, Soane Costa Guerreiro, Tiago Gautier, Zilda Martins.

Copyright © 2016 by FAC-UnB

Capa/ Diagramação	Vanessa Negrini
Ficha Catalográfica	Fernanda Alves Mignot (BCE-UnB)
Fotos	Elza Fiúza / Agência Brasil
Apoio	Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Rosa Helena Santos



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldles, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério
Christofoletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Cровi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordstrem (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

D313 Em Defesa da Comunicação Pública / organizadores, Murilo César
Ramos... [et al.] – Brasília : FAC-UnB, 2016.
270 p.; 30 cm

ISBN 978-85-93078-14-9

1. Comunicação. 2. Comunicação pública. 3. Política de
telecomunicações. I. Ramos, Murilo César (org.).

CDU 351.817

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UNB. Permitida a reprodução
desde que citada a fonte e os autores.

Este diálogo, como exigência radical da revolução, responde outra exigência radical – a dos homens como seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação. Obstaculizar a comunicação é transformá-los em quase “coisa” e isto é tarefa e objetivo dos opressores, não dos revolucionários.

Paulo Freire,
Pedagogia do Oprimido

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA.....	10
AS ENTREVISTAS	12
ANA SILVIA LOPES DAVI MÉDOLA.....	13
CARLOS EDUARDO ESCH	19
CÉSAR RICARDO SIQUEIRA BOLAÑO	26
EUGÊNIO BUCCI.....	31
FERNANDO OLIVEIRA PAULINO	40
FLÁVIO ANTÔNIO CAMARGO PORCELLO.....	55
FRANKLIN MARTINS	58
GERSON LUIZ MARTINS	61
HELOIZA MATOS E NOBRE	70
ILUSKA COUTINHO	80
INÊS VITORINO SAMPAIO	86
ISRAEL DO VALE NETO	92
JORGE DUARTE	106
JOSEPH DEAN STRAUBHAAR	111
JOSETI MARQUES	119
JULIANO MAURÍCIO DE CARVALHO.....	124
LAURINDO LALO LEAL FILHO.....	132
LETÍCIA RENAULT	138
LUIS NÚÑEZ LADEVÉZE	144
MARIA HELENA WEBER	150
MARIA REGINA DE PAULA MOTA.....	157
MARIALVA CARLOS BARBOSA.....	161
MARTÍN BECERRA.....	164
MUNIZ SODRÉ	168
MURILO CÉSAR RAMOS.....	173
NÉLIA RODRIGUES DEL BIANCO	183
NELSON DE LUCA PRETTO	198

OMAR RINCÓN	202
PEDRO LUIZ DA SILVEIRA OSÓRIO	208
REGINA LIMA	218
ROGERIO CHRISTOFOLETTI.....	230
TEREZA CRUVINEL	234
VENÍCIO LIMA.....	244
DESAFIOS DO JORNALISMO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE EMISSORAS DE RÁDIO DA EBC.....	256
AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES.....	266
AS ENTREVISTADORAS E OS ENTREVISTADORES	268

| APRESENTAÇÃO

Quando, no dia 16 de maio de 2016, o então presidente da República em exercício Michel Temer exonerou o jornalista Ricardo Pereira de Melo, do cargo de diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em plena vigência de mandato, assegurado por Lei (Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008), os brasileiros assistiram, atônitos, que a legislação se tornou mero detalhe no caminho das forças políticas que avançavam contra um governo democraticamente eleito.

Por ser ilegal, o ato foi cassado pelo STF – Supremo Tribunal Federal e, em menos de 24 horas, Melo foi restabelecido ao posto. Uma vez que não atingiu o seu intento de colocar na EBC seu favorito, o jornalista Laerte Rímoli, ex-coordenador de Comunicação da campanha do senador Aécio Neves, durante a última corrida presidencial, e ex-diretor de Comunicação da Câmara dos Deputados, durante a gestão de Eduardo Cunha, Michel Temer seguiu de maneira mais determinada com o intento de controlar a EBC.

Com a edição da Medida Provisória nº 744, de 2016, o Executivo afastou o mandato para o cargo de diretor-presidente da EBC – o cargo doravante será de livre nomeação e provimento – e baniu a figura do Conselho Curador. O órgão era o responsável pelo caráter público da Rede, por ser a instância colegiada, com representantes da sociedade civil, responsável pelas diretrizes de gestão administrativa e editorial da EBC. Sem o Conselho Curador e suas instâncias de autonomia e participação, a EBC retrocede da condição de emissora pública para mera empresa de comunicação estatal, com atuação sob julgo do Executivo.

O Laboratório de Políticas de Comunicação – LaPCom, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UnB mobilizou seus quadros de pesquisadores e estudantes e, juntamente com representantes de coletivos em defesa da Democratização da Comunicação, Sindicato dos Jornalistas, integrantes cassados do Conselho Curador da EBC, servidores, comunidade acadêmica e sociedade em geral, promoveu a aula pública “Em Defesa da Comunicação Pública”.

O sentimento geral, entre os participantes, era de que a EBC foi uma experiência que mal teve tempo de brotar e foi brutalmente extirpada do cenário da radiodifusão brasileira. Vários foram os depoimentos daqueles que, durante a vigência da EBC, com seus estudos e pesquisas apontaram as lacunas e fragilidades do modelo. No entanto, o objetivo desses pesquisadores – muitos militantes da causa da democratização dos meios – não era acabar com a EBC, muito pelo contrário. Todo o trabalho, todas as críticas, eram no sentido de aprimorar o que já existia, rumo à consolidação dos ideais constitucionais de complementariedade, pluralidade, diversidade, participação.

A última dramática ruptura da Democracia no Brasil culminou com um processo constituinte convocado para repactuar as bases da nova sociedade. Não sabemos os caminhos que levarão o país o atual momento político. Da Academia, devemos manter o vigor das pesquisas, dos debates, da disputa pela categoria Comunicação Pública. Pois, se o futuro exigir, estaremos prontos a contribuir para restabelecer a EBC ao seu

posto de emissora pública, apresentando bases mais sólidas que não seja possível derrubar numa simples canetada monocromática.

Para refletir sobre a Comunicação Pública, seus atributos de sustentabilidade e gestão, seus desafios da audiência e da participação, à chamada do Laboratório de Políticas de Comunicação – LaPCom, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UnB, e do Grupo de Trabalho Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, atenderam 53 propostas de entrevistas para o livro “Em Defesa da Comunicação Pública”. Ao final, efetivamente 33 entrevistas foram realizadas, por pesquisadores de todo o país. Os resultados estão consolidados neste volume, que, esperamos, sirva de impulso para o restabelecimento do debate em defesa da Comunicação Pública no Brasil.

Os Organizadores

| PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA

Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

Art. 2º. A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;
- VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;
- VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e
- IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 3º. Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:

I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;

II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;

III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;

IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;

V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;

VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;

VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;

VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; e

IX - estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. É vedada qualquer forma de proselitismo na programação.

“Se eu quero ter uma televisão pública forte, eu tenho que ter uma estrutura forte. Estrutura forte é dinheiro, estrutura forte é produção de qualidade, estrutura forte é comprometimento com um público”.

ANA SILVIA LOPES DAVI MÉDOLA

Mayra Fernanda Ferreira

Com uma trajetória de atuação profissional como jornalista e pesquisadora, Ana Silvia Lopes Davi Médola, professora livre-docente da Unesp, tem ampla experiência na área de televisão a ser compartilhada com aqueles que defendem o meio e a prática televisiva como um instrumento de comunicação para garantir a liberdade de expressão e a pluralidade de conteúdos e fontes de informação. Em suas pesquisas, observa-se a presença da televisão não apenas como meio de comunicação mas como um instrumento potencial de divulgação científica, promoção de cidadania e experimentações em um cenário de convergência de mídias.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A TV pública é importante na medida em que ela é uma voz que pode contrapor, em certa medida, a grande mídia. Ela faz um contraponto à hegemonia do sistema de comunicação de uma televisão comercial, que é muito forte, mais forte que os governos que se instalam neste país e isso é histórico. O problema é que nós não temos uma TV pública tão forte quanto a TV comercial. Por quê? Porque nós não temos um sistema de regulação forte. Porque os nossos legisladores têm uma relação muito próxima de interesses e de conflitos econômicos, políticos, que envolvem essa grande mídia. Então, é um sistema muito imbricado em que a TV pública está numa posição absolutamente desfavorável.

| Diante dessa posição desfavorável, na sua visão, é possível fortalecer a TV pública?

O que deveria fortalecer a TV pública? As políticas de comunicação, a regulamentação dos meios, do uso, da apropriação da comunicação. Fortalecer a TV pública, o sistema público de comunicação é importantíssimo para que a gente possa lançar olhares diferentes para que você tenha uma polifonia no sistema de comunicação. Infelizmente, nós temos uma legislação fraca, os poderes constituídos parecem que, historicamente, não têm interesse em manter as emissoras. Nós temos exemplos, como a TV Cultura, que há décadas e, apesar dessa falta de política, apesar das dificuldades cíclicas e econômicas, apesar das crises, ela se constitui como uma TV que tem um histórico. Nós temos o caso da TV Brasil. A TV Brasil era um projeto para ser uma TV pública, só que, para ser uma TV que represente, é preciso ter audiência. Por

isso, é preciso que haja um sistema que faça frente a essa estrutura poderosa e econômica das grandes redes de televisão. A TV pública é fundamental, é importante. No entanto, o que a gente observa é que há muito discurso e pouca ação, muita visão ideal e pouca concretização nos processos. E principalmente: não tem investimento. Fazer televisão sem dinheiro é inviável, é impossível. Ainda mais se você quiser ser essa voz ouvida. Você tem que fazer uma televisão prêmio. Você tem que fazer uma televisão de qualidade. Você tem que fazer uma televisão com informação de qualidade, e a informação de qualidade custa, porque os processos de apuração, os deslocamentos, tudo isso custa. Se você tem uma televisão pública que você não quer financiar, fica complicado.

| Pensando nesse cenário de financiamento para a televisão pública, que deveria vir dos órgãos governamentais, a professora acredita que tenha uma saída, que existam algumas alternativas para a TV pública se autofinanciar?

Se nós pensarmos a TV pública como um serviço público como outros serviços, como o fornecimento de água, as pessoas pagam para ter água, ela é um bem importante, necessário, vital; a energia elétrica, as pessoas também pagam. Existem TVs públicas no mundo afora em que o cidadão contribui para a manutenção da TV pública. Agora, essa TV pública ela tem que estar a serviço e tem que ser relevante para esse cidadão, como é a água chegando à sua torneira. Aí você tem uma TV pública. Com o governo destinando recurso, você tem uma televisão governamental, que, quando muda o governo, você desmonta o aparelhamento que lá está e remonta com outra aparelhagem - política partidária, ideológica... Então, que TV pública é essa? E não adianta, você só vai ter uma TV pública relevante para determinados segmentos, para tratar de determinadas causas, se isso tiver importância para as pessoas. E só é importante para as pessoas se o conteúdo for relevante.

| De que conteúdo estamos falando? Temos exemplos de conteúdos relevantes?

São muitos os conteúdos. Eu posso fazer conteúdo relevante na ficção. Por exemplo: nós temos problemas estruturais na saúde, na segurança, na educação, nas formas de sociabilidade. Eu posso ter obras ficcionais que tratem desses problemas e que produzam uma consciência ou despertem para um olhar mais crítico sem necessariamente cair numa chatice de programação. Comunicação audiovisual é uma comunicação de massa. Então posso ter programa de massa com conteúdo bom? Posso! Vou citar mais uma vez a TV Cultura. Castelo Rá-Tim-Bum, Rá-Tim-Bum, são programas de nível de excelência que atingem todos os segmentos de classe econômica e cultural. São programas bons, que divertem. Agora, fazer teleaula não dá. Os programas jornalísticos são muito bons, mas televisão não é só jornalismo. Televisão é 24 horas por dia, 365 dias por ano. Isso no sistema que nós herdamos da plataforma analógica, *broadcast*. Hoje você tem outra realidade, hoje você tem outros hábitos de consumo. Hoje você não precisa necessariamente se colocar na frente da TV para fluir a programação. Mas você pode fazer isso porque é bom também. Você senta na frente da televisão e simplesmente assiste à televisão. Agora, eu posso, por demanda, ter acesso a todos esses conteúdos via redes sociais. Então, fazer conteúdo bom não é fazer conteúdo chato. Eu posso muito bem fazer a transmissão de uma ópera que é tida como elitista. Do concerto, lá na Sala São Paulo, posso fazer. São programas bons, programas de qualidade, mas que atendem a um pequeno público, a um segmento.

Isso é bom? É bom também, não tem problema. Agora, eu posso fazer programa de qualidade e que atinja a população. O que não dá é para a gente se conformar com o fato de que, pelo fato da gente ser uma TV pública ou uma TV alternativa, que a gente possa fazer coisa ruim. Não pode. Tem que fazer programa bom. E programa bom é forma e conteúdo. Porque o conteúdo pode ser absolutamente relevante, mas se ele não estiver numa forma em que o sistema de codificação seja partilhado pela audiência, ninguém vai querer ver coisa ruim. Porque nós temos um padrão estético mundial. Eu não estou aqui falando da TV Globo, que faz uma excelente televisão do ponto de vista formal, eu estou falando do padrão estético que é mundial, ditado pelas grandes estruturas. Então, se eu quero ter uma televisão pública forte, eu tenho que ter uma estrutura forte. Estrutura forte é dinheiro, estrutura forte é produção de qualidade, estrutura forte é comprometimento com um público e trazer para esse público algo que seja importante para eles. Senão, você não tem.

|Ao olhar para esse público, muito se falou sobre a participação do público junto aos meios de comunicação. Se a TV pública é esse espaço para o público, como fomentar essa questão dialógica junto ao público e à comunidade que assiste à TV pública?

Como? Se eu trazer conteúdo de interesse. Se o conteúdo não tiver interesse... Porque eu tenho níveis de participação. Eu posso mandar a fotografia do meu gatinho fazendo graça para o telejornal que só quer que eu mande um bom dia a todos. Bom, isso está acontecendo nos melhores telejornais, numa linha de *infotainment*, de informação com entretenimento. Agora, se eu quero que as pessoas participem... vamos observar um exemplo. Todas essas reformas políticas que estão acontecendo hoje. Se, num lugar, no interior do nordeste, que está vivendo uma seca severa há anos, se eu, na TV pública local, estabeleço como um conteúdo a ser debatido com a comunidade quais as ações necessárias, quais os problemas que estão acontecendo no cotidiano das pessoas para elas obterem água pro seu consumo diário. Ah, eu tenho certeza que vai haver participação. Ou é pra reclamar do prefeito, ou é pra reclamar do caminhão pipa que está sujo... Porque com o acesso ao celular, as pessoas vão reclamar. Então, se o assunto for importante, se o tema for relevante, tudo bem. Reforma da previdência: pede para todos que estão para se aposentar, ou os aposentados, as pessoas que vão ter suas contribuições aumentadas, se você não vai ter participação. Quem vai fazer a participação se o conteúdo for relevante ou não? É o que a TV pública pode fazer. Qualquer TV pública pode fazer. Então você tem que estar *update* com os assuntos que são de interesse. Você tem que estar sincronizado com o que está acontecendo. E aí é possível você ter participação, tanto do gatinho, que é seu bicho de estimação preferido que você vai ficar extasiado ao vê-lo na televisão como você ficaria também se você se visse na televisão, nem que seja um lampejo assim, de um *take* geral, numa rua de muito movimento... Se você vir o seu rostinho lá, você fica: "Olha, apareci na televisão!", porque a televisão provoca um encantamento nas pessoas. Ou então, coisas importantes mesmo. É possível garantir essa participação.

|E qual seria essa audiência da TV pública relacionada a uma grade de programação de qualidade com conteúdo de interesse?

A grade de programação tem como princípio a segmentação, algo que se intensificou após a tecnologia do satélite, a implantação da TV a cabo. O princípio da grade de programação é segmentação, que é compatível com o cotidiano dessa audiência. Hoje,

por exemplo, eu não tenho mais programação infantil na grade ou nas grades das televisões comerciais. Por quê? Porque hoje as mulheres estão trabalhando e os seus filhos estão sendo atendidos por aparelhos como creches, como escolinhas que elas pagam, então, não tem uma criança assistindo à televisão. Eu tenho donas de casa, eu tenho público adulto. Então, eu percebo isso e faço uma grade de programação voltada para esse público, que é o que vai me dar retorno comercial. Então, a grade de programação se volta para públicos específicos. O que acontece com a TV pública? Se nós observarmos, TV Brasil, TV Cultura - vou falar das duas grandes matrizes, pois são geradoras. Elas oferecem essa programação infantil. Elas são esse contraponto porque não é toda criança que está na creche, as mães não conseguem creche para todas as crianças neste país. Não é toda criança que é assistida por uma escolinha, às vezes fica com um irmão mais velho, fica precariamente sozinho dentro de casa, não tem aonde ir, um parente para deixar, nada. Então essa criança, que nem tem acesso aos canais segmentados, assiste à TV aberta porque, se ela tem a TV paga, ela vai para o *Cartoon*, ela vai para o *Nickelodeon*, ela vai para outros canais. Então, a questão central é a segmentação de público. Se você opera na grade de programação, você tem que pensar os diferentes públicos e oferecer opções, produção de qualidade para esses diferentes públicos. Agora, hoje nós vivemos duas realidades. Ainda mantemos uma TV *broadcast*, aberta, com princípio de grade de programação e fluxo, mas também é possível que esses programas, que não puderam eventualmente serem vistos no fluxo, sejam acessados, e aí é o conteúdo uma questão primordial.

| Pensando na sustentabilidade e na segmentação, como relacionar a forma e o conteúdo quando falamos de uma televisão pública e universitária?

Uma televisão universitária é uma televisão institucional. Ela é de uma instituição, ela é bancada por uma instituição. A mantenedora é a instituição. O que não significa que ela seja uma televisão da administração. São coisas distintas. Eu vejo nitidamente: uma TV de uma determinada instituição vai dar a atenção, a visibilidade para os projetos da sua instituição. Existem as instituições que são privadas. Essas instituições privadas, se elas estão bancando a sua televisão, e se elas quiserem fazer propaganda de si para terem cada vez mais vestibulandos entrando nos seus cursos, se não tiver legislação, eles são donos da televisão. Não tem televisão de deputados, de senadores, nas quais é feito uso político e econômico? Agora, uma TV universitária pública é outra conversa. Uma instituição pública é mantida pela sociedade, nem tem esse propósito de promover cada vez mais a procura. É da natureza dela, ensino público gratuito, de qualidade. Então, qual o papel de uma televisão pública universitária? É devolver pra sociedade o que a sociedade investe. De que forma? Socializando esse conhecimento que é produzido, trazendo reflexão sobre os problemas que afligem os diversos segmentos, buscando alternativas, mostrando o trabalho que é feito, formando quadros, desenvolvendo conhecimentos em torno deste setor, que é o setor de comunicação audiovisual. É um trabalho que tem uma especificidade, que talvez uma TV pública, como as que nós conhecemos, mantidas pelo governo ou por terceiro setor, não tenham. Quando você tem uma emissora na universidade, você tem outro papel, que está atrelado às atividades da TV universitária pública e gratuita. É uma TV que tem que ajudar a ensinar. Não é colocar a televisão na mão de aluno; aluno tem que participar do processo de produção para aprender, para formar; e não é o aluno só de Comunicação. Hoje você faz televisão com aluno de Comunicação, com aluno de

Design, com aluno de Sistemas e Ciências da Informação, este último pela questão de armazenamento, acesso, arquivo etc, engenheiro de telecomunicação, enfim. Então você tem uma série de ações. Eu não posso entender uma TV universitária só com jornalistas. Porque eu tenho Relações Públicas, pois é uma instituição, é uma organização. Porque eu tenho cenários para produzir, eu posso ter o pessoal de videografismo, o pessoal de Arquitetura. Porque eu tenho programas que eu vou destinar a um público infantil, então eu preciso de pedagogos, eu preciso de psicólogos... Então, é muito mais amplo. Ela é uma televisão que, por ser uma TV universitária de uma universidade pública, tem um caráter e um compromisso com a sociedade que a mantém.

| Há seis anos, a professora é diretora de uma TV universitária, a TV Unesp. Gostaria que comentasse um pouco essa experiência no sentido de garantir essa sustentabilidade e cumprir o papel de uma TV universitária pública.

Eu acho que essa experiência, para mim, não gosto de usar esses adjetivos, mas foi uma experiência que, na minha vida, foi surpreendente. Porque eu nunca imaginei, embora estudasse televisão, nunca tive uma militância na TV pública. Eu tive a oportunidade de acompanhar o processo de estruturação de uma emissora de televisão *broadcast*. A TV Unesp não é uma emissora de televisão ou uma televisão feita para a internet, uma televisão feita dentro do laboratório; ela foi pensada para ser uma televisão *broadcast*. E o fato de estar aqui há seis anos acompanhando todo esse processo de estruturação e de definição e de busca de soluções foi assim muito importante, foi muito bom porque eu tive a oportunidade de aprender e buscar caminhos junto com os profissionais que aqui estão, que são profissionais qualificados. Aliás, tudo aquilo que eu falei que TV pública precisa fazer é só com profissional qualificado e comprometido, senão a gente não faz conteúdo. Esse é um projeto que se faz com muitas expertises. Eu tenho muito claro que a experiência da TV Unesp é um caso único no país, por vários motivos. Porque foi pensada para ser uma televisão *broadcast*, porque está dentro de uma instituição multicampus, porque nasceu na alvorada de uma nova plataforma, porque está articulada com a questão da formação e programas de pós-graduação. E hoje o nosso desafio é a sustentabilidade. Nós sabemos que a sustentabilidade, no caso de uma televisão de uma universidade pública, tem dois aspectos. Primeiro: a universidade é mantenedora, então ela tem que ter essa consciência, ela tem que ter esse projeto, ela tem que investir nisso. Então ela tem que ter um projeto. Eu quero uma televisão para fazer propaganda do reitor de plantão, eu quero uma televisão para integrar com a comunidade interna e externa, para quê eu quero uma televisão? Tem que ter um projeto institucional. Isso de um lado. Do outro lado, você precisa entender que os recursos são escassos, que a produção é cara e que é possível lançar mão dos dispositivos que nós temos de financiamento de produção audiovisual, como as leis de incentivo à cultura, de modo que essas leis de incentivo à cultura atendam a essa comunicação pública e não apenas aos grandes conglomerados. Mais uma vez: é preciso que as políticas estejam direcionadas para esse fortalecimento. Então eu tenho que pensar em cotas de financiamento para os que não podem concorrer com uma grande produtora de filme, lá do Rio de Janeiro, ou com uma grande emissora de televisão que se associa com grandes produtores para poder captar recursos de leis de incentivo à cultura e não há, em tese, nada errado em uma grande empresa associar o seu nome a uma produção

da Rede Globo, que ela sabe que a Rede Globo vai fazer. Vai fazer bem feito, vai ter audiência. Mas entre colocar o dinheiro na Rede Globo e na TV Unesp, o departamento de marketing dessa grande empresa vai dizer assim: “mas quem que é essa TV Unesp?”. Então se eu não tiver uma política que fale em distribuir isso, eu vou ter Ivete Sangalo, Luan Santana, Claudia Leitte, sendo beneficiados pela Lei Rouanet. Enquanto os nossos músicos excelentes, que estão aí começando uma carreira, que precisam mostrar o seu trabalho, jamais vão ter o apoio dessas empresas. Mais uma vez: é necessária uma política forte, uma regulamentação forte e que promova essa igualdade, essa coisa mais humanitária, mais equilibrada. O desequilíbrio é fruto da falta de governantes que olhem com compromisso público para essas estruturas.

| Como a professora comentou, a TV Unesp é uma experiência única, já instalada em um cenário de convergência das mídias. Como que uma TV pública pode se beneficiar desse cenário de convergência, dessa programação multicast, para garantir a sua sustentabilidade e a sua audiência?

Hoje nós vivemos um momento muito claro, esse começo do século XXI, de mudança de paradigma. Se eu penso nos youtubers, se eu penso em dispositivos como Periscope, quer dizer, as oportunidades estão aí. As brechas estão aí. Essa TV pública pode lançar mão de algo que ainda não foi realizado no paradigma anterior, pode inaugurar novas formas de acesso. Se eu quiser copiar a Rede Globo não vai dar certo, se o conteúdo que eu for tratar na área de saúde for o mesmo conteúdo, que está lá no programa deles da manhã, não vai dar certo. Eles fazem muito melhor. Para falar que comer açúcar dá diabetes, não precisa. Então a gente vai ter que fazer uma coisa diferente, vamos ter que pegar dispositivos diferentes, mobilizar de forma diferente. Hoje, a comunicação, com o convívio entre o paradigma da cultura de massa e dessa cultura mais individualizada, com uma sociabilidade mais direcionada, nos abre perspectivas. Para isso, nós precisamos investir e explorar novas possibilidades de conhecimento e ver o que dá certo, mas sempre com conteúdo relevante e bem realizado.

| Então é possível fazer uma TV pública de qualidade?

É possível, mas insisto: se você não tiver a promoção de um equilíbrio ou um reequilíbrio neste cenário, a gente estará sempre ao largo, à margem. Nós temos que ter audiência, e ter audiência não significa ter audiência em larga escala, uma audiência massiva, uma audiência acrítica, uma audiência só buscando consumo. Não, nós temos que ter audiência. Qual é a nossa audiência? O que a gente pode fazer? Então eu acho que é possível. Nós temos que parar de pensar no modelo da TV comercial. Nós temos que buscar novos modelos, novas oportunidades com esses novos paradigmas que estão colocados aí.

“Falta pensar outros tipos de ação que ajudem a reelaborar a imagem pública dos meios e a estabelecer um grau representativo de legitimidade destes meios para a população”.

CARLOS EDUARDO ESCH

Gisele Pimenta de Oliveira

Professor associado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB), pós-doutor pela Universidade do Minho/Braga (Portugal), doutor e mestre em Sociologia e Ciências da Comunicação pela Universidade Complutense de Madri (Espanha). Mestre em Comunicação e especialista em Comunicação Política pela UnB. Pesquisador do Laboratório de Políticas de Comunicação (Lapcom/UnB), membro da linha de pesquisa em Políticas de Comunicação e de Cultura do Programa de Pós-Graduação da FAC/UnB, fundador e coordenador do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina. Investiga fenômenos da comunicação com interfaces com a Política, com a Cultura, com os fenômenos sociais e com o desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias. Profissionalmente, exerceu atividades como repórter, redator, roteirista e produtor em emissoras de rádio e produtoras audiovisuais do Brasil e do exterior.

|Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Vejo a importância da televisão pública a partir de duas perspectivas: uma ideal e outra real e específica da nossa realidade. No sentido ideal, um sistema público de comunicação (televisão, rádio e portais de internet, por exemplo) é um espaço no qual podem estar presentes vozes que representam distintos setores da cidadania. São espaços privilegiados para a constituição de sentidos, significados e narrativas sobre diversos temas que interessam o conjunto da sociedade e que, nem sempre, recebem a atenção e tem a devida visibilidade na mídia comercial. Em um contexto como o brasileiro, no qual o sistema de mídia eletrônica teve o seu desenvolvimento centrado nos meios privados, os canais públicos podem desempenhar papéis fundamentais para o processo de democratização do acesso à comunicação, pois podem se constituir em espaços de fomento de uma cultura de participação do cidadão. Participação essa que pode se estabelecer a partir do momento em que esse cidadão se identifica e se vê representado nos conteúdos midiáticos e considera a televisão ou o rádio como meios que também oferecem um serviço de natureza pública voltado para o interesse da população. Na perspectiva real, a importância dos meios públicos no Brasil pode ser, infelizmente, bastante relativizada. Faço essa ponderação a partir da perspectiva de que o cidadão brasileiro, de modo geral, não tem formada a percepção de que a mídia

pública existe para servir a sociedade a partir de produções e do estabelecimento de programações pensadas e pautadas pelo interesse coletivo. E isso pode ser explicado, afinal, o desenvolvimento da radiodifusão pública no Brasil é historicamente marcado por uma forte aproximação e subordinação aos interesses de quem detém o poder de governar. A falta de uma cultura de práticas públicas na sociedade brasileira, e no âmbito político de forma muito particular, é causa essencial e primeira de um conjunto de fatos e acontecimentos que ao longo da história da radiodifusão geraram circunstâncias que terminaram afastando os meios ditos públicos de sua função precípua, ou seja, funcionar em sintonia com os anseios da sociedade. Neste país, estes meios foram impregnados de um sentido governamental por expressarem em seus conteúdos, abordagens e propostas de programação interesses muito mais ligados aos grupos de poder governamental que os controlam do que aqueles vinculados ao conjunto dos cidadãos. Isso com o passar do tempo termina dificultando e impedindo a constituição, por parte da cidadania, de um sentido público verdadeiro para programas e programações que estes meios oferecem a população.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

As TVs públicas que integram a estrutura dos governos federal, estadual e até municipal possuem fragilidades muito similares. Sem dúvida alguma a carência de recursos é sempre uma grande fragilidade que marca o cotidiano dessas emissoras. Contudo, acredito que a principal fragilidade que afeta o desempenho e a própria evolução desses meios é a baixa ou nula legitimidade que apresentam perante a população de modo geral. Talvez com pouquíssimas e honrosas exceções, existe um desinteresse brutal da população pelo que os meios públicos produzem e isso ocorre, como já falei antes, pelo fato de que não há na população brasileira uma identificação com estes tipos de meios. O cidadão médio não se apropria dos meios públicos, não os considera estruturas a serviço do cidadão. A imagem que possuem é de que rádios ou televisões públicas são canais governamentais, os chamados canais chapa-branca, que divulgam informações do interesse do governante de plantão. Além disso, não devemos esquecer que também existe uma grande rejeição ao que estes meios produzem e às linguagens que utilizam em suas programações e que, por isso, são qualificados como chatos e desinteressantes. Uma rejeição que leva muitas pessoas a afirmarem em algumas pesquisas que não assistem e nem assistiriam nenhum tipo de canal público. Essa percepção simbólica extremamente negativa, estabelecida ao longo de muito tempo, é fruto de uma série de caminhos obscuros que foram determinados por governos e seguidos pelos meios em quase oito décadas passadas. A situação atual de falta de legitimidade e de reconhecimento dos meios públicos pela população leva a um enorme desconhecimento do que é feito por muitos destes veículos no país. E existe muita produção interessante e de qualidade. Apesar disso, não vejo muitas possibilidades de se produzirem mudança significativas na perspectiva que o cidadão brasileiro tem dos meios públicos, ao menos em médio prazo. Pense bem, como melhorar a imagem dos meios públicos se estes meios têm baixíssimas audiências? Como se constituir uma nova imagem pública perante o cidadão sobre a produção e a qualidade deste tipo de meio, se este mesmo cidadão não deseja e, inclusive, em muitos casos se recusa a consumir um meio que é identificado como oficial e que fala o que o governo quer? Como mudar essa situação? É um beco sem saída e

extremamente complicado! Como obter legitimidade para um meio público se tenho audiências inexpressivas? Como estes meios vão se comunicar com os seus potenciais públicos? A conclusão óbvia é a de que através dos canais tradicionais, pouquíssimos vistos, não se atrai, mantém ou se renova audiência. Dessa forma, sem perspectiva de atrair novos públicos para os meios tradicionais, se torna um grande desafio, diria quase insuperável, que os meios reelaborem seus significados e, portanto, sua imagem pública perante a cidadania. Basta ver que hoje no Brasil, por exemplo, é muito difícil um jovem de 14 anos ter o hábito de ver televisão pública. O próprio consumo televisivo em geral está sofrendo uma profunda e rápida transformação com o incremento da internet. O que dizer então do consumo de meios públicos? Depois de acompanhar durante alguns anos os debates sobre os meios públicos no Brasil, acredito que estas discussões tendem a se concentrar ao redor de grupos e entidades engajadas politicamente e cujos membros já estão bastante conscientes do papel que pode e deve desempenhar a televisão ou o rádio público. Nada de errado nisso... Só acho que, de fato, diante da situação complicada e complexa que envolve a relação entre cidadão e mídia pública no Brasil, falta pensar outros tipos de ação que ajudem a reelaborar a imagem pública dos meios e a estabelecer um grau representativo de legitimidade destes meios para a população do país. É preciso pensar e elaborar uma espécie de pedagogia sobre os meios públicos no Brasil. Isso é complexo e requer um conjunto enorme de ações e estratégias. E para finalizar, considero que outra fragilidade dos meios públicos no país, apesar das muitas mudanças que se tentaram estabelecer em tempos recentes em alguns entes públicos, é a própria estruturação e o modelo de funcionamento destes meios que ainda estão impregnados pelo interesse político e partidário de quem detém o poder de nomear aliados e prepostos para ocupar cargos nestas instituições. O dilema que permanece no Brasil e se aprofunda diante de episódios recentes ocorridos em entes como a EBC é o de se indagar como se organiza e se gere um meio de comunicação público desvinculado da cultura da influência política e do controle financeiro estabelecidos por distintas dimensões do poder governamental. Questão de difícil superação no nosso contexto cultural, social e político.

| Nessa perspectiva, como deve ser o financiamento da TV pública no Brasil, ou seja, como ela deve se sustentar?

É difícil teorizar sobre uma forma ideal de financiamento. Ter uma resposta fechada para essa questão significa adotar perspectivas limites e extremas. Ou ela pode ser alimentada somente pelo chamado apoio cultural, uma forma de patrocínio, ou ela pode ser totalmente financiada pelos recursos do orçamento do Estado, assim como é feito com saúde, educação e outras áreas. Acredito que o patrocínio cultural possa ser bem-vindo, desde que seus limites sejam claramente regulados e estejam em sintonia com o que se imagina que uma emissora com função pública deva oferecer à população. No entanto, é fundamental estabelecer um arcabouço legal que garanta a estabilidade e a segurança para o repasse de recursos aos entes públicos de comunicação. Ou seja, estabelecer um tipo de vinculação de receita para o financiamento dos meios. Dessa forma, se poderia restringir, em muito, as possibilidades de governantes tentarem interferir no trabalho desses veículos a partir da retenção ou reconfiguração de orçamentos ou repasse de verbas, por exemplo. Na minha perspectiva, o ideal é que o sistema seja o mais autônomo possível da dimensão

burocrática das esferas de governo, do Poder Executivo. Isso não significa ser plenamente autônomo como entidade. As entidades públicas devem estar subordinadas, por exemplo, e de forma ideal, reconheço, ao Parlamento, às forças políticas que representam a população. A complexidade atual da questão do financiamento para os entes públicos de radiodifusão reside também numa profunda crise financeira e orçamentária que abalou diversas nações. Basta lançar um olhar sobre a própria Europa e países como Inglaterra, Espanha, Portugal ou França. Nesses contextos nacionais, em perspectivas diferentes, a crise financeira do Estado afetou de forma dramática a discussão sobre o presente, o futuro, as possibilidades e as limitações dos meios públicos de comunicação e de suas formas de sustentabilidade econômicas. Questões ainda em discussão... Nesses países, estão se desenhando formas de se construir sistemas de financiamento em que a grande batalha não é só a garantia do repasse financeiro, mas que se mantenham também as prerrogativas de liberdade e de autonomia da mídia em relação ao poder governamental.

| Como equacionar essa relação entre a televisão pública e o Estado, mantendo sua missão de servir ao interesse público com autonomia, independência e de diálogo com a sociedade?

O Brasil demanda profunda mudança cultural e política. Para se equacionar essa questão, exige-se a adoção de práticas políticas mais cidadãs, com mais significado público. Em um sentido ideal, deve ser uma relação primada pelo respeito da autonomia e da liberdade, que garanta a configuração de suas atividades, programação e conteúdos baseados unicamente em objetivos sociais, educacionais e culturais claramente estabelecidos pela sociedade para o ente público. Ou seja, deve haver um distanciamento institucional das emissoras públicas de comunicação do aparato jurídico e administrativo governamental. Acredito que o vínculo institucional que as emissoras deveriam ter na esfera estatal seria com o Parlamento, esfera que deveria ser a responsável por supervisionar o seu funcionamento e atividades. Ainda falta, no Brasil, um delineamento jurídico que proteja, de forma segura, contínua e independente, a autonomia dos entes públicos, garantindo-lhes objetivos autônomos pautados pelo interesse público e não por interesses momentâneos da estrutura de poder dos governos. E o recente caso da EBC é uma lamentável prova disso e só reforça a ideia de que ainda carecemos no país de uma cultura de práticas públicas em diversos âmbitos da administração governamental.

| O que falta para a televisão pública, de fato, se desvencilhar desses governos e se tornar uma política pública de Estado?

A resposta para essa questão é muito complexa... Faltam muitas coisas para isso! Mas acredito que um dos principais fatores é fazer com que os meios públicos se constituam legitimamente perante a população. E temos que reconhecer que isso é muito difícil no Brasil atual. Eu posso ter um grupo muito articulado em um determinado governo que crie uma entidade pública de comunicação, como foi o caso da EBC, e busque desenvolvê-la adotando uma postura de vanguarda... Contudo, se essa perspectiva de incentivar os meios públicos não for minimamente respaldada socialmente, em médio prazo, corre-se o sério risco desse tipo de ação não produzir resultados e mudanças efetivas e de vermos, como ocorre atualmente com a EBC, o estabelecimento de medidas retrógradas. No nosso contexto, o cidadão precisa se

apropriar da televisão pública: “isso aqui é meu, eu valorizo, considero importante para a sociedade, para mim, por isso, não quero que acabe e quero que seja bom”. Esse é o elemento fundamental para combater os interesses particulares, o fisiologismo, o patrimonialismo e o clientelismo na estrutura pública. Dos tantos aspectos que a televisão pública precisa enfrentar, o inicial é essa valorização por parte do cidadão, de que o ente público de comunicação é voltado para os interesses da sociedade.

| Como aproximar a televisão pública do cidadão e colocá-la em diálogo constante com a sociedade em busca dessa legitimidade?

Esse é um grande desafio que se apresenta de forma cada vez mais complexa. A primeira coisa, talvez, é fazer com que a televisão pública consiga interpretar criticamente de que maneira a sociedade real – e não a ideal que ela imagina – a enxerga. Por isso, as televisões públicas devem ter recursos para pesquisa de modo que possam estabelecer uma cultura institucional e que consiga trabalhar e interpretar as informações que as investigações poderão oferecer. Obter esses recursos no cenário atual é muito complicado para os gestores dos meios, mas acredito que é um caminho que deve ser trilhado. Existe uma defasagem enorme de contato dos veículos públicos com as suas possíveis audiências, e aproximar o cidadão dessas emissoras exige também outro conjunto de ações de médio e longo prazo, focadas no processo de educação dos novos cidadãos. Um caminho que considero inevitável e vital é perceber o que os jovens consomem no ambiente midiático e como estão atuando no ambiente virtual. Buscam informação e entretenimento na internet? No celular? O que eles consomem? De que maneira? Isso envolve uma ação muito mais objetiva e refinada de obter informações que norteiem a elaboração, a produção e a divulgação de produtos juvenis e o estabelecimento de estratégias para a constituição de uma relação com o jovem de hoje, já não mais mediada predominantemente pelos canais tradicionais das televisões e sim pelo vertiginoso ambiente das redes. Em outros países, existem campanhas nas escolas, com a divulgação de conteúdos e produtos das televisões públicas no sistema de ensino e nos ambientes virtuais contemporâneos. Já há, inclusive, canais totalmente elaborados para funcionamento exclusivo na internet. É fundamental que entes públicos tenham múltiplas estratégias de ação, divulgação e contato com o público que não assiste cotidianamente à televisão pública. Esse é um primeiro caminho para a elaboração de uma narrativa que constitua um sentido para a televisão pública e que a situe, ainda que de maneira inicial, no horizonte midiático dos futuros cidadãos. Isso vai requerer destas entidades uma enorme capacidade de se reinventarem no ambiente comunicacional do século XXI.

| Essa aproximação também pode ser feita por meio da grade de programação da televisão pública?

As grades de programação das televisões públicas não podem assumir uma postura fragmentada, que a transforme em uma soma de espaços que funcionam como guetos de programas ou temáticas. Ao mesmo tempo, não podem negar espaços para temas e para as vozes de segmentos sociais que apresentam especificidades. Essa dicotomia exige dos gestores da televisão pública uma rica leitura da sociedade, que tenha capacidade de extrair os anseios, desejos e circunstâncias da vida social que mereçam atenção de seus conteúdos jornalísticos e de entretenimento. A possibilidade de expressar manifestações culturais mais interessantes e diversas é muito maior numa

mídia que não está subordinada à lógica de mercado e aos interesses econômicos como deve ser a mídia pública em essência. Nesses veículos, há margem de manobra para se produzir uma diversidade de programas que não necessariamente tenham que atingir sempre a uma massa uniforme de milhões de pessoas. Imagino que o resultado delas deve ser muito mais social do que econômico... Então, o desafio é construir uma grade de programação diversa, rica e com capacidade de expressar os valores culturais, interesses e manifestações representativas da sociedade, apoiado na produção de programas com linguagens e formatos diversos, esteticamente agradáveis. É um exaustivo trabalho dos profissionais das emissoras que pela sua natureza reforça a necessidade de que os gestores dos meios conheçam o público e tenham verbas para pesquisas continuadas de audiência. Afinal, como elaborar um conteúdo aceitável e de qualidade se a emissora não sabe quais são os interesses das pessoas que compõe a sua audiência e se não acompanha as modificações de seus comportamentos, gostos, estéticas e anseios?

| E como resolver esse paradoxo entre a importância de se conquistar a audiência sem cair na armadilha de alcançá-la a qualquer custo?

A mídia pública, de fato, não tem o compromisso com a audiência no sentido mercadológico que se reverte em benefício financeiro e muito menos com o mercado publicitário que gera recursos que pagam os custos da mídia comercial tradicional. Nos meios públicos, a audiência ganha outra dimensão: a de legitimidade pública e de valor social. As pessoas conhecem, gostam e se identificam com uma dada programação e assim consideram que a emissora tem a dimensão do que chamamos de público. Contudo, acredito que negar completamente a ideia da necessidade da audiência significa negar a própria perspectiva pública das emissoras. Se um determinado programa ou emissora é traço em uma pesquisa de audiência, é complicado imaginar que exista algum nível de legitimidade no que é produzido e apresentado ao cidadão. No limite dessa situação, como justificar gastos e investimentos públicos no setor que não produz resultados, ou seja, não apresenta audiência perante a própria população que a financia e para a qual fala.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Assisto, principalmente, aos programas de jornalismo da TV e da TV Cultura. Primeiro por uma necessidade profissional para observar a produção jornalística e a as abordagens e os tratamentos aplicados às matérias. Segundo por ser um produto que eu gosto. Os *Caminhos da Reportagem*, da TV Brasil, é um ótimo exemplo desse tipo de conteúdo. Agora, eu assisto a TV pública dentro de uma mudança de comportamento que estou vivendo: consumo internet e vídeos por meio do celular. A televisão propriamente dita praticamente só assisto de madrugada. O consumo de televisão está se modificando radicalmente. Há uma queda vertiginosa de acesso dos jovens à programação linear da radiodifusão tradicional e, por isso, os entes estão tendo que ousar em linguagem, formatos e no uso de novas plataformas. Esse desafio do digital e de se inserir nesse ambiente trazendo inovações é fundamental para a radiodifusão pública brasileira.

| Arriscaria alguma previsão ou perspectiva para a televisão pública e para as políticas de comunicação no país, considerando os cenários políticos, econômico e social?

No Brasil, não consigo ver muito futuro para uma radiodifusão que seja, de fato, pública ao se olhar para o que está acontecendo atualmente na EBC e também em alguns entes públicos estaduais. A Medida Provisória 744, que extinguiu o Conselho Curador da EBC e acabou com o mandato do diretor-presidente da empresa, é um exemplo do meu pessimismo. O que ocorreu recentemente demonstra que, apesar dos quase dez anos de funcionamento, a EBC não chegou a alcançar uma solidez institucional que a protegesse do desmonte que acontece neste momento. Não imagino que esse projeto, atualmente em franca desfiguração, tenha futuro como mídia pública autônoma, com um grau suficiente de distanciamento do governo e em sintonia com o cidadão. O que acontece atualmente com a EBC mostra que nossa cultura não mudou em relação à percepção dos meios públicos. No cenário imediato e considerando o atual governo, não vejo possibilidades de se voltar atrás nas medidas aplicadas ao ente público federal, e tenho dificuldades de arriscar previsões. A EBC tem uma herança simbólica muito pesada de antigas empresas governamentais de comunicação que vendiam mais o governo do que comunicavam coisas do interesse público. O cenário atual mostra que, apesar da entidade pública ter sido criada, não se estabeleceu uma nova cultura de funcionamento e de relacionamento com o próprio poder (governo) e com os cidadãos. As potenciais mudanças que vinham paulatinamente sendo estabelecidas estão sob ameaça. Enxergo um futuro incerto principalmente pela incapacidade de se gerar uma nova cultura de práticas públicas na própria sociedade, nos grupos políticos de poder, no Parlamento e nos próprios funcionários dessas instituições. É um cenário difícil.

“O imposto sobre a publicidade seria a forma de garantir a existência dos meios públicos. Porque é a publicidade que sustenta os meios privados. É a publicidade que sustenta a hegemonia.”

CÉSAR RICARDO SIQUEIRA BOLAÑO

Marcela Prado Mendonça

César Bolaño é jornalista, doutor em Economia. É professor na Universidade Federal de Sergipe. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), editor da Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (RBCC), primeiro coordenador do GT de Economia Política da INTERCOM. Atual coordenador do GT de Economia Política da Asociación Latino-americana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC) e da rede internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación (EPTIC). Presidente da Union Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (ULEP-ICC). Bolaño é autor de vários livros sobre as temáticas que permeiam as discussões críticas sobre o modelo de televisão aberta na América Latina. Entre as suas principais contribuições estão os livros: “Indústria Cultural, Informação e Capitalismo” (Hucitec, 2000); “Globalización y Monopólios de la Comunicación en América Latina” (Biblos, 1999); “Globalização e Regionalização das Comunicações” (Educ, 1999); “Mercado Brasileiro de Televisão” (Ed. UFS, 1988) atualizado e publicado em 2004 pelas Editoras EDUC e UFS.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A televisão pública é um elemento importante de democratização da comunicação, eu acho que essa é a grande função da televisão pública. A ideia é que o público representa o conjunto da sociedade, enquanto que o privado é movido por interesses particulares. Então o público pode ser controlado, regulamentado, obedece a normas e regras que, de fato, o privado também deveria obedecer, mas não obedece. Agora se você pegar os exemplos da Europa; o caso da Inglaterra, que é sempre o mais citado, ele aparece como um elemento de qualidade que é um parâmetro para a empresa privada seguir. Então ele eleva o padrão da concorrência, esse deveria ser o grande

objetivo de uma televisão pública. E quando eu falo qualidade é qualidade em todos os sentidos, inclusive no sentido do editorial, as boas práticas. Eu acho que o sistema público tem essa função de representar as melhores práticas.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

As fragilidades são de duas ordens, a fragilidade política porque o conceito de público não foi bem assentado, nós vimos agora com as mudanças que ocorreram no Brasil com o novo governo, o governo Temer, aconteceu um retrocesso brutal em termos de democracia dos meios. Quer dizer a gente volta às práticas que nós acreditávamos que não retornariam. E isso representa um sistema que não está consolidado ainda em termos de um consenso sobre seu caráter democrático. Como existe na Europa, como existe na Inglaterra, por exemplo, que é caso mais citado. Em segundo lugar eu acho que falta também financiamento, falta entender que o governo do PT fez muito pouca coisa no sentido da democratização da comunicação, montou uma estrutura até interessante para a TV pública, no entanto, em termos de financiamento e do dinheiro que dirige a comunicação que é via publicidade, não fez nada. Então continua sendo uma televisão que atinge um por cento, dois por cento, cinco por cento quando muito. Eu tinha feito uma publicação com meu parceiro Valério Brittos (*in memoriam*) que a gente divulgou bastante que foi a ideia de uma TV pública analógica, aberta, deveria ter três canais, porque tem três canais na Europa toda, então se você quiser fazer uma televisão de qualidade para cinco por cento da população, eu acho ótimo, mas é cinco por cento. É importante que se tenha uma televisão de qualidade editorial para 30% da população e é preciso que o Estado tenha como objetivo e meta, disputar no conjunto dos três canais. Vamos supor trinta por cento da audiência, acho que as regras deveriam ser construídas nesse sentido, para que você tenha realmente uma divisão e para que essa divisão seja equilibrada com o que a constituição brasileira define do sistema público, estatal e privado.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Tudo passa pelo Estado, porque o espectro é definido por aí, então o que o estado deve fazer é, seguindo a constituição, organizar o sistema de televisão de um modo geral. O público, o privado, o estatal dentro daquela perspectiva de 1/3, mas é o Estado que precisa organizar isso. Por outro lado, o sistema privado se sustenta via mercado, via publicidade, mas o sistema público e estatal não. Então é preciso criar mecanismos de financiamento que garantam essa sustentabilidade, existem várias formas aí pelo mundo, eu defendo o imposto sobre a publicidade, isso não está formulado, mas informalmente eu tenho sido perguntado e tenho respondido que o imposto sobre a publicidade seria a forma de garantir a existência dos meios públicos. Porque é a publicidade que sustento os meios privados. É a publicidade que sustenta a hegemonia. Agora não acho que seja certo passar publicidade na TV pública, salvo, promoções culturais, agora já que existe um setor que concorre com o setor público com esse montante de verba então é justo taxar, e taxaçaõ nem é tão grande assim, para sustentar o contraponto, alias é um contraponto que só qualifica a TV privada.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

A relação que a TV pública deve manter com o estado é uma relação de independência, aí o caso inglês é sempre muito citado, aqui no Brasil tem o movimento pela

democratização, existe uma proposta, o problema é que essa proposta não é seguida nem nas nossas universidades, então você tem televisão universitária que não tem o conselho, ou que o conselho é formado por pró-reitores indicados pelo reitor. Então o que falta no Brasil é uma consciência defesa de um sistema público efetivamente democrático, essa é uma batalha que é importante; o movimento pela democratização da TV pública.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Eu acho que ela tem que seguir os padrões de melhores práticas, por exemplo, no Brasil a gente tem uma legislação interessante de campo quando se exige da televisão comunitária que se mostre todos os ângulos de um fato, isso não se exige da TV privada, a TV privada pode ser completamente unilateral e não existe uma lei que diga, olha é preciso entrevistar todos os lados, isso é básico então quando eu digo que a TV pública deve ter uma qualidade editorial superior é porque assim ela vai servir como parâmetro para as outras, eu estou dizendo isso, que siga as melhores práticas em torno de organização democrática e de abertura do microfone para todos os grupos sociais para que todo mundo possa ser ouvido, ou seja, significa atacar a forte censura que existe no Brasil na parte do oligopólio das televisões privadas. A imprensa brasileira toda é extremamente concentrada e cada mercado é bem oligopolizado, e essas são características que podem ser estendidas a todos os meios de comunicação.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Eu acho que tem que ser competitiva, se você pensar no sistema de três canais, um primeiro canal que vá disputar mercado realmente e não disputar mercado de qualquer jeito. Você precisa alcançar níveis de audiência importantes passando uma programação interessante. Então você vai passar futebol, tem que passar novela, tem que ser dentro daquilo que o público brasileiro tem. Mas se você tem três canais, você pode fazer um mais segmentado, um segundo mais localizado, mais estadual, o terceiro totalmente fragmentado para dar voz a todos os grupos com capacidade de produção de conteúdo. O estado brasileiro financiar a produção de conteúdo, eu acho que essa é a forma.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A audiência é fundamental, não dá para pensar uma televisão pública de enorme qualidade estética para uma audiência muito reduzida, e eu acho que isso pode acontecer dentro de um planejamento. No terceiro canal, em um determinado horário, é preciso dar margem a todos os tipos de expressão; a televisão não tem que se submeter a ditadura da audiência, como se diz, entre aspas, ela tem que fazer um trabalho com aquilo que se define como interesse público. Ela não pode ser uma televisão invisível, ela tem que dialogar com a audiência, ela deve ser representativa nesse meio, e agora existem os mecanismo de interação através da internet.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Eu assisto muito pouco, aliás, o sinal da TV pública aqui em Sergipe é muito ruim. Eu costumo brincar, quando me perguntam sobre o que eu assisto da TV Pública, eu respondo: Não sei, porque lá em casa não pega, agora mesmo não está pegando. Eu acompanho de fora. Nunca acompanhei um programa específico. Na época do

impeachment da presidenta Dilma eu assisti o jornal da TV Brasil, porque os outros jornais eu vejo que, em termos editoriais, não têm qualidade nenhuma.

| Da publicação da primeira edição do seu livro “Mercado Brasileiro de Televisão” para cá, o que mudou?

Olha, quando eu escrevi o livro, na primeira versão em 1988, eu falei, olha não vai mudar muita coisa nos próximos dez anos. Teve gente que criticou que disse que não era bem assim, mas nada mudou mesmo. As coisas começaram a mudar em 2000, quando entrou a TV paga primeiro, só que, até o ano 2000, ela tinha uma penetração muito pequena, e a gente sabe que tem gente que entra na televisão paga para melhorar a qualidade do sinal que recebe. Então o que aconteceu depois, é que houve uma oligopolização muito rápida da TV paga e sob o comando da Rede Globo até muito recentemente. De maneira que você tem uma nova estrutura que não é muito diferente da anterior, então, por exemplo, qualquer deformação que existia na TV de massa antiga, existe na atual. É o mesmo. Inclusive os pacotes da televisão a cabo são quase todos iguais, quase todos segmentados e eles censuram muito. Comparada a outros países a TV brasileira é extremamente limitada, então eu não vi grandes mudanças nesse sentido até a entrada da internet como opção de uso de tempo livre. Existe uma tensão entre uma lógica de televisão de massa, que é a televisão digital, a mesma coisa com a analógica e a internet, existe uma tensão nessa relação. Mas precisaríamos nos aprofundar muito mais para darmos conta dessa questão, mas está posto. É um campo de disputa. E a televisão em geral e a internet, só que aí tem a questão chave que é a privatização das telecomunicações que colocou na disputa uma série de capitais internacionais poderosos com capacidade de enfrentar o oligopólio brasileiro da televisão, então essa disputa começa com a privatização das telecomunicações e vai se aprofundando no processo de convergência, com a convergência você passa a ter interesses cruzados. As grandes empresas oligopólicas que são donas das televisões de massa têm uma vantagem política, no entanto, do ponto de vista econômico as empresas estrangeiras que entraram no mercado de telecomunicações têm uma vantagem muito grande. Essa é a disputa que se prolongou até 2011 quando foi aprovada uma lei chamada Seac (Lei 12.485/11) porque aí quando essa lei é aprovada fica evidente que se chegou a um consenso, consenso, evidentemente, sujeito a novas disputas, isso é concorrência, mas há uma redivisão de poder entre esses agentes nacionais e internacionais, de maneira que há uma tendência de mudança significativa nesse setor.

| Como você vê essa mudança?

Eu vejo essa mudança no sentido de maior internacionalização e de acordos entre o oligopólio internacional das redes, do *Triple Play*, e dos oligopólios nacionais da produção de televisão que controlam ainda o velho e ainda bom negócio da televisão de massa.

| E as massas?

As massas são o fator interessante porque essas mudanças promoveram mudanças de hábito, os hábitos de recepção se alteraram radicalmente ao longo desse processo, então isso é uma coisa que também começou com a segunda tela e foi um processo que foi se acrescentando, então se você pegar os hábitos de audiência da juventude de

hoje são radicalmente diferentes dos hábitos da juventude da geração anterior, então a telenovela, por exemplo, a telenovela latino americana é um produto decadente, não se sustenta em longo prazo e isso era imprevisível há 20 anos atrás.

“No Brasil, a principal fragilidade é que a televisão pública não existe. O que existe são falsificações ou arremedos de televisões públicas.”

EUGÊNIO BUCCI

Rafael Duarte Oliveira Venancio

Eugênio Bucci é Professor Associado (Livre-Docente) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, onde também é membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da USP e superintendente de Comunicação Social da USP. Foi presidente da Radiobrás de 2003 a 2007 e integrou o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo) de 2007 a 2010. Bucci defendeu doutorado e livre docência sobre a televisão e a comunicação pública, buscando uma sistematização, através de livros, capítulos, conferências e artigos científicos, acerca de uma teoria do papel das Rádios e TVs públicas, bem como sobre o valor do olhar na sociedade capitalista contemporânea.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Há aqui a necessidade de pensarmos em termos de importância da televisão pública para a democracia. Nem toda sociedade precisa de televisão pública, mas para a democracia isso é indispensável. Nós não estamos falando em televisão pública, mas sim em emissoras públicas, incluindo a rádio e a televisão. Isso envolve também todas as tecnologias de comunicação da era digital e pode envolver também ações culturais mais amplas que vão da publicação de trabalhos, até mesmo impressos, como a organização de eventos ou iniciativas permanentes de cultura.

Dessa forma, a importância das emissoras públicas reside em estruturar, viabilizar e sustentar uma forma de comunicação que não seja regida pelas leis de mercado. Se a comunicação de dada sociedade democrática é toda parametrizada pelos critérios de mercado, ela passa a emular a dimensão do capital. Nessa perspectiva, ela restringe manifestações culturais que residem fora do mercado.

No ponto de vista que construo aqui acerca das emissoras públicas, residem as razões de existência da universidade pública, da escola pública, da laicidade do Estado, bem como dos diversos sistemas de proteção das pessoas por meio de serviços sociais amparados pelo Estado no setor de educação e saúde.

Tudo isso protege a integralidade do humano em relação aos mecanismos selvagens que atropelam a dignidade humana tal como a guerra, a violência e, até mesmo, a frieza do capital. Sem uma instituição que cuide de uma comunicação não-comercial, muitas manifestações culturais perderiam a sua visibilidade e várias parcelas da população perderiam a sua condição de ter acesso a outras culturas. Vários nexos de

uma rede dialógica seriam tolhidos, ceifados, porque tudo funcionaria segundo critérios orientados para o lucro.

Como seria uma sociedade britânica sem a BBC? Como seriam os Estados Unidos sem a PBS e a NPR? Como seria a Alemanha sem a DW? O problema para nós, brasileiros, é que não podemos eleger uma instituição verdadeiramente pública de comunicação social. Nós temos apenas um arremedo disso. Nenhuma das iniciativas e emissoras existentes em nossa história conseguiu atingir o ideal de comunicação pública não-comercial.

A conclusão aqui é muito simples: se nós queremos mercantilizar os processos decisórios da sociedade, não precisamos de instituições públicas. No entanto, se nós queremos que a sociedade tenha formas de regular os fluxos de mercado e de capital, precisamos de instituições públicas. A democracia requer e reclama formas públicas de comunicação. Nessa perspectiva, isso é necessário.

Essa construção teórica não diz que a comunicação comercial não cumpre funções públicas, ela cumpre. Ou mesmo que a comunicação comercial seja antidemocrática, ela não é. Apenas quer dizer que a comunicação comercial não dá conta da totalidade, da integralidade e da complexidade da comunicação que uma sociedade democrática precisa.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

A primeira fragilidade da comunicação das instituições públicas de Rádio e TV está no fato de que ela não existe. Esse é o ponto de partida que desejo construir aqui. Quando debatemos a noção de comunicação pública, o que está em pauta é a diversidade de formas de comunicação pública dentro das quais está a forma de comunicação das instituições públicas de Rádio e TV. Claro que há outras formas dentro dessa diversidade, por exemplo, os diversos meios de comunicação direta do Governo com o povo. Elas são parte da comunicação pública, mas não no tocante da comunicação pública das instituições públicas de Rádio e TV.

É necessário fazer essa delimitação do conceito porque não estamos falando da comunicação pública como um todo, mas sim apenas as das emissoras públicas. Esse é o nosso objeto de discussão aqui, que estudei profundamente e debato conceitualmente no início do meu livro *O Estado de Narciso*.

No Brasil, a fragilidade começa por aí. Não temos uma comunicação estruturada das instituições públicas de comunicação de rádio e televisão. Temos assim uma selva, uma espécie de amontoado de quinquilharias que sequer tem uma identidade comum.

Temos a TV Justiça, a TV Câmara e a TV Senado, por exemplo, que são órgãos institucionais controlados pelas cúpulas dos poderes. Ali não há a menor possibilidade de autonomia jornalística, de liberdade editorial.

Há uma defesa patente de que tais órgãos mostram uma diversidade de pontos de vista embasada na pluralidade partidária. Enquanto podemos afirmar a veracidade de tal fato, devemos ressaltar que nada que desagrade a cúpula é veiculado. A pluralidade partidária é uma característica institucional. No entanto, fora de tal prerrogativa, não há cumprimento das demais características dos órgãos com liberdade de imprensa. Eles não são jornalísticos, não são dirigidos pelo direito à informação do cidadão.

Em episódios como os atos secretos do Senado Federal, a TV Senado não fala até o momento em que um membro do Senado começa a problematizar isso. Então ela não existe para ajudar o público a entender o que acontece dentro daquele órgão. Pelo

contrário, é possível afirmar que elas existem para a promoção institucional daquele Poder para a sociedade.

Dessa forma, isso não pode ser definido como uma televisão pública. Ora, ela é uma televisão estatal, sendo estatal é pública, mas a comunicação que ela realiza não está controlada pelo público. Está controlada pela máquina do Estado segundo os interesses daquele órgão do Estado.

Isso é extensivo para os demais tipos de televisões públicas que encontramos nos Estados, que acabam por estar demasiadamente atreladas do governo em exercício. Isso também não é uma comunicação que é orientada para o direito à informação do cidadão. Elas são extremamente partidárias, despidoradamente chapa-branca.

Um tipo de comunicação desse tipo é *A Voz do Brasil* que é financiada com dinheiro público para promover as causas do Poder Executivo Federal. Não há a menor possibilidade de liberdade jornalística. Um exemplo claro e recente reside na transição entre Dilma e Temer.

Nesse momento, a *Voz do Brasil* tem uma mudança abrupta e injustificada, desprovida de explicação. Até o dia final da Dilma na presidência da República, a narrativa da *Voz do Brasil* era antigolpe. Havia uma pregação, por vezes histérica, contra o golpe. Não é função da presente reflexão a discussão sobre a condição dessa narrativa enquanto certa ou errada.

O que é pertinente para a nossa reflexão é que, no dia seguinte, a narrativa do golpe é retirada e entra em pauta uma narrativa, que podemos definir coloquialmente “de outro planeta”, que também não é função da presente reflexão a discussão sobre a condição dessa narrativa enquanto certa ou errada.

No entanto, isso evidencia, com absoluta clareza, que a *Voz do Brasil* não faz uma comunicação a serviço do público. Ela faz uma comunicação a serviço do Governo, especialmente quando o interesse do Governo se opõe ao interesse da sociedade. Não houve a reflexão acerca do processo de impeachment de Dilma.

O que aconteceu foi que o programa, em determinado momento, fez propaganda de um lado e, logo após a mudança da Presidência da República, fez propaganda de outro lado. Essa situação é absolutamente opaca e unilateral, de um servilismo doentio e inaceitável se levarmos em conta que estamos falando de algo que é financiado por dinheiro público.

Enquanto podemos dizer que isso representa a situação majoritária da comunicação das instituições públicas no Brasil, há duas exceções que podemos demarcar. Uma é a TV Cultura no período militar onde Vladimir Herzog e seus colegas faziam jornalismo seguindo os preceitos do direito à informação do cidadão e se colocavam em enfrentamento contra a Ditadura.

A outra está no período de transição representado pelo fim da Radiobrás e pelo início da EBC. No entanto, encontramos na EBC uma estrutura tão frágil, tão dependente da Presidência da República que bastaram duas ou três “canetadas” para demitir um presidente que tinha mandato.

A estrutura da EBC foi pensada de forma que ela ficasse nas mãos do comando da Presidência da República. Se fosse diferente, a EBC teria uma relação com a sociedade civil de maneira mais forte e pública. Por exemplo, o Ministério da Cultura, quando veio o ato do Michel Temer para transformá-lo em secretaria, reagiu e a sociedade reagiu. O recuo foi inevitável porque, por mais precária que seja a situação do Ministério da Cultura no Brasil, havia algum lastro de legitimidade no trabalho feito. No caso da EBC,

não teve reação nenhuma. O Ministério da Cultura contou com muito mais apoio popular. A EBC, com certeza, teria mais apoio se tivesse feito um trabalho comprometido com a sociedade.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Outra fragilidade da televisão pública é a sua forma de financiamento. Existem algumas soluções, mas todas elas dependem da legitimidade e do apoio ativo da sociedade.

No Reino Unido, notadamente, existe a taxa por lar com televisão. A PBS, nos Estados Unidos, conta com doações dos cidadãos, mas também tem abertura para aporte de verbas governamentais. No entanto, há um exemplo que devemos ressaltar que é a televisão pública do Chile, que se sustenta 100% através de publicidade, sem nenhum dinheiro do Estado. Isso, no ponto de vista construído aqui, é errado. Isso não é uma televisão pública, mas sim uma televisão comercial com propriedade estatal.

A fragilidade clássica da televisão pública é o seu financiamento. Isso se coloca pouco porque, no Brasil, a principal fragilidade é que a televisão pública não existe. O que existe são falsificações ou arremedos de televisões públicas.

Quem deve sustentar a televisão pública? Quem deve sustentar é o público. No entanto, devemos considerar que há o argumento de a televisão comercial, quando é financiada pela publicidade, é paga pelo público porque a publicidade tem o seu custo repassado para a mercadoria que, por sua vez, é comprada pelo público.

Devemos colocar isso em destaque. Ora, a televisão comercial não é gratuita, ela é paga. Ela é paga por quem consome aqueles produtos anunciados. Esse é o preço daquela televisão. Tudo está pressuposto no preço da mercadoria. No entanto, a diferença é que a televisão pública tem que ser financiada por um público consciente. Consciente de que ele está financiando aquele serviço. É, sem dúvida, uma consciência política.

Não importa a forma de financiamento – imposto, taxa parcial ou doações –, mas é a sociedade que deve sustentar as instituições públicas de comunicação que exercem a prerrogativa do cumprimento do direito à informação do cidadão. É necessário rechaçar a ideia de que a publicidade é uma alternativa para isso. A televisão pública pode ter apoio institucional de empresas, mas não deve fazer propaganda de produtos e serviços. Caso ela faça propaganda, entra na lógica do intervalo comercial, de sua estética e de seu ritmo.

Outra coisa é que o intervalo comercial força a empresa a prestar contas não para o público, mas para o anunciante. Se um anúncio não gera o efeito desejado, ele não será repetido. O importante aqui deixa de ser o financiamento do cumprimento do direito à informação do cidadão para se tornar o cumprimento da visibilidade da mercadoria e seu consumo.

A televisão pública, quando vive parcialmente de anúncio publicitário, também acaba trabalhando para o mercado. Assim, o financiamento da televisão pública tem que ser feito pelo público. O Estado pode participar através da autorização de recursos e o mercado através de apoios institucionais. O que não pode acontecer, especialmente na relação com o Estado, é a perspectiva de contingenciamento desses recursos de acordo com vontades arbitrárias.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Acredito que podemos responder essa questão pela via negativa, ou seja, da maneira que as relações não devem ser mantidas. No meu ponto de vista, sempre fui crítico acerca da condição da EBC, desde o primeiro dia de sua fundação, pois ela possui relação estrutural com a Presidência da República.

Nessa construção administrativa, a EBC tem um conselho de administração que detém todo o poder, tal como uma empresa estatal. O conselho curador é mais “decorativo”, pois, praticamente, não tem poder de decisão. Ele foi posto pelo Governo Lula para dar uma “aparência” de televisão pública, mas é na verdade uma empresa estatal. O conselho de administração detém o poder e seus membros são todos nomeados por ministérios e pela Presidência. Há uma subordinação hierárquica ao Estado.

Isso não é televisão pública. A mesma coisa acontece com as demais televisões de órgãos públicos brasileiros. Há sempre essa vinculação com o poder em exercício. Em órgãos de rádio e televisão de comunicação pública, o vínculo deveria ser de cooperação ou de autonomia clara, não de subordinação.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Ela deveria prestar os serviços de comunicação de forma multidirecional, abrindo para conteúdos culturais presentes nas múltiplas identidades existentes em todas as formas de expressão possíveis. Além disso, ela deveria fazer uma cobertura jornalística crítica, independente e apartidária.

Dessa forma, a televisão pública coloca em circulação a informação necessária que as pessoas precisam para formar sua opinião sobre as coisas de maneira realmente independente. A partir desses princípios, esse serviço seria valorizado e a sociedade apoiaria tal iniciativa.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Dependendo da missão de cada emissora pública, haverá um tipo de grade. A televisão pública não deve ser uma televisão generalista. Nós podemos ter uma boa televisão pública especializada tais como temos rádios públicas boas especializadas tais como temos na Rádio Cultura e na Rádio MEC, ambas com o lastro forte de sua grade de programação em música clássica.

Não há necessidade de televisões públicas que trabalhem todas as expressões da cultura. Podemos ter emissoras públicas altamente especializadas e outras com vocação de cobrir uma pluralidade de segmentos diferentes.

No entanto, ressaltamos que nunca, e isso é comum, devemos adotar a linha de fazer a grade de programação enquanto uma “federação”. Por “federação”, defino o processo onde se reparte a grade por cotas por segmentos culturais e/ou étnicos.

Essa condição de “federação” na grade de programação é apenas uma colagem malfeita de identidades. Podemos visualizar isso com uma metáfora coloquial. Em uma grade montada enquanto “federação”, a emissora pública é tal como fosse uma cabine telefônica de uma comunidade de 500 pessoas onde cada uma terá direito de usá-la por 2 minutos diários da maneira que bem quiser. Esse procedimento é de um populismo atroz e trouxe muito prejuízo para a identidade das emissoras públicas.

Então, a composição da grade deve levar em conta a multiplicidade, mas não pode ser uma “federação” de identidades onde não há trabalho na construção da missão da emissora. Podemos dizer que essa condição usual de constituição da grade de

programação é o principal fator responsável pelo fato de que, no Brasil, temos a fragilidade que pode ser resumida na afirmativa de que a televisão pública não existe.

|Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Audiência é fundamental. É uma desculpa dos inoperantes dizer que a emissora pública não deve estar preocupada com a audiência. Isso é uma deformação que, por muitas vezes, encontra justificção em sua origem.

A justificativa posta é que a audiência não precisa ser o indicador imperativo ou imperioso para a televisão pública. No entanto, apesar de ser legítima a afirmação de que a televisão pública precisa ir contra a audiência, ela precisa prestar contas para parcelas amplas do segmento da sociedade as quais ela se destina.

Um exemplo: é possível ter uma emissora pública só para crianças. Nesse caso, não preciso ter audiência de pessoas idosas – seria benéfico ter, mas não necessário. No entanto, se temos uma emissora pública com determinada vocação – mantendo o exemplo, uma emissora pública só para crianças – e eu não tenho audiência de crianças, há problemas óbvios. É um dever ter audiência, mas não há a necessidade da colocação da audiência acima de tudo.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Eu me lembro de coisas que ajudei a fazer com parceira na TV Câmara, mas não vou mencionar aqui o que ajudei a fazer. No entanto, na TV Cultura, eu assisto ao *Roda Viva*. Eu vejo outros programas da TV Cultura, tal como *Os Contos de Grimm*, mas isso me coloca um problema porque, em minha opinião, a televisão pública deveria produzir e transmitir material nacional.

Também gostaria de falar de rádio, pois na construção teórica que desenvolvemos, ele também faz parte da comunicação pública por radiodifusão. A Rádio Cultura de São Paulo veicula vários programas bons, tais como o do maestro João Carlos Martins sobre a influência da música erudita na música popular, o do maestro Julio Medaglia e o programa matutino sobre a cultura na cidade apresentado pelo Fábio Malavoglia.

Da Rádio USP, do qual sou responsável porque sou o superintendente de comunicação da USP, tem o *ViaSampa*, talvez o melhor programa da rádio USP. Há também o *Abrace uma Carreira*, que discute os caminhos de profissões para os jovens. Em Ribeirão Preto, a programação também é excelente.

|Tendo em vista a discussão posta, será que a razão dos países com televisões públicas operantes está na sua ligação com a cultura aliada ao entretenimento? Um dos pontos que parecem reforçar isso é que o maior momento de audiência e pertinência social da televisão pública brasileira foi com a TV Cultura e os programas infantis tal como o *Castelo Rá-tim-bum*, que podem ter paralelos traçados com as emissoras estrangeiras, tal como o sucesso do *Doctor Who* da BBC, entre outros.

Apesar de concordar com a hipótese e premissa posta pela pergunta, devo discordar com o uso do conceito de entretenimento. A televisão pública tem, por dever, veicular uma proposta estética e de fruição que engaje o telespectador, que o motive, até mesmo entretê-lo, mas com muito cuidado. Afinal, a palavra entretenimento deixou de ser neutra. A palavra é o nome de um segmento da indústria capitalista e a televisão pública tem o dever da crítica da indústria.

O negócio do entretenimento pode ser resumido da seguinte forma: ele consiste em captar os olhos para vendê-los para o anunciante. A televisão pública precisa ser a antítese desse modelo. Ela não tem que vender o telespectador para o mercado, a qualquer forma e a qualquer custo. O seu ideal mais alto é emancipar o público, transformando-o capaz de prescindir dela mesma. É uma função de libertação similar ao ideal de escola que concebemos. Primeiro, se liberta o cidadão e, depois, em um novo movimento, o cidadão retorna e constrói uma relação permanente de formação. Então se a televisão pública promete fazer entretenimento, ela trai a sua condição. Ela tem que criticar o entretenimento, caso contrário ela não é necessária. Se ela não for uma alternativa à indústria do entretenimento, é muito pouco provável que ela realize o ideal público posto.

No entanto, concordo com a pergunta nos seguintes termos: temos que tirar a palavra entretenimento e colocar ela no ponto de vista de oferta de cultura, de fruição estética, de inspiração. E sim, no Brasil, ela abriu mão de fazer isso. Ela ficou uma televisão chata, chapa-branca com raras exceções.

|E se o aspecto cultural desse país foi vertido em entretenimento pela televisão comercial? Um exemplo disso é a atitude da TV Pública argentina que criou o *Fútbol Para Todos*, que tira o monopólio da transmissão das partidas do Campeonato Argentino de Futebol e concede oportunidade de transmissão para todas as emissoras do país sob a justificativa que o futebol é um dos traços culturais mais profundos do povo argentino.

Analiso tanto o entretenimento como o *Fútbol Para Todos* no meu livro *O Estado de Narciso* e tenho dúvidas sérias sobre esse programa. Há uma inclinação minha em achar que não concordo com esse tipo de programa. O futebol tem um traço de cultura nacional e tem um traço de indústria de entretenimento.

A entrada do Estado argentino nisso foi muito dispendiosa, se transformando em agenciador e empresário dessa forma de diversão porque o Estado compra os direitos. Questiono se a iniciativa foi criada para oferecer futebol de graça para todos, que é uma possibilidade, ou para quebrar o setor privado, que era crítico em relação ao governo.

Se essa questão não está bem respondida, esse programa não pode ser justificado. Eu tenho essa dúvida, mas é claro que o entretenimento assumiu uma face das culturas nacionais e não só no Brasil. Nos Estados Unidos, por exemplo, o entretenimento é inseparável da identidade nacional. Mesmo assim, a televisão pública deve oferecer alternativas atraentes, irresistíveis para as pessoas, mas problematizar as bases da indústria.

|Considerações finais

A comunicação pública precisa estar na vanguarda de experimentação de tecnologias públicas, e não comerciais. Ela deve entrar em contato com outras formas de relações culturais, promovendo-as. Afinal, se for para a produção de entretenimento, para que a sociedade precisa de uma televisão pública? Se é para fazer igual às emissoras comerciais, não precisamos sustentar a televisão pública.

Assim, estamos nisso dramaticamente atrasados no campo de vinculação da comunicação pública de rádio e TV com as tecnologias digitais. Uma das minhas primeiras iniciativas na presidência da Radiobrás foi criar uma rádio-agência pela

Internet e a Agência Pública, uma iniciativa que nada tinha de difusão eletromagnética, sendo totalmente de difusão digital. E mesmo ali já estávamos atrasados. Hoje, a televisão e rádio públicas precisam ser pensadas em termos digitais e isso é algo que temos que pensar o quanto antes, usando exemplos tal como a difusão de conteúdo digital feito pela NPR.

“Eu estou bastante preocupado com tudo que é público!”

FERNANDO OLIVEIRA PAULINO

Edgard Patrício

Doutor (2008, com estágio na Universidad de Sevilla) e mestre (2003) em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor em cursos de pós-graduação e graduação na UnB, Diretor da Faculdade de Comunicação da UnB, é pesquisador do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom-UnB) e do Projeto Comunicação Comunitária e Cidadania (CNPq), um dos gestores do Termo de Cooperação Empresa Brasil de Comunicação (EBC)-UnB responsável por pesquisa sobre Comunicação Pública (2013-2015) e pelo programa Rádio em Debate; (2009-2012). Diretor de Relações Internacionais da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação, ALAIC (2014-2016), coordenador do Grupo Ética, Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Acho que não só a TV, como a comunicação pública de uma forma geral, incluindo aí o meio que é muito caro a nós, o rádio, a internet, os canais que a internet oferece, veículos variados de comunicação que possibilitam um sistema público. Parece-me que têm uma relevância fundamental em diversos aspectos, dentre eles a promoção da diversidade do pensamento, especialmente no campo político social, ou seja, garantir o pluralismo, a pluralidade de vozes, especialmente em países como os nossos, com tanta concentração de propriedade, coronelismo político, segmento que o Ceará conhece bem, Brasília idem, porque às vezes a gente fala muito do Nordeste, mas é uma tendência que está disseminada em todo o país. Acho que também é preciso, além dessa questão de diversidade, compreender o serviço público de comunicação, especialmente para a TV pública, como instrumento de inovação da linguagem e da programação, de experiências, de formato... Acho que nesse aspecto o serviço público de comunicação é complementar aos outros. Aqui no Brasil a gente tem uma experiência que eu acho que é pouco difundida. Você pega, por exemplo, Serginho Groisman: saiu de uma rádio, de uma TV pública. O programa dele acabou depois reformulando a linguagem juvenil, numa emissora gigante como a Rede Globo. Então eu acho que o serviço público de comunicação, o serviço comunitário também, tem um potencial muito grande de inovação da linguagem, o que justifica a sua existência e até o investimento de recursos públicos nessas práticas. Além disso, eu acho que é fundamental o serviço público de comunicação para a garantia da educação artística e científica, a popularização do conhecimento, porque muitos dos temas que os canais

públicos de comunicação tratam são menos possíveis e palatáveis no sistema comercial, então existe uma possibilidade concreta de incluir programação científica para todos os públicos, todas as idades também. Acho que essa é a marca considerável. Ou seja, em síntese, os canais públicos têm mais possibilidades para que seja efetivado o direito da comunicação do que os canais privados, os canais estatais, porque eles são menos condicionados aos interesses de um determinado grupo político que está temporariamente no poder. E também são menos dependentes do poder econômico, pelo menos em tese, é o que diferencia, ou o que deve diferenciar os canais públicos de comunicação. E ainda tem a questão da alfabetização midiática como forma de fortalecer o uso livre e democrático da mídia.

|Que é uma bandeira antiga da Unesco...

Pois é, continua a ser. Então, o representante da Unesco esteve no Congresso Nacional hoje e defendeu durante uma palestra a educação midiática. Então acho que isso também é essencial, de fazer dos veículos públicos de comunicação um ambiente de literacia midiática e internética, que possibilite às pessoas uma leitura diferente dos meios e do mundo que tá a nossa volta, porque não sou uma daquelas pessoas que demoniza os veículos privados, acho que eles cumprem um papel. Agora, claro que a gente tem que estabelecer alguns parâmetros para o exercício da comunicação de todos os sistemas, mas eu acho que é possível encontrar essa complementaridade, sabe? Acho que dá pra gente encontrar um equilíbrio um pouquinho maior, com os canais públicos tendo mais condições de colocar em prática esses princípios que estão aí em variados documentos internacionais para as suas atividades.

|Você falou na questão da relação do sistema público de comunicação e o Estado, e aqui a gente especifica mais em termos de televisão pública. E o Estado funciona em três níveis. O Executivo, por exemplo, você tem executivo federal, você tem executivo estadual e executivo municipal. O Legislativo da mesma forma. Como ficaria essa estruturação do sistema público de comunicação, e da televisão pública especificamente, tendo conta essa complexidade?

Então, acho que são várias possibilidades... De relação e de organização do sistema. Acho que no caso brasileiro, até porque nós temos características federativas desde 1930, acho que é preciso levar em conta especialmente a partir de 1930, que diante do fato de que somos 27 unidades da federação e ao mesmo tempo somos um estado muito centralista, eu acho que é preciso compatibilizar experiências regionais com experiências nacionais de comunicação pública, de serviço público de comunicação, de mídia, especialmente de televisão, como você fala, por um lado, e, por outro, acho que caracterizar de uma maneira diferente o dia a dia, práticas desse sistema público, do sistema estatal. No caso do ser público, ser estatal, eu separo um do outro. Eu acho que, por exemplo, a experiência na TV Câmara, experiências da TV Senado, ou da NBR¹, são mais diretamente voltados, são mais voltados para atender os interesses dos três poderes constituídos dentro do âmbito do sistema estatal, e isso não é demérito para

¹ TV Nacional do Brasil (conhecida pela sigla NBR, também chamada de TV NBR) é um canal de televisão controlado pelo Governo Federal brasileiro.

esses veículos. Mas é uma coisa diferente do sistema público de comunicação, que, a meu ver, deve atender, ou buscar atender permanentemente a diversidade de pensamento, a sociedade como um todo, e que podem funcionar, acho que têm experiências que demonstram isso, numa escala consorciada, num âmbito federal, estadual e municipal. Pensando assim, por exemplo: num estado grande, importante como o Ceará, eu acho que é necessário que haja uma TV pública local que tenha um acordo com a EBC² e que compartilhe conteúdos, que retransmita conteúdos da EBC, numa maneira consorciada, que até sirva de sucursal da EBC para temas relacionados ao Ceará que transcendam o censo do espetáculo, do exótico, da violência. E essa relação seja boa, plural, satisfatória dos dois lados. E eu acho que alguns municípios podem até ter experiências locais de comunicação pública que entrariam nesses termos e aí eu acho que a gente tem que transcender a radiodifusão, que a gente fala muito em comunicação pública como sinônimo de radiodifusão pública, só que eu acho que hoje em dia é importante a gente entender a comunicação pública como serviço público de mídia de uma forma geral. Outro dia eu participei de uma banca bem interessante, trabalho orientado pela a nossa amiga Adriana Almena, lá em Uberlândia, que era um canal no facebook. Uma análise do canal do facebook da Prefeitura de Santarém, no Pará, como um espaço público de, por um lado, divulgação dos atos da prefeitura, que margeia ai essa questão do Estado, mas no ambiente ali que eles têm, com falta de recurso, e dificuldades, eu entendo que mesmo o perfil do facebook da prefeitura pode criar um ambiente público de promoção da diversidade de pensamento. Acho que dá para compatibilizar esse ambiente estatal, municipal, com o ambiente público no sentido de estimular a diversidade de pensamento, que foi uma questão que eu coloquei até para a moça da banca, quando ela questionava: "Mas ah, o perfil da Prefeitura falou de uns shows que iam acontecer lá, só porque o camarada era aliado do prefeito". Aí eu falei: "Olha, ótimo, então que fale também dos shows dos adversários do prefeito". Então eu acho que dá para compatibilizar, talvez respondendo mais diretamente a sua pergunta, tanto os níveis federal, estadual e municipal, por um lado, como também acho que dá para compatibilizar e fazer esses ajustes especialmente no caso da realidade brasileira a comunicação pública e a comunicação estatal, sabendo que há finalidades, interesses que por um lado podem ser compartilhados, estou falando muito disso, mas que também têm que ser diferenciados.

|Que interesses diferenciados, para a gente ser um pouco didático, o que é que caracterizaria as diferenciações entre a comunicação pública, entre uma TV pública e uma TV estatal? Seria em termos de financiamento? Seria em termos de gestão?

É, grosso modo, o padrão da TV pública é, ou deve ser, a sociedade. Só que isso é muito abstrato, porque a gente vai ter uma situação na qual "tá, mas e o governo não é a sociedade representada por um determinado período?" Por um lado sim, mas eu acho que o governo ele não representa a totalidade da sociedade. Então, eu vejo os canais públicos de comunicação como ambientes nos quais, pode ser utópico, mas é como eu

² Empresa Brasil de Comunicação, mais conhecida pela sigla EBC, é uma empresa pública que possui um conglomerado de mídia no Brasil. Foi criada em 2007 para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais.

percebo, e quando eu falo os canais públicos, eu insisto, estou também incluindo aí variados canais para trazer aqui para a nossa realidade cotidiana. Mesmo a página da universidade pública tem que ser ou ter espaços para atender o governo da universidade, da reitoria, mas tem que ter espaço para atender a universidade como um todo. Então acho que isso diferencia, ou diferenciaria, o que é a comunicação pública do que é a comunicação meramente governamental, legislativa ou judiciária. Acho que esse é o principal ponto de diferenciação entre uma e a outra. Agora, claro que ambas estão pautadas, devem se pautar pelo interesse público, em primar pela legalidade, impessoalidade, aqueles princípios todos que a gente tem lá na Lei 8.112³, para não falar só da Lei 11.652⁴. Agora claro que isso é muito difícil. A gente está amadurecendo, não estou querendo ser muito otimista, mas acho que todo esse debate que a gente tem nesses últimos anos no Brasil está amadurecendo esse sistema e eu acho que podem servir e a gente vê muito isso aqui, na Universidade de Brasília, em dissertações, teses, que aperfeiçoem essa percepção, porque, no final das contas, eu acho que é uma comparação necessária, possível, isso também se translada para transporte público, saúde pública, educação pública... Então acho que assim, é compreender que o canal, acho que o que dá o nome de pública aí é a compreensão de que o canal tem que estar aberto a toda a sociedade, tanto no acesso quanto na produção e na distribuição compartilhadas. É uma questão essencial de ter janelas nas quais haja esse leva e traz, essa discussão, e até encoraje as pessoas à utilização do canal. E, além disso acho que eu agregaria aí os canais de representação na gestão, o conselho curador, e canais de prestações de contas, ouvidorias, publicação de relatórios, que carecem especialmente no caso do brasileiro. Está acontecendo esses dias, eu até tinha sido convidado, mas não deu para ir, o Congresso Interamericano de Defensorias e de Ouvidorias, e a gente tem um número muito reduzido de experiências no Brasil, tanto no âmbito privado e mesmo no âmbito público. As experiências locais de comunicação pública, os meios de comunicação comunitária, ainda são muito restritas nesse diálogo com a sociedade. Porque eu acho que aqui no Brasil se criou muito essa mania de acreditar que “respeito, mas discordo”, a comunicação pública tem que fazer o antagonismo, especialmente os governos de esquerda, a gente vive isso. “Não, tem que ser defensora de uma posição que a mídia hegemônica comercial não apresenta”. Eu parto por outro princípio, acho que comunicação pública tem até que apresentar propostas da CNI⁵ da, sei lá, da Confederação de Agricultura, ao mesmo tempo em que tem que ter lá agricultura familiar, tem que ter ali o pequeno empresário, o trabalhador, tem que ter essa pluralidade. Eu não acho que a TV Pública ou o sistema público de comunicação tem que ser de gueto, entendeu? Eu acho que a educação pública tem que estar aberta a todos, a saúde pública tem que estar aberta a todos, e a comunicação pública idem. Como a Universidade também. Aqui, está

³ Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

⁴ Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

⁵ Confederação Nacional da Indústria.

sentado na direção da Faculdade⁶, quando a gente fez a campanha ano passado, uma das páginas-documento que a gente apresentou era essa, assim, de que a Faculdade tem que estar aberta tanto a, sei lá, Abril e Globo, se forem interesse da Faculdade, tanto ao MST⁷ e, sei lá, redes de comunicação popular, se forem do interesse da Faculdade. Significa ter um professor da faculdade junto com o colega que venha das empresas ou das organizações sociais para discutir com ele, com eles, durante as aulas, alguns pontos que sejam de interesse do colegiado, ou de interesse dos estudantes, dos técnicos e tal. E eu vejo, eu parto desse princípio, porque eu vejo muita coincidência dele com a comunicação pública, de a gente ter essa possibilidade de... Quer ver, vou dar um exemplo real: "Ah, a Folha fez um acordo com a Cultura, isso é um absurdo!". Cara, eu sinceramente não acho. Eu acho que se a Cultura faz acordo com a Folha é legal, mas ao mesmo tempo se o Brasil de Fato quiser fazer um acordo com a Cultura, que faça, entendeu? Se for aprovado pelo conselho curador, acerta-se ali um termo cada um, acho que tem que ter lá discussão da diversidade religiosa, tem que estar aberta a esses acordos todos. O diferencial da experiência não é ser contra hegemônico, é estar com a janela aberta a todas as possibilidades para dar conta da diversidade de um país, especialmente o nosso, caso tão concreto, de diversidade, como a realidade brasileira. E eu acho que a categoria pública, os veículos públicos de comunicação, de uma forma geral, têm mais condições de fazer isso do que a TV privada, que já está condicionada a certos modelos de audiência e que certamente vai olhar para o Ceará, para o Amapá, para o Acre, para a periferia de Brasília com um filtro que vai deixar de lado algumas perspectivas que poderiam emergir com mais cor.

| Partindo dessa discussão sobre interesse público, como é que fica o financiamento na visão desse alcance do interesse público? Financiamento, por exemplo, da TV pública?

Esse é o nó. Acho que é uma questão que a gente tem que tentar, especialmente no caso da TV, que custa mais, diferente. Agora vamos partir de um extremo ao outro, digamos: algumas pessoas acham que não tem que ter recurso público nenhum, o cara tem que se autofinanciar com a publicidade. Você sabe que as experiências europeias houve um encaminhamento no sentido contrário, de que esse financiamento com a publicidade significava até propaganda, até concorrência desleal com as emissoras privadas porque havia pressão por parte dos partidos do governo de plantão para tirar anunciante do sistema privado. Então acho que, de saída, esperar que o mercado financie a comunicação pública dessa maneira, pautada no anúncio, é sensível, não acho que é modelo que a literatura, como diriam os médicos, demonstre sustentável. Então, isso significa buscar outros modelos de financiamento. E aí eu acho que tem tanto o recurso direto quanto o indireto. O mais fácil é apelar para o direto, como a gente tem no Brasil, de você ter aí uma situação na qual o poder executivo, no caso, o brasileiro, determina o orçamento da empresa, o que também é complicado porque fica muito condicionado ao momento político que o país vive. Eu acho que nesse aspecto do financiamento direto talvez o modelo que as universidades paulistas têm,

⁶ Fernando Paulino é o atual diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

⁷ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

de um percentual direto do imposto, é razoável, porque já estabelece mais condições de fazer um planejamento para as universidades, mas também depois da aplicação. Acho que esse modelo indireto, digamos, de financiamento ou condicionado em imposto, pode ser bastante útil. No caso, trazendo para a comunicação pública, isso foi, de alguma maneira, pensado com o Fust⁸. Só que o Fust está bloqueado. Então, se a gente conseguisse desbloquear o Fust eu acho que tirar o dinheiro das telecomunicações, como o caso lá de Portugal, tirar o dinheiro das contas de energia, pode ser interessante. Como também é muito interessante, mas é difícil no Brasil, até pelas nossas características culturais, poderia ser interessante ter ali uma situação na qual o cidadão tivesse condições de saber o quanto ele paga por aquele serviço. Porque no caso do inglês, todas as vezes que a gente tem contato com os amigos da BBC⁹, acaba sendo barato, o valor que o cara paga por ano. Aí você pode, as pessoas podem até me dizer: "Ah, mas na Inglaterra a realidade econômica é diferente, social..." É verdade, é muito diferente da nossa, mas por um lado, mas, por outro lado, cria-se esse laço que a gente não tem e que faz com que o serviço público de comunicação seja compreendido como um instrumento de identidade relacional, regional, local, que a gente não tem aqui. A gente é muito condicionado à compreensão da Globo, como esse instrumento de laço social, e eu acho que o canal público, compreender a relevância do serviço público de comunicação e fortalecer com que ele cumpra com isso, pode significar uma boa justificativa pro seu financiamento e uma boa maneira de fazer com que a sociedade compreenda a sua finalidade e aceite financiá-la sem achar que está desperdiçando um recurso. Acho que um dos problemas, ou questões, melhor dizendo, que a EBC viveu nesses anos todos, e que agora se reflete nesse momento que a gente vive, foi não ter conseguido ter mostrado sua relevância para o público brasileiro de uma forma geral. Talvez não houve a priorização disso, e acho que isso faz com que as pessoas não conheçam o sistema público, não saibam, não identifiquem a sigla EBC com facilidade, não entendem a TV Brasil como um canal público, confundem às vezes TV Brasil com Rede Brasil e isso acho que está também ligado a essa dificuldade operacional de assegurar os recursos para o funcionamento dela, de compreender essas possibilidades variadas de financiamento que acho que as experiências internacionais nos demonstram e que também servem de parâmetro para a realidade que a gente tem aqui. É que às vezes tem muito isso: "Ah, mas os Estados Unidos, a PBS¹⁰ se autofinancia...", o que não é verdade. Se a gente vai lá atrás do financiamento do sistema da PBS, lá do rádio, a gente vai ver que em vários projetos existem financiamentos diretos do estado, do governo federal deles, então eu não conheço nenhuma experiência de canal público sustentável satisfatório no mundo que tenha se financiado sem algum tipo de subsídio e recurso públicos. Aí que está a questão de como então alcançar um sistema no qual o

⁸ O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) foi instituído por meio da Lei 9.998, de 17 de agosto de 2000, para financiar a implantação de serviços do setor.

⁹ A British Broadcasting Corporation, conhecida pela sigla BBC, é uma emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido, fundada em 1922.

¹⁰ Public Broadcasting Service é uma rede de televisão americana de caráter educativo-cultural, em contraponto às grandes redes comerciais que operam no país.

recurso é passado, mas não condiciona ou cria um filtro, um conta-gotas, um garrote para que a emissora de TV funcione da maneira adequada a abrir esse leque para que todo mundo fale.

| Eu vou pegar duas temáticas que você tocou. Primeira é a questão dos temas menos palatáveis que você falou, que a televisão pública, o serviço de comunicação pública deveria incorporar enquanto programação. E a outra é a questão dessa dificuldade do sistema público ou do sistema estatal mostrar sua relevância para o público. E aí eu quero pegar essas duas coisas, temas menos palatáveis, mostrar sua relevância, e a relação do sistema público, da TV pública, deve ter com sua audiência. Que relação é essa? Como é que deve ser essa relação? Porque a gente sabe que historicamente os índices de audiência do sistema público, do sistema estatal são muito baixos. Como é que funciona essa questão dos temas menos palatáveis, de mostrar sua relevância, ao mesmo tempo ter audiência... Que relação é essa com essa audiência?

A relação tem que ser íntima, acho que é a melhor palavra. Tem que ser de extrema proximidade, de deixar conviver naqueles momentos. Você acompanhou um pouco disso aqui, uma faculdade ocupada¹¹. Então eu acho que aí tem que estimular, com o perdão do trocadilho, que a sociedade ocupe a TV pública, acampe na TV pública, acho que podia exageradamente aqui ser até um programa "Acampar", de estimular que as pessoas entrem e fiquem na... Não estou com isso que, aí é também um debate sempre difícil, que às vezes a gente tem aqui quando vai a EBC e tal, não estou querendo dizer com isso que os técnicos, os funcionários... Devem ter lá os seus papéis. A desprofissionalização... Não é isso. A gente tem que ter ambientes profissionalizados. Defendo jornalistas, radialistas, publicitários, profissionais do audiovisual, mas acho que tem que ter esse convite permanente para que as pessoas participem. E as experiências mais exitosas que a gente teve, especialmente na TV, são fruto disso. Eu moro aqui em Brasília há mais de vinte anos, mas eu vim de São Paulo para cá, eu me lembro da TV Cultura, nos seus melhores momentos, ter a audiência especialmente quando fazia esse apelo, como falei aqui do Matéria Prima, lá com o Sérgio Groisman, e outros. Eu me lembro da fase do Eureka, Bambalão, Quem Sabe, Sabe, você deve se lembrar aí, que é até com o Fagundes fazendo apresentação, que eram programas que atraíam pessoas. Inesita Barroso, tantos anos que isso, Rolando Boldrin, aí mais recentemente... São programas que eu acho que tiveram êxito de audiência. Inesita morreu e o programa tá lá. Inesita passou, mas está lá, a Inesita está lá. O Abujamra é um pouco diferente, mas mesmo assim por estimular permanentemente o contato público, levar o público para dentro, ter programa de auditório, fazer esse trabalho contínuo, Roda Viva, com escolas... Lembro-me quando eu morava em São Paulo, quando a minha escola recebeu lá: "Oh, a gente tem uma lista aqui de entrevistas aqui, vocês querem a fita para passar em sala de aula?" Então, eu acho que a EBC talvez pudesse ter tido, não sei essa iniciativa. Acho que se tivesse tido essa experiência de fazer parcerias com as universidades... Porque é barato, saísse

¹¹ Fernando Paulino se refere ao processo de ocupação das universidades federais pelos estudantes em protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, do governo federal, que estabelece um teto de gastos, incluindo os setores de saúde e educação, limitado seu incremento pela inflação do ano anterior.

daqui uma caravana Hollyday, entendeu, de universidade a universidade, com o Diogo Nogueira e alguém para falar sobre, nas universidades de jornalismo, o Samba, fazer ali um programa Samba na Gangorra, no Dragão do Mar lá em Fortaleza, dentro da universidade... Acho que você cria uma rede e envolve o público de uma maneira muito efetiva para alcançar esse diálogo e demonstrar a importância de se discutir aí os temas menos palatáveis. A gente com isso conseguiria penetrar com menos dificuldade nessa seara, entendeu? De ir lá, discutir, falar, aproveitar os temas mais palatáveis para estimular reflexões menos palatáveis, assim de temas associados a questões que ainda são interditas no Brasil, direitos reprodutivos, de drogas, enfim, dessas questões assim. Fazer esse tipo de caravana poderia significar promover conteúdos que são menos visíveis na mídia. Quantas manifestações culturais a gente tem pelo Brasil que poderiam ser registradas, transmitidas, aquela coisa, viajei contigo no livro... A TV pública, os canais públicos de comunicação poderiam romper com uma ideia que a gente tem, eu falo muito isso na reitoria, no portal da UnB, que nós somos só produtores de conteúdo. Acho que pode ser distribuidor de conteúdo também. De fazer uma chamada pública. Isso tem acontecido, cara, em programas esportivos, eu gosto muito de esportes, principalmente o futebol, se tem lá agora uma mania de as pessoas mandarem os seus vídeos, whatsapp, compartilhem e tal, isso cria elo, interação social. E a EBC, a TV Brasil, acabou ficando muito engravatada, ficou uma relação muito institucional, formal. Tem experiências muito interessantes, outro olhar, que tentou estimular, mas acabaram ficando muito restritas, sabe? E acho que para concorrer com os canais consolidados, com mais orçamento e tal, talvez seria mais interessante fazer isso, programa de auditório, e casar o entretenimento com o educativo, de fazer uma coisa engraçada, legal, acoplada a um trabalho educativo, de reflexão, e com isso alcançar audiência e temas menos palatáveis. A experiência da Cultura, no começo dos anos 80, depois começo dos anos 90, demonstra isso, foram os momentos que eles conseguiram operar ou passar 10%. A gente tenta fazer isso aqui na UnB TV. Não sei se você conhece a UnB TV, a gente tem aí um pouco esse espírito assim de ao mesmo tempo colocar conteúdos *hard*, de ciência, com até programas de humor. A gente teve aqui um Puxando Papo que era bem curioso, do rapaz que hoje trabalha na Bandeirantes, humorista. Ao mesmo tempo em que ele conseguiu tratar de assuntos sérios, ele também era atraente, acho que isso também é importante. Acho que construir essa ideia do que é menos palatável ou que é TV pública é algo chato, que aborrece, quando na realidade acho que não, pode ser algo bastante interessante e que atraia as pessoas. E só um último pontinho. Especialmente hoje em dia, o público infanto-juvenil, que eu falo porque agora eu sou pai, minha menina tem dez meses, e é impressionante, porque assim você fica às vezes tendo que procurar uma programação audiovisual para cortar unha. Aconteceu isso comigo e ela hoje, e aí você fica ali no Discovery, eu queria que a gente tivesse... Tem lá o Bitá no Discovery, você conhece o Bitá? o Mundo do Bitá? É um menino lá do Rio que faz, que é bem interessante, só que o Mundo do Bitá é uma janelinha no meio de um monte de programação internacional. Queria que tivesse na minha televisão uma programação infantil do Piauí, dos outros lugares todos, mas na TV pública tem algumas, mas acho que podia ter também isso. Entender também que quando a gente fala de TV pública a gente não tá falando só do canal na televisão, acho que uma multiplataforma na televisão. A gente fez uma edição de uma revista aqui sobre isso, da Revista Brasileira de Política e Comunicação,

conteúdos online, que dialogam. Acho que quebrar um pouco também essa percepção de que: "Ah isso vai disputar com a Globo lá na TV aberta", acho não é só para isso, acho que criar essas possibilidades todas e incluir, chamar as pessoas para dentro, vai fazer, quero acreditar, que vai conseguir fazer, até pelas experiências internacionais, com que haja mais percepção da relevância, pessoas possam contribuir mais e apresentar mais propostas, criticar mais e aperfeiçoar todo o sistema.

| Exatamente em relação a isso! Você diz que a sociedade pode acampar no centro de comunicação pública, na TV. Agora, como isso concretamente orienta a definição de uma grade de programação, por exemplo? Como é que pode ser trabalhado isso a partir desse acampamento, a partir dessa ocupação?

No diálogo, né? Acho que entre o profissional e a demanda do público, eu acredito nesse diálogo. Como eu acredito nesse diálogo, que eu sei que você também acredita, entre o conhecimento popular e o saber acadêmico, acho que é uma relação muito parecida na universidade pública e na TV pública. Eu acho que dá para você chamar as pessoas para sentar e conversar e também fazer com que elas entendam que existem alguns conteúdos que são técnicos, que carecem de preocupações de fama, de linguagem, por um lado, e por outro estimular com que elas se sintam à vontade para apresentar as suas demandas e a gente alcançar o denominador comum. Eu acredito muito nisso, acho que é meio filosofia de vida, se é que eu posso usar essa expressão, essas possibilidades. Seja na comunicação comunitária, da gente ir lá para Planaltina, no nosso caso aqui, a gente faz o trabalho é lá, e conversa com as pessoas e certamente às vezes a gente apresenta um encaminhamento que não é o mesmo que as pessoas queriam dar, e a gente volta, e vice versa, como também na TV pública, na TV universitária, de chamar – você lembra da TV Pirata? –, se chamar as pessoas para dentro e até brincar com isso. Você já viu aquele vídeo Do Outro Lado da Sua Rua? Depois me lembra, se não hoje, depois, te mando um *link* de uns meninos lá de São Paulo, lá do Olhar Eletrônico, lá do Fernando Meireles. Eles na época eram recém-formados na USP e saem à rua para fazer um filme, um curta, e lá para as tantas um morador de rua vira o repórter, entendeu? Então acho que é isso, a gente tem que acreditar nessa possibilidade de partilhar um microfone, câmera, de ter essa vontade, por um lado, e por outro saber também qual é o nosso papel. Não é também perder as nossas características profissionais. Então ocupar por meio desse diálogo, desse encontro de oportunidades, dessa mescla, dessa geleia que é a nossa cara. Talvez isso seja mais tocado por isso hoje porque a gente está vivendo um momento de crise aí, os meninos ocuparam ali uma sala e estão fazendo um diretório negro, da universidade. E eu acho que é importante, estão desenvolvendo um movimento negro etc. Mas acho que a TV pública pode inicialmente romper com isso, criando, num momento em que a sociedade está se dividindo muito, possibilidades de encontros variados, até que artista venha aqui, músico, mostre seu talento, apresente aqui seu repente, a TV está aberta, acho que as pessoas sentirem que a experiência é própria. No caso da EBC, quem mais vivenciou isso é a Soarmec?, Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC, que os caras até são considerados chatos, os caras se sentem donos da rádio e questionam grade e tem que dialogar com os caras, então talvez passe até um pouco do ponto, mas a rádio é aquilo, é um patrimônio. Então talvez a gente pudesse sonhar que isso acontecesse também na TV Brasil, na Agência Brasil, nas outras áreas as pessoas se

sentirem como delas mesmas. Porque eu vejo aqui com os meus alunos, isso porque eu estou falando de Brasília, que é um ambiente que o Estado está muito presente, e às vezes o aluno de comunicação nem sabe da existência dos canais públicos de comunicação. Então, também para agregar aí, é fazer um trabalho mais intenso de publicidade, acho que a comunicação pública ela se publica pouco, eu acho que a gente podia...

| É uma questão de se mostrar. E aí vai a relevância...

Eu acho que a gente se esquece de fazer essa divulgação cotidiana e isso poderia ser feito até em ambientes ociosos de comunicação. Paradas de ônibus, a gente podia inserir e é meio barato, eu acho pegar, fazer um acordo, sei lá, um caso nosso aqui com o GDF, o Governo do Distrito Federal, colocar cartazes nas paradas de ônibus, nos ônibus, colocar tela nos ônibus, com algum tipo de informação, fazer parceria com, de novo, essa parceria entre privado e público, com os telefones móveis, celulares, isso aqui são mais de 200 milhões de aparelhos no Brasil. Se a gente tivesse uma parceria com uma operadora para disponibilizar os conteúdos, pelo menos alguma coisa, acho que também transcender um pouco essa ideia muito amarradinha de que a TV pública está restrita à tela da televisão. Acho que a TV pública ela é maior que a televisão e com isso a gente também conseguiria envolver mais as pessoas pra, não digo só defender no sentido corporativo, mas de sentir como algo relevante, necessário, e identitário, porque hoje acho que talvez essa relação se dá especialmente com as novelas da Globo, com o futebol, e tá mais distante do serviço público de comunicação.

| Retornando ainda à questão da diversidade, da articulação desses sistemas, e eu fico pensando na própria universidade. Você já tocou em uns pontos da universidade, mas eu queria que você focasse especificamente em qual seria a participação, o papel da universidade e da universidade pública dentro da estruturação, do funcionamento desse serviço público de comunicação. Entendendo aí, compreendendo a universidade como o espaço por excelência da diversidade, da universalidade. Então a gente tem aí elementos muito fortes que talvez aproximassem a universidade desse conceito, dessa compreensão, percepção de sistema público de comunicação. Mas o que a gente também tem é muitas vezes a universidade, ou a comunicação da universidade, o jornalismo da universidade se transformar em relações públicas, em assessoria de comunicação. Como é que...

Cara, eu vou começar na universidade e depois na relação dela, delas com os canais. Eu acho que, claro, é muito difícil fazer o papel estatal, digamos institucional, vamos colocar assim, acho que seria a palavra certa, organizacional, talvez fosse a palavra mais própria, e ao mesmo tempo público. Mas eu acredito nessa possibilidade. Aqui, falando do nosso umbigo, existe um esforço que é um projeto que até para a Faculdade de Comunicação tratou de fazer uma superintendência de comunicação na qual isso ficasse ainda mais evidente, com normas de funcionamento, um projeto que mandou para a reitoria, estava sendo apreciada, agora, com essa mudança de gestão, é capaz que isso se transforme em regra e formalize esse nosso desejo de ter um guia de conduta para evitar justamente o que você falou, de que o institucional suprima o público. Acho que pelo contrário, dá para normatizar e criar, que é o que acontece aqui na nossa atual Secretaria de Comunicação: ambiente de jornalismo em paralelo a um

ambiente de comunicação institucional, e o de assessoria de imprensa. Isso tá fisicamente bem estabelecido na configuração espacial lá da Secretaria de Comunicação, mas, claro, especialmente para gestão, é sempre um dilema que a gente vive, mas aqui, eu posso te dizer, amadureceu bastante. Eu acho que houve uma compreensão dos gestores. Isso está mais amadurecido aqui, mas pode ir além, para construir essa diferenciação de propósitos, digamos, de separar o governamental do institucional, porque ele não atende só ao gestor, em comparação ao público, a TV, a totalidade dela, a sociedade aqui local, dessa instituição como um todo. No âmbito da relação das universidades com a comunicação pública, os veículos públicos de comunicação, eu sempre defendi que houvesse uma espécie de programa EBC universidade, até porque as empresas privadas têm, não só por isso, mas também por isso, que possibilitasse acordos os mais abrangentes possíveis como pesquisas gerais de conteúdo, no nosso caso mais específico, gerais e gerencial, de análise de sistema etc., para fazer da TV pública, fazer das TVs públicas ambientes laboratoriais. Esse negócio da ocupação que eu estava dizendo a gente podia começar ou passar especialmente pelo convite às universidades, trazer as universidades fisicamente ou cientificamente para acompanhar os conteúdos, os processos de produção, distribuição e acesso a conteúdos, acho que seria maravilhoso. A gente teve umas experiências. Inês fez o estudo das crianças, teve aqui um trabalho de muitos anos; tem o trabalho lá em Santa Catarina, da nossa amiga Ilhusca, que fez também, só que foram coisas muito restritas. Sei das dificuldades de gestão – hoje estou aqui na direção da Faculdade –, mas se a gente conseguir estimular com que as universidades participem, apresentem propostas, em um edital, uma chamada aberta, acho que isso pode significar um diálogo fluido das universidades com a EBC e até um intercâmbio como eu estava dizendo, de conteúdos de programação. Existiam umas plataformas técnicas para isso, mas acho que a gente perdeu muito tempo, eu não sei. Eu parto também do princípio que o ótimo é inimigo do bom. Então se a EBC tivesse apresentado uma plataforma intermediária, uma chamada intermediária ou mais chamadas intermediárias, isso poderia ter funcionado melhor. Sendo que agora até a ouvidora que coordena essa experiência, conversei várias com ela sobre a experiência da antiga Escola Nacional de Comunicação Pública, que virou outra coisa aí, enfim, perdão por não me lembrar de cabeça, o laboratório de inovação de não sei o quê, de comunicação pública, que é um projeto com a Unesco, porque teve essa transformação, porque eu acho que eles conseguiram perceber até quando cheguei a conversar com ela sobre isso, claro que não foi só eu, me parece esse é um ponto importante, a EBC podia ser a nossa Embrapa, porque a Embrapa acolhe os pesquisadores, e os seus pesquisadores também fazem pós-graduação, participam, então eu lembro que eu fiz um levantamento uma vez e liguei para Embrapa e tinham, sei lá, não sei se eram duzentos, pesquisadores das universidades, só da UnB eram setenta, fazendo mestrado, doutorado etc. Junto com a Embrapa no tomate, no não sei o quê, e tinha não sei quantos, sei lá cinquenta, uma coisa assim, a gente pode levantar esses dados juntos, pós-graduandos, técnicos da Embrapa fazendo pós-graduação na UnB. E eu vejo isso como uma grande inspiração para a EBC, acho que tinha que ser a nossa Embrapa, de a gente ir lá fazer estudos, ficar junto dos caras lá, em todas as áreas, não só na comunicação social, mas engenharia etc., ações internacionais e tal, e também os caras tinham que vir para cá fazer com a gente pós-graduação, tudo. No lugar, isso nessa

época, de acreditar que a EBC poderia ser EBC College, uma ideia que tinha aqui, muito inspirada na BBC. "Não, a EBC vai fazer cursos, até vender para as emissoras estaduais." Eu falei: "Gente, acho que tinha que fazer aqui parcerias com as universidades, a gente fazer aulas aqui, gravar, e deixar aberto isso para todo mundo, galera do Ceará que quiser, sei lá, ouvidoria segundo Fernando Oliveira Paulino, ou curso de comunicação comunitária com o professor Edgard Patrício...". Lá está o povo, deu ali a palestra e grava e deixa isso nos YouTube da vida para que a informação circule. Assim, desculpa o meio grosseiramente falando, mas muito popular, banco não vende pão nem padaria troca cheque, sacou? Atividade fim da EBC não é dar cursos, é fazer a programação, a distribuição, promover acessos aos conteúdos que a gente falava na primeira pergunta. E a atividade fim da universidade não é necessariamente produzir conteúdos audiovisuais gerais, é também fornecer atividades, sim, de pesquisa e de extensão e gestão. Então acho que dava para compatibilizar essas duas atividades fins e fortalecer o sistema público. O marco, a EBC, e também, por outro lado, retroalimentar as experiências de comunicação que as universidades têm. Só que nisso a gente perde muito tempo discutindo qual é a cabeça de rede, quando é que vai ser feito isso, em que prazo, e eu acho que a gente poderia tentar fazer umas experiências universitárias ai, no âmbito da TV mas também de rádio, de jovens realizadores, que acho que tem muita coisa interessante que é feita nas faculdades, não só aqui com a gente, mas com todas, certamente vocês lá também, que poderiam ter entrado com mais ênfase na programação da EBC. Algumas coisas entraram, é verdade, mas acho que fazer disso um clube mesmo, até festival... Aqui a gente teve, no caso da rádio, teve algumas experiências interessantes, festival de música aqui e tal, que não podem deixar de ser mencionadas, mas como a entrevista é de televisão, acho que a TV tem um pouco mais dessa resistência, é um canal muito engravatado, muito institucional, fechado, em comparação as rádios que acho que são mais dinâmicas, flexíveis. Isso faz com que as rádios tenham um pouco mais dessa relevância, percepção. Especialmente no Rio de Janeiro, aqui a Nacional FM, mas no Rio especialmente a Nacional AM, têm esse espírito. Agora, eu acho que a TV acabou ficando muito distante. Acabou ficando distante da população ao passo que poderia, se esses laços, as portas fossem abertas, acho que ter especialmente num momento de crise, um pouco mais de mobilização social para sustentá-la. Se a TV Brasil tivesse conseguido, o cara que tem análise em Hegel mas desenvolveu essa estratégia em um momento de crise, as pessoas saíam em defesa da iniciativa, mesmo porque sentiriam que o seu patrimônio está em risco. E eu acho que o fato de ter havido tudo que existiu e essas mobilizações não terem alcançado número maior é também resultado desse número insuficiente, ausência, de iniciativa.

| Com relação a essa temática, TV pública, alguma coisa que você tem a acrescentar aí com relação a isso?

É difícil falar com uma pessoa como você me olhando, é meio um espelho, porque eu sei que você compartilha de muitas dessas minhas angústias...

|A gente falou também de diversidade, pode ser a questão religiosa, que está colocada na bancada religiosa, a gente sabe que o sistema de concessões ainda passa pelo legislativo. Então, diante desse cenário todo, perspectivas que você coloca em relação à TV pública, ou sistema público de comunicação.

Eu estou bastante preocupado com tudo que é público! A gente está vivendo um momento de grande ansiedade. Você me pegou em um dia meio de surpresa e também no qual, já também me justificando aqui porque eu não respondi você tão rapidamente, estou aqui não só manejando uma ocupação na Faculdade como na Universidade, na comissão de negociação. Estou bastante preocupado com o desenrolar dos acontecimentos, então estou bem a flor da pele com o que é público em termos de educação, de saúde, de comunicação, de transporte, porque meu receio é que a gente... Eu não gosto muito de "avanço e retrocesso", mas que a gente retorne ao período anterior à constituição de 1988. Até porque estão mexendo na constituição em questões nevrálgicas que podem também de alguma maneira... Daqui a pouco mexer ali no artigo 220, 224. 220 a 224, artigo quinto etc. Então eu estou realmente preocupado com o que tem acontecido porque de alguma maneira está colocando em crise, em risco, a universidade pública, isso que eu falava agora a pouco, e obviamente também o modelo da comunicação pública. Acabei de receber aqui, para você ter uma ideia, uma mensagem da presidência da empresa já falando em PDV¹². Eu, que de alguma maneira vi a EBC nos últimos anos, até muitos alunos e ex-alunos saindo daqui para trabalhar lá, crescer e contratar e fazer projetos, agora vai possivelmente diminuir e isso me preocupa, faz a gente ficar pensando no que vai ser daqui para frente. Até porque a situação macro política no Brasil é muito indefinida, a gente tem um governo provisório, que se efetivou, mas não foi eleito como cabeça de chapa, a gente tem também nos estados crises econômica e financeira, o que certamente vai significar menos dinheiro para as experiências locais e menos condições também de canais de prestação de contas. A gente tem todo esse rescaldo aí do que foi o período do impeachment, que dificulta também o diálogo entre os grupos políticos. No âmbito internacional, a gente está vivendo um momento muito complicado, então eu acho que algumas articulações que o Brasil tinha feito e que eram muito interessante para nós no âmbito CPLP, Brics, agora também estão caminhando para outro lugar. Isso significa também pensar como isso vai acabar impactando em projetos estratégicos que envolvem a comunicação e a imagem do Brasil, chamado lá *softpower*, esse que já está afetando, o Brasil tomou 7x1 da Alemanha, a gente está vivendo um pouco essa fase do Brasil ser identificado como um lugar meio *loser*, em termos de estabilidade democrática, cumprimento de acordos, isso realmente me preocupa bastante. Então, indo mais diretamente no ponto da comunicação pública, acho que o cenário é bem sensível, porque a EBC é um pouco um farol, acho que apontava para os estados possibilidades, não só estados pela esquerda, mas alguns outros também, que veio com essa perspectiva. À medida que a EBC entra em crise, acho que a gente retorna para um momento onde não havia articulação, havia disputa, havia concorrência, tempos instáveis, principalmente em São Paulo e Rio, por hegemonia, então isso não é bom, para o projeto de nação projeto mais amplo e calcado na diversidade etc. Também me preocupa toda essa crise que a gente está vivendo por conta do que,

¹² Programa de Demissão Voluntária.

tenho estudado há alguns anos aí, de experiência de ouvidoria, de canal de prestação de contas, de diálogo etc. Porque a Ouvidoria [da EBC] ainda está em funcionamento, mas o Conselho Curador já foi deixado de lado, então acho que essas possibilidades, que eram mínimas, de ambientes de diálogo com a sociedade, também estão perigando, também estão sofrendo, estão em um momento sensível. Então eu acho que tudo isso me preocupa bastante. Agora, para não ficar só nessa coisa de crise, mas também por outro lado, embora não seja usuário de redes sociais, porque o e-mail já me dá trabalho suficiente, mas eu também vejo algumas possibilidades interessantes de uso da internet, da tecnologia e tal para estimular tudo isso que a gente tem conversado desde o início. O elo, a produção compartilhada está cada vez mais possível de ser feita com os canais que a gente tem. Então talvez também pudesse ser interessante para a rádio pública, para a TV pública, utilizar skype e outros canais aí para compartilhar conteúdos, fazer com que eles fossem utilizados de uma maneira a suprir a falta de recursos para o espacial e o temporal. Falta um pouco essa função de amarrar um pouquinho mais o que a TV faz com o que a rádio faz, os canais privados têm feito isso com mais maestria. Você pega um exemplo da Band, os caras retransmitem o telejornal na rádio, ficam, você que acompanha a rádio também, fica ali o tempo inteiro reprintando as entrevistas e tal e você entra no site, tem o conteúdo. A EBC ainda precisa amarrar um pouquinho mais isso, de pegar conteúdos antigos, RTP memória dos nossos amigos... e amarrar com o novo e já fazer uma conexão da TV com o rádio, e já colocar na Agência Brasil... Falta um pouco mais dessa sinergia e isso poderia ser uma possibilidade futura interessante, essa sinergia, e a utilização tecnológica, além, claro, da universidade. Eu ainda quero acreditar que a EBC vai perceber a universidade pública, a educação pública, as escolas, o ensino médio, como ambientes parceiros, instituições que podem caminhar juntas, e fazer com que a gente tenha um serviço público de comunicação, um consórcio com todas essas iniciativas públicas. Não sei se isso é sonhar demais, mas de botar nos postos de saúde, não estou querendo fazer o barulho, incomodar as pessoas, mas algumas telas, no mínimo um cartaz "Olha amigo, você que vai passar no posto de saúde público, assista à TV pública", "Professor, você que está dando aula de física, a gente tem aqui o, voltando ao caso da TV Cultura, o Vestibulando, a gente tem aqui o Enem", uns conteúdos que ficariam lá. De repente até tem, eu estou sendo injusto, mas eu queria que isso repercutisse mais, que pegassem os temas aí candentes e fizessem programas, conteúdos e que já otimizassem o áudio de um lado, fizessem podcast... Então, é mais fácil falar do que fazer, mas acho que tudo seria um encaminhamento que me deixaria um pouco mais feliz, digamos assim, para aliviar a barra do outro lado aí, que é a contenção de recursos etc. Como a vida, eu vejo um futuro muito dialético, acho que tem todo esse cenário, essas nuvens carregadas aí a nossa volta, mas também tem um pouquinho de fresta de luz aí, quem sabe utilização de tecnologia de cooperação... Eu vejo desde 2008, essa relação com Portugal, com Angola, Moçambique, América Latina, poderia estar mais avançada, em compartilhamento de conteúdos, de interação na programação, acho que não é possível que com tantas coisas interessantes aí a nossa volta na América Latina, e em Portugal, a gente ainda não tenha conseguido colocar na tela e no áudio e na caixa de som os conteúdos que já poderiam ser, até sem custo nenhum, colocados. E fica às vezes em uma disputinha de hegemonia, de lá e de cá. Mas quem sabe a gente consiga daqui a dez anos, conversando sobre êxitos que

foram desenvolvidos de coproduções no âmbito da rádio e da TV pública, o cinema público, nas experiências audiovisuais, isso acontece. O maior parceiro de filmes que a gente tem é Portugal. Um número razoável de filmes que são feitos por coprodução, pouca gente conhece, talvez, essa informação, mas também acho que esse espírito poderia ser georreferenciado para TV e para a rádio também. De ter mais fluxo informativo no âmbito macro nessas cooperações, e no âmbito micro. Pode ser uma coisa assim "viajadona", mas o mundo é tão possível hoje... Se eu tivesse hoje na presidência da EBC, não sou candidato, até porque o meu mandato aqui na direção [da Faculdade], mas eu penso justamente nisso, de como flexibilizar e fazer o trabalho mais compartilhado nos processos de produção, distribuição e acesso de conteúdo. Entender que a empresa não se restringe à produção de material para TV analógica ou digital. Ela tem um pouco mais dessa compreensão global, pode facilitar mais público, mais audiência, mais diversidade e mais atendimento ao interesse público.

“Na TV pública não há interesse comercial. O que é desprezado pelas emissoras privadas pode constituir-se em material de grande valor para ser exibido pela TV pública”.

FLÁVIO ANTÔNIO CAMARGO PORCELLO

Carlos Henrique Demarchi

Jornalista (1977) e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (1976) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado (2001) e doutorado (2004) em Comunicação Social pela PUC-RS. Atualmente, é professor associado, classe D, nível 2, nos cursos de graduação em Jornalismo e pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS e pesquisador da área de Telejornalismo, com ênfase nas relações entre mídia e poder. Foi diretor de programação (1995-1996) e de relações institucionais e marketing cultural (2003-2004) da TVE do Rio Grande do Sul. Foi responsável pelas TVs universitárias da PUC-RS (1998-2003) e UFRGS (2008-2012). Coordenou a Rede de Pesquisadores em Telejornalismo da Associação Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor) no período 2006-2013. É diretor da Associação de Amigos da TVE e FM Cultura (AATVE), gestão 2016-2019.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Fundamental para a democratização da informação. A televisão privada visa objetivos comerciais e é controlada diretamente por quem detém o poder econômico. O que não gera lucro não é exibido sob a desculpa de que não dá audiência. Na TV pública não há interesse comercial. O que é desprezado pelas emissoras privadas pode constituir-se em material de grande valor para ser exibido pela TV pública. Cultura, artes, política, programação infantil e, principalmente, debate sobre o papel social da mídia.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

Falta de recursos. TV é cara e, sem recursos adequados, a geração de imagens e a transmissão de conteúdos ficam difíceis. Como a TV pública não dispõe dos recursos vindos dos anúncios comerciais, ela acaba dependendo de verbas públicas, que já são insuficientes para fazer frente a despesas com saúde, educação, segurança etc.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Essa é uma boa questão. A Inglaterra resolveu com o financiamento público, já que a BBC de Londres é totalmente financiada por impostos específicos pagos pela

população. O telespectador britânico compra um aparelho de TV e já paga uma taxa para poder assistir, ou seja, mensalmente, contribui com um valor para manter a TV pública. Assim como paga a luz e a TV por assinatura, paga também para manter a BBC, que é mantida por um conselho, eleito para garantir que a emissora cumpra sua finalidade pública. O mesmo vale para a Rádio BBC.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Relações institucionais de respeito à legislação vigente e voltada para atender o interesse público. A TV pública não deve ser comandada por governos e sim por conselhos eleitos para representar a sociedade que mantém a emissora.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Cumprindo a lei e exibindo programação compatível com o interesse público. Como está livre das amarras do interesse comercial dos anunciantes, a emissora pública deve priorizar a democratização da informação.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Essa é uma questão complexa. Se for uma emissora nacional, deve abranger os interesses de um país continental como o Brasil, com toda a sua multiplicidade de raças, etnias, religiões, tendências políticas e diversidade cultural. É uma tarefa difícil, mas possível. Não deve fazer como a Rede Globo, que impõe um valor Rio-São Paulo a todo o país: ou seja, adota um modelo econômico paulista em linguagem da zona sul carioca. A TV pública deve respeitar a diversidade e preservar a cultura regional manifestada pelos vários sotaques regionais que o Brasil fala. Deve dar uma identidade ao país para que ele se veja na TV.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Fundamental para que o país se veja e se reconheça pela TV. Deve fazer o contrário do que faz a TV comercial, onde a população é retratada como se vivesse na zona sul do Rio de Janeiro.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Sim, muito. Não tenho como citar só um. Entre tantos programas que assisto, estão: Repórter Brasil, da TV Brasil; Roda Viva, da TV Cultura; TVE Repórter e Nação, da TVE do Rio Grande do Sul.

| As TVs são concessões públicas. Qual é o papel da televisão pública em relação à TV privada?

Não ter interesses comerciais e não montar sua grade de programação com o intuito único de buscar audiência a qualquer preço.

| Qual é a importância da televisão pública quando se discute a democratização da comunicação?

Fundamental, pois ela pode dar vez e voz a todas as correntes e linhas de pensamento. A TV pública é múltipla e deve propor reflexão sobre todos os temas que interessam ao país.

| Considerações finais

Sou um intransigente defensor da TV pública e, neste sentido, faço um convite para a leitura de um livro: *Telejornalismo: a nova praça pública* (Ed. Insular, 2006), que analisa as relações entre mídia e poder no país. É um livro lançado há dez anos e que está muito atual nos dias de hoje. Também recomendo a leitura de um livro lançado pelo nosso grupo de pesquisa TELEJOR, em Florianópolis, no XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). O livro chama-se *Telejornalismo e Poder* (Ed. Insular, 2016).

“A TV pública busca audiência, mas ela não vai competir com as demais emissoras. Ela não faz do telespectador um consumidor, ela o trata como cidadão.”

FRANKLIN MARTINS

Carolina Fernandes

O jornalista político Franklin Martins nasceu, em 1948, em Vitória, mas foi criado no Rio de Janeiro. Ele começou a trabalhar cedo como estagiário do jornal Última Hora, aos 15 anos. Como jornalista, durante quatro décadas, passou por vários veículos de comunicação, como: Rede Globo, GloboNews, jornal O Globo, revistas República e Época, Rádios Bandeirantes e CBN, portal iG, dentre outros. Além disso, de 2007 a 2010, foi ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social do Brasil durante o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Franklin foi entrevistado por sua relevância profissional, já que possui postura crítica em relação ao poder, bem como acredita que a mídia deve levar a sociedade em consideração.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

No mundo todo, no contexto democrático, existe TV pública, porque é uma das formas tradicionais de comunicação. Desta forma, temos uma comunicação privada, uma comunicação estatal (dos órgãos do estado) e uma comunicação pública, ou seja, esta não está subordinada aos interesses privados, tampouco está subordinada aos interesses estatais. Geralmente, encontram-se mecanismos para que isso funcione. Os sistemas de financiamento são diferentes de país para país, mas sempre há mecanismos que permitem (ou pelo menos tentam) fazer com que a TV pública preste conta diretamente à sociedade e não ao estado, nem empresas privadas.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

A BBC é uma TV pública fortíssima, não é frágil. Na Alemanha, na Itália, na França, na Argentina, em Portugal as televisões públicas também são significativas. A TV pública não é necessariamente frágil. Mas no contexto brasileiro nunca tivemos uma TV pública para valer. Nós tivemos algumas iniciativas de TVs no final dos anos 1960, como a TVE, TV Cultura (de São Paulo), que eram TVs estaduais, não eram nacionais, no momento em que a televisão comercial estava entrando em rede nacional, elas estavam começando a se construir localmente e, assim, ficaram fragmentadas e isoladas. Em muitos casos, passaram a responder aos governos dos estados, e não à sociedade. Para que seja pública, a TV tem de ter conselhos ou mecanismos que façam

com que sua linha editorial, sua produção de conteúdo, seja acompanhada não pelo poder estatal, mas seja acompanhada por representantes da sociedade, como representantes de organizações sociais, por exemplo, que fazem esse trabalho de supervisão, garantindo que a TV pública cumpra seu dever.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Isso varia de país para país. Na Inglaterra, por exemplo, todo cidadão que tem uma televisão paga uma taxa anual – não é algo barato, e é essa taxa que sustenta a TV pública. Em outros países, a TV pública está, muitas vezes, no orçamento do Estado, no orçamento do país e vai diretamente para a televisão. No caso brasileiro, por exemplo, quando a TV Brasil (EBC) foi criada, parte do recurso era do governo e outra parte era uma taxa da comunicação pública que vinha das empresas de telefonia. Estas se recusaram a pagar, entraram na justiça contra isso e foram sendo derrotadas na justiça, mas até hoje é um problema que permanece. O ideal é que a TV pública tenha um mecanismo automático de transferência de dinheiro do Estado através de algum tipo de taxa, contribuição, ou também que tenha outro recurso. Nos Estados Unidos, por exemplo, a TV pública conta com financiamentos de orçamento de Estado, mas também com financiamentos de pessoas e empresas que doam recursos para a TV pública. Isso varia de lugar para lugar, mas o importante é que ela tenha recursos para fazer o trabalho dela e não esteja na dependência de um controlador.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Isso também varia de país para país. No Brasil, criou-se a EBC para a comunicação pública. Então, para garantir que as decisões da emissora sejam tomadas em nome do interesse da sociedade foi criado um Conselho Curador formado por 22 representantes dos quais a maioria são da sociedade civil, dentre organizações sociais, sindicatos, entidades de direitos humanos, entidades culturais, entidades de defesa do menor etc. Bom, pelo menos era assim que funcionava quando eu acompanhava o assunto, porque eu não estou por dentro disso há algum tempo.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Grade de programação não é uma coisa simples de resolver, não existe uma fórmula. O essencial é que o telespectador seja tratado não como um consumidor, mas como cidadão. Tem que ter a programação para os diferentes públicos, por exemplo, tem que se pensar no público infantil. Hoje em dia, as televisões privadas abertas no Brasil não contam com uma programação infantil educativa, porque é proibido fazer publicidade para crianças de determinada idade. Então, eles não oferecem, porque querem ganhar dinheiro. Já a TV pública tem que ter uma programação de caráter educativo, fazer com que ajude a criança a despertar para a sociedade, entender os problemas e as coisas que acontecem, além de ter uma visão crítica do mundo. A TV pública deve oferecer também programas sobre minorias, ter um bom jornalismo independente e programas culturais que mostram a cultura nacional e regional. Ela tem que ir além, não simplesmente ver o que dá ibope, embora ela deseje ter uma audiência.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A TV pública busca audiência, mas ela não vai competir com as demais emissoras. Ela não faz do telespectador um consumidor, ela o trata como cidadão – ela não está fazendo como uma TV estatal, que, na verdade, comunica aquilo que o governo faz. Se analisarmos a BBC, por exemplo: ela tem dois canais na Inglaterra, um deles disputa a audiência praticamente como uma televisão comercial, mas continua tendo o caráter de TV pública.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Não, depois que eu saí do governo não assisto mais.

| Como você avalia os recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação televisiva de um modo geral?

Eu não estou acompanhando recentemente, mas as técnicas de acessibilidade evoluem com o tempo e podem ter coisas hoje em dia que podem ser efetivas, eu não sei. Eu só sei que quando eu estava à frente da SECOM, na época em que eu participava das reuniões do Conselho Curador da TV Brasil, havia uma preocupação muito forte com relação ao telespectador com deficiência – o que não quer dizer que todos os programas conseguem adotar esses recursos, já que isso tem um custo, mas era uma política nossa e já se aplicava muito mais que na TV privada, que não trata o telespectador como cidadão, só busca o lucro. Como isso tem custo e não tem grande retorno, a TV privada descarta, o que eu acho um erro, pois ela só cumpre o horário de audiodescrição, por exemplo, que está previsto na Lei.

“Para não perder o rumo da história, é necessário que as emissoras públicas, tanto televisão quanto rádio, se adequem à contemporaneidade e se voltem para o interesse social.”

GERSON LUIZ MARTINS

Fernanda Vasques Ferreira
Marcelli Alves

É graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999), em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (1989) e em Filosofia pela Universidade Católica Dom Bosco (1983). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1991), doutorado em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1999) e pós-doutor em Ciberjornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha (2012). Foi professor adjunto do Departamento de Comunicação/Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ex-presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). Atualmente é Diretor de Comunicação do FNPJ e professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Coordena o Grupo de Pesquisa em Ciberjornalismo - CIBERJOR-UFMS.

|A televisão no Brasil se consolida como um projeto do aventureiro Assis Chateaubriand. Ela nasce do contrabando de televisores e até os dias atuais se mantém na ilegalidade/imoralidade das concessões. Diferentemente do contexto em que se insere a televisão no Brasil, Dominique Wolton defende a ideia de que a TV é um meio de comunicação democrático. Como você avalia a “televisão ideal” e a “televisão real” que temos no Brasil?

A mídia TV é um meio de comunicação por excelência. O modelo adotado no Brasil compromete a democratização desse meio e uma concessão pública se torna um patrimônio privado que visa exclusivamente o lucro e o domínio ideológico e político da população brasileira e que ignora a função social e educativa desse meio de comunicação. Para se pensar a “televisão ideal” temos que considerar como um meio que possa potencializar o processo educativo, mas não exclusivamente. Considero que a função de entretenimento e de informação da televisão é fundamental. Como concessão pública, a televisão deveria estar, efetivamente, no controle do Estado, não descarto a concessão privada, mas o Estado deve gerir, regular tudo o que se produz na televisão. A “televisão ideal” é aquela que proporciona e potencializa o processo educativo, promove a difusão da informação jornalística de forma equilibrada e

fornece entretenimento. Há que se dosar, nessa “televisão ideal”, e privilegiar a educação, nas suas mais diferentes formas e em segundo lugar privilegiar a informação noticiosa. Depois disso a “televisão ideal” pode fornecer e proporcionar entretenimento. A “televisão real” que temos no Brasil está muito distante do ideal. Não há qualquer regulação e os, literalmente, donos das emissoras utilizam uma concessão pública para interesses pessoais, para favorecer interesses corporativos, econômicos e políticos em detrimento dos interesses sociais e da promoção do bem-estar social. A “televisão real” é autoritária, atende aos interesses do capital internacional, de seus próprios concessionários e manipulam a informação em prol desses mesmos interesses, sejam do ponto de vista político ou econômico.

| Você acredita que a televisão mantém uma relação promíscua com o poder político? Isso é ou seria diferente na televisão pública?

A “televisão real” está completamente comprometida com o poder político, seja no âmbito de se fazer serviçal, seja do ponto de vista de colocar o poder político ao seu serviço. A gestão privada da “televisão real”, sem qualquer tipo de regulação, proporciona a grupos empresariais, grupos políticos uma administração que atende apenas aos interesses privados. Nesse aspecto, sim, sem dúvida a televisão que existe no Brasil hoje tem uma relação promíscua com o poder político.

No que diz respeito à televisão pública, considero que dado a uma administração mais democrática é possível uma televisão de qualidade que privilegia a educação, o interesse social, enfim que proporciona informação mais equilibrada a serviço da população. Em outras situações, uma televisão pública, mais do que qualquer outra, poderia ficar submissa ao poder político, como acontece em muitos estados brasileiros em que o governo do estado transforma a emissora estatal num instrumento de som e imagem que publiciza e promove suas ações. Isso só não ocorre de forma mais acentuada porque as emissoras estatais têm baixíssima audiência. E os governos preferem gastar recursos públicos nas emissoras privadas. Canalizam-se, assim, milhares de dólares para os cofres das empresas privadas que controlam emissoras de televisão sob concessão. Os governos estaduais podem favorecer seus aliados políticos, empresários das emissoras privadas e ainda promover a manutenção dessas emissoras e controlar, principalmente, o que se produz de jornalismo. Em outras palavras, a emissora privada que, na realidade brasileira recebe fartos recursos do poder público, vai controlar, censurar o seu jornalismo para que não produza críticas ou veicule informações contrárias ao governo. É fato que a televisão privada no Brasil não subsiste pela publicidade privada. O maior anunciante das emissoras de televisão, da mídia em geral são os governos. Se não fossem as verbas públicas, emissora ou mídia privada sobreviveria. Se não é o aporte gigantesco de recursos do governo federal, a TV Globo não seria o que é hoje.

| Como você define televisão pública?

Considero a televisão pública sob dois aspectos. Um se trata da emissão pública de informação e entretenimento que é realizado por uma emissora privada, que é uma concessão pública, ou por emissora estatal. Assim, a chamada televisão pública é na realidade uma televisão estatal, pertence ao estado e indiretamente aos governos que administram a estrutura pública. Assim, podemos dizer que televisão pública é toda a

televisão que existe. No entanto, no que diz respeito às emissoras privadas, ou sob controle privado, não há uma televisão pública, fica, portanto, esse conceito apenas para as emissoras estatais, e mesmo assim não há como generalizar visto que muitas emissoras estatais não são exatamente públicas. É importante considerar que em razão do alto custo de produção, manutenção e investimento na estrutura de uma emissora de televisão, os governos estaduais não conseguem fazer uma produção local e tampouco fazer a manutenção das emissoras, se filiam às grandes emissoras, como é o caso da TV Cultura ou da TV Educativa do Rio de Janeiro, esta de administração federal, para que possam veicular produção. Neste caso, e com algumas exceções, produzem pouquíssima programação local ou regional. Normalmente tem sinal de transmissão de péssima qualidade que inviabiliza uma audiência maior.

Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Considero que a televisão pública, seja de concessão privada ou de concessão estatal, é imprescindível para o desenvolvimento da sociedade. Embora com o avanço do processo de comunicação cibernética, a mídia televisão ainda tem uma grande força para promover o desenvolvimento social, promover a educação, disseminar informação jornalística e proporcionar o entretenimento. É certo que a significância da televisão está no seu limiar, mas há ainda vários anos para isso. A televisão em geral está a perder espaços para os cibermeios, seja no aspecto da informação, seja no entretenimento. De qualquer forma, a televisão pública é um meio por excelência, que pode contribuir na melhoria da saúde, na qualificação do transporte público, na disseminação da informação jornalística e no entretenimento. O país necessita mudar, urgentemente, o seu formato de televisão, precisa regular as emissoras administradas pelas empresas privadas e potencializar a característica da educação, que envolve também a difusão da informação jornalística. A televisão precisa ser pública. A televisão que se faz no Brasil não é pública.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

Se entendermos televisão pública como aquela que produz e transmite informações educacionais, proporciona desenvolvimento social, difunde informações jornalísticas de forma democrática, creio que essa televisão não existe no país. Temos um modelo de televisão estatal que se pretende pública, mas que tem graves problemas e, portanto, baixíssima audiência. Problemas no âmbito da atualidade dos seus equipamentos, da qualidade de sua programação, mesmo das diretrizes políticas que gerenciam essas emissoras. As fragilidades de uma televisão pretensamente pública, mas de cunho estatal, reside na defasagem de equipamentos, má administração, ausência de investimentos e ingerência dos governos. A precariedade dos equipamentos provoca baixa de qualidade de produção, baixa qualidade de sinal de transmissão. No limite do prazo para que as emissoras mudem o sinal e os equipamentos para a qualidade digital, muitas emissoras estatais ainda não dispõem de recursos para fazer a troca dos equipamentos. Correm o risco de terem o sinal bloqueado. Não há interesse dos governos na melhoria da qualidade da televisão estatal, muitos gestores são indicações políticas sem qualquer conhecimento técnico. As emissoras estão sucateadas em prol de enormes recursos aplicados nas emissoras de concessão das empresas privadas. Mesmo com todos esses problemas, a produção,

ainda que pequena das emissoras estatais é de boa qualidade. Diversos produtos só não chegam à população porque a qualidade de transmissão é muito ruim, quando se trata do sinal aberto. No caso da transmissão em sinal fechado, a cabo, pouquíssimas pessoas têm acesso. A fórmula “showrnalismo”, como bem conceitua José Arbex associada à telenovela está superada. Há um cansaço desse modelo. Se as emissoras não se reinventarem, perderam espaços, cada vez mais, para o entretenimento e a informação veiculadas pelos cibermeios.

| Na sua visão, como a televisão pública deve se sustentar?

Considero o modelo de sustentabilidade utilizado pela BBC como o mais adequado na atual conjuntura. Um misto de investimento privado em publicidade e injeção de recursos estatais e da sociedade pode contribuir para que a produção televisiva seja mais democrática e atenda aos interesses sociais, a partir de conselhos de regulação e de produção da programação.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado? Você poderia dar exemplos de emissoras públicas que têm esse tipo de relação com o Estado?

O Estado deve gerir as emissoras estatais e regular as emissoras privadas, por meio de conselhos compostos por representantes da sociedade. As emissoras estatais existentes têm uma relação promíscua com os governos. Infelizmente, muitos governos promovem um processo de sucateamento das emissoras estatais em prol das emissoras privadas. Em pouco tempo não haverá, no país, emissoras estatais, estarão fortemente sucateadas que uma recuperação se tornará muito onerosa, embora, por mais onerosa que possa ser o investimento numa emissora de televisão estatal é sempre investimento, não custo e, portanto, deve ser priorizado da mesma forma que são priorizados investimentos na educação, pois uma emissora de televisão estatal é uma forma de educação, de conhecimento.

| Estamos em um momento absolutamente conturbado da política no país. Após o impeachment da presidente Dilma e das constantes intervenções do atual governo nas políticas públicas, que riscos você vê para a televisão pública? Ela estaria fadada ao insucesso e ao seu fim?

O quadro e as políticas do governo atual, considero pessoalmente, como uma diretriz de precarização e sucateamento da estrutura de comunicação do governo federal. Entendo que a televisão estatal, pública pode ser extinta. O modelo em vigência em final de 2016 prevê o fortalecimento dos empreendimentos privados em televisão e a extinção da estrutura estatal, por mais contraditório que possa parecer. A se manter este modelo o país terá uma TV Globo cada vez mais forte, mais poderosa, uma concentração ainda maior das emissoras de televisão em mãos de poucos empresários e adoção de um modelo de discurso paraoficial que executa as diretrizes de governo, não estatais e absorve a maior fatia do bolo das despesas com publicidade oficial, de forma pública, e de forma oculta por meio de destinação de recursos para algumas dezenas de projetos “publicitariamente” sociais.

| Diante do contexto das redes sociais na internet – em que todos podem falar, mas não se sabe a confiabilidade das informações – como a televisão, em especial a

televisão pública poderia contribuir para uma transformação social, para dar transparência ao momento atual para os cidadãos?

Entendo que a televisão deve sofrer uma transformação profunda. A televisão tem que, urgentemente, se “submeter” aos cibermeios, ao formato dos cibermeios. Esta não é uma situação nova, basta observar as “televisões” que veiculam filmes e séries na internet. O modelo segmentado, com fortes recursos hipermídia e um processo de interatividade que no modelo atual apenas engatinha e nem mesmo vai começar a andar, pois está comprometido. A televisão deve incorporar os recursos hipermídia, interagir com as redes sociais para que possa oferecer um serviço, um produto que o usuário possa utilizar, consumir de forma proativa e dinâmica. A televisão, assim como a conhecemos hoje, não mais existirá em 20 anos. Assim como os jornais impressos que devem desaparecer nesse período, o mesmo acontecerá com a TV. Os jovens de hoje consomem entretenimento, informação e mesmo educação em outro formato. Os jovens de hoje não assistem mais à TV. Em muitas casas, mais conectadas, a tradicional TV da sala mostra apenas difusão televisiva interativa e hipermidiática.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade? Temos experiências como essas fora do Brasil? Quais?

Creio que em primeiro lugar a televisão pública – e aqui considero o entendimento de televisão estatal como recorrente para televisão pública – deve ser fazer presente, deve “conquistar” audiência. Esse conquistar entre aspas, pois não se trata do mesmo entendimento das televisões privadas, mas pela melhoria do sinal, pela qualidade da programação conquistar adeptos e, ainda mais, pela utilização dos recursos dos cibermeios, principalmente da interatividade real e da hipermídia proporcionar novas experiências aos usuários e oferecer educação, informação e entretenimento que contextualiza o usuário e o cativa. O diálogo com a sociedade deve se pautar pelas realidades locais. Assim como os cibermeios, que cada vez mais tem características hiperlocais, a televisão deve se voltar para essas condições. No que diz respeito às grandes redes, de âmbito nacional, a televisão deve promover o debate, interativo e hipermidiático, dos grandes temas de interesse social. As experiências de televisão pública na Europa, por exemplo, se dão com características do local, de uma televisão voltada para o cotidiano das sociedades locais. A que se deve o sucesso, por exemplo, da TV3 da Catalunya? Acontece porque esta emissora, pública, retrata, mostra e dialoga com a realidade local, com o cotidiano da sociedade que busca transparecer.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A estrutura de programação de uma televisão pública deve priorizar a educação, as questões sociais que afetam o cotidiano da população, prezar por um jornalismo de qualidade e oferecer boas opções de entretenimento. E ainda fortalecer, por meio de produção local, a cultura regional, o folclore e as manifestações populares, sempre muito próximo do público. Essa proximidade que vai contribuir para ampliar a audiência. Em todo esse conjunto, a priori, a gestão da televisão pública deve ouvir a sociedade, seja por meio dos conselhos da sociedade, seja por meio de pesquisas e enquetes e até mesmo pelas propostas dos grupos sociais organizados.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública? O que fazer para ampliar a audiência?

A audiência é importante para toda a mídia. Contudo, parece que a televisão pública estatal não se preocupa muito com isso. Com exceção da TV Cultura e da TV Educativa Rio, há situações muito diferenciadas entre as emissoras públicas de televisão. Nos demais estados, a situação que transparece é de um descaso com a audiência. Tudo indica que o custeio das emissoras privadas é mais vantajoso para os governos estaduais, em detrimento do investimento para a melhoria da qualidade das emissoras estatais. Considero que a receita, se é que existe receita, para o crescimento da audiência da televisão pública seja ampliar os orçamentos para as emissoras, investir constantemente em equipamentos e pessoal técnico qualificado e produzir programação de alta qualidade. Exemplos não faltam, a conhecida BBC pode ser citada, além da TV3 da Catalunya que recebem fortes investimentos do governo, além de uma contribuição do público que tem interesse na manutenção da emissora pública com programação de qualidade. Oferecer uma programação de qualidade, possibilitar interatividade, desenvolver conteúdo hipermediático são fatores fundamentais para se obter, ampliar audiência em tempos de ciberespaço e redes sociais.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Eventualmente. A principal razão disso está na qualidade do sinal propagado pela emissora estatal local. Além disso, por causa da qualidade dos equipamentos, a emissora encontra-se totalmente sucateada, a programação própria é precária. Os programas que são retransmitidos pela TV Cultura, principalmente, e pela TVE do Rio de Janeiro tem melhor qualidade, mas por causa da qualidade do sinal a programação fica comprometida. Pessoalmente gosto do telejornalismo da TV Cultura e dos programas de entrevistas, principalmente, o Roda Viva. A qualidade caiu nos últimos anos, desde que o governo do estado de São Paulo infligiu uma precarização da emissora. No geral, a qualidade da TV Cultura é boa.

| Os cursos de Jornalismo, principalmente, realizam discussões sobre os efeitos de concentração de poder da mídia, em especial, a televisão. O assunto pode parecer corriqueiro nos ambientes acadêmicos, mas ainda não envolve os cidadãos que, de um modo geral, deveriam ser os principais interessados e são os mais afetados. Como você acha que a televisão pública poderia contribuir com os cidadãos e com a cidadania plena dos brasileiros?

Neste aspecto, a televisão pública tem um papel muito importante. Deve trazer para a tela o debate sobre este tema, sem qualquer receio de tocar num assunto que venha a questionar sua própria atuação. Percebo que a televisão pública está muito distante das universidades. Há exemplos importantes, como o programa do professor Laurindo Leal Filho, que debate a televisão, faz crítica sobre a televisão na própria televisão. No contexto das emissoras estaduais, fora de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, não há qualquer relação das emissoras com as universidades. Posso mencionar aqui o caso da TV Educativa de Mato Grosso do Sul que, apesar das boas intenções da atual administração, não houve a consolidação das relações da emissora com as universidades, há trabalhos muito pontuais, sem uma política que leva as pesquisas, os debates promovidos pela universidade para a televisão. A televisão pública deve

ampliar e fortalecer o debate sobre sua própria atuação, sem qualquer receio de ser criticada. Essas produções devem ter ampla visibilidade, chamar a atenção da população para a importância do debate sobre a política de telecomunicações, sobre a atuação da televisão privada, sobre o que significa uma concessão pública de TV. Contudo, isso esbarra na vontade político dos governos que não tem interesse em discutir as concessões das emissoras privadas. Outra iniciativa importante se trata do Observatório de Imprensa dirigido pelo jornalista Alberto Dines. Neste caso, especialmente, a emissora que transmite o programa e as demais que retransmitem deveriam fortalecer o apoio à entidade que produz o programa para que não só permanecesse no ar, mas também pudesse receber apoio publicitário e divulgar o trabalho para as populações dos estados. Sabemos que muitos programas devem estar estampados em enormes painéis de propaganda de rua nas cidades, dar visibilidade para essas produções.

| A BBC é considerada a melhor televisão do mundo segundo a obra de Laurindo Lalo Leal Filho. É também literatura recomendada para estudantes de comunicação. Você considera que a BBC é um modelo ideal? Você acredita que estamos, em alguma medida, próximos dessa possibilidade ou a distância tem se agigantado nos últimos tempos? Explique.

Considero a BBC um excelente modelo, mas não o modelo ideal. Nos últimos anos se observou uma interferência político do governo britânico na BBC, até mesmo com a interferência na composição do grupo dirigente. Não há dúvida que, mesmo não sendo o modelo ideal, é um modelo a ser copiado com as devidas adaptações às realidades dos países. Se a televisão pública estatal brasileira fizesse a terça parte do que faz a BBC, teríamos uma televisão estatal de qualidade. Por outro lado, os governos teriam que conseguir da população uma forma de contribuição para esse formato, para essa qualidade. E a população está disposta a pagar por qualidade. Podemos perceber isso claramente quando muitas pessoas pagam assinaturas de TV a Cabo. Elas querem sair da mesmice, querem televisão de qualidade, estão cansadas e insatisfeitas com a qualidade da televisão privada aberta. O modelo da televisão privada aberta não dá mais, saturou. Lamentavelmente o modelo brasileiro de televisão pública caminha no sentido contrário. Os governos iniciaram, há alguns anos, o processo de sucateamento das emissoras estatais, notadamente na TV Cultura, na TV Educativa do Rio de Janeiro, e mesmo nas emissoras estaduais, como é o caso, de forma contundente da emissora estatal de Mato Grosso do Sul, que corre o risco de sair do ar no momento em que a Anatel finalizar o processo de transmissão analógica. A mesma situação ocorre com a TV Educativa do Paraná, que também sofreu um forte processo de sucateamento. Como mencionei anteriormente, para os governos estaduais é mais interessante aplicar recursos do estado nas emissoras privadas. E como fazer televisão pública sem recursos e com equipamentos totalmente defasados? Se não houver qualidade do sinal transmitido, se as emissoras não fizerem, o que é obrigatório, a transferência para o sinal digital, não há audiência e, portanto, não há aplicação de recursos para os investimentos em pessoal e equipamentos necessários.

|Recentemente publicamos capítulo em um livro sobre Televisão Pública em que fazemos uma revisão das origens históricas do conceito de televisão pública e chegamos ao ponto de assinalar que estamos longe de um conceito propriamente dito. O que temos, na maioria dos livros e referências, é uma caracterização e diferenciação dos modelos existentes em diferentes países com conjunturas econômicas, políticas e culturais diferentes.

“Inferimos que essa dificuldade reside, sobretudo nos “desvios” pelos quais passam as emissoras – que se autodeclaram públicas –, mas acreditamos também que revela uma forma de ser das emissoras que já transpareça o seu conceito. É como dizer que todos sabem o que é uma televisão pública e ao mesmo tempo, ao dizer isso, desconsideramos a necessidade de dar ao conceito maior riqueza e densidade teórica” (FERREIRA; MORAES; VARÃO: 2016, p. 93).

Você acredita que o “conceito” de televisão pública no Brasil guarda uma confusão conceitual capaz de reduzir a importância da televisão pública na sociedade brasileira?

Como mencionei logo no início desta entrevista, no Brasil temos televisão estatal e televisão privada. Tanto uma como a outra são emissoras públicas no sentido que se trata de concessão pública e que tem como objetivo proporcionar educação, informação e entretenimento, com participação efetiva do público. No entanto não é isso o que acontece. Temos televisão estatal e televisão privada que não são públicas. Nos dois modelos de televisão não há participação pública, do público. Nas emissoras estatais há algumas iniciativas, mas poderia ser ampliada. Nas emissoras privadas, se propaga uma falsa ideia de televisão pública por meio de pseudo ações de interatividade. Nem mesmo o Conselho Nacional de Comunicação consegue interferir na regulação das emissoras estatais e das privadas. O que se entende no Brasil como televisão pública é, na realidade, emissora estatal a serviços dos governos estaduais. Se os governos estaduais investissem nas emissoras estatais a mesma quantidade de recursos que joga nas emissoras privadas, talvez houvesse a possibilidade de transformar emissoras estatais em pública, com objetivos claros em atender os interesses sociais.

|Você acha redundante usar o termo “televisão pública”? Pela lei e pelo entendimento dela, toda televisão não deveria ser pública?

Concordo. A emissão de sinal em vídeo e áudio no espectro eletromagnético que é público, de domínio público, assim a televisão é, em si, pública. As formas como essa transmissão é feita, ou seja, os formatos de programas, os formatos de vídeo e áudio que são de direito autoral, mas que no momento que são transmitidos no espaço público se tornam de domínio público. No Brasil, nos acostumamos a falar televisão pública para televisão estatal, o que deveria ser a mesma coisa, mas na realidade não é. Dessa forma, e ainda por muito tempo, vamos designar televisão pública no lugar de televisão estatal, embora a televisão veiculada pelas empresas privadas também são públicas e deveriam, portanto, serem regulamentadas e reguladas pelo poder público.

|No contexto político atual, pós impeachment, como você avalia a necessidade de fortalecer a televisão pública para a defesa dos cidadãos e da democracia?

Neste contexto considero imprescindível o fortalecimento da televisão pública. De outro lado, também é muito importante apoiar e fortalecer os programas que fazem crítica de televisão, como o Ver TV de Laurindo Leal Filho e o Observatório de Imprensa de Alberto Dines. Na situação que o país vive nestes tempos a televisão estatal é uma “faca de dois gumes”! Ela pode ser utilizada de forma equivocada pelo poder político constituído, ou ainda sofrer o sucateamento em favor das emissoras privadas. Esta última situação é a que me parece mais provável. Da mesma forma que na educação pública, o governo prefere criar mecanismos que subsidiem e patrocinem o ensino privado em detrimento dos investimentos no ensino público em qualquer nível. As emissoras de televisão estatais devem ter gerenciamento independente dos governos para que possam ter independência de produção e veiculação. Não é isso o que acontece. Dessa forma, considero que a televisão pública terá uma atuação muito aquém de suas possibilidades, talvez nada, no que diz respeito à defesa dos cidadãos e da democracia. Sem uma administração independente essa política em prol do cidadão não acontecerá. Nem mesmo as emissoras de rádio educativas, administradas pelas universidades, têm essa condição, a maioria está a serviço dos dirigentes das universidades e deixam de cumprir o seu papel como educativa e como prestadora de serviço à população. As emissoras de rádio universitárias são um bom exemplo, mesmo numa instituição que deveria ser essencialmente democrática – universidade, não têm independência e estão seriamente comprometidas em favor de interesses privados.

| Você gostaria de finalizar sua entrevista com que mensagem?

Há um binômio importante que envolve esta questão: educação e televisão, ou educação e mídia. No que se trata da televisão pública, tanto na esfera estatal quanto no contexto privado, a integração destas duas instituições é imprescindível para um processo democrático. Enquanto a televisão pública for tratada como privada, seja nos estados, seja no âmbito das empresas privadas a educação será colocada à margem. Este panorama só não se torna mais caótico porque o ciberespaço se constitui, a cada dia, num meio privilegiado de comunicação, de interação e de democratização da comunicação nos seus mais diferentes aspectos. Para não perder o rumo da história, é necessário que as emissoras públicas, tanto televisão quanto rádio, se adequem à contemporaneidade e se voltem para o interesse social.

“Uma televisão pública que dê ‘voz’ a todos, e cujo conteúdo melhore a qualidade da ‘cola’ que nos une, será uma mídia pública promotora de capital social e capital comunicacional.”

HELOIZA MATOS E NOBRE

Patrícia Guimarães Gil

A relação entre comunicação pública e engajamento cívico marca pesquisa e vida da professora Heloiza Matos e Nobre (PPGCOM-USP). Nessa entrevista, ela apresenta seu olhar crítico para uma mídia pública em sua missão de incluir e defender o direito à expressão dos cidadãos. É jornalista, mestre e doutora em Ciências da Comunicação pela USP, e com estágios pós-doutorais junto ao GRESEC (Groupe de Recherche sur lês Enjeux de la Communication), na Université Stendhal. Entre diversas obras, é autora de *“Capital Social e Comunicação”* (2009) e co-organizadora da coletânea *“Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública”* (2011), com a professora Ângela Marques (UFMG). Suas reflexões sobre a comunicação, capital social e capital comunicacional enriquecem esses campos de estudos.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

O papel da televisão pública, de maneira geral, deve estar relacionado à inclusão dos cidadãos como sujeitos de direito e expressão de suas demandas às esferas formais de poder. Reside aí sua importância. Ela está diretamente relacionada com o aprofundamento da qualidade democrática. Cabe à televisão pública prover as redes sociais dispersas na esfera pública de informações que favoreçam seu engajamento coletivo na busca de soluções para os problemas no mundo da vida. A televisão pública deve ser entendida dentro do conceito maior de comunicação pública, portanto, e não dentro do escopo de uma comunicação governamental – uma confusão histórica na prática e nos estudos desse campo no Brasil. Mais do que prover e transmitir informação, a TV pública deve comunicar-se na e com a sociedade, inserindo-se nas redes de conversação e nos movimentos cívicos, para que as questões problematizadas no cotidiano do brasileiro possam ganhar visibilidade e expressão. Em outra ponta, a importância da TV pública está em articular formas de capacitação do cidadão para o exercício da palavra política.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

No Brasil, avalio que a primeira fragilidade é histórica e se refere à confusão entre comunicação pública, incluindo a TV pública, e comunicação governamental. A temática da comunicação pública ficou às sombras de um contexto de disputa por concessões de televisão e rádio, em meio às barganhas políticas que acabaram travando discussões mais profundas sobre a diferenciação entre as duas áreas e conceitos. Em meio a essa problemática, o sucateamento das emissoras estatais (porque se tratava de considerá-las assim) era insistentemente avaliado em função das dificuldades de investimento do Estado. Por outro lado, o discurso do mercado pressionava os profissionais e gestores das televisões em função da baixa audiência de seus programas. Com a formação da Empresa Brasileira de Comunicação e com a TV Brasil, as fragilidades financeiras não cessaram, com árduas lutas pelo recebimento dos recursos esperados (do Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, por exemplo). Além disso, em termos institucionais, as investidas políticas sobre a pauta, a programação e o aparelhamento da TV pública tentaram, a todo tempo, fazer dela uma extensão dos gabinetes partidários e governamentais.

Sempre faltou considerar a comunicação pública em sua essência, ou seja: aquela que trata do que é do interesse público; que é apartidária; que possui caráter educativo-político; e que almeja uma generalização deliberativa.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

O financiamento da televisão pública deve ser definido de acordo com um modelo escolhido em cada país, conforme sua cultura política e as necessidades do contexto local. Há uma série de mídias públicas que, num conceito mais aberto, podem assim ser consideradas e que não possuem capital estatal. Na América Latina, “canais” ligados a organizações não-governamentais e a movimentos na sociedade civil encontraram formas de se estabelecer e perdurar, enquanto a própria televisão pública (uma exceção é o Chile) sempre esteve ligada aos governos (desde seus tempos mais sombrios). Nos Estados Unidos, não houve conflitos entre interesses públicos e comerciais nas emissoras públicas, que continuam prestando um serviço adicional ao da iniciativa privada. Já na Europa (o caso da BBC é sempre o mais citado), o Estado dificilmente abriu mão do controle de propriedade, apesar da forte desregulamentação que marcou os serviços públicos nos anos 80 e 90. Mas o espírito democrático se manteve por lá em nome da proteção de uma esfera pública livre da dominação do mercado.

De maneira geral, a mídia pública deve ser livre para pautar-se pelo cidadão. Se o investimento for público, a influência política deve ser bravamente combatida. Se o investimento for privado, os interesses comerciais precisam ser mantidos à distância.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

De independência. Cabe ao Estado democrático prover a sociedade com informação de boa qualidade. Deve manter-se aberto ao escrutínio da imprensa livre – incluindo a televisão pública. Estruturas próprias de comunicação nos governos (como a Secom, presente no governo federal, e todos os órgãos semelhantes nos estados, municípios, autarquias e outros) têm funções específicas, como prestar contas de contratos publicitários, campanhas públicas de informação e também como órgão responsável

por prestar esclarecimentos quando solicitados. Sua propaganda política é outro “departamento”. Mas a missão original da TV pública não se mistura com essas outras funções.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Diretamente e de maneira inclusiva. Não é função da televisão pública, dentro de um espírito democrático mais exigente, apenas transmitir dados. Não deve também apenas apresentar o cidadão nas telas. Teve incorporá-lo na definição de uma agenda de interesse público, de maneira que possa colaborar para a tematização dos problemas em seus contextos de vida.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A definição da programação na televisão pública deve, assim como seu modelo de financiamento, respeitar os modelos culturais em que ela nasce. É preciso ter cuidado com essa ideia porque, levada às últimas consequências, a defesa de um modelo nesses termos pode levar à reprodução de estruturas viciadas de poder. Mas considerando que estamos tratando aqui de propostas ideais, a discussão deliberada sobre o conteúdo da grade na televisão pública ainda parece-me a mais indicada. Os conselhos devem ser independentes, formados por representantes da sociedade com o mesmo poder de decisão que eventuais membros indicados pelo governo. Sua estrutura de funcionamento deve ser aberta e dinâmica.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Essa questão muitas vezes tem sido usada para diminuir ou desviar o papel da televisão pública. A audiência, em seu sentido comercial, não deve ter importância para a televisão pública. Mas ela também não pode ser negada, à medida que a TV, idealmente, é produzida para os cidadãos, de forma geral. Se, por ventura, eles continuarem desinformados sobre as ofertas da TV pública ou desinteressados na programação, certamente haverá ali um problema. E esse é um sinal para se refletir se a televisão pública está realmente pautando-se pelo que interessa ao cidadão em termos de solução para seus problemas. Há vários estudiosos e jornalistas de altíssima capacidade pensando esses conteúdos no Brasil e lá fora.

Penso haver dois grandes desafios que relacionam essa questão ao conceito de comunicação pública: 1) compreender mais profundamente como outros países (além da Europa, cujo modelo é tratado como o ideal) estão pensando e programando suas emissoras públicas; 2) desenvolver um olhar brasileiro para nossos desafios. O que parece importar nessa tarefa é avaliar em que medida a televisão pública se afasta ou se aproxima do diálogo com o cidadão.

Na própria Inglaterra e na França, por exemplo, os esquemas de comunicação pública voltaram-se para uma ênfase da organização criteriosa das mensagens e das mídias públicas, tentando adequar a fala do Estado à compatibilidade entre as expectativas do cidadão e às necessidades de apoio político aos governos. Aquela foi uma fase importante. Mas agora as necessidades e os problemas são outros.

O cidadão continua vendo programas humorísticos e noticiários empacotados. No entanto, nos últimos anos, acontecimentos políticos e políticas públicas (disponibilizadas em apoio às necessidades do cidadão, especialmente os mais

vulneráveis) mudaram a configuração das demandas e das formas de organizá-las. Hoje temos uma parcela de cidadãos que está cada vez mais presente nas redes sociais, fazendo uso de suas câmeras portáteis e com ideias de justiça a serem reportadas. Eles são capazes de filmar cenas de desrespeito ao cidadão, de encaminhá-las à divulgação na mídia tradicional e de mobilizar milhões de pessoas em seus próprios canais. Há ainda as rádios comunitárias, o *YouTube*, blogs e vlogs que continuam registrando demandas e denúncias em todos os setores da vida pública. É preciso olhar para essas experiências nos locais mais pobres e desamparados do País para ver o que pensam e o que estão dizendo os cidadãos – como se organizam, como se reúnem, como usam o funk para estruturar uma fala de apoio à Jesus e ao crime organizado, como ocupam a escola com o apoio dos pais (e antes dos professores). É desse sentido de audiência que estou tratando. Se essa audiência não existir na televisão pública, cabe perguntar qual é o tipo de comunicação que ela realmente está fazendo (entendendo comunicação enquanto interação).

O que quero dizer é que a vida e o viver comunicativo do cidadão estão mudando radicalmente e que para pensar a comunicação pública e a comunicação política, precisamos olhar além da militância (que continua tendo uma função importante nas transformações que estão ocorrendo) e sentir quem é esse cidadão considerado pela comunicação pública.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Não com muita frequência, mas assisto *Sem censura*, os filmes brasileiros do Cine Nacional e o *Roda Viva* na TV Cultura. Não tenho interesse pelos programas infantis que ocupam grande parte da manhã e alguns programas que são apresentados depois das 23 horas.

Como a audiência não é a medida adequada para uma televisão pública, reconheço, na programação apresentada, um reflexo das dificuldades técnicas e financeiras da TV pública brasileira.

|Qual a relação da televisão pública com a comunicação pública em termos conceituais e históricos?

De forma geral, as mídias públicas (dentre as quais a televisão pública) podem ser ou não exemplos de comunicação pública. Há três modos simples de entender as mídias públicas: na origem, a quem pertencem; no destino, a quem se dirigem; e nos processos, como atuam. Por exemplo, pode-se dizer que toda mídia estatal é pública, pela simples razão da propriedade pública do “bem”. Por outro lado, pode-se chamar de pública toda mídia democrática, quer dizer, orientada a todos os segmentos da sociedade – sem exclusão. Por fim, independentemente de a quem pertence e a quem se dirige, pode-se ressaltar o caráter público da mídia: é pública a mídia que veicula conteúdo e forma que privilegiam temas e assuntos que possuam relevância pública, e que o façam de modo a estimular o acesso, a inclusão e a participação de todos os extratos sociais. Seu objetivo é estimular a deliberação pública (isto é, o debate democrático e a eleição conjunta de cursos de ação na *polis*). Se a televisão pública se colocar neste último critério, o do caráter público da mídia, então poderá ser considerada como modalidade de comunicação pública.

| Considerando o histórico da comunicação pública no Brasil (suas problemáticas e estruturas de funcionamento, bem como suas matrizes discursivas), que desafios você identifica para a constituição desse campo hoje? E qual é o lugar da televisão pública nesse projeto?

Há dois principais desafios para a comunicação pública no Brasil. O primeiro é consolidar o entendimento de que a comunicação pública difere da comunicação governamental, da comunicação estatal, do marketing político, e, em certa extensão, da comunicação política. Já há avanços neste sentido, mas é possível identificar na produção científica recente ao menos uma dessas confusões. O segundo desafio, sempre que o primeiro tenha sido conceitualmente claro, é ajudar a construir o futuro desta área. Por exemplo, o futuro da pesquisa em comunicação pública deverá incluir estudos do engajamento e participação dos cidadãos nas questões públicas, pelas práticas deliberativas na sociedade, pela capacitação ampliada em cidadania, para reivindicar seus direitos como cidadão portador do direito de escolha. Neste sentido, a televisão pública pode colaborar com a produção e veiculação de conteúdos que tematizem a cidadania engajada e a democracia participativa, que valorizem a educação formal continuada e também a riqueza cultural, que informem e reconheçam o acesso à informação que gerou o debate e deliberar sobre as pautas do conflito, com suas possíveis soluções.

| Quais são os elementos centrais pelos quais a comunicação pública – e em específico, a televisão pública – se relaciona com critérios de qualidade democrática?

O caráter fundamental da comunicação pública está na universalidade de sua razão: é pública porque diz respeito a todos, sem exceção. Uma comunicação pública é a que considera, entre os assuntos de interesse geral, aqueles que aproximam os cidadãos das esferas públicas onde o conflito e a controvérsia estão presentes, que apresentam proposições para os problemas, sempre mantendo em mente o bem comum como objetivo último. Neste sentido, a comunicação pública é o vetor comunicativo da democracia, pois nela convergem, em teoria e em prática, os valores da vida em comum, e é através dela, enquanto negociação de sentidos e conflitos, que a sociedade busca instituir-se como unidade identitária. Assim, a comunicação pública é o antídoto contra interesses, expressões, atividades, e propostas particulares ou mesmo públicas que se colocam, em alguma medida, como questões urgentes e inegociáveis em detrimento da “coisa pública”. Uma televisão pública que abrace os valores da comunicação pública estará, em princípio, sintonizada com os ideais democráticos.

| Como ocorre a formação de capital social a partir da comunicação pública?

O capital social é o valor de nossas relações, não medido em unidades, e relações que vão muito além de qualquer caráter utilitarista. Assim, o capital social pode ser entendido como a qualidade da “cola” que nos mantém juntos, naquele sentimento de pertencer a um bairro, a uma cidade, a uma região, a um estado ou a um país. É o capital social que nos faz importar com uns problemas e não com outros, que leva a nos indignarmos com o noticiário, que nos impele a fazer algo concreto acerca de problemas comunitários – como participar de campanhas de solidariedade a pessoas ou grupos feridos em sua dignidade, apoiar movimentos das ruas, a postar nas mídias sociais, a voluntariar em ONGs etc. Já o capital comunicacional é o poder da “voz” que

temos, que nos permitiram e que nos permitimos. Construída ao longo do tempo e através de toda a rede de nossas relações, é essa “voz” que nos institui como pessoas privadas e públicas, por exemplo, como cidadãos; que nos defende e promove enquanto agentes sociais. Uma televisão pública que dê “voz” a todos, e cujo conteúdo melhore a qualidade da “cola” que nos une, será, sem dúvidas, uma mídia pública promotora de capital social e capital comunicacional.

|Você vem trabalhando em torno do conceito de capital comunicacional. Como articulá-lo com a mídia pública?

Pois bem, então chegamos à questão do capital comunicacional. Esse é um conceito muito novo e ainda dependente de sistematização. Ele consiste no conjunto de ativos tangíveis e intangíveis que favorecem as trocas comunicativas em organizações e grupos sociais. Esses ativos permitem então a formação de conhecimento e o desenvolvimento de competências nesses meios. É fácil então imaginar o enorme potencial da televisão pública no fornecimento desses “insumos”, por assim dizer, aos grupos sociais. Ela amplia e dirige o uso público de suas estruturas digitais e analógicas. Ela fornece produtos informativos identificados com alto valor de uso pelos grupos concernidos.

Mas isso ainda indica uma resposta instrumental e funcionalista. Avalio que devemos entender a mídia pública como um sujeito em comunicação que, articulado com as redes múltiplas da esfera pública, mantém uma relação de reciprocidade no interior de seus públicos. Nessa mútua contribuição, dentro de uma comunicação responsiva, ela amplia o giro do capital comunicacional, se usarmos uma linguagem econômica, aumentando exponencialmente o valor desse ativo pela capacidade que tem de engendrar conexões.

Imaginemos agora a falta que faz uma mídia e uma televisão pública independente e tudo o que ela deixa de produzir a favor das relações sociais, da produção de confiança e da estabilidade econômica e política que esses capitais favorecem, segundo conceituados estudos disponíveis. Pensar sua ausência é a melhor forma de compreender sua importância.

|Qual o papel da televisão pública dentro do composto das mídias (públicas ou privadas), e como todas essas mídias fazem sentido dentro de uma comunicação pública estruturada?

As mídias públicas se compõem de todos os meios de expressão, ampliados pela mídia tradicional – rádios, televisões, jornais, revistas, livros, ou pela voz ampliada pela tecnologia –, internet, *smartphones*, *tablets* etc. Mídias públicas disponíveis para o ato da expressão pública do cidadão que se comportam como comunicadores públicos, cujos processos de produção e distribuição incorporam o espírito público, pertencem a uma categoria especial. No caso da televisão, uma mídia pública que adota a comunicação pública como princípio, pode ser: (1) de propriedade parcial ou total do Estado, como a EBC, a BBC, e outras (questão de “público” enquanto propriedade de quem); (2) destinada ao público em geral, sem outro objetivo senão promover a qualidade da cidadania e da democracia, como a TV Futura, TV SESC etc. (questão de “público” enquanto eleição de interlocutores); e (3) dedicada aos valores comunitários e à coesão social, promovendo processos inclusivos, lutando contra a desigualdade,

estimulando a paz e a tolerância, como a TV ONU, rádio ONU etc. (questão de “pública” enquanto rol de valores e comportamentos benéficos a todos). Logo, uma comunicação pública estruturada implica um composto de mídias (estatais, privadas ou do terceiro setor) que promovam a qualidade da cidadania e da democracia, dedicado aos valores comunitários e à coesão social – e a televisão pública é fundamental neste mix.

|Dentro de uma perspectiva da comunicação pública, é possível conceber televisão pública não-governamental, por exemplo, do terceiro setor e das organizações?

Sim, no caso do terceiro setor, a TV ONU, a Greenpeace TV, e um sem número de canais “televisivos” disponíveis na Internet (por exemplo, no YouTube); no caso do segundo setor, a TV Futura, a TV SESC, e o mesmo para a oferta via Internet. Com o advento da responsabilidade social no mundo corporativo, muitas organizações investiram na produção de conteúdo televisivo (tradicional ou via Internet) com diferenciado grau de aderência ao conceito de “comunicação pública”. Temos, por exemplo, a Vale do Rio Doce veiculando peças de respeito ao meio Ambiente, o McDonald’s promovendo a luta contra o câncer, a Rede Globo arrecadando dinheiro com o Criança Esperança (em parceria com a UNESCO), entre tantos outros exemplos de projetos com nítido caráter de “responsabilidade social”, mas não necessariamente endossados pelo cidadão na esfera pública. Não se trata de recusar a participação da esfera privada. Embora representem algum avanço, fruto de aumento da sensibilidade das organizações privadas, não necessariamente nascem das decisões tomadas na esfera pública e se apresentam em contradições com as expectativas formuladas, nos aspectos relativos à projetos de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, a saúde pública e a proteção às crianças em situação vulnerável.

Contudo, é na sociedade civil que se observa o maior avanço no uso das mídias audiovisuais (caso da televisão) para o exercício da comunicação pública. A convergência de várias mídias no *smartphone* tem permitido a pessoas comuns funcionarem como repórteres (e redes) de televisão, ao mesmo tempo registrando a notícia, analisando, comentando, editando (ou não), e veiculando via Internet. Uma cena gravada com o celular que mostra violência policial, um latrocínio, uma vala na rua, uma tentativa de extorsão envolvendo agentes públicos e outras pautas, quando postada na Internet para acesso universal, pode caracterizar os critérios que definem o fazer “televisão pública”, e que o definem na perspectiva da comunicação pública.

|Qual o papel das mídias públicas (e da televisão pública) na capacitação para a cidadania, e que importância tal capacitação tem para a comunicação pública?

A comunicação pública envolve habilidades técnicas específicas e mídias cuja manipulação exige conhecimentos cada vez mais difundidos, especialmente entre os jovens. No entanto, ao lado do conhecimento técnico, para entender o alcance dos dispositivos tecnológicos, é preciso capacitar o cidadão para expressar e atuar nas esferas públicas. Ambas as coisas demandam tanto educação formal, quanto estágios de “mão na massa” para manipular e entender o alcance e a repercussão da tecnologia quando é veículo de expressão da palavra pública. Por outro lado, a preparação de comunicadores públicos envolve uma mudança cultural e política, que valoriza cada pessoa humana, a ponto de que todos se deem o direito de se expressarem; cada

agrupamento humano, a ponto de que nenhuma expressão comunitária tenha mais validade do que outras; cada aspecto técnico, pois a oratória é tão importante quanto a mídia; cada fase do processo, pois há regras para debater e deliberar; e, por fim, que valoriza o respeito e a civilidade no trato, a que todos têm direito e dever. Todas as mídias públicas podem e devem contribuir para a formação de mais e melhores comunicadores públicos, o mesmo valendo para a televisão pública. Afinal, não há cidadania sem comunicadores públicos, pois todos os cidadãos têm de saber e poder se expressar nas esferas públicas; de fazer serem ouvidas as suas “vozes”.

| Rádios cidadãos e TVs cidadãos, criadas e gerenciadas pela própria sociedade e levadas ao ar via internet, por exemplo, são consideradas comunicação pública? Qual sua relação com a mobilização e o engajamento cidadão?

Sempre que preencherem os requisitos do conceito de comunicação pública (por exemplo, escolha de assuntos de interesse público, universalmente debatidos e cuja deliberação envolva processos legitimamente democráticos), toda e qualquer mídia (seja estatal, privada ou do terceiro setor) poderá ser considerada “comunicadora pública”. Em teoria, rádios e TVs cidadãos teriam uma maior vocação para isso, mas nada impede que programas televisivos emanando de organizações privadas, só para citar um setor social, não possam cumprir o mesmo papel e com a mesma qualidade. O que está em jogo, de fato, é o incentivo que os atores sociais têm para promoverem a cultura do “espírito público”, ao mesmo tempo investindo nas habilidades técnicas e humanas requeridas para o bom desempenho da cidadania, e mobilizando recursos (tempo, financeiro, pessoal etc.) para “disseminar” esses ativos (capital social e capital comunicacional) na sociedade. Assim, o capital social tem recursos para mobilizar as pessoas em torno de um objetivo comum, ao passo que o capital comunicacional permite engajar aqueles que tomam a palavra para defender o bem público. No limite, um grupo de jovens reunidos numa “ocupação” ou numa comunidade vulnerável pode, com pouco mais que um celular e acesso à Internet, produzir conteúdo propício a uma televisão pública de qualidade.

Outro exemplo de compatibilidade entre as causas defendidas pelos cidadãos, com a participação de mídias públicas, pode ser encontrado na TV Ninja que tem feito a cobertura de manifestações públicas desde 2013, sinalizando para os governantes a força das ruas e, muitas vezes, a truculência da polícia no combate às manifestações de repúdio às ações do governo.

| Desde um ponto de vista da comunicação pública, como a televisão pública contribui para processos deliberativos democráticos e inclusivos (ou ainda são aparatos monológicos de manutenção do *status quo*)?

Por mais avançada que esteja a tecnologia (e ela está, vale dizer), a mídia televisiva parece resistir enquanto aparato monológico de um para muitos. Todavia, com a queda nos preços de aparelhos multimídia, como o *smartphone*, houve uma massificação da distribuição de verdadeiros “mini estúdios de televisão”, já que um celular com acesso à internet permite criar e socializar conteúdo audiovisual (quase ou totalmente) compatível ao que se vê nas televisões tradicionais. Daí que se pode notar uma evolução, já que agora a fala do cidadão assume o caráter de muitos para muitos. Mas, infelizmente, essa nova realidade evoluiu mais para uma cacofonia de monólogos

do que para um ambiente permeado de diálogos. Novamente, a mídia televisiva parece ser refratária à interação dialógica, a despeito das tentativas de permitir intervenções externas via telefone, *chat*, *email*, *whatsapp* etc. e de pautarem entrevistas e debates de especialistas em seus programas (como forma de simular um diálogo que inclui a assistência) A despeito deste traço constituinte da mídia televisiva, é preciso defender sua importância na produção e distribuição de conteúdo na sociedade – especialmente agora com a parcial democratização dos meios técnicos de produção e distribuição via internet; especialmente de conteúdos que possam promover a democracia e a cidadania, e que possam participar na capacitação de comunicadores públicos cada vez mais aptos a defenderem os interesses da comunidade onde vivem de forma direta e ativa – para além da representação delegada.

Entender a televisão pública a partir dos contornos da democracia requer uma reflexão sobre qual (ou como) é a democracia que temos hoje. Os estudos sobre qualidade democrática no mundo todo passaram a avaliar o aprofundamento do regime em várias dimensões substantivas e também procedimentais. Uma delas, por exemplo, é a *accountability* eleitoral e horizontal (entre as instituições). Ou seja, pergunta-se como os líderes são responsáveis aos programas pelos quais foram eleitos e quanto realmente atendem aos interesses da população. E como podem ser monitorados e cobrados por suas decisões. A discussão da deliberação pode ser feita nesse contexto, à medida que ela deve ser entendida como um processo comunicativo baseado na troca argumentativa racional de forma cooperada entre os públicos concernidos que, assim, tomam decisões sobre seus problemas reais. Quanto mais esses processos comunicativos são estimulados, conectando a base da sociedade e as esferas decisórias, mais qualidade nossa democracia terá nesse quesito. Acredito que esta deveria ser uma missão da televisão pública. Para tanto, ela precisaria sair de uma condição meramente transmissiva, aos estilos dos pronunciamentos políticos. Um controle de agenda na televisão pública instrumentalizada pela política oficial cria o que Habermas chama de comunicação distorcida. Isso implode uma proposta de imprensa livre (que está nos procedimentos elementares da democracia). Além disso, embaralha perigosamente as noções do que é público. A deliberação **pública** só pode assim ser chamada porque ocorre no meio da sociedade, representando direitos diversos, oferecendo espaços de reconhecimento a demandas sociais, econômicas, culturais, políticas, ambientais (entre tantas outras). A ideia de deliberação pública, portanto, é primordialmente inclusiva. Como afirma a professora Ângela Cristina Marques, da Universidade Federal de Minas Gerais, a deliberação envolve aqueles processos comunicativos que são capazes de articular as mais diversas arenas da esfera pública. A televisão pública deve ser capaz de compreender o que se passa nas diferentes arenas que compõem essa enorme malha social que é a esfera pública. Ela deve possibilitar canais de expressão, além de favorecer uma leitura crítica das demandas que estão sendo processadas ali, no mundo da vida. Mas também fornecem uma via – ou um atalho, poderíamos pensar assim – para que esses grupos sociais alcancem as esferas formais de poder – o Legislativo e o Executivo, especialmente. Enquanto a televisão pública for usada para disseminar discursos e ideologias de governos, não haverá livre trânsito nesse atalho. Será apenas uma via de mão única, estreita e lenta.

| Considerações finais

Agradeço as interlocuções com o professor Guilherme Nobre com quem compartilhei artigos sobre comunicação pública e capital social. E também não deixarei de homenagear os membros grupo de pesquisa - COMPOL, a maior parte deles meus orientandos, em atividade na pós-graduação da ECA, sob minha coordenação, desde 2011. Também sou grata ao meu orientando do Mestrado e Doutorado do PPGCOM/USP, Jorge Pereira, dedicado pesquisador da televisão pública com quem divergi, aprendi e compartilhei a minha produção acadêmica recente no campo da comunicação pública.

“Ao não identificar-se com a televisão pública, mas associá-la a um instrumento de propaganda, o cidadão não se envolve com seu debate, sua defesa.”

ILUSKA COUTINHO

Mônica dos Santos Galvão Maia

Iluska Coutinho é professora associada da Universidade Federal de Juiz de Fora, jornalista pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília e doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com estágio doutoral na Columbia University (NY) e pós-doutoramento em Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Coordena o grupo de pesquisa Laboratório Jornalismo e Narrativas Audiovisuais vinculado à Faculdade de Comunicação da UFJF, onde integra o Comitê Assessor de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e o Comitê de Ética. É diretora científica da Intercom e faz parte da Rede de Pesquisadores de Telejornalismo (Telejor). Desenvolve pesquisas e publica artigos sobre Jornalismo e Emissoras Públicas, com financiamento da Fapemig e do CNPq.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Pensar a sociedade como o mundo da vida, das trocas, de aprendizado e produções de valores, materiais e simbólicos, envolve necessariamente a existência de cidadãos capazes de se afirmarem como tal, seres de direitos, incluindo os direitos à informação e comunicação, direitos coletivos. Falar em sociedade dessa forma implica ultrapassar a dimensão das preocupações individuais e do consumo que em geral caracterizam a televisão privada, voltada aos consumidores.

A televisão pública se interessa pelo cidadão, que se organiza e se constitui também em diálogo com a programação veiculada, da qual deve tomar parte, e de uma maneira não periférica, mas com protagonismo. Seria no espaço da comunicação e da televisão públicas que também se exercitaria a compreensão do diferente, do diverso, inclusive no que se refere aos formatos e narrativas audiovisuais. Dando espaço ao debate e reflexão em suas produções se estimularia a autonomia do espectador que ao ser capaz de pensar e interpretar a realidade teria elementos para sua ação, e eventual transformação.

Além disso, por voltar-se ao cidadão, a televisão pública deve possibilitar a expressão

mais plural de suas variadas formas de articulação política, incluindo instâncias partidárias, grupos sociais organizados, coletivos. E esse pluralismo envolve ainda a abertura para as expressões culturais e debates muitas vezes silenciados nos discursos midiáticos, incluindo reflexões sobre gênero e orientação sexual, racismo, e mesmo sobre o direito à comunicação.

Por ser o espaço que viabiliza e possibilita em síntese a emergência do cidadão, em toda sua diversidade, a televisão pública é assim essencial para que possamos ter uma sociedade plena, entendida como mais que apenas a soma de indivíduos em frente às telas. Cada vez mais múltiplas e atraentes, essas telas ainda carecem de vínculo com a dimensão social, com a cidadania que seria possível na televisão pública.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

Na sociedade brasileira a experiência audiovisual foi fortemente marcada pelos modelos desenvolvidos nas emissoras de exploração comercial. O que conhecemos, e reconhecemos como televisão é um padrão estruturado a partir da dimensão do lucro, da busca pela audiência, e sua manutenção, o que supostamente equivaleria a atender ao interesse *do* público, nesse caso o indivíduo com poder sobre o controle remoto. Assim, o primeiro desafio e fragilidade da televisão pública é sua dificuldade por tornar-se conhecida, pública de fato, em um ambiente midiático caracterizado pela hegemonia privada. Além disso, ainda que cada vez sejam mais frequentes nas redes sociais digitais e conversas cotidianas as críticas à oferta televisiva, a apresentação de um modelo diferente de programação, de narrativa audiovisual diversa, também encontra resistências em uma sociedade na qual a experiência de vídeo é essencialmente forjada por um modelo único de produção.

Esse desafio, fragilidade, acaba por converter-se em um dilema da televisão pública, e da comunicação pública como um todo. Isso porque é só a partir do (re) conhecimento da sociedade que uma emissora pode afirmar-se de fato como televisão pública. Por outro lado, se há um desafio também conceitual, e normativo para caracterizar a TV pública, a própria imagem do que é público no Brasil poderia ser encarada como outra fragilidade. Um discurso largamente construído, também com a participação da mídia comercial, associa público à negatividade, à carência, ao não funcionamento. Saúde pública, educação pública são noticiadas em geral a partir do enquadramento da crise, da anormalidade, em coberturas episódicas e incapazes de abordar os temas na perspectiva das políticas públicas.

Há também o que poderíamos considerar como uma espécie de privatização da máquina pública, que é apropriada pelos seus ocupantes naquele momento. Em geral o que é público é relacionado ao governo, que estaria distante do cidadão e próximo de seus aliados. Não é incomum encontrar dessa maneira, aqueles que entendem que a televisão pública seria uma televisão de governo, uma televisão chapa-branca. Essa concepção, expressa inclusive na MP 744 (Medida Provisória 744 de 1º de Setembro de 2016 que altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008 de criação da Empresa Brasil de Comunicação), é outro problema. Ao não identificar-se com a televisão pública, mas associá-la a um instrumento de propaganda, o cidadão não se envolve com seu debate, sua defesa.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

O financiamento da televisão pública, assim como da saúde, e educação, deve ser garantido com recursos também públicos. Isso permitiria que o compromisso desse tipo de emissora fosse com o cidadão, e ela atuasse de fato de forma independente, quer de anunciantes ou dos compromissos em geral associados aos canais de exploração comercial, como a busca pela audiência a qualquer custo, mas também do governo.

É importante ressaltar, porém, que o financiamento público não poderia representar uma submissão aos ocupantes do governo, ainda que no imaginário nacional seja comum entender de que aquele que paga a conta estabelece o roteiro a ser seguido. Ocorre que presidente (a), governador (a), prefeito (a) etc. não devem ser reconhecidos como os financiadores, na medida em que eles apenas seriam controladores dos cofres públicos no período para o qual foram eleitos. Também nesse caso o compromisso, legal e moral, deveria ser com o cidadão, eleitor, e não com outros interesses. Entender que o financiamento público implica em transformação de uma emissora em "chapa branca" equivaleria assim a considerar normal a privatização da gestão pública, realizada nesse caso em benefício pessoal ou partidário. Outra fonte importante de recursos seria aquela prevista em lei, com repasse de 75% dos valores do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para a EBC. Desde 2009, contudo as empresas do setor depositam os valores em juízo; parte desses recursos passou a ser repassados pela empresa apenas em dezembro de 2013. Há outros modelos de financiamento no mundo. Em Portugal, por exemplo, tem-se o pagamento de uma taxa anual junto à conta de energia, destinada à radiodifusão pública. Além disso, a RTP (Rádio e Televisão de Portugal) pode captar recursos financeiros por meio de anúncios publicitários, o que é vedado na legislação brasileira. No caso português, essa possibilidade acaba por aproximar muito a oferta da RTP1, primeiro canal da empresa, da programação e das narrativas oferecidas pelos canais privados, de exploração comercial. Vale lembrar que nos países integrantes da Comunidade Europeia há contratos claros no chamado serviço público de televisão, que definem princípios e exigências quanto ao conteúdo a ser ofertado, além de órgãos reguladores em atividade, a quem cabe zelar pelo seu cumprimento. No Brasil, além de termos uma grande fragilidade quanto à regulamentação da comunicação, pública e privada, não existe nenhuma entidade que desempenhe esse papel de regulação. Aliás há uma associação dos órgãos reguladores dos países de língua portuguesa e o único país sem representação é o nosso.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

As relações da televisão pública com o Estado devem ser de independência financeira e autonomia editorial. Isso implica em uma cobertura capaz de abordar aspectos das políticas públicas de maneira incisiva, tendo como princípio fundamental a defesa da cidadania e da educação, inscritos no DNA das emissoras públicas. Para isso outro compromisso deve ser o de abordagem contextualizada, e não episódica de questões que dizem respeito à relação do cidadão, e da sociedade com o governo, direitos e deveres de um e de outro.

Nessa perspectiva, além de uma cobertura contextualizada e independente, outra característica importante, também na relação com o Estado, deve ser a oferta de uma programação, e um jornalismo em particular, marcados pelo pluralismo, político-partidário e de ideias. Os enquadramentos da cobertura assim não devem reafirmar modelos que estimulam um desinteresse, um afastamento do telespectador do universo da política. Ao invés disso, como ser de direitos, inclusive à comunicação, o cidadão deve ser estimulado a tomar parte da TV pública, uma emissora para chamar de sua, em uma referência a um livro publicado pelo pesquisador Jhonatan Mata que analisa a participação popular no telejornalismo local de Juiz de Fora (MG).

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Um dos espaços fundamentais de diálogo regular com a sociedade é o Conselho Curador (extinto pela MP 774). Quer em suas reuniões ordinárias, em audiências públicas periódicas, e mesmo por meio da Revista do Conselho Curador, a sociedade civil, organizada ou não, tinha instrumentos para acompanhar sua TV pública, o debate sobre temáticas como qualidade da programação, os planos de trabalhos da emissora, aspectos editoriais da cobertura, entre outros.

Também a ouvidoria é outra forma importante de articulação entre os cidadãos e a TV Brasil, e demais veículos integrantes da EBC. Seja nas respostas individuais, nos relatórios mensais ou por meio do programa que era veiculado na grade de programação da emissora, era estabelecida outra forma de aproximação, de vínculo entre cidadão e TV.

A existência de quadros como o "Outro Olhar" (veiculado no jornal Repórter Brasil da TV Brasil, um espaço de participação da sociedade, para exibição de conteúdos produzidos por universidades, associações e grupos independentes.), de editais de *pitching* (formato de seleção de projetos audiovisuais), e mesmo a inserção dos conteúdos audiovisuais veiculados em redes sociais contribui para esse diálogo com a sociedade. Antes do diálogo seria importante fomentar o debate sobre comunicação pública, estimular a participação do cidadão no debate sobre televisão, jornalismo. E é também por meio da grade de programação, com programas como "VerTV" e "Observatório da Imprensa", entre outros, que a leitura crítica da mídia se tornou uma possibilidade.

Assim, a perspectiva de diálogo com a sociedade envolve a necessidade mesmo de alfabetização midiática do público, que deve ser estimulado a exercitar seus direitos à informação e na comunicação, em diferentes espaços, de exploração pública, mas também naqueles de operação privada, sobretudo no caso daqueles que possuem concessão pública de radiodifusão.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A grade de programação de uma emissora de televisão sinaliza parte de suas promessas, quais tipos de laços e vínculos pretende estabelecer com seu público, que deveria buscar seu cumprimento convertendo-se em audiência, crítica. Assim, a montagem da grade de programação, fundamental na experiência do fluxo televisivo, diz muito da própria identidade do canal, da forma como ele se apresenta e quer ser reconhecido.

A TV Pública especificamente deve estruturar sua grade de programação de forma a permitir o cumprimento das expectativas de atuar como um espaço para o exercício dos direitos à comunicação e informação, possibilitar que os espectadores possam, em diálogo com seus programas, agir como cidadãos informados, autônomos. No caso brasileiro outro parâmetro a considerar na montagem da grade é a perspectiva da complementariedade dos sistemas público, privado e estatal que está inscrita na Constituição Federal. Dessa forma a grade de programação da televisão pública deve oferecer um panorama mais plural, diverso e inclusivo do que aquele característico das emissoras de exploração comercial. Se o pluralismo nesse caso diria respeito ao conteúdo veiculado, a maior amplitude de correntes políticas e sociais a serem inscritas nos materiais audiovisuais veiculados, a diversidade implicaria no desenvolvimento de narrativas e um maior número de gêneros e formatos, comprometidos com a busca por inovação e inclusão de novos autores e abordagens.

A perspectiva do diálogo com a sociedade também deve ser outro princípio orientador na montagem da grade: pela realização de audiências e consultas públicas; por meio da inclusão de material de emissoras parceiras do campo público, de canais universitários e de outros coletivos de produção e ainda por meio do lançamento e realização de editais de *pitching*. Se na montagem da grade de sua programação a TV Pública deve ser mais uma geradora de conteúdo ou cabeça de rede, como no caso da BBC (emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido), ou mais uma distribuidora de material produzido por diferentes atores sociais, à exemplo da PBS (rede de televisão americana), cabe ao cidadão, que leia e participe criticamente da comunicação pública, decidir. Mas para isso é importante que em sua grade a TV pública também ofereça programas que contribuam com processo de educação para a mídia, ou do que os portugueses denominam como *literacia* midiática. Nesse caso, vale lembrar a importância de incluir a comunicação pública como prática e tema de debate. No caso da TV Brasil destacam-se os programas da faixa de reflexão, e em especial VerTV; Observatório da Imprensa e O Público na TV.

|Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Se imaginarmos que a televisão torna-se efetivamente pública a partir das relações construídas com a sociedade, com os cidadãos convertidos em telespectadores, a audiência é relevante também para a TV pública. A grande diferença é que nesse caso trata-se mais de uma relação que se construiria a partir de vínculos de partilha, de experiências e demandas comuns do que de estratégias de sedução.

Nesse sentido não se espera que, por exemplo, a programação da televisão pública seja estruturada de modo a garantir a liderança de audiência, um valor importante para os canais de operação privada. Por outro lado, a TV se torna efetivamente pública também a partir da publicização de seus conteúdos audiovisuais, o que implica ter um público, nesse caso necessariamente também ativo e não apenas consumidor de narrativas.

As relações de proximidade e troca com a audiência são especialmente importantes nesse tipo de emissora, cuja legitimidade depende também do reconhecimento de sua importância como espaço público de debate, informação e circulação de diferentes vozes e saberes.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Assisto sim a televisão pública, como telespectadora e como pesquisadora do campo da comunicação. Apesar do telejornal Repórter Brasil, da TV Brasil, ter sido nosso objeto de investigação por um período maior, destacaria dois programas de informação-reflexão veiculados em emissoras públicas: Estação Plural e VerTV, veiculados também na TV Brasil, e na Rede Mídia, produzido e exibido na Rede Minas. Mais recente entre os três programas, Estação Plural tem como proposta a discutir temas como as relações de gênero e o universo LGBT. Exibido desde o primeiro semestre de 2016 tem três participantes fixos, debatedores: uma lésbica, um transexual e um gay. Assim, as temáticas são discutidas a partir de uma perspectiva e enfoques também plurais, e diversos.

VerTV e Rede Mídia tem como temática a mídia, e a sua esperada democratização. O primeiro é veiculado há 10 anos na TV Brasil, com apresentação do jornalista e professor Laurindo Leal Filho, Lalo. A cada edição são recebidos dois ou três convidados para debater uma temática relacionada ao universo da comunicação, da televisão e do jornalismo em particular. Os debates mediados por Lalo são precedidos por pequenos materiais audiovisuais (vídeos tapes) que introduzem o tema a ser abordado pelos participantes. Rede Mídia é um programa produzido e veiculado na Rede Minas (MG), emissora parceira da TV Brasil, que voltou a ser reapresentado em abril de 2016. A proposta também é analisar e debater o papel da mídia na contemporaneidade, a partir da experiência de dois convidados em estúdio e do depoimento de cidadãos-espectadores, coletado em um estúdio improvisado nas ruas de Belo Horizonte.

“É este princípio norteador da TV Pública, da criança vista como cidadã, que faz com que ela seja preservada da exposição à publicidade e respeitada em sua condição de ser em desenvolvimento”.

INÊS VITORINO SAMPAIO

Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante

O compromisso de inserir a relação das crianças com as mídias no contexto das pesquisas em comunicação tem pautado a atuação da pesquisadora Inês Vitorino. Dedicada à temática há quase vinte anos, inicia sua trajetória com a obra *Televisão, publicidade e infância* (2000), um contributo para se compreender a comunicação mercadológica dirigida à criança no país. Destacam-se como pesquisas sob sua coordenação: *Qualidade na Programação Infantil da TV Brasil* (2012) e *Publicidade Infantil em Tempos de Convergência* (2016). Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP (1999), com período sanduíche na WWU Münster, Alemanha, e estágio Pós-Doutoral na UQÀM, Canadá, é docente do Instituto de Cultura e Arte da UFC e fundadora do Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (GRIM).

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

No Brasil, a televisão ainda ocupa um lugar de destaque como espaço de entretenimento e de informação do povo brasileiro. Ela está presente em todo o território nacional e mesmo com a disseminação das TICs ainda não perdeu a sua centralidade. Refiro-me à centralidade, por duas razões: a primeira porque ela é definidora de espaços públicos de caráter generalista, como assinala Dominique Wolton, nos quais públicos diversos podem convergir para dialogar sobre suas distintas formas de ver o mundo; segundo porque a TV como as demais mídias, atuam na construção da realidade, ou seja, nomeiam o mundo e ao fazê-lo, criam-no como tal. Refiro-me aqui à realidade das mídias, tal como formulado por Niklas Luhmann. Ora vejamos: nos discursos sobre as questões mais triviais, como o fato da filha de uma celebridade arrumar o quarto, às mais profundas, sobre certo modo de compreender o país e seu povo, a televisão constrói para milhões de pessoas, não apenas no jornalismo, mas no conjunto de sua programação, referenciais coletivos sobre quem somos, quais são os nossos problemas e desafios e os modelos de conduta a seguir como nação, grupo social e/ou indivíduo. Ora, no Brasil, este poder extraordinário de

construção coletiva de um projeto de nação, a despeito da nossa constituição está concentrado em poucas famílias que defendem de forma muito conscienciosa interesses privados dos maiores grupos econômicos do país. Se entendermos isso, torna-se evidente a importância extraordinária da TV Pública, pois ela é a única capaz de se desvincular dessa lógica privada - orientada pelo lucro e pela satisfação fácil e medíocre das audiências - colocando como pilar de sua atuação, o atendimento ao interesse público.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

Essa é uma questão difícil de ser respondida num plano genérico, pois as experiências de TV Pública são distintas em cada país e as fragilidades que podem ter, assumem características particulares, ao modo como cada uma delas se estrutura e às relações que mantém com determinada sociedade. Eu diria que historicamente, com maior ou menor intensidade, a TV pública tem enfrentado alguns desafios e que algumas fragilidades se evidenciam quando eles não são devidamente tratados. Dentre eles eu destacaria os problemas de financiamento, o desrespeito à sua autonomia, e certos modos de compreender a relação com as audiências. Os problemas de financiamento, por exemplo, trazem dificuldades de ordem tecnológica e de pessoal, com impactos negativos nos processos de inovação de sua programação, condenando algumas emissoras a repetir demasiadamente os conteúdos exibidos. A interferência na autonomia da TV Pública, como o país vê hoje na TV Brasil, compromete a missão desse tipo de emissora e a sua credibilidade junto ao público. A compreensão de que a TV pública deve se pautar na relação com as audiências seguindo a mesma lógica de clientela das TVs comerciais costuma, por outro lado, ser tão danosa quanto à crença de que elas não importam, já que a primeira desconsidera o papel da TV Pública em contribuir para a formação do público e a segunda não dialoga com ele, distanciando-se.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Existem diversos modelos com graus distintos de sustentabilidade de acordo com as culturas comunicacionais e políticas dos vários países. Há o modelo de financiamento que se estrutura tendo por base os recursos do Estado, envolvendo aí subsídios, impostos e licenciamentos, como na Venezuela. Há outros modelos que recebem sua maior parcela de financiamento de recursos dos cidadãos, que pagam taxas anuais de uso, tal como ocorre na Inglaterra e na Alemanha. Há o financiamento via percentuais de uso do espectro das telecomunicações, como acontece na Argentina e na Colômbia. Há, ainda, a possibilidade de pensarmos em termos de financiamento misto, tal como é feito em Portugal e na França, reunindo fundos de origem pública e privada. Todos esses modelos implicam em oportunidades e riscos a serem avaliados em suas implicações. O equilíbrio entre a existência de financiamento que assegure uma produção qualificada na emissora pública não pode ser obtido à custa de sua autonomia. Tampouco a autonomia per si é garantia de que esta produção seja de excelência e capaz de atender ao princípio da singularidade e originalidade, já que o aporte suficiente de recursos tende a comprometer a qualidade dessa produção.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Estado e TV pública devem se orientar pelo princípio do interesse público. A ser seguida essa lógica, cabe ao Estado assegurar o suporte financeiro necessário para que a TV Pública alcance níveis de excelência em sua programação, no cumprimento de sua missão de promover informação e entretenimento que fortaleça a ordem democrática e a formação cidadã do público. Esta relação deve estar pautada, ainda, por uma política de Estado e não de governo norteada pelo princípio da autonomia da TV pública. Isto implica que esta TV pública não se confunda com uma TV estatal, que se estruture de forma democrática, assegurando a participação da sociedade civil em suas decisões e que estas decisões sejam, portanto, respeitadas pelo Estado. Lamentavelmente, é justamente esse princípio da autonomia que está sendo frontalmente desrespeitado pelo atual governo, que promove o desvirtuamento de sua finalidade, ao transformar um projeto, ainda incipiente e carente de aperfeiçoamento de TV Pública, num veículo de propaganda governamental. A intervenção recente na presidência da Empresa Brasil de Comunicação e a tentativa de destituição do Conselho Curador, que incorpora representantes da sociedade civil, evidenciam que os interesses de governança sobrepujaram o interesse público subjacente ao projeto constitucional de uma TV Pública no país.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Há muitas formas de construir esse diálogo. No plano da gestão, dialogar com a sociedade implica assegurar a participação da sociedade civil nas instâncias de decisão dessa emissora, em seu planejamento e avaliação. No plano da programação, esse diálogo deve se manifestar em sua produção interna, na definição de licenciamentos e na abertura à produção independente. Em relação a todas essas possibilidades, há dois pressupostos fundamentais a ser respeitados: a valorização da cultura nacional e o caráter plural da sociedade, que não configura como um bloco monolítico, em particular, em um país com dimensões continentais como o Brasil. Dialogar com a sociedade nesses termos é assegurar que, tanto na gestão quanto na oferta da programação, a diversidade de coletivos e a riqueza cultural que o país abriga - em sua multiplicidade de sotaques, cores, músicas, tradições, festas, brincadeiras, vestuários etc. - seja contemplada. Em outras palavras, que as diferenças do nosso povo, para focar aqui no Brasil, sejam consideradas sob a ótica do pertencimento, do comum, do ordinário, e não sob o esteio da invisibilidade das gentes que habitam o Brasil profundo, as periferias das cidades, a área externa das telinhas e/ou o lugar dos condenados, sob quem recai o enquadramento do exótico, revelador, sobretudo da estreiteza do olhar dos discursos que recorrem a esse tipo de classificação. Em síntese, eu diria que para dialogar com a sociedade é preciso que nosso povo tenha espaço nos bastidores onde se constrói a TV pública e se veja devidamente representado nas esferas públicas que ela institui.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Ela deve ser pautada nos princípios da diversidade, da inclusão e do respeito ao público. Ao falarmos de diversidade, estamos nos referindo ao critério mais aceito na literatura internacional acerca do que significa qualidade na programação. Trata-se de um parâmetro que deve ser compreendido em sua acepção mais ampla, implicando a

diversidade de formatos, de gêneros, de linguagens, estruturas narrativas, representações sociais etc. Dessa forma, a TV Pública pode simultaneamente atender a públicos diversos e colaborar para a expansão de seus repertórios culturais. Como os públicos são diversos e a TV Pública tem um compromisso com todos os cidadãos, que em última instância são aqueles que a financiam, ela deve primar pela universalidade e, portanto, ser necessariamente inclusiva, oferecendo programações que considerem as minorias, usualmente negligenciadas nas TVs comerciais. Finalmente, a grade de oferta de uma TV Pública deve levar a sério seu público, promovendo o diálogo acerca de seus modos de ver, interpretar e atuar no mundo. É por meio dessa atitude de respeito ao público que a TV Pública pode colaborar para que os problemas de uma determinada sociedade sejam reconhecidos e abordados em sua complexidade e que o entretenimento de seu povo não se esteie sobre o riso sarcástico sobre a miséria de outro cidadão. Há que haver riso sim, há que haver muita diversão, porque a TV Pública deve primar por oferecer informação e entretenimento de qualidade. Somente assim ela será capaz de cumprir sua missão, seduzindo com arte e inteligência o seu público.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Ela é a razão de existência da TV Pública, o que não significa dizer que a TV pública deva ser refém de índices de audiência como acontece lamentavelmente nas TVs comerciais, a despeito do que reza o artigo 221 da Constituição acerca dos princípios a serem observados na radiodifusão no país. Como mencionei anteriormente, é fundamental que a audiência seja considerada, mas sob outro ponto de vista, outra lógica que não a do lucro fácil, obtido por meio do reforço à mediocridade do público. As audiências precisam ser tratadas com respeito. Isso implica: considerar suas demandas de entretenimento - qualificando-as; promover o acesso a informações consistentes; acreditar e apostar no seu potencial para descobrir e apreciar novos formatos e estéticas; e conferi-lhes tempo para esse processo de experimentação, na linha do que postulam Giuseppe Richeri e Maria Cristina Lasagni, na obra *Televisão de Qualidade*. Em outras palavras, as audiências são fundamentais e merecem ser levadas a sério.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Tenho apreciado há bastante tempo programas exibidos na TV Pública. Na Alemanha, costumava ver, por exemplo, o *Heute Journal*, além de excelentes documentários exibidos na *Zweite Deutsche Fernsehen (ZDF)*, importantes para me situar no contexto histórico-cultural daquele país e descobrir coisas novas, das mais banais aos temas mais complexos. No Canadá, via cotidianamente a *Canadian Broadcasting Corporation (CBC)*, cuja programação em inglês era exibida também em francês, na *Société Radio-Canada (SRC)*, para a tender a demanda do público daquele país com características bilíngues. Só por essa decisão, já dá para ser ter uma ideia do alto volume de investimento no sistema público de comunicação. Além da cobertura jornalística, gostava de apreciar séries, documentários, programas sobre música e infantis, como *Passe Partout*. Como no Brasil, o mais próximo que tínhamos de uma TV Pública, até bem pouco tempo atrás, era a TV Cultura, assisti inúmeras vezes programas infantis como Castelo Rá-Tim-Bum, Cocoricó, além de outros mais voltados para o público adulto como o Roda Viva, nos tempos em que ele fazia jus a este nome. Na TV

Brasil acompanhei toda a sua programação infantil, em um contexto de pesquisa em 2010 e 2011. De um total de 22 programas exibidos à época por esta emissora, faço questão de destacar aqui o TV Piá, que recentemente foi retirado da grade da emissora, apesar da sua inegável qualidade. É uma série nacional dirigida por Diléa Frate. Ela se diferencia em relação a outras produções ao levar a sério a criança. No programa, sua participação é destacada. É ela que o conduz, apresentando quadros, entrevistando adultos e outras crianças, revelando as vivências infantis nas diversas regiões do país. Considero, ainda, que o TV Piá trata com muita sensibilidade os modos de ser e se apresentar da criança, com suas falas entrecortadas, cabelos desgrenhados, atitudes espontâneas, entre outros. A criança no TV Piá não é transformada em uma espécie de ventríloquo que reverbera falas adultas previamente definidas, como é comum em produções desse gênero, assim como na publicidade.

|Você coordenou pesquisa sobre a qualidade da programação infantil na TV Brasil que resultou no livro Qualidade na programação infantil da TV Brasil. Qual a relevância desse estudo para a TV pública brasileira?

Em primeiro lugar, esta pesquisa teve um caráter inovador. Não por ser o primeiro estudo que discute qualidade em programas infantis, isso já foi feito, mas por ser o primeiro, de caráter público, que investigou toda a grade de programação infantil de uma emissora. O primeiro desafio foi, então, o de identificar parâmetros de qualidade e definir estratégias metodológicas compatíveis para realizar essa análise. Dialogar com a literatura internacional, onde estudos dessa natureza foram feitos, definir pertinências em relação ao contexto brasileiro e apresentar uma proposta metodológica a ser considerada em novos estudos confere relevância também a esse estudo. Finalmente, eu destacaria aqui a responsabilidade de contribuir para avaliar uma política pública no campo do audiovisual, identificando potencialidades e desafios a serem superados. Apenas a título ilustrativo, elencamos aqui alguns aspectos valiosos da programação infantil da TV Brasil e identificados no estudo, tais como o destaque dado à emissora à programação infantil, em especial quando as TVs abertas diminuíram sua oferta de programação a este público; a inexistência de publicidade; a presença de narrativas que estimulam os processos de descoberta do mundo pela criança; a consideração prevalente do critério de inocuidade nessa programação etc. Na perspectiva de contribuir com o aprimoramento dessa programação infantil, o estudo apontou também algumas fragilidades, como a predominância de programas internacionais na grade; a lacuna de produções latino americanas nessa oferta; a prevalência acentuada de programas produzidos no Sudeste, em particular, no eixo Rio-São Paulo; a repetição muito frequente de episódios etc. Naquele contexto, o estudo previa a possibilidade de avançar na qualidade dessa oferta e no papel destacado que uma TV Pública pode assumir em um projeto de nação que respeita as suas crianças, apresentando sugestões para o aprimoramento de uma política de Estado, hoje seriamente ameaçada quando se projeta para a TV Pública mais do mesmo que a TV comercial já oferece.

| Qual o lugar das crianças na grade de programação da TV pública e qual o olhar que ela deve ter em relação a este público?

No Brasil, crianças e adolescentes respondem por 1/3 da população. Este dado seria *per si* suficiente para justificar a existência de uma oferta consistente de programação para este público por parte de uma TV Pública. Além disso, compete à TV pública atuar de forma complementar à TV comercial e atender à pluralidade de públicos existentes no país, visualizando-os sob a ótica da cidadania. No caso da TV Brasil, temos uma oferta diária de cerca 7 horas de programação voltada às crianças, portanto, robusta do ponto de vista da oferta, e que aborda a criança em sua condição de cidadã e não apenas de consumidora. É este princípio norteador da TV Pública, da criança vista como cidadã, que faz com que ela seja preservada da exposição à publicidade e respeitada em sua condição de ser em desenvolvimento.

| Considerando a experiência da TV Brasil, como as crianças brasileiras são representadas na programação da emissora e qual o lugar que a criança tem ocupado na construção dessa programação?

No que concerne à atenção aos modos de representar as crianças na programação da TV Pública, um princípio central a ser considerado é o da diversidade. No contexto brasileiro, este enfoque é particularmente importante dado a diversidade de vivências infantis que o país abriga, associadas aos contextos regionais, socioeconômicos, culturais etc. Nosso estudo revelou em relação a este aspecto que há muito da vivência de crianças do Brasil profundo a ser projetado na programação da TV Brasil e que embora considerando o fator de presença na grade da emissora o princípio da diversidade seja considerado, já em relação à condição de protagonista nas narrativas, mantém-se ainda o predomínio de crianças brancas do sexo masculino, visto que parcela expressiva dos desenhos exibidos são europeus. Finalmente, a participação das crianças na definição dessa programação é limitada, ocorrendo de forma localizada em programas como o *Janela, Janelinha*, que exhibe filmes produzidos por crianças do mundo inteiro, e o *TV Piá*, que é conduzido por crianças e valoriza o contato com os diferentes modos de viver a infância nas diversas regiões do país. Além disso, mesmo antes da ruptura à ordem constitucional, a Câmara Infante-Juvenil, vinculada ao Conselho Curador da emissora, que cumpria um papel destacado no monitoramento da qualidade dessa programação, não previa um espaço reservado à participação de crianças nessa instância.

| Considerações finais

Eu gostaria de parabenizar a iniciativa dos organizadores desta publicação de pautar essa reflexão nesse contexto de ruptura com a ordem constitucional, pautado pelo predomínio da pós-verdade na abordagem jornalística hegemônica, e agradecer a oportunidade de me posicionar em defesa da TV Brasil, recorrendo ao recurso do argumento racional, tão em desuso, para construir esse diálogo.

“Enquanto a TV pública for tratada como o “vira-latas” da comunicação pelo poder público, por falta de visão ou de estratégia, os governos e a população seguirão desperdiçando um ativo de enorme potencial.”

ISRAEL DO VALE NETO

Soane Costa Guerreiro

Israel do Vale neto é jornalista e diretor-executivo da Picnic Digital, empresa que desenvolve aplicativos e conteúdo transmídia. Foi presidente da Rede Minas (2015-2016), presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (2015-2016) e membro da executiva nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (2016), o que permitiu ao entrevistado manter um histórico de proximidade com a trajetória das TVs Públicas no Brasil. Também integrou a equipe que implementou a operação da TV Brasil/RJ, como gerente-executivo de conteúdo e coordenador geral do programa de fomento ao DOCTV. Foi diretor de programação e produção da Rede Minas e responsável pela formulação preliminar do projeto de TV digital da emissora. Atuou ainda como repórter dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Num país como o Brasil, com uma democracia ainda frágil, em processo de maturação, a comunicação pública tem papel fundamental. Ela deve atuar como uma espécie de avalista da informação de qualidade, guiada por pressupostos voltados ao interesse coletivo e ao bem comum, não apenas por imperativos comerciais aliados a projetos concentracionistas de poder e riqueza --pano de fundo de como se movem as emissoras privadas, em aliança com grupos de interesse corporativos, financeiros, religiosos ou partidários. Uma democracia saudável demanda um ecossistema múltiplo e diversificado no campo da comunicação, capaz de dar voz aos diferentes agentes da sociedade e de exprimir a complexidade da dinâmica social, especialmente em um país tão assimétrico do ponto de vista da garantia de direitos fundamentais. Por isso as Nações Unidas reconhecem a comunicação como um dos direitos humanos. A cidadania só floresce onde se pode assegurar uma comunicação democrática.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

A TV pública sempre viveu em condições muito restritivas. A começar do ambiente jurídico e institucional asfixiante em que atua, atrelado a regras anacrônicas da administração pública, que inibem enormemente a sua capacidade operacional. Mas esse estado permanente de impasses tem origem anterior à própria criação da primeira TV pública no país. É um problema crônico, fruto de um grande arranjo de boicotes e sabotagens sistemáticos que se somam ao longo do tempo. Basta notar que a primeira tentativa de se implantar um projeto de comunicação pública no país se deu 15 anos antes da sua efetiva concretização. E foi duramente rechaçado por Assis Chateaubriand, o magnata das comunicações e pioneiro da televisão no país, que achacou Getúlio Vargas e, mais tarde, também Juscelino Kubitschek, ameaçando acabar com a carreira política deles caso avançassem naquela direção. É um bom retrato do jogo de forças desproporcional criado no Brasil, como efeito colateral da enorme concentração de veículos nas mãos de poucas famílias que se tem no país: um empresário que conquistou prestígio e poder manejando uma concessão pública (a exploração do serviço de rádio e televisão) usa um bem da nação contra o próprio concedente e atenta contra o interesse público, em defesa de interesses particulares. Reflexo claro do modelo patrimonialista nocivo e excludente que se entranhou na elite brasileira desde as caravelas de Cabral. Outro episódio irônico, também envolvendo Chateau e a televisão pública, diz respeito ao que pode ser consagrado como o primeiro grande exemplo de má gestão na televisão brasileira, em torno da TV Cultura de SP, então pertencente aos Diários Associados. Depois de sofrer um incêndio num estúdio, cinco anos depois de entrar em operação, a TV Cultura acumulou dívidas e, à beira da falência, foi "salva" pelo Governo de São Paulo, que a encampou. É mais um traço bastante característico de parcela significativa da elite brasileira, tributária intransigente do livre mercado até "quebrar a cara". Um exemplo bastante típico da maneira dicotômica como operam certos setores da produção no país, ao sabor das conveniências: privatizar o lucro (e basta ver o que se passa com a Petrobrás neste momento) e socializar o prejuízo. Enquanto a TV pública for tratada como o "vira-latas" da comunicação pelo poder público, por falta de visão ou de estratégia, os governos e a população seguirão desperdiçando um ativo de enorme potencial.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

O poder público tem obrigação de assegurar a prestação de serviços de qualidade numa área chave como é a comunicação. Sobretudo quando se trata de uma ação estratégica em favor do interesse público, que inclui salvaguardar a pluralidade de vozes e visões, em contraponto à ditadura do pensamento único dominante no mercado das TVs comerciais. Mas pode fazer isso de maneira diversa da que predomina hoje, no campo público, onde a lógica em vigor nas secretarias de planejamento é a de destinar a elas o suficiente para assegurar o custeio, o que corresponde a dar ao paciente entubado o mínimo indispensável de ar, para que siga vivo, e deixar de alimentá-lo, como se o papel das emissoras fosse apenas existir, e não prestar serviços de qualidade, de uma forma cada vez melhor e mais consistente. Defendo um caminho que possa se estruturar em torno de uma cesta de fontes variadas, inclusive do próprio governo, de acordo com a realidade de cada localidade e o porte da emissora. Uma composição entre recursos diretos do tesouro (até o limite de, digamos, 49% do custo

anual previsto), fundos de fomento alimentados por uma participação na arrecadação de áreas que devem gerar contrapartidas sociais (as loterias, incluindo a possível legalização do jogo do bicho, uma parcela dos impostos pagos pelas emissoras comerciais e o mercado publicitário ou sobre os valores movidos em leilões de concessões para a exploração de serviços de radiodifusão ou telecomunicações, a título de exemplo). Além disso, há hoje no país um conjunto de mecanismos que merecem ser melhor explorados, como as leis baseadas em renúncia fiscal (não só na cultura, mas também nos esportes, na saúde, na educação) e as linhas de financiamento para televisão estruturadas em torno dos Prodav, da Ancine - o principal pote de ouro do setor audiovisual, ainda acessado timidamente pelas emissoras públicas. É fundamental, também, que outras áreas estratégicas de governo, para além da secretaria ou do ministério ao qual a emissora está diretamente envolvida, tenham sensibilidade para a oportunidade e a importância de que se desenvolvam parcerias continuadas com as TVs, direcionando parte da verba de comunicação daquela pasta a projetos de conteúdo e ações de teor formativo ou de prestação de serviços, como campanhas para a interoperabilidade, séries documentais, cursos à distância para a capacitação de agentes públicos, material de apoio pedagógico para a rede pública de ensino e aplicativos em Ginga para a TV digital interativa. Isso para tratar apenas do potencial de mobilização de recursos no âmbito do poder público. Mas há outros caminhos, ainda subexplorados, entre eles o da negociação de cotas com empresas mantenedoras, como atua o Canal Futura. É um modelo interessante, que alia estratégias de comunicação e responsabilidade social. E que permite um planejamento mais consistente para o médio prazo. De resto, é indispensável criar mecanismos compensatórios que viabilizem a sustentabilidade das emissoras - não só as iniciativas de âmbito nacional ou as redes regionais, estaduais, mas as retransmissoras (RTVs) do interior, que são as redes regionais e nacionais na ponta. Sem o fortalecimento das afiliadas, as geradoras e retransmissoras, a ideia de uma rede nacional ou de redes estaduais não existe, na prática. E o caminho para isso é destravar a Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública, um mecanismo muito interessante previsto na lei que cria a EBC. Há, hoje, cerca de R\$ 2,8 bilhões recolhidos e represados, que deveriam estar em circulação no campo público de televisão e de rádio. Chegamos muito perto de abrir a porta do cofre, no primeiro semestre deste ano, a partir de uma ação conjunta da Abepec – Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, e da EBC – Empresa Brasil de Comunicação. Depois de uma longa rodada de discussões e negociações, chegamos a um bom termo na definição da partilha dos recursos e, a pedido da Secretaria de Comunicação (Secom) do Governo Federal, elaboramos juntos a minuta do decreto que regulamentaria a distribuição dos recursos. Esse documento foi validado em uma reunião pedida pelo então secretário-executivo da Secom, o Olavo Noletto, com a presença de dez dirigentes de emissoras regionais e presidentes ou diretores de associações das universitárias e comunitárias, além das educativas e culturais representadas pela Abepec. Foi uma reunião de alinhamento e validação, com pequenas ressalvas de um ou outro, que foram parcialmente assimiladas. Todas as falas foram na direção de um "marco histórico". Saímos de lá entusiasmados, com o compromisso de que o decreto seguiria no dia seguinte para a Casa Civil, como já estava pactuado dentro do governo, e a promessa de que chegaria às mãos da presidenta Dilma para assinatura e publicação imediata. Os

dias foram se passando e nada. Dilma caiu e a comunicação pública ficou mais uma vez “a ver navios”. Mais um erro crasso de visão na estratégia e na política de comunicações da esquerda, que sempre negligenciou essa área, tristemente. Enquanto a esquerda não deixar de tratar comunicação como algo instrumental, a serviço de, e não passar a vê-la como política pública, vai seguir sendo exposta a azares, refém de todo tipo de extorsão. E a maneira de se fazer isso, republicaneamente, é por meio de um amplo debate com a sociedade, que nos permita enfrentar, com a delicadeza cabível, o dogma da regulação da mídia.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Há um episódio da política que costuma ser citado para mostrar a relação delicada entre governos e emissoras públicas que ilustra bem isso. O protagonista é Mário Covas, ex-governador de São Paulo. Segundo consta, Covas foi comunicado por uma pessoa próxima de que a TV Cultura teria veiculado reportagens que expunham o governo de alguma forma. Covas teria respondido que havia três órgãos na estrutura administrativa em que o governo pagava a conta, mas não mandava: a Fapesp, a USP e a TV Cultura. Me parece uma rara demonstração de grandeza, de um aspecto da política quase em desuso. Reconhecer que é preciso resguardar autonomia editorial e de gestão a instituições que lidam com o ensino, a pesquisa e a informação é uma maneira veemente de afirmar a soberania da produção e difusão de conhecimento e do fortalecimento da consciência crítica sobre os interesses imediatistas da política. Há certo desconforto, para não dizer esquizofrenia, entre profissionais de comunicação das secretarias ou órgãos da administração indireta e as emissoras: uma visão instrumental, que enxerga a TV e a rádio públicas como um desaguadouro natural de tudo que o governo quer ou precisa comunicar. Mostra com clareza a dificuldade de entendimento, nas entranhas dos governos, da diferença entre comunicação pública e estatal. Não há dúvidas sobre a legitimidade e a pertinência de que um gestor público queira e deva dar visibilidade aos atos e fatos de governo. É obrigação de qualquer governo prestar contas sobre a maneira como gasta o dinheiro do cidadão. Para isso existem as TVs estatais. Numa emissora pública, o desejo ou a necessidade de se publicizar ações de governo deve passar por um filtro que avalia a relevância do tema, a partir de metodologias e técnicas jornalísticas básicas. O fundamental é distinguir o que de fato é notícia, dentre toda massa de informação que um governo gera todos os dias. Mas não é a visão dominante no interior dos governos. Há uma cobrança enorme para que as emissoras cubram toda coletividade, produzam reportagens sobre todo e qualquer tema, que coloque autoridades sistematicamente no ar. E essa cobrança aumenta muito na medida em que a imprensa comercial se desinteressa por determinados assuntos do dia a dia de governo - a maioria, diga-se. Nestes casos, a TV e a rádio públicas são a tábua de salvação de uma ação de comunicação, para que ela não fracasse totalmente. É uma distorção absoluta: a informação mais nobre, que talvez merecesse uma cobertura especial, costuma ser "negociada" com as redações dos maiores veículos; a informação ordinária, que ninguém quer, tem de ser acolhida pela emissora pública. Difícil imaginar que, com uma equação como esta, as emissoras públicas possam conquistar respeito e relevância.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

É importante lembrar, sempre, que toda televisão é pública, na medida em que só se pode operar o serviço de radiodifusão mediante concessão. E se é um bem da nação entregue a um grupo restrito de privilegiados, visto que se trata de um bem finito, era de se supor que toda rádio e toda TV devessem gerar contrapartidas sociais. Mas não é assim que funciona, como se sabe. O que predomina no Brasil é a política de balcão, o tráfico de influências da politicagem fisiológica e analógica, de mentalidade a carvão. Não à toa, há pouco mais de um ano, havia cerca de sete mil processos em tramitação no Ministério das Comunicações – porque quanto mais demora houver, melhor a "negociação" (no âmbito da política, mas também em algumas instâncias técnicas) para que se "fure a fila". O ex-ministro Ricardo Berzoini talvez tenha sido uma exceção à regra. Montou uma equipe de técnicos sérios e comprometidos com o funcionamento da pasta. Fez um esforço valioso para desburocratizar e dar transparência aos trâmites. E atuou, republicaneamente, fortalecendo políticas de acesso, como o Plano Nacional de Outorgas e o Canal da Cidadania. Durou pouco. No xadrez da operação salva-vidas da Dilma, foi deslocado de pasta e tudo desandou. Foi o único momento alvissareiro dos governos Lula e Dilma nessa área - com exceção, claro, do ambiente em que a EBC foi gestada, como fruto de um intenso debate entre poder público e as mais variadas instâncias da sociedade, em torno das duas edições do Fórum Nacional de TVs Públicas e da Conferência Nacional de Comunicação, a Confecom. Derivo na resposta, aqui, para afirmar a crença de que não basta a TV pública criar formas de dialogar com a sociedade. É preciso que a sociedade se aproprie de um bem que é seu. O diálogo que virá, se vier, será decorrência disso. Há um déficit flagrante de compreensão da importância das políticas de comunicação entre a população. E isso passa pela nossa incapacidade, como profissionais da área e como cidadãos, de sensibilizar nossos pares para esta questão. Esse descompasso ficou claríssimo, por exemplo, nos movimentos em reação à extinção do Ministério da Cultura. O setor cultural foi em peso para as ruas. Ocupou equipamentos públicos ligados ao MinC em todo país. Carregou faixas contra a Globo, apontada como agente do golpe. Foram inúmeras e onipresentes as menções a "Rede Golpe" e "Globo Golpista" nas manifestações. No entanto, quantos cartazes e quantas vozes se levantaram contra a extinção do Ministério das Comunicações, quando foi encampado pela Ciência e Tecnologia? Enquanto não houver clareza de que o faroeste que dá às grandes corporações da mídia o direito de fazer o que bem entendem deriva justamente da ausência de instrumentos e normativas de controle social, vai ser muito difícil avançar na direção de uma democracia mais madura e mais saudável. E isso passa por mudar a cultura. É cada vez mais indispensável levar às salas de aula, o mais cedo possível, um conjunto de práticas que permita que crianças e adolescentes olhem criticamente para o que recebem de informação por meio dos veículos de comunicação. A ideia da Literacia Midiática precisa ser levada a sério, tratada como disciplina nas escolas, empacotada como programa de rádio e televisão, quem sabe. É preciso estimular o debate sobre os temas de interesse geral de maneira mais equilibrada e menos taxativa, para além do "Fla X Flu" que se instalou no Brasil - com direito a desfiles de camisa da CBF, irônica e farsescamente, diga-se. Mas há muito a avançar nessa direção ainda. O dia em que a TV pública tiver a capacidade de atuar sob uma dinâmica mais permeável, que reconheça e empodere o cidadão como parte constitutiva do que ela é, e não apenas

um número a perseguir nos índices de audiência, ela terá chance de abrir um diálogo de fato, como via de mão dupla. Há uma oportunidade rara no momento no horizonte, com as possibilidades que se abrem em torno dos recursos de interatividade oferecidos pela televisão digital no Brasil. Mas os grandes interesses corporativistas atuam, mais uma vez, para inibir o desenvolvimento do Ginga, o sistema operacional nipo-brasileiro, e tentam enterrar uma frente de negócios de enorme potencial para o país --na medida em que 13 países na América Latina e um na África já adotaram o sistema. A possibilidade de distribuir aplicativos desenvolvidos em Ginga por radiofrequência e embarcá-los nas caixinhas conversoras, sem custo para o cidadão, tem capacidade para constituir uma nova dinâmica de relacionamento do telespectador/cidadão com o poder público, por meio da televisão. Um projeto como o Brasil 4D, capitaneado por mais de três anos por André Barbosa na Empresa Brasil de Comunicação, mostra com clareza, embrionariamente, mas de forma contundente, o impacto na vida de uma parcela desassistida da população em acessar ofertas de emprego ou poder agendar consultas no SUS sem ter que sair de casa, pelo controle remoto. Imagine o potencial disso com o uso direcionado a consultas públicas instantâneas, voltadas ao cidadão de determinada região (o que é plenamente possível), no processo de tomada de decisões e de conformação das políticas públicas. Imagine uma dinâmica contínua de orçamentos participativos em cada município, na direção de uma democracia menos representativa e mais dialógica, como a sociedade brasileira tem manifestado que quer. Porque não há diálogo quando a via é de mão única, na lógica do um para muitos do broadcasting. E não existe meio diálogo. Quando só um fala, mesmo que seja com a melhor intenção do mundo, o que se tem é monólogo. É muito pouco para quem precisa aumentar sua abrangência, seu reconhecimento e sua legitimidade, como a televisão pública brasileira em geral precisa. Mas não basta querer. É preciso ter meios técnicos e respaldo político. Era neste caminho que a gestão afastada em outubro passado na Rede Minas, a TV pública de Minas Gerais, vinha apostando. Um projeto consistente, com avanços concretos no desenvolvimento em Ginga em pouquíssimo tempo, e com investimentos significativos já feitos em estruturas que, infelizmente, podem não ter continuidade. Mais uma amostra dos efeitos perversos gerados pela carência de entendimento da população de que as rádios e TVs do país são de cada um de nós. Enquanto nós não nos apropriarmos delas de verdade, para criarmos uma espécie de blindagem social que seja capaz de assegurar a continuidade de projetos de interesse público, seguiremos reféns de políticas umbilicais, voltadas a interesses particulares. Romper com isso exige capacidade de multiplicar as formas de monitoramento e incidência da sociedade sobre a definição de diretrizes de gestão e conteúdo das emissoras. Exige fortalecer os campos de diálogo existentes, em instâncias como os conselhos --curadores, fiscais, de administração ou mesmo abertos -- estes, de livre acesso a quem queira contribuir, mesmo que circunstancialmente, como experimentamos na Rede Minas. O ataque ao Conselho Curador da TV Brasil pelo governo Temer é bastante simbólico neste sentido. Ele explicita o profundo desinteresse desta gestão em exercitar a escuta da sociedade. E quem não está disposto a ouvir, rompeu com o diálogo antes que ele se estabelecesse. Porque diálogo não significa apenas ouvir, mas considerar. Quem não reconhece o mandato de conselheiros escolhidos por instâncias representativas, atuantes e respeitadas da

sociedade civil não reconhece o potencial da sociedade civil como corresponsável pela criação de políticas públicas. Para fazerem jus ao termo, as políticas públicas não podem ser construídas unilateralmente, de cima para baixo e de dentro pra fora. Política pública de verdade se faz com, e não para as pessoas. Se faz junto. Como um grande pacto em favor do bem comum. É um processo doloroso e tormentoso, às vezes. De aprendizado e de confronto com os nossos próprios limites, internos e externos. Que se traduz como oferenda, moldada em generosidade, guiada pelo desejo de partilha. Quando se concretiza e traz ganhos de lado a lado, é quase uma celebração.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A ideia de grade é bastante restritiva, já a partir do nome. Ela fez sentido no primeiro meio século de implantação da TV no Brasil, quando o ecossistema da comunicação era um arquipélago formado por pouquíssimos meios, isolados e estanques. Hoje este ecossistema estaria mais próximo de uma floresta, com um cipóal que articula a fauna e a flora de maneira rizomática. Neste contexto, por quanto tempo o telespectador seguirá no estado de passividade da sua poltrona, acatando decisões tomadas por um suposto iluminado que se esconde por detrás da tela? A multiplicação de janelas propõe uma nova dinâmica de relacionamento, capaz de se relacionar com uma lógica de fluxos descontínuos. O desenvolvimento de narrativas transmídia, que trespassem diferentes suportes, exige a revisão do jeito de empacotar e entregar conteúdo, mas o telespectador não é monolítico e uniforme. E não vive apenas nas capitais, como a falta de bom senso que nos toma, pela soberba típica dos moradores dos grandes centros, costuma falsear. Há diferentes níveis de demanda e de desejo para conjugar quando se pensa no telespectador mutante de hoje. A sabedoria talvez esteja em expandir as formas de oferecer o mesmo, sem deixar de buscar o novo. E de abrir-se cada vez mais à "intromissão" do telespectador-produtor-interator. O primeiro problema crítico, na maneira como se organiza uma programação de televisão na cultura vigente, vem justamente da origem das fontes de conteúdo - de forma majoritariamente vertical, de dentro para fora e de cima para baixo, no interior das estruturas das emissoras. Mas, cada vez mais, a sociedade global se expressa audiovisualmente. E é natural que quem conta histórias ou registra algo relevante, do ponto de vista da notícia ou dos afetos, queria colocar isso em circulação. A explosão das plataformas de vídeo sob demanda capturou bem esse desejo, num momento-chave de mudanças comportamentais. Se há cada vez mais conteúdo em circulação, que critérios deveriam orientar as decisões que levam um conteúdo ao ar numa televisão qualquer? E numa TV pública? Se cada vez mais os conteúdos veiculados na TV ganham "vida própria" nos demais suportes e podem ser acessados a qualquer momento, não apenas quando alguém definiu que eles seriam exibidos, qual o sentido da grade? Na minha leitura, a televisão que se faz hoje é cada vez mais uma vitrine. É um espaço de promoção de determinado conteúdo, uma forma de colocá-lo à venda com certa visibilidade. Mas o desfrute desse conteúdo é expansivo e indomável. Neste momento transitório da era do "descontrole remoto", esta vitrine primária sustenta o modelo de negócios. E as demais janelas retroalimentam a dinâmica da exibição, emprestando fôlego para que o conteúdo permaneça no tempo e alcance outros públicos, noutros momentos. Neste sentido, eu tendo a acreditar cada vez mais numa espécie de curadoria compartilhada de

programação - com recursos algorítmicos, inclusive, mas sem perder de vista o viés humano, inclusos aí os “pitacos” dos próprios telespectadores. No mundo das utopias e dos novos possíveis, a vida útil de um programa na TV 2.0 que virá, se deixarem vir, não começa necessariamente naquele traste colocado em frente à poltrona na sala de casa. Ele pode ser “testado” e validado na web ou num *app* de celular para, no momento seguinte, ser alçado à TV. A ideia do aparelho de televisão como o espaço do ineditismo me parece bastante discutível, cada vez mais. Vamos supor que a TV siga tendo a incidência (descabida) que tem sobre o imaginário das pessoas no Brasil por umas boas duas ou três décadas ainda. É uma questão de renovação geracional, apenas. Neste meio tempo, a utopia da universalização da internet e a chance de que haja cada vez mais *smartTVs* em operação podem contribuir para essa nova dinâmica que virá, de uma programação em *hiperlink*, feita de fluxos descontínuos, que imploda a ideia de grade. Mas não nos iludamos também: vivemos num país de abismos sociais, em pleno processo de recrudescimento da crise econômica e de concentração de riquezas, onde ainda há 54 milhões de TVs de tubo em operação. Se as possibilidades do Ginga não forem sufocadas, a ideia de uma curadoria compartilhada que envolva mais que a classe média, o que talvez soe hoje como uma hipótese remota, não pode ser desconsiderada.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Todo programa é feito para ser visto. Mas a ideia de que qualquer conteúdo possa ou deva despertar desejos massivos é uma anomalia. É um imperativo do modelo de negócios, não necessariamente o que atrai as pessoas para a televisão. Os traços culturais, aqueles que incidem sobre os hábitos (de maneira inconsciente, até) são uma mistura de permanência e renovação. Há um caráter residual inevitável no que fazemos todos os dias, na nossa rotina seletiva. Tendemos a fazer e gostar de poucas coisas e vamos aos mesmos lugares em busca delas. A audiência massiva vive de capturar e aprisionar atenção. De naturalizar isso e condicionar para isso. Mas quantos de nós nos reconhecemos na televisão que se faz? Quanto tempo vai levar para irmos a busca, em outros lugares, do que não encontramos por lá? Um dos desafios do profissional de televisão hoje é compreender esse movimento. E tentar se relacionar com ele de maneira destemida e generosa. A nova ordem digital implodiu a lógica dominante na circulação de conteúdo. Propõe todos os dias novas questões. E não se pode responder perguntas novas com respostas prontas, pré-moldadas. Bem manejado, isso pode ser ouro para uma emissora pública. As redes comerciais são atacados de consumo audiovisual. Pasteurizam sotaques, em busca de uma linguagem que retrate um país médio-mediano, palatável a todos. Empurram o congestionamento de São Paulo goela abaixo do morador de Garanhuns ou Belo Horizonte, como se aquilo lhe dissesse respeito. As sediadas no Rio falam muito de lá (com a visão de mundo de lá) e um pouco de São Paulo; as de São Paulo fazem o mesmo, em sentido inverso. E todas campeiam por Londres, Paris, Nova York - porque nós somos todos muito chiques e, no fundo no fundo, mereceríamos viver lá. De resto, retratam as mazelas e exploram as dores do mundo, vendendo medo e “emoção”. Se soubessem atuar em contraponto, as emissoras públicas teriam ouro nas mãos. É evidente que o telespectador tende a se interessar mais pelo que lhe diz respeito diretamente. Pelo que afeta sua rotina de vida, onde mora. E a segmentação de público é irreversível também na televisão. A TV

paga exercita isso, timidamente. Mas falar para nichos é cada vez mais estratégico, como dispositivo de fidelização de audiência. Simplesmente porque cria vínculos. O desafio é o de olhar para a sociedade buscando o cidadão. De olhar para o cidadão buscando o que ele tem de singular. De enxergar a demanda reprimida do que e de quem não se vê na TV e exercitar aproximações. Experimentamos isso na Rede Minas em dois programas, um voltado para o público feminista (chamado Mulhere-se) e outro sobre longevidade e envelhecimento saudável (Sou 60). No Mulhere-se, sobretudo, trabalhamos a partir de metodologias participativas e colaborativas - propostas e implantadas pela nossa diretora de programação e produção à época, Ana Tereza Brandão. Foi uma experiência estimulante e desafiadora. Que envolveu a constituição de uma rede de ativistas, blogueiras, artistas, acadêmicas, donas de casa e todo mundo mais que pudesse ter interesse na discussão da condição da mulher hoje. Um arranjo que começou com uma reunião restrita, abriu-se para um grupo no Facebook e desdobrou-se em encontros presenciais regulares, em torno de uma instância batizada de Conselho Aberto, onde as pessoas se organizaram em grupos de trabalho. Por meio dessa dinâmica, foram definidos ou referendados o nome do programa, sua estrutura, os temas retratados, os personagens entrevistados, artistas convidadas a mostrar seus trabalhos, a abordagem mais adequada. Para além do reflexo na autoestima das pessoas de fora da TV envolvidas, alçadas à condição de agentes ativas, cocriadoras, o exercício de escuta reforça o sentimento de pertencimento, criando vínculos afetivos entre telespectador-interator e programa. Como efeito colateral, a grande teia que envolve o programa se torna também uma caixa de ressonância. E esse ambiente de reverberação retroalimenta a audiência, na medida em que amplifica e viraliza as ações. Parece um bom caminho a se considerar, cada vez mais, como estratégia de mobilização, fidelização e ampliação de audiência.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Mais que um programa bem-sucedido ou outro, o principal ativo da televisão pública são os conceitos que ela maneja ao longo de toda programação – nos telejornais, inclusive. Eu sou um fã da interprogramação, por exemplo. Quando pensadas de maneira assertiva, com intencionalidade, na direção da afirmação dos direitos de cidadania, as peças veiculadas nos intervalos dos programas podem cumprir um papel essencial, de afirmação da identidade (visual ou conceitual) da emissora. Além disso, é na interprogramação que uma emissora regional dá unidade ao que faz, na medida em que ao longo do dia ela alterna programas de fontes variadas, com padrões estéticos que não necessariamente estão alinhados com o dela. A Rede Minas produziu séries lindas ao longo da última década, sobre patrimônio material e imaterial, uso consciente dos recursos naturais, combate ao preconceito e à intolerância e, mais recentemente, a ocupação do espaço público e o direito à cidade. Este movimento reforçava os caminhos apontados pelo slogan da época: "É Público. É Comum." A ideia da televisão pública como um espaço público e do direito de todo cidadão de chamar este lugar de seu nos parecia bastante apropriada para um momento em que a sociedade reivindica cada vez mais uma democracia participativa. O convite, reafirmado em inúmeros encontros abertos à população no auditório da TV (com segmentos diversos da sociedade, como a juventude, o movimento negro, as feministas, o setor cultural) era simples: #OCUPEaREDEMINAS. Além disso, a ideia de um grande pacto social em torno

do acesso igualitário aos recursos públicos, da partilha de direitos e em defesa do bem comum afirma um caminho solidário, na contramão do sentimento de hostilidades que domina a arena pública, nas ruas e nas redes, neste passado recente. Mas há sim, claro, momentos de excelência na produção de programas, que conjugam ousadia, inteligência e informação qualificada, com tentativas de experimentação estética ou expansão de formatos. Eu citaria aqui, a título de exemplo, dois programas da TV Brasil, em momentos distintos: Re[corte] Cultural, de Michel Melamed [que começou na TVE e, infelizmente, teve vida curta na TV Brasil], e Arte do Artista, de Aderbal Freire-Filho. Nos dois casos, há um esforço significativo de pós-produção na maneira de empacotar os temas e encadear a narrativa. Uma inquietação que se manifesta na irreverência dos cenários e no potencial cênico, performático mesmo, dos seus apresentadores - não à toa, oriundos das artes cênicas. Mas tudo começa, notoriamente, no investimento em criação, desdobrado na roteirização do programa, manejada como um jogo de imprevisibilidades. Talvez aí esteja o ponto. A televisão se tornou algo excessivamente controlado. Em nome de reduzir a margem de erro, criaram-se estratégias de monitoramento de tudo, que torna as coisas cada vez mais previsíveis. O controle matou a surpresa. E uma televisão sem surpresa, é uma televisão fadada ao tédio. Daí a força das transmissões ao vivo, certamente - onde ainda mora alguma chance de emergir o imponderável. No caso dos dois programas há outro atributo fundamental: trata-se de produtos que merecem de fato o selo de audiovisual. A televisão brasileira em geral, mas a pública especialmente, tem um cacoete incorrigível, que é o de supor que a relevância do tema se impõe e vale por si. E, em nome disso, dá-lhe "blábláblá"! O resultado dominante é que isso que se faz, majoritariamente, é rádio com imagens, não televisão. Há sim uma margem enorme para explorar o potencial da transmissão de programas de rádio na TV - e nós estávamos avaliando essa possibilidade em Minas Gerais também. Uma forma de enlaçar e relacionar públicos, de um meio a outro, e criar apêndices narrativos que pudessem esgarçar os limites da linguagem, de lado a lado. Coisas simples de se fazer, sem grandes investimentos, que poderiam se reverter facilmente em bons momentos de audiência. Mas quando diz que faz televisão, uma emissora de recursos escassos, como é a maioria das públicas (sejam elas educativas e culturais, universitárias ou comunitárias) tende a "resolver o problema" do cenário com uma tapadeira (em estúdios de pé direito baixo e sem profundidade), com cadeiras ou poltronas que acomodem entrevistadores e entrevistados, uma mesinha de centro, uma obra de arte na parede e coisa assim. De resto, abrem-se as câmeras e vamos conversar. Uma estrutura modorrenta e entediante, que talvez tenha como principal efeito colateral positivo, do ponto de vista das políticas públicas, o combate à insônia. Para agravar, os personagens são em boa medida os mesmos que circulam pelas TVs comerciais. Em suma: uma estratégia de oferecer menos do mesmo (na abordagem, na condução da conversa), à exaustão. Por fim, outro equívoco naturalizado que domina o fazer televisivo nas emissoras públicas guarda certo fundo ideológico, digamos assim. O de se fazer televisão para si mesmo ou os amigos. A TV pública brasileira é uma TV de classe média para classe média --o que, mesmo programas incríveis como os de Melamed e Freire Filho, apenas referendam. Precisa se curar disso. Precisa se abrir a outros agentes da sociedade, ser capaz de expressar melhor a complexidade da dinâmica social brasileira. E não dá para fazer isso com profissionais de classe média bem-intencionados, apenas. É preciso romper com a intermediação (tráfico?) do

discurso. É preciso reconhecer e empoderar as narrativas e os anseios das classes C, D e E do país. Criar editais voltados para produtores da periferia --e, nesse quesito, a política de fomento da Ancine tem sido reafirmativa e excludente. Criar condições para que profissionais dessas faixas sociais assumam postos-chave nas TVs. Inclusive porque são elas as maiores consumidoras da televisão pública, e não a classe média - que se refugia na TV paga, no Netflix, nos pacotes de dados aos quais três quartos da população não tem acesso, no celular. A TV pública só terá relevância (o que é diferente e, na minha visão, mais importante que audiência) quando falar de igual para igual com todos os segmentos da sociedade. Até lá, será um arremedo do que deveria ser.

| Como você avalia o andamento da rede de tevês públicas no Brasil?

A TV pública completa 50 anos em 2017. E segue sendo uma utopia. Como toda utopia, demanda capacidade de sonhar e investir na crença de que ainda haja espaço na humanidade (mesmo numa condição de tantas desigualdades como esta que se tem no Brasil) para novos possíveis. Uma das tarefas mais elementares da televisão pública é a de expressar a diversidade cultural e regional do país. Mais que universalizar a sua abrangência, em termos de alcance do sinal na transmissão, o grande dilema no manejo de uma rede, no campo público, é a sua dinâmica de funcionamento. O conceito de "aldeia global" que orientou a maneira como o sistema de radiodifusão se organizou no Brasil consagrou como verdade uma visão vertical que atende muito bem aos interesses das emissoras comerciais, mas que é absolutamente inapropriada para uma TV pública. A noção de que é possível sustentar uma operação dessa natureza, por mais complexa que seja, a partir de uma "cabeça de rede" que define tudo de cima para baixo é contraditória na origem. Na televisão pública, rede pressupõe horizontalidade. Que pressupõe a celebração de pactos para decisões que afetam a todos. A EBC vinha exercitando um caminho desafiador, bastante saudável, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública, a RNCP. Um caminho estimulante, na medida em que previa inclusive repasses financeiros, de forma "modular", com um piso fixo e aportes adicionais proporcionais aos níveis de demanda de conteúdo direcionadas a cada emissora. Parece simples, mas não necessariamente. Inclusive do ponto de vista da compreensão do que isso significa, para dentro da estrutura de gestão administrativa, mas também na esfera do manejo de conteúdo. Não se confere pluralidade e representatividade regional a uma programação sem que haja empenho permanente nessa direção. É preciso professar isso incondicionalmente. Perseguir de verdade. Defender todos os dias, de maneira inclemente. Porque vai ser sempre "mais fácil" fazer por dentro. A tentação de resolver as coisas "entre nós" é enorme, em nome da "autonomia" e da ampliação dos níveis de segurança na operação. E não é fácil manter uma emissora no ar em tempo integral - 24 horas por dia, sete dias por semana, faça chuva ou faça sol. Sobretudo nesse cipoal kafkiano que rege uma emissora pública, em que é preciso se precaver o tempo todo, manter um estado de alerta permanente, antever sempre. Porque a resposta para um problema aparentemente pueril pode levar meses, se envolver a aquisição de bens ou serviços que demandam licitação. E fazer isso em rede é sempre mais complexo. Demanda planejamento coletivo de instâncias que ainda são penalizadas pela falta de autonomia ou pela insuficiência de planejamento no seu dia-a-dia. A RNCP sofreu um duro golpe

nos dias finais da gestão de Ricardo Mello, por exemplo. A sustentação da rede se dava por meio de encontros semestrais chamados Comitês de Rede. No último deles, dias antes do afastamento definitivo do então diretor-presidente e da extinção do Conselho Curador, a direção da EBC anunciou o rompimento de todos os contratos com as redes regionais, como parte das medidas que tentavam sanear a empresa naquele momento, sob pressão de um Conselho de Administração majoritariamente "temerário", que jogava deliberadamente contra os gestores empossados por Dilma. Foi um balde água fria, agravado por uma série de ajustes na grade que geraram uma resistência considerável entre as emissoras melhor estruturadas, com maior volume de programação própria. E um erro de cálculo, na nossa visão: no momento em que a EBC, que nunca teve quem a defendesse, mais precisava de apoio externo, ela minava justamente o seu maior patrimônio: a capacidade de contar com as emissoras da rede para, quem sabe, incidir regionalmente sobre as bancadas dos partidos dos governos que as comandavam e influir em decisões que alguma hora passariam pelo Congresso Nacional. Uma hipótese de caminho para a resistência, quem sabe. Mas para quem não tinha muito mais, não nos parecia pouco. O fato é que esse estado das coisas mostra o nível de fragilidade da rede pública de comunicação, seja pela carência de pensamento estratégico, seja por incompreensão do impacto, país afora, de decisões tomadas à revelia, de dentro de gabinetes, que não mensuram o efeito na ponta adequadamente. No caso da Rede Minas, o descontentamento foi considerável, para dentro e para fora da emissora, na sua própria rede de afiliadas. A EBC nunca conseguiu de verdade se apropriar dos diferentes tipos de arranjos que permitem que a sua programação chegue à ponta, nos grotões. Em Minas Gerais, por exemplo, as quase 50 emissoras que compõem a rede de afiliadas da Rede Minas têm realidades muito distintas. Boa parte delas mantém um telejornal local, por exemplo. Quando se fala em operar uma mudança abrupta no "prime time", que impacta diretamente a grade das geradoras do interior, uma escolha inadvertida pode derrubar a rede como pinos de boliche. E foi o que aconteceu, parcialmente. A transferência do "Repórter Brasil" noturno do pós JN para o pré-JN não era sem sentido. Mas o novo horário forçou a mudança do horário do jornal estadual da TV pública mineira, o "Jornal Minas - 2ª Edição". E este efeito-dominó sobrepôs horários com os jornais regionais. Na prática, em algumas regiões de Minas, o tiro saiu duplamente pela culatra: a Rede Minas deixou de exibir o seu jornal e a TV Brasil também, porque a escolha do gestor local, por mais dolorosa que fosse, resolveu respeitar os hábitos do telespectador da sua região e não mudar seu jornal de horário. Em suma, perdemos todos. Mas é preciso lembrar sempre que o campo público (uma expressão cunhada por Gabriel Priolli) congrega mais que as cerca de 200 emissoras que manejam outorgas educativas e culturais pelo país. Envolve também as TVs universitárias e comunitárias. E, se quisermos expandir um pouco (do ponto de vista da vocação e de certo compromisso social que subjaz o caráter institucional), mantêm conexões com as legislativas - sejam elas em nível municipal, estadual ou federal. Falta ainda, para que isso se consolide de maneira orgânica, um grande repositório capaz de acolher e ofertar os conteúdos que possam ser intercambiados entre todos. A Rede Minas trabalhava neste caminho também, em um projeto batizado provisoriamente de MinasFlix, que poderia vir a ser a solução para isso - além de servir ao cidadão em geral, que encontraria ali centenas de canais temáticos e teria chance de programar

sua própria TV por meio desta plataforma pública de vídeo sob demanda. O projeto inaugural era o de um canal indígena, uma parceria da Rede Minas com a Ancine, a Secretaria do Audiovisual e a ONG Vídeo nas Aldeias que criaria um grande portal de conteúdos indígenas produzidos pelos próprios índios. O convênio que sustentaria esse projeto chegou a ser assinado, às vésperas da queda de Dilma. Os recursos previstos, da ordem de R\$ 3,6 milhões, já tinham sido transferidos do Fundo Setorial do Audiovisual para a SaV. A conta específica do projeto já tinha sido aberta pela Rede Minas. Mas o golpe se consumou. E em lugar de ser empenhado, o convênio foi engavetado.

| Considerações finais

Fazer gestão numa emissora pública é uma espécie de vida circense elevada à enésima potência: é preciso, a um só tempo, andar na corda bamba, fazer contorcionismo, malabarismo (com 99 bolinhas...), desviar do atirador de facas e dos cuspidores de fogo que emergem o tempo todo, de dentro e de fora da lona. O governo Lula agiu timidamente no que diz respeito às políticas de comunicação. E tomou decisões equivocadas em relação ao seu principal avanço nessa área, que definiria o DNA da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. Poderia ter usado o prestígio e a popularidade iniciais para enfrentar o tema de uma maneira mais ampla, desafiando-se a abrir o debate e definir os parâmetros de um projeto de regulação da mídia para o país? Talvez. É sempre muito mais cômodo falar de fora, depois que tudo já passou. E este temário é um vespeiro, delicado de lidar. Nem por isso pode ser deixado de lado. É uma discussão que não pode seguir sob o tapete, interdita pelo jogo de interesses e a estrutura monopolista que se tem. Lula, todo modo, ainda foi bem mais assertivo que Dilma, com a estruturação de uma agência reguladora para o audiovisual (a Ancine), a opção pelo padrão nipo-brasileiro de TV digital para o país, o debate ampliado com a sociedade por meio de fóruns e conferências, a implementação da EBC. Deixou um legado importante, que Dilma não soube aproveitar. Por uma visão equivocada. A opção de voltar os esforços para a estruturação do Plano Nacional de Banda Larga em detrimento do fortalecimento da TV pública, como se fossem campos excludentes, gerou uma fissura no que vinha se constituindo como um crescendo de conquistas e inibiu um processo promissor, no momento de se dar um salto definitivo. O exemplo mais gritante disso é que o Governo Federal estabeleceu um cronograma de desligamento do sinal analógico, mas não foi capaz de sustentar uma única linha de financiamento para a aquisição de equipamentos pelas emissoras públicas - e há mantenedores de emissoras pelo país que penam para pagar suas contas de luz em dia. O governo Dilma fez que fez algo nessa linha, no atacado, via BNDES, beneficiando algumas TVs comerciais, e quando a primeira televisão pública, a do Amazonas, conseguiu atravessar o deserto da burocracia (após quase três anos de vaivém de formulários e documentos), a linha já tinha sido fechada. Mas esta é só a ponta do Pico da Bandeira, na tragicomédia de erros que temos vivido. Tivemos uma chance preciosa de dar um salto com as oportunidades abertas pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T). Se ela ainda não se perdeu de vez, se esvai um pouco por dia, entre sabotagens e sufocamentos dos fabricantes globais de eletroeletrônicos, das teles e das TV comerciais, que atuam em favor de si mesmas, como sempre, sem qualquer compromisso com o interesse público. Some-se a isso, uma falta de

compreensão crônica em esferas estratégicas do Governo Federal, que levou ao abandono de projetos como o do Operador de Rede, capitaneado pela EBC. Tivesse prosperado, uma estrutura como esta poderia ter dado respostas no atacado para o desafio da migração digital, criando uma grande estrutura de distribuição do sinal das emissoras regionais e assegurando a ampliação da malha de recepção e retransmissão pela via terrestre - a única maneira de acessar os recursos de interatividade oferecidos via Ginga. Enfim, se é com a argamassa da franqueza que se erguem balanços, o governo Dilma foi tacanho no que diz respeito às políticas de comunicação. Fez uma gestão inexpressiva e covarde na área, com pequenos espasmos de sabedoria como o do Plano Nacional de Outorgas ou a participação envergonhada do midialivrisimo e do jornalismo independente no acesso à verba de mídia do Governo Federal. Dilma resumiu-se a colocar rios de dinheiro na Record, como forma de criar uma segunda rede nacional que pudesse fazer frente à hegemonia global. A estratégia foi desenhada por Franklin Martins, ainda no governo Lula. A presidenta apenas avalizou este caminho. E pagou um preço alto por isso. Há uma passagem quase anedótica que ilustra bem o desacerto da gestão dela nessa área: segundo uma fonte que conhece as vísceras dos governos petistas, às vésperas do show de horrores que se tornaria a votação do processo de admissibilidade do impeachment pela Câmara, a presidenta teria ligado ao bispo Edir Macedo para pedir seu apoio e o de seu partido, o PRB, para que se pudesse fazer frente à tentativa de removê-la do posto. O PRB tinha 22 votos na Câmara naquele momento. Dilma lembrou as "boas relações" construídas nos anos recentes com a Record e pediu a Edir Macedo que emprestasse seu prestígio junto à bancada do partido em seu favor. O bispo teria ouvido atentamente. E, ao final, teria deixado claro seu lugar e seu papel: "Presidenta, a senhora conhece o meu respeito pela senhora. Eu quero que a senhora saiba que eu torço muito pela senhora. Que eu vou orar muito pela senhora. Mas a Record é a Record, a Universal é a Universal e o PRB é o PRB. Boa sorte." A bancada do PRB votou 100% pelo impeachment. E os desdobramentos disso são razoavelmente conhecidos.

“A régua para os críticos da TV Pública sempre foi a audiência, e não a qualidade, diversidade ou originalidade. A sociedade merece a opção de um tipo de conteúdo que, por motivos diversos, não é oferecido pelas redes comerciais.”

JORGE DUARTE

Ellis Regina Araújo da Silva

Atua no serviço público desde 1990, quando começou fazendo o que poderíamos chamar de comunicação da ciência ou de comunicação rural na Embrapa, em Bagé, RS. Em 1993, veio para a comunicação corporativa da Embrapa, em Brasília. Desde então tem atuado como professor, pesquisador, autor e organizador de livros e também em estruturas de comunicação. Trabalhou na Secretaria de Comunicação da Presidência da República e foi diretor do Núcleo de Comunicação Pública que, entre outras atividades no governo, manteve interface com a então Empresa Brasil de Comunicação para gestão da NBR, a TV do Governo Federal. É professor de Comunicação Pública, organizador do livro *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público* e um dos criadores do portal conexaopublica.com.br, que trata de comunicação pública. Sem contestar outras perspectivas, prefere considerar comunicação pública como aquela que adota a perspectiva do cidadão em temas de interesse coletivo.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A televisão pública tem o papel fundamental de complementar o conteúdo das TVs comerciais. Nosso modelo de televisão, desde a primeira transmissão, é baseado na busca de audiência para viabilizar comercialmente a emissora. Ao contrário do que ocorreu em outros países, a televisão pública acabou tendo papel secundário como opção para o telespectador, pois, quando foi implantada, já estava consolidada a lógica do sistema comercial, o hábito para certo tipo de programação, e o critério de avaliação baseado em audiência. A régua para os críticos da TV pública sempre foi a audiência, e não a qualidade, diversidade ou originalidade. A sociedade merece a opção de um tipo de conteúdo que, por motivos diversos, não é oferecido pelas redes comerciais. Precisamos de debates profundos sobre temas relevantes para a conquista da cidadania, de uma programação educativa e atraente para as crianças, da transmissão de esportes não contemplados pelas transmissões comerciais, de

programas sobre ciência, sobre educação, saúde, cultura, que possam até não ter audiência extraordinária, mas que sejam capazes de fazer a diferença na vida do cidadão interessado.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

Em termos gerais, creio que é a falta de conhecimento de grande parte da sociedade sobre o papel, importância e sobre a própria programação, o que leva ao pouco respaldo social e a certa incapacidade de mobilização e participação e o menor *feedback* sobre o conteúdo. Na TV comercial, há o controle de audiência que dá retorno imediato. Os parâmetros na TV pública devem incluir audiência, mas são outros. Essa situação poderia mudar a partir da permanente qualificação do conteúdo, de mais informação sobre a programação e do estímulo à participação e ao envolvimento. Mesmo com controle remoto, ver TV, em certos horários e canais é, essencialmente, um hábito. A TV pública tem que se tornar uma opção concreta.

| Como mudar a situação?

Emissoras públicas não podem ficar reclamando que são pouco conhecidas. Elas devem fazer a sua parte. Investir em articulação com a sociedade, seja por parcerias ou ações, mas também pelo aumento do conhecimento sobre o que fazem e o que veiculam, no esclarecimento e no debate sobre sua função social. Para a TV pública, audiência é conquista de longo prazo. O maior conhecimento e vínculo com a emissora passa por ações que vão além da própria programação e pode ser alcançado com ações que considerem, por exemplo, o investimento no fortalecimento do uso das mídias sociais, parcerias com escolas de Jornalismo, com segmentos representativos da sociedade, produtores de conteúdo, entidades da área cultural. Não há fórmula e não há resultado de curto prazo, mas é possível aumentar a visibilidade, a audiência e obter um maior engajamento em sua atuação. Creio que a qualidade da programação, articulada com a oferta de conteúdo complementar ao que é transmitido pelas TVs comerciais, é fator decisivo para verificação de sua eficiência. Por isso, talvez, a existência de conselhos representativos esteja entre as melhores soluções. TVs públicas deveriam prever na sua organização e gestão a variação e renovação de conselhos curadores, de programação, de conteúdo jornalístico, conteúdo cultural, de gestão, que assegurem o acompanhamento e controle público da emissora. Conselhos autônomos, rigorosos, rotativos, não muito grandes, mas ativos, que espelhassem a diversidade da sociedade, garantindo um olhar crítico e necessariamente propositivo e de suporte à gestão. Esses conselhos podem ter representação dos três Poderes, mas principalmente de diferentes setores e segmentos da sociedade. Aliás, este foi um modelo implantado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) quando de sua criação. Há também a questão dos recursos, porque, obviamente, manter uma grade de programação de TV exige investimento permanente e não é pouco. Do ponto de vista institucional, vive-se, hoje, um momento de maior fragilidade da TV pública, resultado de um debate pouco qualificado e de mudanças bruscas. A EBC, por exemplo, cumpriu seu papel, mas não aproveitou o período de forte apoio governamental para solidificar apoio junto à sociedade em geral. Ela conseguiu fazer uma boa programação, ganhou autonomia, capacidade de ação, mas creio que não conseguiu se posicionar e ser reconhecida como emissora pública relevante, muito em virtude de um déficit de

interlocução e divulgação. O resultado é que, institucionalmente, ficou fragilizada e sujeita não apenas a críticas, mas também a mudanças bruscas. Parece-me que papel, responsabilidades e programação do sistema público de comunicação não têm relevância na agenda temática de lideranças, academia, entidades de classe, parlamentares. Todos deveriam estar interessados na ampliação do debate público sobre questões que afetam a sociedade. A discussão sobre o sistema público e sobre a TV pública ainda tem alcance limitado.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

O Estado deve suprir os recursos necessários para a manutenção da TV pública, preservando a autonomia de suas operações. Deve haver fiscalização rigorosa, contínua, mas também o apoio para que mantenha uma programação de qualidade. Também acredito que emissoras públicas devem buscar maneiras de suprir parte de suas operações comercializando programação, documentários, fazendo parcerias para produção. É possível, ainda, encontrar soluções para patrocínio e publicidade, observadas certas especificações e critérios. Na verdade, isso deveria ser estimulado como alternativa complementar de recursos. No Brasil, a existência de uma TV Pública é tratada por alguns segmentos como um tipo de escândalo, quando em outros países é um patrimônio coletivo. Fala-se muito na BBC, por ser sustentada pela sociedade, mas, em Portugal, por exemplo, a RTP veicula certas propagandas de caráter comercial, com critério educativo, e consegue obter recursos. Lá, é cobrada, ainda, uma taxa, de um quantitativo percentual mínimo, destinada a manter a TV pública. Toda casa que tenha pelo menos um aparelho de televisão paga a taxa, similar ao que ocorre na Inglaterra. A solução de recursos públicos com controle social aliado a fontes alternativas incluindo parcerias e solução comercial parece-me razoável para o caso brasileiro.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Estas relações devem ser marcadas pela autonomia completa da emissora, a exemplo do que ocorre em instituições como Polícia Federal, Banco Central e Ministério Público, que são protegidas. A TV pública, incluindo comunitárias, educativas e universitárias, deve ser resguardada de interferências do Executivo, Legislativo e Judiciário. Há sempre o risco de se tornar uma TV estatal, ou seja, aquela que ajuda a dar transparência, mas tem políticas editorial e de programação mais voltadas para a promoção da instituição, suas políticas, ações e representantes e não para a priorização dos interesses e necessidades do cidadão. Os conselhos autônomos, empoderados, com representação plural podem ser decisivos para estabelecer esta diferença entre ser uma TV estatal – que também poderia ser chamada de governamental ou institucional – de uma TV efetivamente pública. Um exemplo interessante ocorreu no primeiro mandato do ex-presidente Lula, quando a Radiobrás era oficialmente governamental, mas possuía autonomia completa, independentemente das pressões e da responsabilidade em divulgar as ações governamentais.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Uma forma é a criação de instâncias institucionalizadas como conselhos representativos abertos à participação da sociedade e dos próprios empregados,

ouvidoria, *ombudsman* para garantir a experiência da autocrítica, um disque-TV Pública, do tipo 0800, para canalizar sugestões, reclamações e outras demandas. Outra maneira, cada vez mais viável, é o uso das ferramentas de internet para ampliar o diálogo com diferentes setores da sociedade, o que já ocorre em algumas experiências. Repórteres, editores, programas podem ter páginas e gerar debates em redes sociais, utilizar as possibilidades criadas pelo uso de vídeos e podcasts, estimular a produção de conteúdo, fazer parcerias com setores organizados da sociedade, mobilizar estudantes de jornalismo para projetos experimentais, utilizar conteúdo gerado por voluntários. Um órgão de comunicação pública deve liderar experiências em participação da sociedade na definição, produção e disseminação de conteúdo. Estamos na era da conexão, das múltiplas plataformas e temos que aproveitar as oportunidades criadas pela tecnologia e estimular a participação do cidadão. Não apenas a TV, mas portais, rádios, agências públicas de notícia têm um potencial enorme de fazer jornalismo cidadão, por exemplo.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A grade deve considerar a programação oferecida pelas TVs comerciais. A TV Pública não deve ser competidora, mas complementar ao que é oferecido. Identificar o que de relevante, útil, significativo para o conjunto ou setores da sociedade, averiguar o que está sendo deixado de lado pelas emissoras comerciais e investir no atendimento a essa necessidade. Refiro-me não apenas aos programas a serem produzidos, mas também ao conteúdo, aos temas, à forma de abordagem. Talvez o jornalismo da TV Pública não deva se dedicar ao que todos estão cobrindo, mas buscar o que de relevante não está sendo tratado. Ou abordar, em profundidade, aquilo de relevante que as emissoras comerciais estão tratando de modo superficial até por necessidades imediatas de audiência ou de cobrir todos os assuntos. A audiência não será tão grande, mas os afetados e os interessados terão uma informação completa, mais contextualizada, com fontes diversificadas e abordagem original. E, lembro, com a facilidade de disponibilização e acesso, uma reportagem ou série que trate com profundidade sobre, por exemplo, a ocupação das escolas pelos jovens, pode ser disponibilizada na internet e tornar-se referência histórica, ainda útil daqui a um, dois, três anos.

| Cite exemplos de programação.

Programas como o Roda Viva, durante um longo período, o infantil Castelo Rá-Tim-Bum, a transmissão de esportes amadores, os debates sobre temas culturais, políticas públicas, saúde alcançam um público menor do que muitos dos mais famosos, mas podem ter uma qualidade enorme mesmo com poucos recursos e manter uma relevância extraordinária para quem assiste. A TV comercial oferece uma grade rígida, precisa de uma audiência mínima e tem maior dificuldade para experimentar, fazer testes, experimentar. Estive na Bahia e vi que a TV Educativa transmite campeonatos e shows locais, um tipo de programação que não teria espaço em outras redes. A TV pública deve atender à imensa necessidade da sociedade por informação qualificada, plural, original, atraente e significativa. Também é espaço de experiência para novos formatos e temas. A produção deve adotar as múltiplas possibilidades de uso do conteúdo, por acesso imediato, disponibilização ou distribuição, principalmente via

internet. Numa certa perspectiva, seria mais pública, ao garantir a participação e o envolvimento da sociedade, e menos TV, ao firmar sua base de sustentação na interação com a sociedade em diferentes plataformas. O formato TV seria o ponto de partida.

| Como pensar a comunicação pública para televisão ?

A TV deve estar voltada para atender à necessidade da sociedade por informação, sobretudo aquelas relacionadas ao exercício da cidadania. Deve, por exemplo, ajudar as pessoas a conhecer e compreender os processos políticos, saber sobre seus direitos e como acessá-los, o que está acontecendo na sociedade e como participar mais efetivamente das decisões. Ela deve, ainda, mostrar as diferentes faces de um acontecimento, explorar a pluralidade de pontos de vista, mostrar, com didática, mas também de maneira atrativa, o que move nossa sociedade, suas questões, interesses. As notícias, hoje, grosso modo, são como flashes, tudo muito rápido, fugaz, superficial. Uma emissora pública poderia cumprir o papel de explicar os principais acontecimentos e suas implicações. Ouvir todos os lados, fazer uma cobertura extensiva e intensiva das questões mais relevantes a cada momento. Isso é uma pauta cidadã que não está sendo desenvolvida pela TV privada. Assim, o grande nicho da TV pública é a cidadania, os direitos, a compreensão da sociedade, o debate plural, a diversidade, a apresentação das várias faces de um assunto. Não é seu papel promover pessoas, instituições, governos ou falar o que todas as outras emissoras estão falando. É um projeto possível e até óbvio, pois a TV pública não deve competir com a TV comercial. Ela deve dar uma visão mais ampla, de longo prazo, de contexto, e colocar fontes com diferentes visões para ajudar a interpretar o que nos afeta. Ela deve buscar oferecer conteúdo diferenciado, mesmo que para um público menor.

“Há uma importante argumentação para o jornalismo na televisão pública por conta de seu caráter potencialmente mais neutro, se comparado com as tevês comerciais.”

JOSEPH DEAN STRAUBHAAR

Liliane de Lucena Ito

Professor titular da Universidade do Texas, EUA, pesquisa televisão na América Latina há quarenta anos. É um dos acadêmicos mais citados em publicações no país e no exterior. No fim dos anos 70, viveu três anos no Brasil, período que contribuiu para a defesa de sua tese sobre o declínio da dependência da tevê brasileira no tocante ao conteúdo norte-americano. Desde então, pesquisa sobre televisão, entre outros temas correlatos e, atualmente, possui mais de 20 livros de sua autoria e/ou organização, e cerca de 40 artigos publicados. Graças à sua relevância intelectual, expõe, aqui, sua opinião sobre a televisão pública, trazendo dados do cenário estadunidense e britânico, revelando semelhanças e disparidades entre a radiodifusão pública nacional e as de língua inglesa.

|Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Nos Estados Unidos, a televisão pública foi criada no fim dos anos 60 com a verba em grande escala da Fundação Carnegie e também com recursos do governo. Naquela época, decidiu-se que havia a necessidade da instalação de uma televisão pública nos Estados Unidos, devido às falhas da programação da televisão comercial. De certo modo, a televisão pública tem um papel histórico porque funcionou como um modelo de programação para alguns canais comerciais. E é importante ao implantar no público o desejo de programação de alta qualidade e educacional. Aqui, há uma entidade central que recebe os recursos financeiros, que é o PBS (*Public Broadcasting Service*)¹³, uma espécie de distribuidor da programação das tevês públicas nos Estados Unidos.

¹³ Segundo o site oficial do PBS, “PBS é uma corporação privada e não-lucrativa, fundada em 1969, cujos membros são as estações de televisão pública norte-americanas”. O PBS serve todo o território estadunidense, além de Porto Rico, Ilhas Virgens americanas, Guão e Samoa americana. Disponível em: < <http://www.PBS.org/about/about-PBS/overview/> > . Acesso em: 10 nov. 2016.

Um papel muito forte que a televisão pública desempenha aqui e também no Brasil é o da educação para crianças. O famoso *Sesame Street*, por exemplo, foi por muitos anos o programa mais assistido e popular de toda a tevê pública. Lembro-me de um episódio, no último governo Bush, entre 2002 e 2008, em que algum congressista republicano queria eliminar o orçamento para a televisão pública. E a campanha contra ele teve o *slogan* “Ele quer matar o *Big Bird*”. Porque o símbolo do *Sesame Street* era aquela ave amarela enorme, certo? Quando o candidato à presidência dos Estados Unidos, Mitt Romney, em 2012, mencionou a possibilidade de eliminar o PBS, aconteceu a mesma crítica, o que prejudicou um pouco as chances eleitorais dele.

Então, esse foi um serviço muito bem reconhecido pelas pessoas, o de programas educativos para crianças de 1 a 5 anos. Inclusive, houve uma versão localizada no Brasil, que fez muito sucesso, o Vila Sésamo. Depois de uma série de debates sobre a ideia de adaptar um programa norte-americano para crianças no Brasil, a TV Cultura começou a produzir programas mais localizados, como o Sítio do Pica-Pau Amarelo e Castelo Rá-Tim-Bum. E foi uma ótima ideia, pois os programas que sucederam o Vila Sésamo foram muito bem-sucedidos em caráter mais local.

Uma coisa interessante é que essa produção, *Sesame Street*, foi montada por uma produtora independente, a *Children’s Television Workshop*, e ainda continua. Mas agora tem a co-produção da HBO. Porque a tevê pública não tinha mais recursos para produzir novos episódios. Então, há essa crise de orçamento. Mas talvez tenha sido o programa mais popular de tevê pública por décadas e décadas e foi muito internacionalizada, criando-se versões localizadas para cada país.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

O modelo financeiro seria a principal delas, e a proliferação de outros canais, que às vezes tomam espaços antigamente dominados pelo setor público de televisão. Por exemplo, em certo momento, nos anos 70 e 80, o PBS teve quase um monopólio de programação para crianças. Agora, há muito mais fontes, como a tevê a cabo, que começou nos Estados Unidos em 1975, ou seja, poucos anos após a fundação da televisão pública – e eles vêm roubando a audiência de vários nichos de programação da tevê pública. Outro, por exemplo, é a televisão de padrão britânico. O PBS antigamente foi um coprodutor com a BBC de Londres ou até mesmo tevês privadas, mas de alta qualidade, da Grã-Bretanha. Havia um programa, por exemplo, que passava no horário nobre e se chamava *Masterpiece Theater*, que sempre apresentava dramas ingleses. E nesses casos, como os dramas, documentários ou música clássica, o PBS teve mais monopólio sobre a tevê de alta qualidade.

Certos tipos de documentários, por exemplo, inventados pela BBC de Londres, que talvez sejam compostos mais de entretenimento do que educação – essas grandes séries de documentários sobre a natureza, por exemplo, eram assistidos pelas pessoas na tevê pública, mas hoje há o Discovery, o National Geographic, o Animal Planet, ou seja, meia dúzia de canais a cabo ou via satélite que se proliferaram e continuam se expandindo em variações no mercado internacional.

A própria BBC tem desenvolvido para os Estados Unidos o canal *BBC America*, que oferece os mesmos dramas que eram bem-sucedidos no PBS antigamente, como *Downton Abbey*, notícias e documentários. De certo modo, o crescimento da BBC como rede pública global tira um dos aportes da PBS.

Então, acredito que outro ponto que prejudique é a proliferação de canais com interesse comercial que oferecem esse tipo de programação que originariamente era uma marca de tevês públicas. Além dos canais na internet, em que hoje é possível encontrar muita coisa de qualidade, principalmente programas infantis.

Outro ponto é o dilema que o PBS sempre teve: ser uma tevê de elite, com mais programação de alta cultura, ou ser uma tevê mais popular, com vocação para cultura e educação em contraste ao entretenimento puro.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Nos Estados Unidos, a televisão pública tem sido sustentada por uma combinação de apoio federal, do patrocínio de grandes fundações e companhias nacionais, de instituições locais e/ou regionais, e doações oriundas do público ou audiência local. Em minha opinião, em princípio, o patrocínio de grandes companhias é um pouco perigoso. Porque para essas instituições, isso é um meio de relações públicas. Mas o problema é que esse financiamento é necessário; não há dinheiro suficiente das outras fontes que possa eliminar essa necessidade. Então, eu não vejo uma alternativa prática. Lamento o impacto desses patrocinadores, especialmente quando puramente comerciais. No caso de patrocinadores como a Fundação Ford ou Carnegie, não seria assim tão danoso. Mas acho que, por outro lado, ter dinheiro além do governo federal sendo injetado na televisão pública, que venha de origem local, institucional e também da audiência não é algo ruim, pois diminui um pouco o poder do governo federal. O sistema do PBS evita um pouco isso, trazendo também mais diversidade de pessoas com interesse no sucesso da televisão.

Aqui, o *Public Broadcasting Service* funciona como uma espécie de financiador e distribuidor da programação. Dentro do PBS há um órgão financiador de projetos que é o *Corporation for Public Broadcasting*. Então, por exemplo, tenho colegas aqui na universidade que produzem documentários no nosso departamento de Rádio, Tevê e Cinema, e a ambição deles quase sempre é que o documentário seja transmitido pelo PBS. Porque assim é oferecido a quase todas as tevês públicas no país.

O financiamento vem de uma combinação de recursos oriundos do governo federal, de patrocinadores externos – algo que gera muitas críticas pelo fato de que, com isso, a tevê pública não se torna totalmente independente de pressões dos patrocinadores. Pois apesar de não ser um simples anúncio, no caso das produções patrocinadas, fica muito claro que a empresa que produziu tem benefícios, como a exibição de uma explicação de cerca de um minuto sobre o patrocinador. Então, há críticos sobre essa inserção quase comercial nos programas. É uma necessidade para o PBS, mas talvez uma necessidade que muita gente não goste.

E a terceira fonte de renda vem de estações locais que pagam pelo privilégio de utilizar a programação nacional. E esse dinheiro, geralmente, é oriundo de patrocinadores locais. Muitas dessas estações de televisão pública locais são universidades. Um padrão muito comum é que quem tem a concessão da tevê pública local é uma universidade. Então, a universidade ajuda com equipamentos, facilidades e até mesmo salários de funcionários. E uma última fonte importante são as doações que a televisão pública pede diretamente para a audiência.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Para muita gente, o ideal seria a estrutura da BBC: uma fundação independente, com certo papel regulatório, mas não financeiro, nem de controle de conteúdo pelo governo nacional. De certo modo, o PBS aproxima-se disso, como fundação independente, mas depende ainda de financiamento federal, algo que abre as portas para o controle político.

Aqui, há uma disputa política potencialmente grave, especialmente agora com a vitória de Donald Trump. Há forças no partido republicano que discordam da ideia de que o estado deve financiar a televisão pública. Há um debate ocorrendo agora sobre se o governo tem que financiar ou não. Já o Presidente Trump esta propondo em seu orçamento de 2017 eliminar o subsídio federal do PBS.

Então, existem chances de que eles cortem parcial ou totalmente o financiamento. Não há como prever o que vai acontecer, porque há programas, especialmente os voltados para crianças, que têm bastante apoio popular. Mas tem outros casos, por exemplo, o dos noticiários. A percepção é a de que o noticiário está do lado mais liberal, em outros termos, mais democrata no aspecto político. Então, há esses críticos que eram oposição, mas agora são situação, que não querem contribuir com algo que, na percepção deles, faz oposição a eles.

Uma ação mais cautelosa seria não ter nada, inclusive noticiário, que tenha uma dimensão política. Mas isto já representaria uma interferência política em si, ao negociar o conteúdo do noticiário do PBS em termos claramente políticos.

Há muitos republicanos que pensam que há bastante apoio no setor privado para o sistema de radiodifusão e, assim, não seria necessária a radiodifusão pública; há outros que pensam que deve ser mantida a programação para fins educacionais, como a programação infantil e programas como os documentários ou algum elemento de drama de alta qualidade. Então, há pessoas que estão nesse meio-termo, que pensam “vamos financiar isso, mas não a notícia”, porque a notícia tem o potencial de ser politizada.

Existe uma série de possibilidades para o próximo ano, uma é a do corte geral de verbas para a radiodifusão pública, tanto de tevê quanto de rádio. Mas há uma outra possibilidade, que é o corte de conteúdos mais politizados, e apoiar uma base de programação com cultura e educação, retirando noticiário e documentários que tenham um tom mais crítico ou político, como os que falam sobre aquecimento global ou que fazem críticas à Guerra do Iraque, por exemplo. Se eu tivesse que prever, diria que será mantida a programação educativa e infantil, mas que seriam revistos os outros elementos da programação neste governo Trump.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

O diálogo é muito importante. Apesar de haver certas pessoas de sentimento mais artístico que pensam “nós somos os artistas, devemos produzir o que queremos, e a televisão pública deve transmitir”, sem diálogo com o público sobre os méritos da arte ou não. Esse é um ponto de vista, de que a consulta com o público não é necessária. Mas o PBS faz pesquisa sobre isso, consultas públicas. Por exemplo, quando um telespectador doa um valor para a televisão pública local, ou quando há consultas de amostragem de opinião pública sobre radiodifusão. E há reuniões locais, porque o nosso sistema, apesar de haver um sistema central de desenvolvimento e distribuição,

é descentralizado. Há estações independentes e redes estaduais. A visibilidade, para o público, é da estação ou da rede local. Porque há estações independentes e redes estaduais: alguns estados têm uma rede de quatro ou cinco estações que formam rede estadual. Então, há certa descentralização e variação em termos de como a tevê pública é organizada em nível local e estadual.

Então, em nível local, há bastante consulta. Há diálogo nas universidades, que geralmente são os concessionários locais; eles dialogam através de reuniões com a comunidade local. Aqui, há também conselhos compostos de cidadãos locais que se reúnem para falar de temas como a programação.

De certa forma, há também um meio de consulta indireta através de órgãos como o Ibope, no Brasil, ou seja, os *ratings*. Já sobre as redes sociais, isso é bem variável. Algumas estações possuem páginas em redes sociais, mas no meu caso, quando há contato, geralmente é feito por meio do correio eletrônico. Acho que eles são um tanto conservadores; e fazem muito apelo para doações por meio de e-mail.

Há também redes de educação pública para passar a programação para escolas públicas. Então, há certa variedade de conexão com o público, mas acredito que, daqui para frente, sejam utilizadas cada vez mais as redes sociais.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Há debates sobre a importância da veiculação de conteúdo de alta cultura, como balé, sinfonias, ópera... Uma discussão mais ou menos constante é essa: o de que, pelo menos à noite, a televisão pública deva oferecer uma programação mais de alta cultura. Por outro lado, há também os que defendam uma programação cultural e educacional, mas mais acessível ao grande público.

Nos Estados Unidos, com o PBS, bem como na Grã-Bretanha, com a BBC, a tendência é inclinar para o lado mais popular, combinado com cultura e educação leve, a fim de manter o interesse do público. No caso do PBS, encorajar o grande público educado e não só a elite cultural a assistir e doar.

Assim, a grade tem muito a ver com o imperativo de entender a audiência pública nas partes do dia. O mais importante são os blocos de programas de educação para crianças na manhã e de educação misturada com cultura, ciência e drama para adolescentes durante a tarde. Para os pais de vários níveis, mas especialmente os mais educados nos Estados Unidos, esses blocos na grade são importantes para entreter e educar seus filhos. Outro bloco muito importante para a audiência adulta é o noticiário noturno. Gwen Ifill, jornalista negra que foi âncora por décadas no jornalismo público, morreu recentemente¹⁴ e foi interessante ver o número de comentários na imprensa sobre a importância do papel dela e do noticiário do PBS para a classe política nos Estados Unidos.

Há uma importante argumentação para o jornalismo na televisão pública por conta de seu caráter potencialmente mais neutro, se comparado com as tevês comerciais. Curiosamente, o jornalismo público no rádio tem conseguido isso, com grande audiência; mas há muito menos popularidade no noticiário da tevê pública, como é o caso aqui de Austin, Texas. Dado o alto nível de apoio de doação pelo público, nossa rádio pública local teve orçamento e comprou outra estação, uma estação antigamente

¹⁴ Gwen Ifill faleceu em 14 de novembro de 2016, aos 61 anos.

comercial, e dividiu sua programação entre uma estação de notícias e debates e outra estação só de música clássica. Muito dessa audiência do rádio se deve ao *drive-time*, ou seja, a pessoa ouve no carro quando está indo para o trabalho pela manhã e ao retornar para casa.

A grade acaba da televisão pública, de maneira geral, acaba tendo muitas semelhanças com a da tevê comercial. De manhã, programas infantis; depois programas de discussão orientados à mulher que está em casa; seguidos, à tarde, por programação variada depois do turno dos colégios. Geralmente, os programas mais assistidos são a programação infantil pela manhã e os programas para adolescentes, à tarde. E, pela noite, programas mais culturais, documentários e uma hora de noticiário.

|Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Para nós, e também para a Inglaterra, há uma concorrência implícita entre as televisões públicas e comerciais. E se a audiência pública não é suficientemente alta nos *ratings*, gera-se a crítica de que a programação não é suficientemente popular e relevante. E que talvez não justifique o investimento público. Então, de certo modo, acho que há certa legitimação que vem através de pelo menos ter um índice adequado em termos de audiência. Quando a audiência cai, como foi o caso da BBC há um tempo, criam-se grandes debates sobre isso.

Se o índice de audiência cai muito, surgem os críticos que dizem que já há programação semelhante suficiente nos canais a cabo ou via satélite, o que justificaria o corte de investimentos no setor.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Depende muito. Na tevê, assisto mais a programas locais, debates locais. E assisto a documentários e programas de drama, como *Downton Abbey*. Um dos meus programas favoritos históricos foi uma série dramática da BBC que passou no PBS, um drama sobre a Guerra Civil Inglesa, *By the Sword Divided*, que traçou mais ou menos bem a história da guerra do ponto de vista de uma família aliada com a monarquia e seus servidores. Foi uma boa balança de melodrama e história.

|Quando o senhor morou aqui no Brasil, lembra-se da representatividade da TV Cultura em relação às outras estações comerciais?

Eu me lembro. Sempre gostei da programação infantil da TV Cultura. Adorei O Sítio do Pica-Pau Amarelo e assisti com os meus filhos em São Paulo. Também gostei muito de programas de entrevistas como o Roda Viva.

Fiquei impressionado, durante um seminário que realizei na Unesp de Bauru (SP), em que a maioria dos alunos, quando convidada a falar sobre seus hábitos de consumo de televisão, disse que passou a infância assistindo à TV Cultura. Acho que muitas crianças e adolescentes têm boas lembranças de televisão pública; o problema é que, quando adulto, o telespectador tem muitas outras opções para assistir à tevê. A difícil verdade é que a televisão pública, à parte essa programação infantil e educacional, acaba tendo que concorrer com os outros canais de televisão.

|E o senhor tem estudado sobre a questão da migração de mídias entre as gerações. Há uma faixa geracional, em sua opinião, mais propensa a assistir à televisão pública?

Eu diria que há dois públicos principais: um é o infantil e o adolescente, que é bem fiel à programação pública, e o outro são as pessoas de terceira idade, porque gostam mais de dramas britânicos, documentários e têm mais tempo disponível para assistir à televisão pública.

|O senhor já estudou em parceria com pesquisadores de outros países. Por conta disso, lhe pergunto: há alguma iniciativa de televisão pública no mundo que é mais participativa, no sentido em que a população pode escolher a programação, interagir ou participar mais efetivamente da produção de conteúdo?

Há debates aqui sobre a questão de que a tevê pública deveria criar um tipo de serviço como o Netflix, ou seja, televisão sob demanda. Mas isso esbarra muito em problema de direitos. Por exemplo, muitas vezes, é concedido o direito sobre um documentário para sua exibição em determinado horário, mas esse direito não se estende à veiculação em *streaming*. Mas seria um passo interessante o avanço para uma maior interatividade. Talvez o programa de pesquisa comparativa mais interessante sobre a televisão pública seja o RIPE¹⁵.

|Durante o seu doutorado, o senhor estudou o declínio da influência norte-americana na indústria brasileira de televisão. Fale um pouco sobre isso.

Na época em que publiquei a tese, que foi em 1981, a presença da programação dos Estados Unidos estava realmente em declínio no Brasil, isso em relação a conteúdo. Houve uma série de experimentos interessantes nos anos 60 com a programação nacional por parte da Tupi TV Rio, Excelsior e Globo. Nos anos 70, a TV Globo sintetizou isso numa adaptação do sistema norte-americano de gerência de rede de televisão. Eles conseguiram criar programação para quase toda a grade de televisão durante o dia e também no horário nobre.

O que tenho analisado mais recentemente é o papel conjunto, de certo modo, de empresários brasileiros, como a família Marinho e Assis Chateaubriand, em fazer tevê comercial para os fins deles, em contraste à influência norte-americana sobre como fazer tevê comercial. Então, a comercialidade foi uma coisa imposta pelos próprios empresários brasileiros, mas a forma de gerenciar a tevê, como a produção de conteúdo para uma rede, tem muito a ver com o sistema norte-americano. Estou analisando, inclusive, a fase inicial de Rede Globo e Time-Life, a fim de compreender mais nitidamente essa influência.

Acredito que a grande influência foi mesmo a forma de se compor a rede. Porque as outras tevês, antes da Rede Globo, não foram redes de verdade. E o sistema de formação e manutenção de rede, comercial, planejamento, como fazer e vender a propaganda, tudo isso tem influência do sistema norte-americano, da Time-Life em particular, mas também das agências de propaganda. Então, o que estou investigando

¹⁵ Segundo o site oficial, RIPE é o acrônimo de “Re-Visionary Interpretations of the Public Enterprise”. Trata-se de uma rede internacional que se propõe a debater, criticar e conceituar o que é necessário para garantir o serviço público da mídia na atualidade. Informações em: < <http://ripeat.org/> >. Acesso em: 28 nov. 2016.

agora é essa espécie de híbrido entre essas visões comerciais brasileiras e a importação, nos anos 60 e 70, do modelo comercial norte-americano.

| Por favor, professor, deixe suas considerações sobre o tema “em defesa da televisão pública”.

Acho que a televisão pública é importante como elemento de balanço em termos de qualidade e objetividade de informação e para preencher certas linhas de programação ausentes nos canais comerciais, especialmente educacional, cultural e documentário. Acredito que o ideal de ter uma balança entre tipos de televisões deve continuar. A televisão pública é menos sujeita às pressões de publicidade por um lado, e no outro, pressões políticas, algo cada vez mais visível em algumas redes de televisão nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, neste momento, há uma tendência para grande polarização política nas redes 24 horas de notícias, com Fox News na direita e MSNBC na esquerda. A CNN tenta ser mais de centro, mas tem a tendência ao sensacionalismo. Pessoalmente, quando assisto ao noticiário na tevê, procuro a televisão pública, como muita gente que deseja ter acesso a um jornalismo menos politizado. Também acredito que a televisão pública tem muito a oferecer em aspectos da alta cultura, com drama de boa qualidade, e documentários de vários tipos. E mais importante ainda, a educação para crianças e adolescentes.

“A televisão pública não se torna importante por ser televisão e nem por ser pública, mas pelo compromisso de produzir e difundir um discurso relevante.”

JOSETI MARQUES

Mônica dos Santos Galvão Maia

Joseti Marques é jornalista, com mestrado e doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Exerce o segundo mandato no cargo de Ouvidora-geral da Empresa Brasil de Comunicação-EBC, onde também é responsável pelo projeto de criação do Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública. É conselheira e já foi presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). É membro do quadro diretivo da Organización Interamericana de Defensores e Defensoras de las Audiencias-OID. Fez parte da Comissão de Revisão do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros; foi diretora da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, e professora de disciplinas técnicas e teóricas em faculdades de comunicação.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Tudo o que é público é importante para a sociedade, nem que seja para ser avaliado e rejeitado por ela. A televisão pública não se torna importante por ser televisão e nem por ser pública, mas pelo compromisso de produzir e difundir um discurso relevante, de ser uma voz comprometida tão-somente com o interesse público e com a formação crítica das pessoas, principalmente por ser um veículo que ainda ocupa lugar predominante no hábito de consumo de mídia dos brasileiros. Uma televisão pública que não cumpre essa premissa torna-se apenas mais do mesmo, com menos chances de se inserir em um mercado onde a televisão comercial detém quase a totalidade da audiência.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

São muitas, mas a principal delas, sem dúvida, é estar, direta ou indiretamente, subordinada a governos, que a entendem não como uma importante política de Estado, mas como um instrumento de divulgação a serviço de interesses, em geral político-partidários, independentemente do governo da hora.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Se a TV pública é parte de uma política de Estado para a comunicação, nada mais natural do que os governantes, em seus mandatos, zelem pela manutenção e

qualidade das instituições de Estado, incluindo aí a TV pública. Isso implica respeitar as formas previstas em lei de financiamento e sustentabilidade dos diversos entes públicos. No caso da TV Brasil e dos demais veículos públicos, temos a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, que prevê que 75% do Fundo de Fiscalização de Telecomunicações (Fistel) deverão ser destinados à EBC. O pagamento desses recursos é questionado na Justiça por operadoras de telefonia e a parte já liberada não foi repassada à EBC, sendo retida pelo próprio governo, impedindo o desenvolvimento pleno da política de Estado que instituiu a face pública do sistema de comunicação. Os governos são apenas administradores do dinheiro que também é público, e por isso deveriam cumprir o compromisso de investirem na qualidade dos serviços públicos, onde se incluem os veículos geridos pela EBC. Também seria desejável que a empresa inovasse em formas próprias de financiamento, para aumentar sua autonomia e sua receita. No modelo europeu, as emissoras públicas contam com recursos vindos dos usuários, através de taxas, algo impensável no Brasil. E não apenas porque, no Brasil, temos uma das maiores cargas tributárias do mundo e ninguém aceitaria pagar para ver televisão, mas porque a sociedade em sua ampla maioria não reconhece a relevância da TV pública. Isso porque a visibilidade que é dada à TV pública é apenas aquela negativa, conferida, gratuitamente e em profusão, pela comunicação comercial nos momentos de crise na empresa pública que a administra.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

A TV pública não é um ente à parte do Estado, porque o Estado é público e engloba todas as instituições públicas, entre elas a empresa que gere os veículos públicos. O problema é quando os governos se colocam no lugar de donos do Estado e de suas instituições e desvirtuam suas finalidades. A interferência em relação à mídia pública e a seus conteúdos poderia ser comparada, grosso modo, a governantes quererem interferir nos diagnósticos e receituário dos médicos em hospitais públicos, apenas porque são públicos. Ou na Educação, dizendo como o professor deve ministrar sua disciplina. A proposta de reforma do Ensino Médio, por exemplo, esbarrou nisso e as pessoas foram às ruas, ocuparam escolas. O que obviamente não aconteceu quando circulava, na mídia, que o governo Temer iria fechar a TV Brasil. As pessoas não consideram a comunicação da mesma forma, deixando o território aberto para a circulação de informações mal-intencionadas. Mas não se pode esperar que alguém lute por um direito que não conhece e nem sabe que tem. A relação da TV pública com governos deveria ser semelhante àquela entre repórteres, fontes e, eventualmente, entrevistados.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Antes de qualquer coisa, atendendo aos requisitos técnicos do veículo. Sem um bom sinal de transmissão, qualidade de som e imagem, abrangência, e uma grade de programação atraente, não se conquista a atenção do público; e se o público não nos contempla com sua atenção, não há diálogo e a TV pública não cumpre sua missão. Para além da audiência e da credibilidade, a confiabilidade é fundamental, para que o público reconheça na TV pública uma fonte de informação isenta e imparcial em que possa confiar para seu esclarecimento e tomada de decisões, principalmente as

decisões políticas. Um jornalismo independente, com credibilidade, debates esclarecedores sobre o que já está em primeiro plano na preocupação e atenção do público também são formas de se estabelecer uma boa relação com a sociedade.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

De forma estratégica, levando também em consideração os hábitos de consumo de TV já estabelecidos. Elaboração de grades de programação tem critérios técnicos muito específicos. Não se trata, nesse caso, de definição do conteúdo que se vai exibir, mas de adequação dos conteúdos às faixas de audiência, atendendo uma lógica de contexto de recepção de mídia. Hoje, por exemplo, é preciso levar em consideração os hábitos das pessoas em relação às diversas mídias, para se conquistar o interesse do público de forma mais ampla. Esse trabalho envolve profissionais das áreas de marketing, pesquisa de audiência etc. Uma pesquisa de 2015 sobre hábitos de consumo de mídia mostrou que a TV ainda é o principal meio de informação e entretenimento de mais de 80% da população brasileira. Mas não se pode perder de vista que as mídias digitais conquistam cada vez mais o público jovem e é preciso que os produtores de conteúdo de TV dialoguem com essa realidade. Enfim, a formação da grade de programação de televisão deve ser estratégica e levar em consideração esses diversos fatores, porque não adianta exibir um conteúdo relevante se o público não estiver lá para assistir.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A audiência é obviamente fundamental. A TV pública precisa, sim, brigar pela audiência – não a qualquer custo, mas com inteligência competitiva. A métrica para se verificar a audiência, na TV pública, é que deve ser diferente daquela usada pelas televisões comerciais. Os números da audiência servem como parâmetro, nas empresas comerciais, para regular os negócios com os anunciantes. A TV pública tem outro objetivo, que não pode ser mensurado apenas através de números. Ainda está para ser elaborada uma forma de se verificar a efetividade da TV pública em relação à sua missão. Quanto aos números, as fórmulas de medição existentes podem dar conta de qualquer padrão de TV, mas é preciso que haja interesse em aplicá-las à TV pública. E tão importante quanto uma fórmula específica para a TV pública é também a mudança de hábito de avaliar sua importância pelo padrão do Ibope e outras empresas que prestam esses serviços para o atendimento dos interesses das empresas comerciais. Outra questão, falta um bom plano de marketing e publicidade para que a TV pública tenha visibilidade. Não se pode perder de vista que a TV e os demais veículos públicos estão inseridos em um campo altamente competitivo. Não faz sentido a noção de que a comunicação pública não precisa brigar por audiência, apenas porque ela é de outra natureza e não tem objetivos comerciais. Seria o mesmo que considerar que o SUS não precisa ter qualidade e nem ser atraente para o cidadão, porque não visa o lucro.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Sim, claro. Até mesmo por dever de ofício, faço um recorte para monitoramento da programação e assisto até desenhos animados, da extensa faixa de programação infanto-juvenil.

|Como a sociedade pode participar da televisão pública? Na EBC existia o Conselho Curador, extinto em setembro deste ano, um órgão integrante da empresa formado por participantes da sociedade civil. Existem outras formas de participação ativa da sociedade?

O Conselho Curador, que na EBC foi extinto pela Medida Provisória 744 de 2016, é uma forma de representação de diversos segmentos sociais, na perspectiva de ser o mais abrangente possível, para efetivamente significar o controle da sociedade na empresa pública. A participação ativa, direta, do cidadão na EBC, ou em qualquer empresa pública, sempre se dá através das ouvidorias. Na TV pública, a Ouvidoria representa e defende o direito de todo e qualquer cidadão que acorre a ela diretamente, balizando suas demandas apenas pelos princípios e fundamentos que regem a comunicação pública. Ao fazer análises críticas dos conteúdos dos veículos públicos, a Ouvidoria atua em nome da sociedade. Em linhas muito gerais, a Ouvidoria atua em três principais frentes – atendimento ao cidadão que nos procura através de cartas, telefone, e-mail e até pessoalmente; monitoramento e gestão da informação, que nos ajuda a entender a percepção do público através de suas mensagens, identificar os problemas recorrentes e descobrir suas causas, para cobrarmos soluções; e análise crítica dos conteúdos dos diversos veículos, para informarmos à diretoria executiva quais as fragilidades percebidas pela Ouvidoria, na expectativa de que providências sejam tomadas. Deveríamos, também, divulgar essas análises através de programas na TV Brasil e nas rádios, conforme manda a lei de criação da EBC. Mas com as várias mudanças ocorridas na empresa desde que assumi a Ouvidoria, em 2014, essa parte caiu no limbo; as diretorias de Produção e/ou de Jornalismo argumentam que não têm como disponibilizar equipe para a produção dos programas. De 2011 ao final de 2013, na função de ouvidora-adjunta da TV Brasil, era eu quem dirigia, redigia e editava O Público na TV, programa da Ouvidoria criado também por mim. Naquela época, essa questão de equipe já era um dilema. Ao assumir a Ouvidoria, as tarefas aumentaram significativamente e já não tenho como me dedicar, paralelamente, à produção e edição de programas.

|Você foi uma das responsáveis pela criação do Centro de Pesquisa em Comunicação Pública. Quais são os desafios e qual o papel do Centro de pesquisa para a comunicação pública no Brasil?

O objetivo previsto era contribuir para a consolidação de um sistema público de radiodifusão diversificado, plural e em sintonia com os padrões internacionais de qualidade, tornando-se referência no Brasil, na América Latina e África, notadamente nos países lusófonos – uma meta ambiciosa, portanto. O projeto do Centro, pelo qual sou responsável, está previsto para ser concluído em final de 2017, mas a parte principal, que é a criação do Centro de Pesquisa, já foi aprovada pelo Conselho de

Administração, tendo o Centro sido incluído no Regimento Interno e na estrutura da EBC. A proposta é originária de um projeto de cooperação técnica entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-Unesco para a criação de uma Escola Nacional de Comunicação Pública. No processo de análise de viabilidade do projeto, dentro dos parâmetros propostos, percebi que criar uma escola não seria suficiente para dar conta de todas as metas, já que estaríamos dependentes do conhecimento produzido na academia e em outros centros tradicionais de ensino, não podendo cumprir a expectativa de ser referência no Brasil e em outros países. Não teríamos lastro de conhecimento e prática para ser uma escola. A comunicação pública, no Brasil, em seu formato, digamos, *stricto sensu*, surge com a EBC, uma empresa com veículos e estrutura semelhante à das empresas de comunicação comerciais, concorrendo no mesmo território comunicacional. No entanto, como um Centro de Pesquisa Aplicada, poderíamos conjugar o conhecimento teórico produzido nas universidades com o conhecimento tácito de produção e difusão de conteúdos que os profissionais da EBC têm construído nas vinte e quatro horas do dia, ao longo de mais de sete anos. Na função de ouvidora, conheço profundamente as deficiências do sistema, mas entendo que mesmo que pela metodologia de tentativa e erro, são os profissionais da EBC que fazem, diuturnamente, a comunicação pública em rede nacional, na prática. Nessa perspectiva, nosso parque tecnológico pode ser entendido como um verdadeiro laboratório de pesquisa, inovação e desenvolvimento em Comunicação Pública. Em parceria com universidades, centros de pesquisa, empresas de radiodifusão de outros países, notadamente da América Latina, podemos vislumbrar o cumprimento da meta de sermos referência e contribuir para a consolidação de uma comunicação pública em linha com os padrões de qualidade internacionais. O Principal desafio para este projeto embrionário é conquistar aqueles que se empenham por uma comunicação pública que cumpra a sua missão e manter coeso o grupo de futuros pesquisadores da EBC que já estão participando do projeto – 14 doutores, 61 mestres e 60 especialistas.

|Uma questão fundamental na discussão da televisão pública é a transparência. Transparência de fontes, de contratos profissionais, em suma do gasto do dinheiro público. Como a *accountability*, entendida como responsabilidade com ética e obrigação à transparência deve ser aplicada nas empresas públicas, como a EBC?"

O que talvez haja é a falta de cultura do público para supervisionar e cobrar informações da gestão pública. A Lei de Acesso à Informação, que na EBC está sob a responsabilidade da Ouvidoria, é um dos instrumentos mais efetivos à disposição do cidadão para cobrar essa transparência e prestação de contas. Toda empresa pública é obrigada a dar acesso à informação, dentro de prazo estabelecido em lei. A regra é a transparência e o sigilo é exceção, com critérios rigorosos de classificação. Infelizmente, o sistema é pouco utilizado pela população, e menos ainda pelos jornalistas.

"Não entendo nunca empoderar alguém para ocupar um espaço como ator político como algo simplesmente formal. Tem que haver cultura para ocupar o espaço político e participar da emissora pública."

JULIANO MAURÍCIO DE CARVALHO

Paula Cecília de Miranda Marques

Docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp), onde atua como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, docente da linha de pesquisa em Gestão e Políticas da Informação e Comunicação Midiática do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática e líder do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã (Lecotec). Tem uma trajetória de envolvimento com movimentos ligados à democratização da comunicação, como Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Sindicato dos Jornalistas e Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). O professor se sente motivado em pesquisar políticas de comunicação e acredita que discussões sobre comunicação pública representam um pensamento dissonante, uma forma de resistência.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Não é possível você pensar uma democracia em que a liberdade de expressão esteja sempre assegurada pela liberdade do empreendimento privado, a liberdade do negócio, a liberdade da livre iniciativa. Quando nós pensamos que todas as práticas comunicacionais, toda a mediação entre a produção da informação só possa se dar por arranjos privados, o conceito de liberdade pode, em algum momento, ser condicionado por interesses que talvez não sejam os interesses mais amplos da sociedade. Nesse sentido, pensar uma alternativa de comunicação na sociedade, que não seja aquela privada, significa não só assegurar outro lugar de fala, uma outra voz, mas também assegurar serviços que a própria comunicação deve desempenhar e que talvez não sejam do interesse da monetização do negócio privado. E aí a comunicação pública tem um papel fundamental para criar isso. Especificamente em relação a televisão pública, existe um adensamento maior, porque em função das mudanças no processo de produção do audiovisual, especialmente nos últimos vinte anos que impactam fortemente a maneira como se produz televisão, no jornalismo público, na produção de documentários, que talvez não sejam tanto do interesse do mundo privado, com determinadas temáticas, determinadas angulações ou determinadas produções. A televisão pública tem papel fundamental a cumprir nessa direção.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

Eu entendo que nós temos precipuamente um problema de natureza ontológica em relação à questão da comunicação pública, especialmente no Brasil. Não é apenas um nascedouro da comunicação brasileira que é de uma concepção privada, mas a capacidade de compreensão da sociedade brasileira da televisão pública e da mídia pública, de um modo geral, é muito fluida, porque historicamente eu não tenho uma construção quer seja dos mecanismos formais do Estado, como a educação, por exemplo, pra incorporar a comunicação pública e valorizá-la como um instrumento de cidadania e de apropriação da sociedade, como eu não tenho do ponto de vista dos outros mecanismos, como a comunicação privada que, de um modo geral, não faz uma propaganda da comunicação pública. Assim, o primeiro aspecto: à medida que a sociedade não conhece uma comunicação pública, não conceitua sua relevância, naturalmente, ou ela ignora ou ela pode aprioristicamente construir uma ideia preconceituosa de que a comunicação pública é sempre uma comunicação estatal, portanto, uma comunicação de um governo, partido, ou coalisão que esteja ocupando o Estado transitoriamente, logo, uma comunicação que só verbaliza interesses. Essa compreensão de que a comunicação pública deve ter autonomia enquanto público precisa primeiro ganhar o conceito da sociedade brasileira, o que já acontece em outros países. Próximo aspecto: em decorrência disso, nós vamos tardiamente para um conceito de comunicação pública. Muito embora tenhamos nos últimos trinta anos uma produção bastante importante da Fundação Padre Anchieta e, notadamente, da TV Cultura em São Paulo e de outras emissoras públicas no interior do país, do antigo SINRED (Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa) e depois da Fundação Roquete Pinto, do sistema Radiobrás e, mais tarde, a aglutinação dessas experiências no âmbito federal na Empresa Brasil de Comunicação e na TV Brasil, ali nós temos tardiamente a inauguração não só de um marco legal, mas de uma experiência com a sociedade brasileira ou com setores da sociedade brasileira mais engajados nessa temática, preocupados com a comunicação pública. Então, as fragilidades também se derivam do adiamento ou da incapacidade que o país teve, seja do ponto de vista do Estado, seja do ponto de vista da organização da sociedade, de colocar uma agenda e instituir práticas de comunicação pública à luz da experiência que nós vimos mais recentemente na Empresa Brasil de Comunicação. O terceiro aspecto que, talvez, justifique essas fragilidades está também intrinsecamente ligado à maneira como se fez muitas vezes comunicação pública no Brasil, ou seja, há estudos que denotam muita reprodução, no âmbito de mídia pública, de práticas que são bastante convencionais da iniciativa privada, de um lado. Não é uma generalização, mas isso acontece, por exemplo: a busca pela audiência e a construção de jornalismo a partir de uma agenda que não do interesse público. E, de outro lado, a fragilidade se dá em função daquele primeiro fator que é a medida em a sociedade e quiçá o Estado não compreende a função e a necessidade de uma mídia pública, logo, seu modelo de financiamento será sempre derivativo dessa compreensão, o que significa dizer que se não há um modelo de financiamento muito resolvido do ponto de vista da sociedade e do Estado, dificilmente, se construirá uma mídia com competência, porque, obviamente, você não faz comunicação sem investimento.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Há várias experiências ao redor do planeta, daquela que é mais tradicional e mais conhecida que é a experiência britânica, em que a sociedade, de fato, financia a televisão pública, a experiências de participação de publicidade em mídias públicas, de envolvimento da sociedade, como experiência da mídia pública na Espanha. Eu entendo que nós temos que ter uma cesta de critérios, ou seja, o Estado pode fomentar, estimular e garantir a sobrevivência mínima, mas eu acho que nós temos que pensar a mídia pública também em coproduções, em coparticipações. Quando você pensa, por exemplo, o documentário *'Descalzo sobre la tierra roja'* – *'Descalço sobre a terra vermelha'*, que conta a história de dom Pedro Casaldáliga, produzido em parceria da EBC com a TV da Catalunha da Espanha, eu acredito que muitos temas de interesse da sociedade possam ser produzidos e cofinanciados com produtoras independentes, com experiência de captação de recursos de instrumentos legais no âmbito federal, estadual e municipal. Objetivamente, sobre uma taxa do contribuinte para a televisão, eu não sei se o modelo da publicidade poderia dar conta disso, mas nós poderíamos ter uma cesta de critérios que possam, efetivamente, resolver o modelo de financiamento. Há muitas propostas nesse sentido. Insisto, uma cesta que pudesse contemplar a) financiamento estatal; b) coproduções no país, em âmbito internacional, com produtoras independentes; e c) mecanismos de financiamento oriundos de investimento da publicidade, *merchandising*, *marketing* e coisas que são de interesse público. Eu acho que tem espaço para essa cesta de critérios.

| Não haveria uma contrapartida da sociedade diretamente?

Penso que quando você pensa na publicidade ou mecanismos de financiamento via projetos de interesse da sociedade, a comunidade participa dele. Na medida em que você faz jornalismo de interesse público, serviços, por exemplo, pra determinadas praças, - não estou pensando numa televisão pública só do ponto de vista nacional, daí é outra engenharia, modelo de financiamento -, mas se você pensa na soma das experiências das TVs públicas locais, canais comunitários, etc., que vão compondo um conceito de comunicação pública, você pode ter envolvimento próximo com a comunidade, ou seja, na medida que ela divulga que você tem serviços da prefeitura, do bairro, situações que aparecem na mídia pública, naturalmente, você pode ter mecanismos de financiamento daquele projeto. Há várias experiências, inclusive nos Estados Unidos, em que a comunidade cofinancia experiências com a televisão pública, porque tem interesse que ela fale da comunidade. A mudança na regulação que permita essa cesta de critérios é uma necessidade e isso é muito antigo: a entrada, a luta que a TV Cultura em São Paulo fez, por exemplo, com relação à questão da inserção do apoio cultural ou de abrir a publicidade para os canais educativos, culturais e da televisão pública. Eu acho que essa é uma discussão que nós devemos colocar na agenda, porque aí você cria condições isonômicas para a produção da comunicação na sociedade.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Creio que, do ponto de vista da teoria política, nós temos sempre que reforçar o conceito que está no dispositivo constitucional brasileiro de comunicação estatal, pública e privada. Há uma discussão teórica muito grande em torno disso, de que o

público fora colocado ali para criar uma falsa ilusão no texto constitucional brasileiro de que pudesse haver algum tipo de comunicação pública, mas que, de fato, ela nunca poderia ser processada. Há um conjunto de autores que trabalha com esse viés. O fato é que, do ponto de vista de uma teoria política, a gente pode partir de um axioma de que, necessariamente, tudo que é estatal pode ser público, mas não necessariamente tudo que seja público deva ser estatal. O conceito de público é o conceito de utilidade pública. A própria regulação da comunicação e de serviços na sociedade quando trabalha com o conceito de concessão, quando você observa qual a distinção entre uma concessão de televisão como para a Rede Globo, SBT, Bandeirantes, e o conceito de permissão que está nas rádios comunitárias. Entre um conceito e outro, o próprio marco legal revela o conceito de relevância para a sociedade. Pensando nisso, é necessário fazer essa distinção de que é possível que o Estado participe de iniciativas nas quais só haja o Estado como um ator ou em que o Estado seja um partícipe dessas decisões. Por exemplo, a regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), toda a construção do SUS. É uma construção interessante, o Estado é partícipe do processo, muito embora ele seja o financiador, e você tem várias experiências. O operador nacional do sistema elétrico brasileiro, então você tem muitas iniciativas em que você pensa o conceito público e não o conceito estatal. Na área da comunicação, nós deveríamos ter uma comunicação mais ou menos independente do Estado? Eu acho que essa equação está sempre resolvida no tamanho do peso que a sociedade tem no processo decisório. Há um estudo do Interozes com um conjunto de critérios que devem dar sustentação ao conceito de mídia pública: modelo de financiamento; participação da sociedade nas instâncias decisórias; participação da sociedade nas instâncias editoriais da mídia pública; capacidade de construção de pautas e de programas de agenda a partir de instrumentos - e com as tecnologias e dispositivos móveis isso é bastante possível, aliás, a iniciativa privada tem feito bastante isso, muitas emissoras têm feito isso; na coleta para a construção da agenda em comunidades onde a mídia está. Ou seja, a horizontalidade dos temas, não apenas a diversidade na agenda da mídia pública, mas também a pluralidade de fontes e de vozes; a capacidade distributiva desses produtos para multiplataformas. Há um conjunto de critérios que permitem entender que a relação do Estado não se resume a uma relação de um mantenedor, aquele que financia, determina o conteúdo. Portanto, o Estado pode cada vez mais ser capaz de contribuir para uma agenda da mídia pública, da comunicação pública, sem temor oriundo de experiências ditatoriais e de governos que se apropriam da comunicação pública para funcionar como uma correia de transmissão do pensamento do governo que está no poder. Garantia da independência dessa relação está em introduzir esses critérios e criar mecanismos em que a sociedade participe. Ora, se a sociedade vai consumir o conteúdo da mídia pública, ela tem todo o interesse em participar desses critérios. Esse mecanismo está aí e não é um mecanismo só do ponto de vista legal, nós precisamos construir uma cultura de apropriação da sociedade sobre canais de espaço público.

Entendamos que toda vez que nós estamos falando de Estado, nós estamos falando em todos os atores que estão no estado, portanto o poder judiciário, o poder legislativo, o poder executivo incluindo aí a burocracia estatal. Não estou pensando no Estado apenas como um Poder Executivo, quando você pensa no canal do Senado, no canal da Câmara Federal, nas rádios, nas TVs das Assembleias Legislativas e por aí vai, você tem

muitas experiências que são de televisão precipuamente estatais, mas que, cada vez mais, estão se convertendo a partir da sua programação, do seu diálogo com a sociedade em canais públicos. Então, se eu entendo que o Estado não é um corpo homogêneo, quando eu estou pensando na ação do Estado, eu estou pensando na ação do Estado com toda multiplicidade de braços que o Estado tem, que na área da comunicação vai ser manifesta da maneira mais diversa possível, eu não penso numa TV do Estado. Eu penso em múltiplas vozes que são oriundas do Estado. Aí sim, Estado e não governos.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Toda a comunicação conversa com a sociedade usando a sua própria metalinguagem. À medida que se faz comunicação, não se faz comunicação do Estado falando para o Estado, se faz a comunicação de informações de interesse público voltadas para a sociedade como um todo, voltada para o país, voltada para o povo, incluídos agentes estatais e da sociedade civil. Sociedade no sentido amplo da palavra, incluindo o setor empresarial e os trabalhadores, se você quiser trabalhar com essa categoria. Isso é um conceito muito amplo. No conteúdo, quando eu construo a agenda, quando eu tenho uma política editorial nos veículos, porque é veículo de comunicação para veicular uma mensagem, quando eu construo editorialmente uma agenda eu já estou conversando com a sociedade. Eu já incluí a sociedade na linguagem, na escolha do produto. Não só isso, entendo que a sociedade tem que estar incluída em outros processos que deem mais autonomia ao veículo. Por exemplo, regular como um conselho gestor da EBC que tem um amplo processo de consulta a sociedade brasileira; com votação; como o comitê gestor da internet no Brasil, que também faz uma consulta à sociedade brasileira; conselho de usuários das empresas de energia. Você tem muitas experiências na regulação brasileira das mais diversas áreas que inclui ou pelo menos tenta assegurar um espaço institucional de participação da sociedade. Podemos discutir a qualidade deste espaço, os mecanismos que, de fato, asseguram que as pessoas estejam nesses espaços, do ponto de vista de voz qualificada, de voto, e de influir no processo da decisão. A matriz é que a comunicação tem, naturalmente, diferente de várias outras áreas em que o Estado atua, dois caminhos de dialogar com a sociedade: o caminho pela própria linguagem - o produto da comunicação é da sociedade, é para a sociedade - e, segundo, o seu processo de gestão, da qual a sociedade pode fazer parte, aí tem a cesta de critérios que a gente falou.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Eu entendo que se eu não fizer uma comunicação para pessoas que queiram consumir uma comunicação, e essa é uma lição fundamental da mídia, eu corro dois riscos: o risco de não ter uma audiência ou o risco de imprimir uma pauta, um agendamento que não possa responder aos interesses e à vocação que a sociedade tenha naquele momento. Há muitos autores que dizem que uma comunicação pública, uma comunicação ousada, não deveria ser só um mecanismo de reprodutibilidade de certa leitura que a sociedade tem sobre si, mas poderia fazê-lo de uma maneira inclusive de vanguarda, trazer agendas que pudessem colocar a perspectiva da sociedade, talvez, em uma lógica mais crítica por si só. Eu acho que o viés editorial, a capacidade de influir que a sociedade tem se dará no processo educativo de construção dessa ponte,

desse diálogo. Não entendo nunca empoderar alguém para ocupar um espaço como ator político como algo simplesmente formal. Quando você pensa os grupos como se fosse uma política de cotas, muito embora não esteja assim institucionalizado, o conselho gestor da EBC – para falar de algo que já existe - quando eu vejo “há vaga para juventude”, “há vaga para os povos indígenas”, “há vaga para universidade”, perfis, o que de fato nós estamos falando? Estamos falando que a sociedade é diversa e que à medida que eu introduzo as pessoas, tem que haver uma pedagogia, porque a pessoa pode ser um advogado, um físico, uma dona de casa, são atores que consomem comunicação, mas que, talvez, não dominem o processo, seja da gestão, seja da produção de mídia, que tem por si só uma linguagem, um modo de produção. Por isso, eu insisto, tem que haver uma cultura para ocupar o espaço político para participar da emissora pública. Em outras palavras, tem que haver uma alfabetização para aqueles que não conhecem, para que os seus interesses possam ser qualitativamente colocados em uma agenda que possa condicionar a atuação de uma emissora pública. Tem que haver uma pedagogia para participação da sociedade, porque se não a pessoa vai lá, alguém fala bem, diz que um programa de televisão tem que ser dessa maneira e a sociedade continua sendo hegemônica por uma prática que está bastante consubstanciada. Aliás, a rigor, a sociedade como pedagogicamente tem sido educada pela mídia privada no Brasil, há mais de setenta anos, a se comportar sobre um determinado padrão ético e estético da mídia, muito provavelmente, em uma leitura "paulofreireana" teria a capacidade de reproduzir aquilo enquanto um padrão estético-técnico para a emissora pública. Tenderia, inclusive, a imaginar que, à medida que uma televisão pública não reproduza em sua grade uma determinada maneira de se fazer televisão, da qual as pessoas estão aculturadas, essas pessoas a negariam. A introdução de outra maneira ou uma crítica técnico-estética sobre a televisão pública pressupõe capacitar os atores da sociedade que estejam nesse processo de decisão.

|A participação da sociedade na construção dessa grade seria conquistada com o tempo.

Com certeza, porque se você pensar em uma categoria bastante difundida nos anos 1970 e 1980 no Brasil, que é a escola de Frankfurt, se você pensa do ponto de vista de uma indústria da cultura, obviamente, isso está internalizado, não se destrói arquétipos do ponto de vista cultural simplesmente com opção política. É verdade que há atores mais preparados, mais engajados e que muito provavelmente uma parte significativa desses atores políticos, atores sociais estejam de fato nesses foros. Aprioristicamente, eu só tenho a apropriação da comunicação pública enquanto um bem para a sociedade, um bem simbólico, na medida em que a sociedade como um todo esteja aculturada. Portanto, é um processo cíclico: é preciso ter gente capacitada e uma pedagogia que ajude a levar a esse empoderamento. Um processo que explique como funciona o sistema de comunicação, a sua capacidade, dimensão estética, a produção de sentidos que isso tem. E deve-se fazer um processo avaliativo da sociedade sobre esse fazer televisão pública permanentemente e, ao longo do tempo, a sociedade se apropria e reivindica outro espaço. Ela constrói esse patrimônio que é dialogar com a comunicação que nunca lhe fora dado. A gente não tende a consumir, ao contrário, tende a ter um estranhamento daquilo que não conhece.

|De que maneira os fóruns e entidades representantes de classes contribuem para a defesa da TV pública no Brasil?

Se eu entendo que a televisão pública só pode ser construída com o envolvimento da sociedade, uma sociedade democrática se manifesta a partir de um grupo de interesse, movimentos organizados, instituições. Elas têm um papel importante, porque não imagino um país de 200 milhões de pessoas numa ágora ateniense votando. Mais do que isso, os movimentos não estão aí para substituir a democracia participativa, estão aí também para aglutinar interesses dos setores, de grupos, de segmentos que têm, de fato, um matiz com aquilo que nós chamamos de pluralidade e diversidade. Ou seja, a sociedade se organiza a partir dessas forças porque ela entende que há desequilíbrios, dívidas históricas com determinados setores da sociedade, os grupos minoritários. É um país que tem dívidas históricas com vários setores. A capacidade de destruir uma agenda hegemônica dada pelo padrão técnico-estético da mídia privada está fortemente na capacidade de se construir uma agenda que tenha pluralidade a partir de vozes ou lugares de fala que não estão contidos na mídia tradicional. Aí eu acho que essas entidades têm um papel importante a fazer nesse sentido.

|Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Atrás de um conceito de comunicação pública tem que vir conceitos de democracia, de cultura, de cidadania. À medida que esses conceitos estão bastante claros para a sociedade, essas lógicas tendem a perpassar os processos de gestão e de produção da TV pública e chegar para a sociedade. O padrão técnico-estético sobre mídia, a forma de apropriação das tecnologias acessíveis, das múltiplas telas, têm também transformado o processo de produção e, muito mais, de recepção da comunicação, incluindo a pública, porque estamos falando de dispositivo de modo geral. Uma vez que você tem essa cesta, o conceito de audiência também está profundamente alterado. Vejo um declínio das estatísticas da televisão, porque cada vez mais comunicação um para todos tem sido substituída por comunicação todos para todos. Portanto, os processos interativos são outra agenda que tem a ver com a participação da sociedade. Talvez, o conceito de audiência tenha que ser repensado, não sob um conceito de audiência do Ibope - de quantas pessoas estão assistindo aquela emissora naquele momento, mas, talvez, por um conceito qualitativo de quanto às pessoas têm participado do processo de diálogo em torno do produto televisual ou audiovisual que está sendo produzido naquele momento. Essa é uma agenda interessante a se pensar. Hoje, pensar uma comunicação todos para todos, pensar muito mais na capacidade que determinados produtos midiáticos têm de produzir sentido para a sociedade, é melhor que instantaneamente tirar uma fotografia da audiência. Isso é um primeiro conceito que nós precisamos pensar, porque isso muda. Uma coisa era você fazer televisão nos anos 1980, em que o conceito de audiência era: a emissora privada X tem X% de audiência nos receptores de Ibope na cidade de São Paulo e a emissora pública/estatal tem Y% ou traço em determinados horários. Isso é uma maneira de ver a comunicação. Hoje, nós já não vemos assim nem a comunicação privada. A emissora privada líder de audiência no país está produzindo para múltiplas telas e está mudando completamente sua ecologia, seu modelo de negócios, a produção audiovisual. Isso não deveria ser diferente ao pensarmos em uma televisão pública, aí já temos uma mudança. Há, também, uma segunda mudança que é sobre as duas maneiras de você

gerar audiência: gerar um produto muito similar a uma determinada concepção técnico-estética que está estabelecida em uma determinada comunidade ou gerar um padrão técnico-estético que é construído com aquela comunidade. A primeira, talvez, gerasse uma audiência maior num primeiro momento, mas não sei se ela reproduziria o que está atrás do conceito de comunicação pública – democracia, cidadania, envolvimento da sociedade, diversidade, entre outros. A segunda, talvez, tivesse uma audiência de nichos ou de públicos que compreendem a transição técnico-estético que a televisão pública tem no mundo inteiro. Por isso, organizar um produto a partir desta agenda é um equívoco, é como se eu perguntasse: “se a escola fundamental não fosse obrigatória ela estaria universalizada?” Talvez não. Se pensar que a educação e a informação são primas, são produções de sentido, são produções simbólicas que empoderam o indivíduo para uma vida em sociedade - preservada obviamente sua relevância, muito maior da educação -, será que se a educação não fosse obrigatória, muitos atores estariam na educação? Talvez não. O que significa dizer que, do outro lado, quantas pessoas vão naturalmente para o processo de busca da informação? Isso também acontece na comunicação. Nós desconsiderarmos que o nosso modelo de consumo de mídia é um modelo de consumir entretenimento seria um equívoco. Isso está na produção simbólica com a qual a indústria cultural foi construída no mundo capitalista ou, pelo menos, no mundo ocidental.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Sim. Assisto ao jornal da Cultura e ao Roda Viva, que são programas de debate e discussão que me interessam muito e, eventualmente, assisto ao jornal da TV Brasil.

| Considerações finais

Um sonho de várias gerações no Brasil, da minha inclusive, era que a gente pudesse ver mais democracia na mídia, o Daniel Herz que foi um grande pensador, um grande militante da área da comunicação dizia que a democracia da mídia é uma utopia sem fim previsível. Eu entendo que a comunicação pública e parte dela, a televisão pública, pode nos dar um pouco desse frescor que era sonhar com a mídia mais democrática no país. Acredito que naquele histórico artigo do Rubem Alves ao Roberto Marinho, quando ele chama a atenção: “o senhor é dono de uma máquina tão poderosa de fazer sonhar e que pode tirar o povo da pedra bruta”, atrás dessa concepção tem uma coisa importante: não é só uma grande emissora aberta que pode fazer o povo sonhar, uma mídia pública também pode. Eu acho que na medida em que nós consigamos fazer isso, damos um passo fundamental em direção à democracia da comunicação e esse é um sonho de autonomia e de emancipação do povo brasileiro.

“A TV pública deve ser entendida no contexto do Estado de Bem-Estar Social em que a cidadania incorpora, além de direitos como saúde e educação, a comunicação”.

LAURINDO LALO LEAL FILHO

Danilo Rothberg

Laurindo Lalo Leal Filho é um dos nomes mais expressivos da atualidade brasileira nos estudos de TV pública. É professor aposentado da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e diretor e apresentador do programa VerTV, exibido por TV Brasil e TV Câmara. É graduado em Ciências Sociais pela USP, com mestrado em Ciências Sociais pela PUC-SP, doutorado em Ciências da Comunicação pela USP e pós-doutorado no Goldsmiths College, da Universidade de Londres. Publicou os livros “Atrás das Câmeras, relações entre Estado, Cultura e Televisão”; “A melhor TV do mundo, o modelo britânico de televisão”; “TV sob controle, a resposta da sociedade ao poder da televisão” e “Vozes de Londres, memórias brasileiras da BBC”, entre outros.

|Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A televisão pública é vital para o exercício da democracia ao promover a circulação de ideias, valores e informações na sociedade, dando aos seus integrantes os meios necessários para formar opinião e tomar decisões. São necessidades simbólicas da população que devem ser atendidas sem a interferência de imposições governamentais, característica da TV estatal, ou de limites mercadológicos implícitos ao funcionamento das emissoras comerciais. A TV pública deve ser entendida no contexto da existência de um Estado de Bem-Estar Social em que as redes de proteção à cidadania incorporam, além de direitos consagrados como saúde, educação, previdência e habitação, o direito à comunicação. Cabe a ela tornar concreto esse direito, atuando na transversalidade com todos os demais cuja significação para a sociedade se tornará mais evidente e defensável através do processo socializante exercido pela TV pública. Por outro lado, a televisão pública torna-se importante à medida que incorpora em sua programação as demandas da ampla maioria da população. Em síntese, pode-se dizer que a importância maior da TV pública é revelar à sociedade um mundo até então encoberto por interesses políticos ou comerciais, elevando o padrão de cidadania existente num determinado momento histórico.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

As possíveis fragilidades localizam-se nas suas formas de controle e financiamento. O agente impulsionador da TV pública é invariavelmente o Estado, que, no entanto, deve abrir mão de qualquer forma de controle direto sobre a emissora, que será mais ou menos pública de acordo com a dimensão desse afastamento. Quanto mais distante do Estado, mais pública ela será. A fragilidade está na tentação, sempre presente dos agentes governamentais, em reduzir esse distanciamento, tornando-a de fato estatal. A outra fragilidade diz respeito ao financiamento. A independência deve ser total. Um dos grandes perigos, verificados na prática de diferentes emissoras públicas, é a sua dependência financeira dos cofres do Estado. Há exemplo de TV pública, com independência jurídica absoluta, mas com grande dependência do financiamento do Estado, cujo governo, valendo-se dessa situação, impõe a ela seus interesses e objetivos. As fontes de financiamento, sejam elas quais forem, devem ser contínuas e livres de restrições político-orçamentárias.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Antes de qualquer coisa, de forma independente em relação às origens dos recursos que a mantêm. As TVs públicas pelo mundo têm diferentes formas de financiamento, desde o “modelo puro”, em que as emissoras são mantidas apenas com as taxas pagas pelos telespectadores (caso da BBC doméstica, das TVs públicas dos países nórdicos, entre outras) até aquelas com forte presença de recursos do Estado ou da publicidade (como é o caso da TV pública espanhola). Em minha opinião, o “modelo puro” é o ideal porque imuniza a emissora de qualquer outro tipo de influência editorial ou artística, mantendo como única referência o interesse do público. Mas em determinadas circunstâncias concretas pode-se admitir uma “cesta de financiamentos” que pode incluir recursos do Estado, doações, apoios culturais, excluindo-se liminarmente a propaganda. Esta, quando admitida na TV pública, corrompe a sua linguagem, que de racional e reflexiva passa a ser emocional e imediatista. E gradativamente vai submetendo a área da produção de conteúdo aos interesses da área comercial. Quando admitidas outras formas de financiamento, além daquela advinda do “modelo puro”, torna-se fundamental a existência de mecanismos de controle no interior da instituição capazes de impedir qualquer tipo de ingerência dos financiadores em sua gestão. A adesão da sociedade ao modelo de financiamento em que as TVs públicas sejam mantidas apenas com as taxas pagas pelos telespectadores só se dá à medida que ela compreende que aquele serviço de comunicação é necessário para a vida pessoal de cada um. A BBC, por exemplo, sobrevive como emissora pública, apesar de todos os ataques que sofre sistematicamente, por prestar um serviço público reconhecido como de qualidade pela sociedade. No Brasil, a TV Cultura de São Paulo, nos seus melhores momentos, também obteve esse reconhecimento e, por vezes, vale-se dele para manter seu prestígio. No atual estágio das comunicações no Brasil, a diretriz central para a adesão da sociedade a tal modelo de financiamento deve ter como premissa o oferecimento de um serviço de qualidade que, ao cativar o público, conquiste sua adesão. A partir daí, poderiam ser desenvolvidas ações de mobilização social mais específicas voltadas para a incorporação de amplos setores da sociedade na gestão e no apoio à televisão pública. Nesse sentido, a relação orgânica da emissora com setores da educação, da cultura, dos movimentos

artísticos e sociais, entre outros, além de contribuir para torná-la realmente pública, daria a ela um respaldo social e político fundamental para a sua sobrevivência.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

O mais distante possível, o que não quer dizer que deva existir um isolamento absoluto. Cabe ao Estado garantir a própria independência da televisão pública, dando a ela os mecanismos institucionais capazes de garantir esse distanciamento. Trata-se de uma relação delicada, mas imprescindível para o bom funcionamento da emissora. Em regimes parlamentaristas, cabe ao Parlamento o acompanhamento, a análise e as cobranças que se fizerem necessárias para o bom funcionamento da TV enquanto instituição independente do Estado, mas tendo que prestar contas à sociedade. Nos regimes presidencialistas, a legislação que ao mesmo tempo garante a independência da TV pública do Estado deve garantir também a existência de órgãos independentes capazes de estabelecer pontes de diálogo entre a emissora e a sociedade. Em resumo, cabem ao Estado a criação e a manutenção dessas pontes, sem que em nenhum momento interfira nas mensagens que por elas circulem.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Por meio de uma estrutura institucional que inclua mecanismos para auferir e canalizar demandas, como Conselhos Curadores, Conselhos Gestores, Ouvidorias, Audiências Públicas, Sociedades de Telespectadores e Programas de alfabetização para mídia. As demandas, ideias, sugestões, elogios e críticas advindas desse diálogo devem ter duas consequências práticas. A primeira na forma de respostas rápidas, precisas e circunstanciadas, obtidas com os responsáveis pelos setores da empresa aos quais estariam relacionadas às demandas formuladas pelo público. Trata-se de um serviço típico das ouvidorias, mas, em determinadas circunstâncias, pode ser oferecido por outro órgão, como o Conselho Curador, por exemplo. A segunda na forma da incorporação das sugestões formuladas pelo público aos conteúdos e formatos de seus programas e programações ou mesmo às práticas de gestão e operação da empresa.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Através de uma combinação entre as demandas simbólicas existentes na sociedade e as propostas oferecidas por produtores e realizadores afinados com os princípios de uma televisão pública. Dois princípios gerais são básicos e fundamentais: a universalidade geográfica e a ética da abrangência. O primeiro por garantir a toda a sociedade o direito humano à comunicação. Entendida como direito, mas também como serviço, a TV pública deve ser oferecida de forma igual a todos, sem nenhum tipo de discriminação ou privilégio. Do ponto de vista tecnológico não podem existir zonas de sombra onde o seu sinal não seja acessível. Em situações em que isso ocorra, formam-se dois tipos de cidadãos: os que têm acesso a esse serviço público e os que não têm, embora todos, indiscriminadamente, através dos impostos, paguem por ele. Quanto ao segundo princípio, trata-se de atender as necessidades simbólicas da população, tanto pelo lado da oferta de programas e programações quanto do lado da produção de conteúdos. Ou seja, atendendo aspirações existentes na sociedade e, ao mesmo tempo, oferecendo novas e instigantes formas de ver a vida e o mundo. Exemplos embrionários dessa prática puderam ser vistos na TV Brasil quando ela mostrou, num momento de

acirramento político no país, em meio ao processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, um lado da disputa até então desconhecido pela mídia comercial, atendendo aspirações de amplas camadas da sociedade. Fez isso também em sua grade regular colocando no ar o primeiro programa LGBT da televisão brasileira mostrando com seriedade e respeito um mundo excluído ou ridicularizado em outras emissoras. Ou discutindo na TV a própria TV, como fez o programa VerTV. Foi ainda a TV Brasil que colocou no ar, em programas de informações ou entrevistas, especialistas da área econômica não alinhados às ideias conservadoras dominantes nos demais meios de comunicação. É preciso ressaltar que uma grade de programação que contemple esses princípios não é fruto de mentes iluminadas atuando isoladamente. A grade se faz através de um esforço coletivo que reúne gestores e produtores, cuja ação é calibrada de um lado por suas próprias ideias e experiências e, de outro, por demandas e filtros presentes nos órgãos de relacionamento com a sociedade antes mencionados. Gosto de lembrar a respeito às palavras ainda atuais de um diretor geral da BBC nos anos 1980, Alasdair Milne, dizendo ser obrigação das emissoras públicas “despertar o público para ideias e gostos culturais menos familiares, ampliando mentes e horizontes, e talvez desafiando suposições existentes acerca da vida, da moralidade e da sociedade. A televisão pode, também, elevar a qualidade de vida do telespectador, em vez de meramente puxá-lo para o rotineiro”. Com o que concordo plenamente.

|Qual a importância da audiência para a televisão pública?

É fundamental. Tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. A televisão pública necessita estar auferindo, de forma constante e permanente, os números e a composição da sua audiência. Ela deve para isso usar sensores capazes de detectar, não apenas o número de telespectadores nela ligados, mas também como o serviço que ela presta está sendo recebido pelos públicos atingidos. Nesse sentido, deve colocar os seus canais de comunicação com a sociedade a serviço de um diálogo permanente com os telespectadores, abrindo-se às suas demandas, mas também os provocando para que se manifestem sobre a qualidade dos serviços prestados. Os números de audiência são importantes para auferir a abrangência da aceitação dos programas por determinadas parcelas da sociedade. Eles tendem a mostrar a existência do que alguns economistas chamam de “falhas do mercado”, ou seja, setores do público não atendidos pelas emissoras comerciais para os quais a televisão pública é necessária. Ela não deve, no entanto, ter obsessão em relação aos números da audiência, embora não possa desprezá-los.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Sim. Não só assisto como dirigi e apresentei por dez anos o programa VerTV, inicialmente nas TVs Nacional de Brasília e TV Câmara (da Câmara dos Deputados) e, posteriormente na TV Brasil, que examina a qualidade da própria TV brasileira, colocando em questão o papel social, a programação e os aspectos éticos decorrentes do compromisso da radiodifusão com a cidadania.

|Um dos princípios que orientam a TV pública em países que a tem bastante desenvolvida, como o Reino Unido, é o de seu valor coletivo para a sociedade. Mesmo que uma pessoa não assista à determinado programa, pode reconhecer que ele deve

estar disponível para a sociedade, por seu valor intrínseco à formação estética, política ou cultural da audiência como um todo. Seria possível pensar no desenvolvimento de um valor como esse no Brasil contemporâneo?

Sim, desde que houvesse vontade política daqueles que detêm o poder. O Estado, através dos governos, deve ser o impulsionador dessas políticas, num processo que combine ações educativas e práticas produtivas do audiovisual. Políticas que incentivem a educação para a mídia sob um viés crítico às produções hoje oferecidas ao público seria um importante passo inicial, combinando-se com a oferta efetiva de programas que atendam aos valores coletivos. Em outras palavras, parafraseando Oswald de Andrade, como o público pode exigir o biscoito fino se nunca provou do seu gosto? Não basta saber o que o público quer, embora isso seja importante, mas é fundamental também oferecer a ele conteúdos que o despertem para questões novas, estimulantes, abrindo o leque de opções estéticas, políticas e culturais.

|No Reino Unido, não é simples a tarefa de manter níveis consensuais de apoio da sociedade à BBC e ao pagamento contínuo da taxa anual para sua sobrevivência, o que exige esforços permanentes para desenvolver uma programação criativa e inovadora a fim de sustentar o interesse do público. No Brasil, a imposição de cotas de produção nacional na TV paga gerou o crescimento de produtoras independentes, mas a qualidade de suas produções permanece em aberto. Em que medida os jornalistas e produtores brasileiros estão preparados para explorar a diversidade e a profundidade necessárias à TV pública, se tiverem a oportunidade para isso? Como prepará-los?

Fica difícil mostrar a qualidade da produção audiovisual brasileira em razão do número reduzido de janelas existentes para essa veiculação. No entanto, as poucas que existem dão mostras de que há sim diversidade e profundidade em nichos da televisão brasileira. Dou como exemplo dois canais fechados, um público e um privado, que fazem parte desses nichos: a TV Escola, vinculada ao MEC, e o canal Curta! Em ambos, ainda que com finalidades distintas, é possível constatar o alto grau de competência dos realizadores de programas ali exibidos. Há também pequenas produções independentes utilizadas muitas vezes apenas para trabalhos educativos. Fui surpreendido outro dia com uma dessas produções: atores caracterizados como Karl Marx e Adam Smith dialogavam sobre suas perspectivas econômicas de forma magistral, numa dramaturgia brasileira que em nada ficava a dever às melhores produções da BBC. Essas amostras indicam a existência de um acúmulo de conhecimentos que teriam na TV pública o campo ideal para a sua expansão, aprofundamento e difusão. Não faltam criadores, faltam janelas e curadores. As TVs públicas no Brasil vivem sempre às voltas com problemas políticos e financeiros, com poucas possibilidades de investimentos na criatividade. A faixa infantil da TV Cultura de São Paulo do início dos anos 1990, com programas como Rá-tim-bum, Mundo da Lua e Bambalalão, foi a exceção que confirmou a regra. Mas mesmo que houvesse recursos, faltam ainda curadorias capazes de estimular a produção audiovisual brasileira na busca da qualidade. A TV Brasil exemplifica pelo lado negativo a falta de curadoria. Diretores de programação, muitos vindos das TVs comerciais, têm dificuldade de perceber as especificidades da TV pública, e nela reproduzem o que já faziam em suas atividades anteriores. Essa falta de percepção da especificidade da televisão pública está ligada ao problema da formação de profissionais. Aqueles poucos que dominam essa especificidade formaram-se praticando em alguns e raros momentos de qualidade da TV

pública. Trata-se de uma formação que deve ter como base teórica a assimilação dos conceitos fundamentais da comunicação pública, o seu papel social e político na sociedade contemporânea. É a partir dessa base que se pode caminhar para a prática, que, por sua vez, deve incorporar prioritariamente o desenvolvimento de estudos de programação precedendo a elaboração de programas. A preparação sistemática dos realizadores é indispensável e ela deve ser estimulada pela televisão pública em cooperação com centros de ensino e pesquisa do audiovisual. Trata-se de uma relação indissociável, necessária para estimular ações experimentais, combinando-as com padrões já estabelecidos de alguma forma pelas emissoras públicas.

| Qual é o papel da produção independente nesse contexto? Quais seriam os critérios adequados para comissionar produções independentes?

Um dos grandes desafios da televisão pública brasileira é combinar a produção própria com a produção independente. O equilíbrio entre ambas é o ideal. Cabe à televisão pública estabelecer os parâmetros de sua programação e, a partir deles, estabelecer normas para as produções, sejam elas próprias ou independentes. As próprias são importantes para servir como núcleos capazes de estabelecer linhas mais gerais de programação, dando uma identidade necessária a qualquer emissora. As independentes têm, além do estímulo à inovação e a criatividade tanto na forma como no conteúdo, a missão de ampliar o mercado do audiovisual, abrindo condições de trabalho para produtores até então impossibilitados de levar à frente seus projetos. Na Argentina, com a adoção da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, conhecida como Lei de Meios, a produção independente foi estimulada e o crescimento do número de produtoras tornou-se exponencial. Aqui, sem uma lei de meios semelhante, cabe à televisão pública estimular essa prática.

| Considerações finais

A televisão como um todo passa por um processo acelerado de transformações. As novas tecnologias mudaram os modos de fazer e de ver televisão. A digitalização mudou a qualidade e a quantidade da produção televisiva no mundo, multiplicando as ofertas desse tipo de serviço e obrigando os veículos tradicionais, entre eles as televisões públicas, a reverem práticas consolidadas há décadas. Do lado do telespectador, a recepção, que até então era feita através do fluxo de mensagens, passou a ser de armazenamento, aumentando consideravelmente o protagonismo do público na sua relação com a TV. Nesse cenário, cabe à TV pública a liderança do processo de transformações, como ocorre em vários países, tornando-a referência para todas as demais emissoras públicas regionais, para as privadas e as estatais. Tal processo resulta do entendimento dos gestores do Estado da centralidade da comunicação pública como fator de integração nacional política e cultural e de expressão externa do país através de suas emissoras internacionais. No Brasil, ainda que possa ter havido essa percepção em alguns setores da sociedade, infelizmente ela se manteve sempre muito longe de uma possível concretização prática. Neste novo momento da televisão em geral, a TV pública brasileira terá que fazer muito esforço para superar o tempo perdido se quiser ser realmente significativa no país.

“No caso da TV pública que nós sonhamos, a que temos é, ainda, apenas um ensaio.”

LETÍCIA RENAULT

Ellis Regina Araújo da Silva

É professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. É autora do livro *Comunicação e Política nos Canais de Televisão do Poder Legislativo no Brasil*, ALMG/2004, resultado da primeira pesquisa realizada no Brasil sobre a potencialidade de comunicação e acesso público à informação oferecida pelos canais de televisão operados pelo Poder Legislativo a partir de 1995, com a lei da Cabodifusão. É jornalista e, na reportagem de televisão, atuou sempre na cobertura dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Trabalhou no Jornal da Band em Brasília, no SBT/Alterosa e na rádio CBN em Belo Horizonte. Iniciou a carreira na TV Globo em Uberlândia-MG. Mestre e doutora em comunicação, é autora de *Webtelejornalismo*, editora E-papers/2014, no qual analisa a expansão do telejornalismo produzido no Brasil para o ciberespaço.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A TV pública é uma complementação do nosso sistema de televisão. As televisões privadas operam cumprindo uma função que o Estado brasileiro não deu conta, em razão de suas inúmeras funções, deveres e demandas, pois não é propriamente uma função do Estado operar televisão. Portanto, o modelo de televisão, no Brasil, nasceu da iniciativa privada. Isso não seria problema, se tivéssemos desenvolvido também um sentido para o sistema que pudesse contemplar o que gosto de chamar de público cidadão, em vez de público consumidor. A possibilidade mais bem-sucedida, e que mais se aproxima de um modelo público, são as TVs legislativas, que passaram a ser operadas a partir da Lei do Cabo. Esse foi um momento de lucidez do legislador brasileiro, em consonância com a vontade da sociedade. A Lei do Cabo, em 1995, representou um momento de excelência e inteligência do nosso legislativo, no qual, os parlamentares atuaram em conformidade com um pleito da sociedade. Antes disso, os plenários legislativos eram fechados e cerceados. Ninguém sabia ao certo como as casas legislativas funcionavam, pois estavam distanciadas da população. Quando a câmera passou a mostrar ao vivo as sessões, esse *link* tecnológico possibilitou uma conexão social e política muito importante. Por mais que digam que são emissoras que não dão audiência, nesse caso, a audiência não é de massa, é qualificada. Quem deseja ver, optou por assistir. Isso se espalhou pelas assembleias legislativas, como o caso de

Minas Gerais, que foi a primeira que fez a conexão entre a sociedade e o plenário, sem ter que passar pela mediação do jornalismo das emissoras privadas. Trata-se de uma ação comunicativa, na qual a televisão foi o condutor dessa ação com o poder legislativo, a representação da sociedade. Agora, o conceito de público, nesse caso, é bastante complexo, porque, para ter o caráter de emissora pública, é necessário estar de acordo com o que a pensadora Hannah Arendt escreve que é “nas mãos do público, a decisão”. E essas TVs legislativas estão sob o comando das presidências das casas e não do cidadão. Os regimentos são muito claros sobre isso. Até o movimento de câmera é baseado no discurso do presidente. O enquadramento permanece nele até que conceda a palavra a um deputado. Se o presidente interrompe a palavra do parlamentar, a câmera volta para ele. Então, o dinheiro é público, os objetivos são para o público, mas será que o público está lá dentro, na programação? Ele está de alguma forma, a partir do momento em que existe uma câmera. Isso está comprovado. A partir da câmera, senadores e deputados passaram a se referir a quem está fora das casas. Eles até citam o telespectador. Permanecem tão atentos a essa visibilidade, que a mudança corporal deles diante da câmera é evidente. Os serviços de *e-mail*, 0800, entre outros, registram esse *feedback*, por mais que eles sejam distendidos no tempo e espaço. Nesse sentido, as TVs legislativas possuem o aspecto interessante de terem aberto a cena legislativa para o público. No entanto, no cerne, elas são estatais e híbridas. Não se pode dizer que sejam totalmente públicas, porque as decisões ainda estão vedadas do olhar do público, e, por isso, possuem um caráter mais estatal.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

No caso da TV pública que nós sonhamos, a que temos é, ainda, apenas um ensaio. A despeito de ela ter sido discutida nos plenários do legislativo, assim como as TVs legislativas, padece da ausência do olhar público, na medida em que a designação de cargo é da presidência da República. Isso retira o caráter público de emissora, pois quando os cargos de chefia são designados, ficam na mão do Palácio do Planalto. Perde-se, assim, a independência do que seria público, daquilo que deveria estar na mão do cidadão brasileiro. No caso da TV Brasil, ela sofre de um vício de origem. Embora fosse uma demanda da sociedade, foi criada por Medida Provisória, que representa uma excrecência na nossa legislação. Trata-se de um restolho do período ditatorial, do que nenhum governo democrático quis abrir mão, o que atravança a vida democrática do Brasil. Um governo verdadeiramente democrático já teria proposto o fim deste expediente. A Medida Provisória macula o processo de discussão e de deliberação democrática, pois dá maior poder ao presidencialismo, que já o detém em demasia. O Brasil tinha de buscar um modelo próprio de TV pública com soluções específicas para as suas questões. A força da TV brasileira buscou, na sua origem, o modelo estrangeiro, mas já superou e muito as televisões de outros países. A nossa capacidade criativa e tecnológica foi muito importante nesse sentido. No entanto, isso não se refletiu nas tentativas de televisão pública e, a meu ver, não ocorreu porque elas não são totalmente públicas. As TVs públicas estão nas mãos do executivo, e mesmo as TVs estaduais se transformaram em grandes gabinetes e agências do palácio estadual, como em São Paulo e em Minas Gerais. Elas apresentam na programação ilhas de excelência que são os programas voltados para cultura, mas quando se trata do jornalismo, a programação está sob a mão forte do palácio. Então, a principal

fragilidade da TV pública é o fato de ela não ser totalmente pública, e estar sob o comando ou do presidente da Câmara, ou do presidente do Senado, ou da assembleia legislativa ou da presidência da República. A TV pública não pode estar sujeita à escolha pessoal de governos, pois se ela é pública, deve estar sujeita à vontade popular, via conselho, via congresso, via projetos e iniciativas coletivas.

| Como mudar a situação?

Tem de se aplicar o conceito de público para as emissoras. Nós ainda não chegamos a esse estágio. Nós nos aproximamos desse processo, já que hoje as assembleias legislativas, por exemplo, têm uma relação muito mais transparente com a sociedade. Atualmente, pode-se acompanhar as votações nas Casas legislativas, as audiências das Comissões Parlamentares de Inquérito e demais sessões. São nesses momentos, inclusive, que as televisões legislativas demonstram alguma excelência. Mas o fato de serem mantidas por dinheiro público não significa que elas sejam públicas. Está faltando o público comandar essas televisões, e retirar o comando dos governos. A forma como isso pode ser feito tem de ser estudada com a própria sociedade. Ainda não atingimos o patamar de público, porque o Brasil tem muita dificuldade em entender o que é público e o que é privado. A dificuldade do conceito, no nosso país, é tão grande que os próprios pesquisadores de televisão consideram que essas emissoras são públicas. Mas somente são públicas na parte do dinheiro e do órgão que as mantém, na parte do comando, elas não são nenhum pouco públicas, são privatizadas politicamente. Isso tem a ver com o que o professor Boaventura de Sousa Santos alerta, os entraves da América Latina para ir em frente, o patrimonialismo, o patriarcalismo e o colonialismo. Trata-se de uma ideia de pensar que o outro não tem a capacidade de agir por si só, que sempre tem de ter alguém superior mandando. Então, essas televisões não são públicas. São mantidas com o dinheiro público e se arvoram o direito de pensar melhor do que o cidadão.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

A forma de sustento deveria ser perguntada a sociedade brasileira. Vivemos em uma sociedade com muitas carências, desde as mais básicas como educação e transporte. São tantas demandas relevantes que o cidadão no seu cotidiano pouco parou para pensar na radiodifusão. O recurso pode vir do erário público, mas a emissora pública não pode ficar sujeita ao comando dos governos de plantão. Para a TV ser pública, precisa ter um descolamento dos mandatários governamentais passageiros. Nós tivemos um primeiro estágio bem sucedido de criação das TVs legislativas e, depois a tentativa da TV Brasil, mas ainda não se conseguiu romper essa questão crucial sobre quem deve mandar, o que retira o caráter público. Quem deve estar no comando é a sociedade e não os governos.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A primeira questão a ser observada é que o “ao vivo” é a grande linguagem da televisão. Basta observar a grade de programação das emissoras públicas para perceber que há muita gravação. Há um medo absoluto de fazer ao vivo, porque a transmissão em direto pressupõe uma perda de controle. Nisso, os legisladores, que criaram a lei do cabo, foram audaciosos ao permitirem a entrada da câmera nos

plenários, em 1995. A transmissão da TV legislativa foi uma questão de sobrevivência. Ou eles deixavam a câmera entrar e mostravam ao povo o que estavam fazendo, ou então não se reelegeriam. As pesquisas indicavam que ninguém sabia o que se passava no legislativo, que não havia interesse sobre os trabalhos. Na Assembleia de Minas, quando os parlamentares receberam os resultados das pesquisas, ficavam horrorizados. Para usar a visão do filósofo alemão Habermas, a criação das tevês legislativas foi uma ação comunicativa direta sem a intermediação dos jornais, das rádios, das TVs privadas. No governo Lula, houve a ação de refundar a Radiobrás, que já possuía toda uma história, e fazer a TV Brasil. Só que o governo quis manter o controle sobre o teor da programação e, quando se quer manter a autoridade sobre o conteúdo, não se faz transmissão ao vivo, pois é ela que traz o novo, o diferente. Então, você não vê a TV Brasil cobrir manifestações, não vê repórter ao vivo transmitindo, porque há controle. Por isso, o legislador de 1995 foi corajoso, porque se dispôs a passar pela prova do vivo. Senador que nunca tinha usado o microfone, que mal sabia falar, teve de se colocar para o debate público por intermédio da câmera. Então, nesse sentido, no que concerne à grade de programação, o primeiro ponto é que a TV pública tem medo de fazer ao vivo, e não o faz porque os gabinetes querem controlar a programação. O segundo ponto é que a TV pública não consegue propor um modelo diferente da TV privada. A força da produção brasileira, tanto no telejornalismo quanto na teledramaturgia, é tão grande e potente e a sociedade é tão satisfeita com isso de alguma forma, que as emissoras públicas ainda não conseguiram propor algo diferente do já feito. Exceção, justiça seja feita à TV Cultura de São Paulo nos seus idos de glória e alguma coisa da TVE do Rio. Do resto do País, não posso comentar. Isso tem a ver também com os profissionais que vão atuar nessas emissoras. Geralmente, profissionais com muita experiência nas emissoras privadas são convidados pelos governos, e esses profissionais não conseguem enxergar fora do cenário no qual atuavam. Só conseguem repetir o que faziam no mercado privado. No entanto, o profissional de televisão pública tem de pensar de forma distinta, porque o meio é diferente, os assuntos são complexos, são outros, e esses temas têm de ser trazidos à luz para a sociedade. Não se pode aplicar a mesma fórmula de programação da televisão privada na televisão pública. Tem como fazer diferente? Tem sim. O Senegal, um pequeno país da África Central, possui 14 dialetos e a televisão local transmite em 14 dialetos. Atende a todas as 14 etnias, sendo que o Senegal ainda possui duas línguas oficiais, o inglês e francês. Por que nós, com todo dinheiro e pessoal, não podemos fazer? Enxergo uma incompetência em compreender o meio e propor soluções diferentes.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A audiência não deve guiar a televisão pública. O que deve guiá-la é a divulgação de conteúdo de interesse público. Se isso dá audiência ou não, não é problema. Se a TV é mantida pelo dinheiro público, tem de noticiar tudo que interessa à coletividade. Como o público é diversificado e heterogêneo, deve possuir um critério mais amplo e evoluído que o das TVs privadas que, de alguma forma, precisam se conduzir pela audiência porque a sobrevivência delas depende disso. Então, a pauta da TV pública é diversa da TV privada. Toma-se, novamente, o exemplo das TVs legislativas que não estão interessadas em “furo jornalístico” ou novidades. Pelo contrário, o sucesso delas

é mostrar a sessão e reprisá-la. Na medida em que reprisam a sessão de debates, dão nova chance ao público cidadão de rever a discussão e conhecer a realidade dos plenários. A reprise fornece um diferencial para essas televisões e também presta um serviço à sociedade. A emissora legislativa deve reprisar sem cortes e edições. Isso é algo que está na legislação. A televisão é um ambiente de produção de conteúdo muito amplo e não existe um só modelo. Tem-se de aproveitar a grandeza do gênero televisivo e estudar o que fazer a partir do conceito. No caso das TVs legislativas, são bem-sucedidas porque mostram os debates. E o cidadão, que se interessa, pode assistir e se inteirar. Então, o objetivo é levar esse conteúdo a luz do público e não simplesmente ter audiência. Se um só cidadão tem acesso à informação, e a fizer reverberar, a missão destas tevês está cumprida. Na pesquisa sobre a implantação da TV Senado, estudei, no período de um mês, oitocentas mensagens nas quais cidadãos interessados escreviam contestando, pedindo mais informações. Eram pessoas que assistiram, interessaram-se e enviaram um *feedback*. Trata-se de uma audiência qualificada. Mais qualificada que a de uma telenovela ou um telejornal, porque tem uma dimensão maior. Por isso, tem de se trocar o critério de quantidade pelo de qualidade. Por que existe a crítica de que a TV pública não dá audiência? Por que se você olhar para a TV Brasil, hoje, ela insiste em repetir o modelo da TV privada. Não traz muita coisa de diferente, mas por que repetir esse modelo, se ela não tem a condição de fazer como as privadas? Por que não buscar outro caminho? Ao se olhar para um apresentador de telejornal da TV Brasil, por exemplo, ele se transforma quase que um arremedo de um apresentador de telejornal da TV privada. O cidadão observa isso e acaba optando pela TV comercial, porque entende que o conteúdo lá está melhor e mais completo. Embora acredite que não falem condições materiais, o que ocorreu, na verdade, foi que a oportunidade que essas emissoras tiveram para crescer foi mal utilizada. Ao invés de utilizar esse espaço para fazer um contraponto à televisão privada e fazer diferente, elas vêm reproduzindo o modelo privado. E quando reproduz não alcança o mesmo resultado. Então, deve-se buscar outro caminho.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Se formos observar com cuidado, temos várias ilhas de excelência na televisão pública brasileira. A TV Cultura em São Paulo possui uma história muito bem-sucedida, em termos de produção, não só no telejornalismo, mas na teledramaturgia infantil e documentários, embora não esteja vivendo o seu melhor momento. Não conheço muito bem a produção do Nordeste, mas se formos olhar no Sul também há exemplos bem-sucedidos de programas de debates e entrevistas, na TV estadual do Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais, temos a famosa Rede Minas que faz documentários, programas de entrevistas, entre outros. É preciso dizer que não se pode olhar para televisão, observando tudo, como se ela fosse um supermercado. Quem fala sobre televisão no geral não está sendo correto, porque o veículo precisa ser pensado a partir do formato e também pela excelência de produção. Nesse ponto, concordo com o Arlindo Machado, no sentido de que se tem de buscar onde está a excelência audiovisual. Uma emissora pode ter 24 horas de programação muito ruins, mas pode haver ali uma hora de um programa muito bem feito, no qual a linguagem tenha sido apropriada de maneira criativa. As TVs tidas como públicas têm essas ilhas de excelência, principalmente quando se propõem em desenvolver documentários. Há um

quadro no telejornal Repórter Brasil, da TV Brasil, que é muito bem-feito. Trata-se do Outro Olhar, que é original e interessante, pois permite que a câmera nas mãos de cidadãos, traga conteúdos diversos, o que retira o oficialismo.

| Considerações finais

Hoje, não sou mais uma observadora da televisão pública, investigo a expansão do telejornal para o ciberespaço, mas no nascedouro das tevês legislativas tive a oportunidade de perceber a força do ao vivo nelas. Se formos observar com atenção, vamos perceber que, em vários momentos históricos do Brasil, as televisões privadas tiveram de reproduzir o sinal das TVs legislativas. Por isso, não dá para dizer que elas não possuem audiência. Alguém pode afirmar que isso seria uma exceção, mas não são momentos de exceção, porque a câmera de televisão chegou e permaneceu nos plenários. Ela não foi desligada. Trata-se de uma evolução. As televisões legislativas, a despeito de não serem totalmente públicas, são uma experiência muito bem-sucedida da nossa sociedade. No entanto, uma vez que elas começaram a operar, colocaram a câmera à disposição do debate político, fizeram o *link* entre a rua e o parlamento, começaram também a padecer do patrimonialismo. Elas surgiram em um momento de criatividade e importância histórica e, uma vez de posse da máquina pública, passaram a padecer do patrimonialismo, compra de equipamentos, excesso de pessoal, enfim, máquinas de comunicação que nem sempre estão a serviço do povo, mas de governos.

“O problema de toda empresa pública é a possibilidade de tornar-se um prêmio para situar a clientela política do governo da vez.”

LUIS NÚÑEZ LADEVÉZE

Franciani Bernardes Frizera

Catedrático da Universidade Complutense de Madri desde 1977 e atualmente professor emérito da Universidade San Pablo-CEU, Luis Núñez Ladevéze é autor de uma extensa bibliografia acadêmica. Publicou em 2009 o livro *La comunicación pública. Estado e instituciones privadas*, além de vários ensaios de filosofia política, entre eles: *Moral y mercado en una sociedad global* (1999). Trabalhou como jornalista em diversos meios espanhóis, tanto na televisão (RTVE) como na imprensa (ABC, Nuevo Diario, Diario 16, entre outros). Coordenou a pesquisa "*La función social de la televisión: modelo aplicado de cumplimiento de servicio público en RTVE y de responsabilidad corporativa en las televisiones comerciales de cobertura nacional*¹⁶", na qual sistematizou um índice de qualidade dos programas emitidos no serviço público de televisão.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Ao meu modo de ver é uma questão relativa. Depende se a sociedade é democrática ou não, e das circunstâncias dessa sociedade. Mas, acima de tudo, devemos levar em conta a regulamentação jurídica da televisão pública e sua aplicação prática. A questão é que no Reino Unido, onde se inicia a televisão na Europa, a televisão foi concebida como um serviço público durante a guerra, em vez de um negócio jornalístico e de entretenimento. A televisão europeia seguiu esse modelo até o momento em que a tecnologia facilitou a multiplicação de canais e a exploração comercial da produção. Todas as legislações europeias, que é o ambiente que eu melhor conheço, inclinaram-se a um modelo misto no qual a televisão empresarial vai progressivamente ganhando terreno à pública, exceto na Espanha onde se multiplicam os canais públicos regionais, administrados pelo poder político da vez. Essa tendência de predomínio da televisão privada é causada principalmente pela dificuldade que uma indústria pública de

¹⁶A pesquisa foi financiada pelo Ministério de Ciência e Inovação (Espanha) entre os anos de 2009 e 2011.

produção audiovisual tem de se manter frente a uma indústria comercialmente competitiva cujas despesas são reguladas pelas margens comerciais. Emissoras públicas europeias no Reino Unido, França, Itália e Espanha principalmente, foram obrigadas - para não deixar o mercado nas mãos da indústria de produção audiovisual norte americana - a privatizar a produção, em primeiro lugar, e a difusão, mais tarde. Com a televisão digitalizada e as redes sociais se acentua esse processo, já irreversível, ao meu entender.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

O problema de toda empresa pública é a possibilidade de tornar-se um prêmio para situar a clientela política do governo da vez. A questão principal é: quando uma empresa pública é socialmente necessária? Como justificá-la, como medir seus rendimentos e como determinar o valor da sua contribuição social? Isto é um problema, especialmente quando se trata de apontar os limites para a contratação de trabalhadores profissionais. A empresa pública tende a inflação laboral. Quando a empresa pública é uma televisão os perigos se agravam. A tentação do poder executivo de usá-la a serviço de seus interesses políticos governamentais é inevitável e é muito difícil que os profissionais, especialmente os jornalistas, resistam a essa ingerência. Que as nomeações do conselho administrativo e dos diretores não permaneçam sujeitas à vontade política.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Existem vários modelos. Pode ser por canon, isto é, por meio do pagamento de uma taxa, voluntária ou não, neste caso, o pagamento dá acesso ao serviço. Pode ser a partir de orçamentos públicos expressos na lei orçamentária. Ou também por meio de um sistema misto que permita publicidade de caráter institucional ou de seu interesse ou também de serviço público. Pode ser ainda por meio de patrocínios de empresas ou fundações. Só não deve ser através de publicidade direta, porque seria muito difícil, se não impossível, ficar às margens das tendências da audiência que, por definição não podem contrariar os conteúdos de risco¹⁷.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Acho que já respondi a esta pergunta em parte. Agora eu posso completá-la. Uma coisa é o Estado e outra o governo. Com o Estado não cabe relação, pois seria uma instituição do Estado, mas, regulada através de um Estatuto que estabelece sua organização e competências.

O problema se apresenta com o Governo e os partidos. Expressarei-me de forma negativa sobre "o que não pode ser" e positiva, sobre "o que deve ser." Não pode ser um instrumento político ou um meio de difusão de interesses governamentais. Deve reger-se mediante um Estatuto jurídico e responder ante um conselho administrativo que expresse a pluralidade social, principalmente institucional e profissional; a programação não há de servir interesses de preferência da audiência, que às vezes podem não ser compartilhados com grandes segmentos da sociedade; deve evitar conteúdos de risco objetivos, e expressar os valores constitucionais. No caso de haver

¹⁷ Descritos na resposta da pergunta "como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?".

serviços informativos, a seleção e avaliação das informações e os comentários de opinião devem ser conduzidos por profissionais, designados por profissionais e com critérios profissionais e deve refletir a pluralidade política e ser independente do governo e dos partidos. Tudo isso é fácil escrever em um papel como este, mas muito difícil de colocar em prática.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Uma televisão que atenda a esses critérios não é uma alternativa, mas um complemento das televisões comerciais, pois alcança um lugar que estas não alcançam e atende a condições de satisfação que estas não atendem. O adequado é tipificar os conteúdos de risco em categorias e definir os indicadores que permitem discerni-las na análise da programação. Convém destacar que os conteúdos de risco são independentes das obrigações legais de etiquetar, classificar, advertir ou qualificar os conteúdos dos programas, que são obrigações complementares.

As Diretrizes editoriais da BBC tornaram-se referência internacional predominante. Com a minha equipe de pesquisa, aplicamos um método de análise e medição do teor de risco inspirado entre outras, nessas diretrizes e tipificamos essas dez categorias de risco:

As dez categorias tipificadas aparecem, com diferente ênfase, nos documentos e nos textos legais examinados.

1. **Violência humana:** aparece em todos os corpos normativos vistos. É uma das categorias que mais têm sido investigadas. O estudo foi útil, a fim de desenvolver os indicadores para uma medição objetiva.
2. **Violência com animais:** distinguimos esta categoria, como a BBC¹⁸ faz.
3. **Exibição de sexo:** Entendemos essa categoria em sentido amplo e não apenas pornografia. Seguindo os critérios da maioria das fontes utilizadas.
4. **Discriminação.** Proibida expressamente pela Lei General de Comunicação Audiovisual da Espanha (LGCA) e inclui todas as regulações analisadas.
5. **Tratamento da religião.** Diferente de "discriminação", pois podem transmitir conteúdos que ferem as crenças de pessoas, um bem protegido por constituições europeias.
6. **Álcool, drogas, culto à magreza e atividades insalubres.** Devido o efeito imitação que pode produzir a TV, aconselha-se considerar esta categoria como particularmente importante, sobretudo entre o público mais jovem.
7. **Linguagem vulgar e insultos.** É a principal queixa dos telespectadores e aparece na maioria dos textos analisados.
8. **Respeito à honra, à privacidade e à autoimagem.** Reconhecido pelo nosso sistema jurídico como um direito fundamental. É coletado nesta categoria tudo o que esteja relacionado com a aparição de menores nos programas sem consentimento.

¹⁸ Esta categoria obrigou analisar a emissão das touradas nos canais abertos: são celebradas entre às 05h00 e às 08h00 pm que significa que em caso de retransmissão ao vivo estariam sendo transmitidas no horário de proteção à infância. O Livro de Estilo RTVE (A Corporação de Rádio e Televisão Espanhola) assim o considerada.

9. **Imagens de sofrimento.** Ao contemplamos como categoria diferente da violência, considerando que as imagens de um desastre natural, que podem ser exibidas, não são resultado de violência. Dois efeitos são levados em conta. Por um lado, o direito à privacidade e, por outro, o impacto que pode se produzir em audiências vulneráveis.

10. **Exposição de atos criminosos.** Efeito imitação e possíveis danos às vítimas dos atos criminosos expostos.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A televisão que mais se aproxima ao modelo que descrevi anteriormente é a BBC cujos procedimentos de evasão de conteúdos de risco e de teste de responsabilidade assumidos por códigos de autorregulação são muito eficientes.

O problema é o custo e a forma de evitar a tendência a um crescimento desmesurado. Mas em um país tão grande e com o potencial do Brasil esse não seria o maior problema. Essa televisão poderia incluir centros de transmissão independente nos distintos estados.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A televisão pública deve ser justificada de forma a atender fins de serviço público, não comerciais. Não pode ser concebida como um meio direto de concorrência pela audiência. Quando isso acontece, implica tendências ou correntes de seleção quantitativa o que não é um critério para medir o cumprimento dos serviços públicos. Percebo claramente que é preciso evitar os conteúdos de risco objetivos, independente de quais sejam as preferências da audiência.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Vejo-os no sistema de cobertura espanhol. Faço isso por preferências subjetivas de programas. Não porque sejam públicos ou privados. Quando se trata de programas privados costumo gravá-los por meio do procedimento de oferta de registro (neste caso Movistar), porque dessa forma eu posso pular a publicidade. A pública estatal tem a vantagem de não ter publicidade, ainda que interrompam a programação mediante a autopublicidade dos programas.

| No Brasil vivenciamos um contexto de crise política, econômica e de desmonte da televisão pública por parte do Estado. Em sua opinião, de que maneira essa instabilidade pode afetar a sociedade brasileira.

Não conheço bem essa faceta específica de "desmonte" da televisão pública brasileira. Eu não sei se responde parar ou estabilizar um fenômeno de expansão desmesurada dos custos de planilhas laborais ou de funcionários da televisão brasileira. Mas sei que, como já adverti anteriormente, a tendência a desmesura de meios, gastos e planilhas é um perigo latente para qualquer empresa pública e é preciso corrigi-lo. Muitas vezes se apresentam como postos de trabalho o que são postos de papel. Quanto ao cenário de crise é perigoso em si. Também não conheço a sociedade brasileira para responder com certa competência a esta pergunta, mas não imagino como isso pode afetar a estabilidade social de um país tão grande como o Brasil, um "desmonte" da televisão pública, porque não acredito que uma televisão pública, se as suas dimensões são proporcionadas, possa alterar a convivência de um país tão imenso.

|Na sua visão, a televisão pública espanhola tem cumprido com sua função de serviço público?

Eu acho que na Espanha a televisão pública estatal melhorou muito desde que suprimiu a publicidade, no entanto o custo foi uma queda considerável da audiência, mas acho que essa queda se estabilizou. O problema é o custo da televisão, porque é devedora da megalomania anterior, de quando era uma cadeia única, sem concorrência. As televisões nas *comunidades autónomas*¹⁹ foram, são e continuarão sendo instrumentos informativos ao serviço dos interesses políticos dos governos *autónomos*.

|Quando se trata da audiência infantil, como produzir conteúdos culturais de qualidade que atraiam as crianças?

A produção dos conteúdos depende da demanda e esta, por sua vez, das audiências, e a audiência infantil é considerável. Por outro lado, a consolidação dos canais temáticos e a fragmentação das audiências contribuem para a produção de programas destinados ao consumo de *targets* específicos. Há um público infantil, canais temáticos infantis e produção, às vezes de qualidade, e outras vezes nem tanto, inclusive entre série japonesa. O problema pode apresentar-se ainda mais do que na produção, na falta de cuidado de atenção dos pais ou na falta de preocupação com os programas que assistem os filhos.

Atualmente o acesso à programação não depende da atenção na tela grande, depende mais da multiplicação de telas, principalmente dos *tablets* e dos telefones celulares. Isso está se tornando um grande problema e os pais deveriam aumentar o zelo pelos conteúdos que os filhos assistem, especialmente as crianças.

|Como você percebe os desafios da televisão pública diante do contexto das TICs?

O desenvolvimento da Internet e a expansão das redes sociais alteraram o modelo de comunicação. Passa-se de um modelo vertical a um modelo horizontal no sistema de produção, transmissão, acesso, percepção e consumo de bens culturais na sociedade digitalizada. A mudança do modelo incide nas pautas de consumo, no aumento da participação política cidadã e comercial e na produção da indústria cultural.

Há signos de enfraquecimento ou de estabilidade nas audiências, expressão de uma cultura dirigida pela indústria de produção em série e transmissão vertical de bens culturais. Há dados para diferenciar entre audiências convencionais e novos tipos de audiências facilitados pela adaptação das ferramentas digitais ao televisor. Isso permite

¹⁹ Cada uma das entidades territoriais as quais se divide o Estado espanhol; dentro da ordem constitucional do Reino da Espanha, tem o poder de gerir-se, mediante seus próprios representantes políticos, mas todas as comunidades dependem da Administração Geral do Estado. Uma *Comunidade Autónoma* é dotada de autonomia legislativa e competências executivas, assim como do poder gerir-se por seus próprios representantes. A estrutura do Estado espanhol em *Comunidades Autónomas* vem da Constituição Espanhola de 1978. O texto da Constituição estabelece quais são os poderes que podem ser assumidos pelas *Comunidades Autónomas* e aqueles que são atribuídos somente pelo Estado.

estabilizar a programação convencional das audiências e anexá-las ao uso de redes. É cedo para decidir se há interferência ou convergência e como se condicionam entre si. Muda os hábitos digitais das gerações nascidas em um ambiente em que a diversidade das telas tornou-se um sistema horizontal de relações pessoais. Os usos mediáticos, os riscos e formas de cidadania digital adotadas por adolescentes e jovens se encontram em fase de transformação acelerada, mas é prematuro prever as suas consequências.

| Considerações finais

Em minha opinião a ideia da passagem da paleotelevisão a neotelevisão a que se refere Eco garante a permanência do "velho móvel da sala de estar", do qual falou Veron no enxoval doméstico.

Através das redes e dos novos dispositivos não se produz uma ruptura cultural nem se ingressa em uma nova etapa da democracia, caracterizada pela presença direta dos cidadãos nas decisões políticas. As novas tecnologias estão abertas tanto ao serviço dos democratas como dos totalitários, da participação cidadã como do terrorismo camuflado na rede. Não modifica a natureza do poder político, mas os cursos para aceder ao poder, controlá-lo ou democratizá-lo. Dados de estudos de audiência e de pesquisas revelam uma continuidade entre a cultura de massa precedente e a cultura da sociedade digital. As redes e as novas telas são canais da publicidade, do comércio, do consumo e da política. A indústria do entretenimento cultural não se vê em perigo. As redes sociais são ferramentas que permitem a autonomia individual para a produção audiovisual; transmissão massiva de bens culturais além do acesso à documentação na Internet. Mas não determinam nem a qualidade dos produtos nem a aceitação dos consumidores de redes ou de outros meios comunicação de massa, sejam leitores, telespectadores ou ouvintes. Ninguém pode ver tudo o que é produzido apenas pelo fato de que tudo pode estar disponível na Internet. O nivelamento dos cidadãos para ter acesso à informação não implica nivelamento de conhecimentos, de compreensão da informação nem de seleção de conteúdos porque a sociedade digital fica à mercê dos processos de abertura que não dependem da natureza do meio de comunicação, mas sim do uso que se tenha desse meio e do valor que a sociedade reconheça desse uso. Razão pela qual a sociedade permanecerá tão seletiva e hierárquica em relação ao conhecimento e à investigação como outrora. A principal diferença é que não vai ser tão fácil argumentar o desconhecido ou o engano como causa das decisões que cada um adota. As pessoas vão ter menos desculpas para não ser responsável pelas consequências de suas decisões.

“Defender a radiodifusão pública é defender a cidadania; é entender o espaço de debate privilegiado para a democracia brasileira.”

MARIA HELENA WEBER

Ana Javes Luz
Fiorenza Zandonade Carnielli
Tiago Gautier

Maria Helena Weber é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde leciona no curso de graduação em Comunicação e de pós-graduação em Comunicação e Informação, nas áreas de comunicação pública, política e opinião pública. Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), mestre em Sociologia (UFRGS) e Bacharel em Relações Públicas e Publicidade (UFRGS), é pesquisadora bolsista do CNPq e coordenadora do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Entre 2014 e 2015, coordenou, em convênio com a UFRGS, a pesquisa *Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação da TV BRASIL* – emissora de televisão pública vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). É autora do livro *Comunicação e Espetáculos da Política*.

|Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A importância da televisão pública é a mesma das instituições públicas que garantem a qualidade da democracia e a defesa do interesse público. Como televisão de um sistema de comunicação, ela se torna elemento central na interação entre Estado e sociedade, na medida em que o desempenho de suas atividades e peculiaridades permite dar visibilidade às políticas públicas, ao debate público sobre temas controversos e sensíveis e valorizar a cultura nacional. Nessa perspectiva, a TV pública completa o processo de comunicação necessário às democracias, obedecendo aos princípios e objetivos vinculados ao interesse público.

A TV pública realiza isso – ou deveria realizar – através da circulação de informações, programas e estéticas próprias, mais próximas da sociedade do que do mercado da audiência. A não vinculação ao mercado e à obsessiva linha de audiência qualifica o consumidor desse tipo de emissora, pois contribui para sua informação e formação sobre a sociedade na qual se insere; sobre as múltiplas e diversas características da cultura geográfica, artística e social; sobre seu próprio país. Nesse sentido, a existência e o funcionamento de meios e sistemas públicos de comunicação se transformam em indicadores de qualidade da democracia, pois potencialmente abrigam maior diversidade e liberdade em relação à abordagem de conteúdos, sem o compromisso e imposições da disputa mercadológica. É a natureza e os compromissos que

transformam o sistema público de radiodifusão no espaço público privilegiado de visibilidade e discutibilidade sobre temas abordados por um ângulo especial, regido pelo interesse público. E isso aparece no jornalismo, entretenimento, debate, documentários e dramaturgia, inclusive com experiências de produção que valorizam o protagonismo de apresentadores com limitações físicas e aparência que podem desconcertar os padrões das televisões comerciais. Na TV pública, a experimentação estética é permitida.

|De que modo a legislação e demais instrumentos normativos por trás da criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da TV Brasil, nos princípios e objetivos que as contemplam, articulam conceitos teóricos com aspectos práticos que possam ser avaliados dentro da programação da emissora?

O sistema de comunicação pública é de absoluta relevância para a democracia, na medida em que privilegia princípios e objetivos que promovem a cidadania e a emancipação social, definidos pela Constituição Federal de 1988 e a Lei 11.652, de 7/4/2008, que instituiu os serviços da Radiodifusão Pública e criou a Empresa Brasil de Comunicação. Podemos citar, como exemplos de princípios normativos baseados na lei, a promoção da cultura nacional; o respeito aos valores éticos e sociais; a não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual; a promoção e a construção da cidadania; o fomento à consolidação da democracia e à participação na sociedade; a garantia do direito à informação e a observância de preceitos éticos no exercício das atividades. Esses princípios teóricos, vinculados à comunicação e ao interesse público, estão devidamente expressos nos termos legais de constituição da EBC, sob a vigilância do Conselho Curador – formado por representantes do Estado e da sociedade. Este Conselho foi legalmente constituído para garantir a “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira”.

Nas perspectivas técnica, estética e de produção, as normas que regem a EBC são claras, por exemplo, ao indicar o acesso à informação; pluralidade da origem da produção; estímulo à produção regional e à produção independente; abordagem de temas de relevância nacional e internacional; oferecimento de mecanismos para o debate público; garantia do direito à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação; cooperação e apoio a processos educacionais, de inclusão social e de socialização da produção de conhecimento; garantia de espaços para exibição de produções regionais e produções independentes; buscar excelência em conteúdos e linguagens; desenvolvimento de formatos criativos e inovadores, tornando-se centro de inovação e formação de talentos; promoção de parcerias e fomento à produção audiovisual nacional; estímulo à produção e garantia de veiculação de conteúdos interativos, especialmente, aqueles voltados para serviços públicos. Esses preceitos normativos que definem a radiodifusão pública da EBC podem ser ampliados para outras emissoras públicas e, nesse sentido, são indicadores da comunicação pública e da qualidade da democracia.

|Quais critérios a pesquisa de “Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação da TV BRASIL” utilizou para avaliar o cumprimento dos princípios da

comunicação pública e da radiodifusão pública na emissora? E como esses critérios foram aplicados?

Esta questão é o marco teórico-metodológico da pesquisa desenvolvida através de convênio firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no período de 1º de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015. Combinando atividades de pesquisa e de extensão de caráter interdisciplinar, a equipe que desenvolveu o projeto foi integrada por professores e alunos dos cursos de pós-graduação (PPGCOM/UFRGS) e de graduação (Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas) num total de 16 pessoas, que produziram 52 relatórios semanais, 12 mensais, 6 bimestrais e 2 relatórios semestrais.

Retomando a questão: os critérios que nortearam a pesquisa obedeciam aos conceitos de comunicação pública relacionados aos temas de interesse público, debate público e cidadania. E, para identificar se os princípios da comunicação pública e da radiodifusão pública estavam sendo atingidos na programação da TV Brasil, aplicou-se a metodologia quali-quantitativa que, através de sistema específico, classificou programas vinculados a diferentes módulos de conteúdos (jornalismo, infantil, entretenimento, informação, entretenimento, especiais e publicidade) com as indicações sobre temas, fontes, qualidades técnicas, estéticas e de produção. A partir dessa classificação, foi realizada análise qualitativa em grupo, que relacionava os resultados aos princípios da comunicação pública e da radiodifusão pública.

|Quais foram os principais resultados da pesquisa sobre a TV Brasil e como eles podem ajudar no fortalecimento dessa Instituição?

O relatório final da Pesquisa, apresentado para o Conselho Curador e, também, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal, permitiu o debate sobre os seus resultados, que apontavam, em síntese, para a qualidade e inovação da TV Brasil quanto à sua grade, conteúdos, formatos e estética dos programas. Os resultados ressaltam, também, a necessidade de imprimir qualidade técnica, qualificar e incluir os profissionais envolvidos no debate sobre esses resultados, na medida em que eles representam parte desta sociedade que os vê.

|Quais as fragilidades da televisão pública?

A propalada fragilidade da televisão pública constitui um paradoxo importante para a comunicação pública. Essa dita fragilidade está na comparação sistemática que se faz, a partir da variável audiência, entre a TV comercial e a TV pública, associada a uma suposta incapacidade do sistema público de comunicação e da televisão pública de produzir conteúdos competitivos e disputar a audiência e o mercado. No entanto, entendo que a potência da radiodifusão pública reside exatamente na sua autonomia e liberdade em relação a competições de conteúdos e audiência. Sua força está aí e, se devo pensar em fragilidade, esta é política, pois há problemas políticos de várias ordens. Mas, ao classificá-la como instituição frágil, dela é retirado seu potencial de traduzir o interesse público, a cultura brasileira e, conseqüentemente, de fazer a diferença.

A televisão pública vive entre fronteiras estratégicas. De um lado, o poder da visibilidade e inserção popular – próprias do dispositivo televisivo e necessárias à política –, transformaram a televisão pública em um órgão desejado pelos governos,

que ali colocam seus profissionais capazes de operar a publicidade. Por outro lado, defender a comunicação pública constituída pelo trabalho e história destas televisões e rádios junto à democracia também integra o discurso dos governantes. Em meio a isso, reside a fragilidade da televisão pública: o interesse público é defendido pelos governos, mas sua administração pode estar atrelada a interesses privados de partidos e governantes.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

A televisão pública deve ser sustentada especialmente pelo Estado, e poderia receber investimentos através de todos os meios que não maculem seu compromisso com o interesse público e sua autonomia em relação aos processos de criação, produção e circulação de informações. Nesse sentido, os investimentos dos governos democráticos são fundamentais, assim como o investimento da publicidade do governo e de instituições públicas. Afinal, por que as empresas estatais podem investir nos canais privados e não nos públicos? O limite está exatamente na preservação da autonomia e na liberdade de cada emissora em relação a sua programação e seus profissionais. A televisão é um investimento caro e a sua qualidade é que determina a capacidade de competir no mercado das audiências. Logo, é preciso investir dinheiro público nas emissoras públicas.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

A autonomia da televisão pública, e aqui cito a legislação que criou a EBC (2008), é de “autonomia em relação ao governo federal”. E assim deveria ser em todos os estados, municípios e instituições. A televisão pública deve obrigações ao Estado determinadas pela visibilidade e espaço que der a temas e questões relacionadas aos direitos sociais, humanos e políticos; mas sua única obrigação é com os valores republicanos, que também devem ser defendidos pelo governo democrático.

No entanto, as televisões públicas têm sido objeto de desejo dos governos, que tentam transformá-las em canais de comunicação que possam privilegiar o projeto político em curso. Evidentemente, representantes do Estado devem estar presentes em conselhos e administrações, mas na mesma proporção que os representantes da sociedade. Por outro lado, cabe ao Estado sustentar financeiramente esta televisão pública, com todas as verbas destinadas ao sistema de comunicação dos governos, propaganda, etc. Não porque seja propaganda, mas porque é instrumento de preservação da comunicação pública.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Esse diálogo está na programação, que deve privilegiar o interesse público, a diversidade das culturas nacional e regionais, as informações que possam promover a cidadania e a emancipação social. A difusão de informações plurais e a abordagem de temas complexos e sensíveis como drogas, aborto, corrupção, violência, gênero e as diferentes sexualidades, ou temas da rotina relacionados à cultura, comportamento, educação, etc., podem estabelecer um diálogo diferenciado e educativo, na melhor acepção do termo.

A audiência vai sendo construída na medida em que os temas dialogam com os diferentes públicos e permitem que estes acessem novas informações para temas

complexos, que serão transformadas em conhecimento, opiniões e argumentos. O compromisso e a responsabilidade com o interesse público e a construção da cidadania têm a ver com esse processo. A definição da programação deve ser consequência de pesquisa de recepção, de audiência e de interesse, para além da pesquisa mercadológica.

| Ainda sobre a relação com a sociedade: a pesquisa sobre a TV Brasil buscou observar a participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios da comunicação pública. Quais as principais conclusões a que a pesquisa chegou nesse quesito? E quais os principais desafios para que a participação civil nos rumos da televisão pública seja assegurada?

A participação da sociedade é o grande desafio da televisão e da radiodifusão pública e essa participação foi avaliada pela citada pesquisa através da identificação das vozes relacionadas a determinados temas. Nesse sentido, os resultados apontaram para a necessidade de ampliar o espaço para os cidadãos, tanto na forma de ouvir suas opiniões em relação a temas, assim como na valorização de sua produção artística, cultural e social. Além disso, mais agilidade e interatividade na internet seria uma ação importante.

Cabe ressaltar que poderiam ser ativadas outras estratégias de inserção social e de construção da cidadania, através de acordos ou convênios entre a EBC e as escolas e universidades públicas. A qualidade e a inovação da programação permitiriam compartilhar conteúdos e contribuir com os currículos escolares, assim como essas instituições contribuiriam na avaliação e incremento da programação.

Mas como viabilizar a participação de instituições educacionais, fundamentais para avaliação e renovação de conteúdos? Como fazer com que os conselhos, que regem as emissoras públicas, tenham uma representação maior da sociedade e suas decisões sejam respeitadas pelos governos? Esse desafio técnico-político reside, também, na necessidade de administrar a interatividade e a divulgação de informações em diferentes plataformas digitais, compreendendo as mudanças e os novos modos como os públicos se relacionam com a TV.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Com os mesmos critérios técnicos e de qualidade de qualquer outra emissora, ou seja, adequada aos conteúdos, ao perfil dos públicos, aos horários. A grade da televisão pública deverá responder aos seus princípios e a sua ousadia em termos de conteúdo, experimentações e interações com a sociedade, mas respeitando a natureza da televisão, a relação e coerência entre programação, conteúdos, horários e telespectador. A TV Brasil, por exemplo, tem uma grade na qual alguns programas não estão adequados ao perfil da audiência desejada. Como é o caso da programação infantil, que permeia boa parte dos horários.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Para a televisão pública, a audiência deve ser tratada noutra perspectiva que não a da televisão comercial. Equívoco de primeira grandeza, a meu ver, é comparar emissoras públicas com as privadas. No Brasil, as TVs privadas têm um padrão de altíssima qualidade, construído e experimentado ao longo de décadas. A repetição desses

padrões de qualidade é realizada de modo cada vez melhor e mais adaptado aos chamados desejos do telespectador. Recursos financeiros e tecnológicos permitem que a competição seja acirrada e lucrativa. Uma série que fascina, em pouco tempo gerará duas outras e assim, sucessivamente.

Já a televisão pública deve ter uma programação de qualidade diferenciada e dirigida aos interesses da sociedade. Nesse sentido, ela é um espaço de criação de audiência diferenciada, um processo demorado e salutar. Única possibilidade de termos televisões que ultrapassem a mesmice. A TV Cultura (SP) e a TV Brasil vêm fazendo isso, lentamente.

Outro aspecto é que a formação dessa audiência pode ser trabalhada a partir da relação estabelecida entre a televisão e as instituições de ensino. Muito da programação poderia integrar currículos ou atividades extracurriculares, envolver comunidade, famílias. A programação da televisão pública poderia contribuir para a difusão de conhecimento, de novas informações para uma parcela significativa da população que circula nas escolas. É preciso entender o que a população brasileira gostaria de ouvir, ver e saber pela televisão. São respostas que devem ser obtidas fora dos padrões da pesquisa mercadológica que privilegia o conteúdo existente.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Assisto a diferentes programas na televisão pública, sem persistência. Na TV Cultura, os programas Roda Viva, Jornal da Cultura e Metrópolis. Na TVE/RS, o Estação Cultura e Radar (alguns outros programas a que assistia nessa emissora foram retirados do ar no atual governo estadual). Na TV Brasil, a programação é muito interessante, da informação ao entretenimento, com programas tais como o Repórter Brasil, o infantil Igarapé Mágico, Nova África, Exílio e Canções, Observatório de Imprensa, Samba da Gamboa, entre outros.

|A mudança ocorrida no governo federal no ano de 2016 e o contexto político brasileiro reacenderam as discussões em torno do papel da EBC e da TV Brasil para a comunicação pública do País. Em sua opinião, a instituição EBC está preparada para assegurar a manutenção dos seus princípios e objetivos como política de Estado?

A perseguição e a necessidade de restringir o funcionamento da EBC promovidos pelo atual governo são uma afronta à democracia, na medida em que se trata de uma instituição que responde aos princípios da comunicação pública, da pluralidade e da autonomia em relação ao Estado. Se o governo a controla, ela perde sua autonomia e é remodelada para ser mais um órgão de comunicação governamental e não de comunicação pública no sentido normativo da interação e participação da sociedade. Quanto mais forem cumpridas as pautas do governo, maior a produção de publicidade para este governo. Essa vinculação é bastante grave, porque sobrepõe interesses governamentais, partidários e pessoais aos interesses públicos. É bastante incompreensível o investimento dirigido a mudanças político-administrativas na EBC com tantos problemas nacionais de várias ordens. Isto pode ser indicador da potência do sistema público, da sua qualidade. Pode ser que o próprio mercado sinta-se incomodado.

A democracia brasileira necessita da EBC e de todas as instituições de comunicação pública que funcionam como espaço da pluralidade, da diversidade geográfica, cultural

e da cidadania. Nesse sentido, deve receber investimentos do Estado para garantir a sua autonomia, assim como deve ser avaliada continuamente por conselhos (como os existentes), que são constituídos por representantes da sociedade plural e do Estado. O problema é o desrespeito à legislação e à importância que a comunicação pública tem. Assim, na medida em que os governos entendem que estas mídias lhes pertencem, que devem ser orientadas pela propaganda, vão tratá-la como secretaria de governo. Como tal, interferem no seu funcionamento, na designação de dirigentes (como a ação do recém-empossado vice-presidente Temer em relação à EBC) ou quando propõem a extinção de emissoras para economizar recursos (caso da Fundação Piratini, que engloba a FM Cultura e a TV Educativa no Estado do Rio Grande do Sul)²⁰. O sistema público de comunicação é uma instância privilegiada de produção de informações de qualidade social, mais do que mercadológica.

| Considerações finais.

Existem quatro desafios principais para a televisão pública, se assim for respeitada. O primeiro diz respeito à manutenção de investimentos técnico-financeiros que a sustentem, via Estado e publicidade estatal. O segundo é o exercício da sua autonomia e liberdade na eleição, abordagem e difusão de conteúdos. O terceiro é o investimento na qualidade técnica da sua produção e qualificação profissional. Por último, está o desafio de não compartilhar a armadilha conceitual da audiência comparada. A televisão pública no Brasil pode ocupar esse lugar de ampliar o conhecimento, oferecer novas informações e estéticas e, conseqüentemente, constituir sua própria audiência. Defender a radiodifusão pública é defender a cidadania; é entender o espaço de debate privilegiado para a democracia brasileira; é investir na capacidade de produção de conteúdos sobre a diferença e grandiosidade da cultura brasileira, das linguagens, paisagens e do povo brasileiro. O assédio que a radiodifusão pública vem sofrendo é indicador da gravidade do momento político brasileiro.

²⁰ O governador do Estado do Rio Grande do Sul enviou, em 22/11/2016, para apreciação da Assembleia Legislativa, um projeto de lei que prevê a extinção de nove fundações, com a conseqüente demissão de mais de mil servidores concursados. Dentre as fundações, encontra-se a Fundação Piratini.

“O maior problema é que o debate sobre a TV pública não chegou na sociedade, não é um problema para a nossa sociedade”

MARIA REGINA DE PAULA MOTA

Gésio Tássio da Silva Passos¹

Maria Regina de Paula Mota, ou apenas Regina Mota, é professora aposentada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisadora estuda o tema da comunicação pública no Brasil há mais de 20 anos. Defendeu ainda 1992 sua dissertação "TV Pública: Educação e Cidadania no Ar" na Faculdade de Educação da UFMG. Regina desenvolveu suas pesquisas também em torno da estética audiovisual, além de debater temas relacionados a digitalização e convergência da TV. É autora do livro "A Épica Eletrônica de Glauber - um estudo sobre cinema e televisão", resultado da tese de doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (1998) e de artigos sobre políticas públicas para os meios eletrônicos e digitais no Brasil.

|Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A televisão pública tem que representar o interesse que não está sendo atendido pelos canais privados. Como já escrevi em alguns artigos, a dimensão pública da TV não deve ser a de exclusão e sim de inclusão de interesses. Então é preciso pautar a TV pública a partir da inclusão dos interesses que estão fora da televisão. O importante é ela se tornar um serviço essencial para a população. Entre eles estaria o serviço de entretenimento, o de programação, mas o mais importante é ela está a serviço da sociedade. Porque é muito caro colocar uma emissora no ar. E é algum inaceitável você usar recurso do Estado para fazer uma televisão oficial, chapa branca. Seria preciso ainda uma política de meios eletrônicos que, na minha visão, teria um papel de potencializar as políticas públicas. Pensar como uma política pública de comunicação pode potencializar uma política pública de saúde, de educação, de segurança, de meio ambiente, etc. Ou seja, ela virar o pão, virar a necessidade básica das pessoas.

|Quais as fragilidades da televisão pública?

O maior problema é que o debate sobre a TV pública não chegou à sociedade, não é um problema para a nossa sociedade. Esse para mim é o maior entrave, não há uma compreensão por parte do cidadão brasileiro da importância da TV pública, de perceber que isso é parte do seu direito. E é fundamental que ele participe deste

debate para deliberar sobre a questão. A democracia se faz principalmente da deliberação. Você escolhe o que você quer e o que não quer. Este debate não chegou a ele, não foi proposto para a sociedade. A discussão se limitou apenas às classes interessadas, jornalistas, produtores, acadêmicos, emissoras, mas não chegou na sociedade. E uma política pública de comunicação é tão importante para um professor quanto uma política pública de saúde é importante para um jornalista. E o lugar onde isso tinha que ter sido feito, estimulado, como forma constante, seria na própria televisão. A TV poderia ter provocado este debate de maneira interessante, criativa, que estimulasse as pessoas a se manifestarem, usando inclusive a tecnologia para se fazer isso.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Temos que enfrentar a questão que é o Estado o grande anunciante das emissoras privadas, que já é um absurdo. E o governo paga um absurdo de anúncios para as emissoras sem nenhuma necessidade, Governo não tem que fazer propaganda, ele tem que governar. Tem que fazer um bom governo e informar o cidadão. E para informar o cidadão ele tem milhares de meios para fazer isso. E frente a isso, uma parte dos recursos para as emissoras públicas deveria vir da exploração da TV privada. Isso ninguém nunca vai querer fazer na vida, que é taxar a publicidade comercial. A ampliação dos fundos, inclusive do FUST (Fundo de Serviços de Universalização das Telecomunicações) deveria ser usado também para as mídias eletrônicas de forma em geral.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Ao se pensar uma dimensão pública da televisão, tem-se que apontar que ela não pode estar sujeita aos interesses imediatos dos governos estaduais ou federais e nem aos interesses exclusivamente comerciais. Mas no Brasil, não apenas para a televisão, mas para qualquer outro setor da sociedade, o termo público nos remete a ação do Estado para os pobres, como a educação pública, a saúde pública ou o transporte público. Esta é uma real dificuldade para pensarmos a dimensão pública como aquela que trata do que é comum a todos, portanto aquilo que tem interesse para a sociedade, que é o seu destinatário e seu fundamento. Porque a questão do público só se define se a sociedade estiver envolvida. E aí vem um segundo problema: ou o público é para pobre ou público é sinônimo de estatal, que não é. Nós temos uma carência enorme de pensarmos o que nos é comum, que temos que defender como sendo algo que nos é próprio a todos. A garantia desta dimensão pública da televisão passa essencialmente por sua relação com a própria sociedade, através de seu controle público. Que parece que ninguém pode falar isso no país, que o controle público é um grande palavrão, que a mídia vende como censura, como ameaça à liberdade de expressão, essa conversa fiada toda.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

O que as emissoras públicas querem virar é emissoras privadas, esse que é o problema, invés de fixar no ponto que é essencial que é a inclusão de interesses. Voltando a questão que já aponte, mas as pessoas não consigam entender. A TV pública no Brasil só tem sentido se ela for um serviço. É isso que justifica a existência dela. Ou ela é um

serviço público, ou não faz sentido existir. Eu acho que se tem que estimular, didatizar, o interesse da sociedade na comunicação pública, mostrar que isso é o interesse dela, mesmo ela não sabendo. Quanta coisa a população não sabe que é seu direito no país. E um ponto que não conseguimos evoluir que é a regulação da mídia. Não temos uma regulação que minimamente entenda o problema da comunicação. Quando você discute a regulação você coloca o problema para a sociedade. Mas sabemos que nenhum dirigente quer mexer com isso. E vivemos um problema de uma mídia muito autoritária, totalmente bancada pelo poder público, que torna o debate muito mais complexo.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

É preciso uma ideia de programação horizontalizada, que a tecnologia já permite isso. Em vez de você ter um centro produtor de programação e depois só disseminar, distribuir, você tem a possibilidade de criar programações horizontais. Acho que só tem sentido você manter hoje televisões no ar com essa natureza, se você apostar nisso. Uso como metáfora o futebol, porque não tem coisa mais maravilhosa que um jogo ao vivo, que você não sabe o que vai acontecer, qual será o resultado. Não tem narrativa mais dramática que um jogo. E é isso que tem que estar na programação das emissoras, o que traz interesse, o improvável, o inesperado. Isso faz sentido quando se coloca três cidades ao vivo, em um evento interessante, uma coisa que a tecnologia permite, descentralizada.

Essa horizontalidade é que conectaria a diversidade dos pontos de vista e garantiria ainda a diferença do lugar do qual cada um olha, entende e expressa o mundo comum. Caberia um esforço para que as televisões públicas tivessem uma espécie de rede colaborativa de produção e programação e não esse modelo autoritário das cabeças de rede.

Em 2008, desenhei um projeto para o governo de Minas, dentro de uma própria política do Estado, que usaria todos os tipos de centros instalados, telecentros, escolas, emissoras, e transformavam aquilo tudo em centro de produção. Tudo a partir da otimização de aparelhos que já estavam instalados nestes espaços, sendo parte de uma estrutura de produção. Tudo isso é muito mal utilizado, mas já existe uma estrutura conectada que seria preciso estar viva. E este seria o papel de uma política de comunicação pública, mas dependeria muito do interesse do poder local para viabilizar esta rede, que não ocorreu.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Só faz sentido existir uma televisão se ele tiver audiência, seja ela privada ou pública. A televisão pública acabou tendo relevância e audiência maior no segmento infantil. Isso porque a programação infantil privada é deletéria, horrorosa. Foi aí que se conseguiu avançar, inclusive com produção própria nessas emissoras. As melhores coisas feitas para a criança são da TV pública, foi aí que se achou um nicho, onde ela pode criar essa diferença. Mas você há de convir que não se pode ter uma televisão pública apenas para as crianças, aí você tem a TV Escola, que é outra coisa.

Mas tem outra questão que é básica. Há pouco tempo tinha emissoras com acesso muito restrito. Se a TV pública quer ser alguma coisa para alguém, ela tem que chegar as pessoas, de maneira segura, com pesquisa para saber que está chegando. E um país

do tamanho do Brasil, você tem que saber que você tem uma TV pública que chegue às pessoas para valer. Esta é uma questão estrutural, da construção da própria rede, de repetidoras. E não adianta você ter a melhor programação do mundo, incrível, super bem feita, bem pensada, que não chega a ninguém. Ou então chega a meia dúzia de pessoas que já têm mil alternativas como a TV a cabo e a internet.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Olha, vou ser sincera. Eu sempre dou uma passada, até por ser meu objeto. A TV Cultura era a que mais assistia, mas hoje acho a programação insuportável, não consigo assistir. A Rede Minas piorou demais, em minha opinião, houve uma queda muito grande.

Ao longo da história tiveram vários programas de destaque. Adorava o programa “Ensaio” e o “Provocações”, da TV Cultura. Era um formato legal, muito autoral. Tem muito disso, quando se vê um programa deste tipo, dessa natureza, eles costumam ser muito autorais, e às vezes não resistem. E coincidentemente, o Fernando Faro e Antônio Abujamra (criadores dos programas, respectivamente) já faleceram.

| Como avalia as mudanças no consumo do audiovisual e as perspectivas para a TV pública?

Falava com meus alunos. A TV como a gente ver hoje é como uma estrela que já se explodiu há muitos anos e continuamos a ver a luz dela. Porque conceitualmente a TV não existe mais, mas a luz dela está brilhando, ela está viajando no espaço. E enquanto estiver viajando, enquanto estiver dando grana, vendendo publicidade, ela vai se manter. Não tem mais sentido você ter uma programação baseada no tempo, se tudo já foi para o espaço. Se você pode acessar o conteúdo a qualquer momento, não faz sentido obrigar a assistir uma coisa a cada 12 horas, 1 hora, programado. Só que nos ainda temos um modo de consumo que ainda faz sentido este tipo de veiculação e isso que garante a publicidade. Mas tudo tende a virar alguma coisa individualizada, sob demanda, com publicidade embutida. Mas enquanto existir um parque instalado e hábitos estruturais de consumo, a TV aberta vai se manter. Mas ainda faz sentido você ter televisão aberta porque é ela que chega à verdade em tudo quanto é lugar, já que o acesso à rede ainda é muito caro e limitado.

| Qual sua percepção sobre a criação da Empresa Mineira de Comunicação (EMC), que resultou da fusão da Fundação TV Minas com a Rádio Inconfidência (ambos vinculados ao Governo de Minas Gerais)?

Eu até fui chamada algumas vezes para falar sobre isso. Eu não sei de onde partiu esse projeto. Eu não consegui informações sobre de onde veio esta ideia. Eu acho que pegar o modelo da EBC e transpor ele para Minas não é o suficiente. Existem muitas pessoas contra, inclusive os funcionários. Foi mais uma vez uma coisa feita de forma autoritária, sem a sociedade se apropriar. Para se criar um ambiente propício para um avanço, é preciso que todo mundo participe das discussões. E nada disso foi feito. Alguém pegou o modelo da EBC e copiou. Porque a gente vive copiando. Outro problema do Brasil é que não sabemos criar, a gente só sabe copiar. A gente acha que o outro, o do outro, é sempre melhor. E tinha mil maneiras de se pensar um modelo para a comunicação eletrônica em Minas.

“A TV pública deve ser entendida como televisão do público e para o público e não estar condicionada aos ditames do Estado.”

MARIALVA CARLOS BARBOSA

Fabíola Orlando Calazans Machado

Marialva Carlos Barbosa é professora titular de jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora titular de jornalismo aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Comunicação pela UFF, possui mestrado e doutorado em História pela mesma universidade e pós-doutorado em Comunicação pelo LAIOS-CNRS, Paris-França. Escolhida para compor este livro devido à relevância de sua vida intelectual e acadêmica, Barbosa possui uma trajetória de mais de trinta anos dedicados à docência e às pesquisas sobre história da comunicação e imprensa. É uma das mulheres pioneiras no Brasil a desenvolver pesquisas acerca do campo comunicacional. Em 2008, ganhou o prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação, categoria maturidade acadêmica, outorgado pela Intercom.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A importância é fundamental, já que possibilita a participação democrática de todos os segmentos da sociedade. Com a TV pública poder-se-ia desenvolver um viés educativo nas emissões televisivas e a discussão de questões fundamentais para a ampliação da cidadania entre a população.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

A gestão. Se não houver o cuidado com a escolha de gestores, pode ser a derrocada da TV Pública. Outra fragilidade é a excessiva dependência do Estado em todos os níveis.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Deve prover seu sustento a partir da participação popular. Atrelar financeiramente a TV Pública ao mercado econômico é um perigo. Por outro lado, a dependência excessiva do fomento da sociedade política também traz problemas fundamentais.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Deve manter um nível de independência fundamental para a construção de conteúdos que sirvam ao público. A TV pública deve ser entendida como televisão do público e

para o público e não estar condicionada aos ditames do Estado. Não é pública porque pertence ao Estado, entendido como sociedade política, mas é pública porque pertence ao público.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

De inúmeras formas. Desde a produção de conteúdo que divulgue valores democráticos e de inclusão social até a produção de conteúdo educativo de maneira abrangente. No que diz respeito ao jornalismo, pode se caracterizar pela divulgação de fatos e informações relevantes sem cunho partidário, promovendo o diálogo com a sociedade de maneira geral. Se o primado for a independência, teremos com a TV Pública a possibilidade de discutir temas prioritários para o desenvolvimento social, para a construção de um processo cidadão junto à população, pelo primado dos valores democráticos.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Acho que o modelo da BBC de Londres um belo exemplo. Mas como não somos o Reino Unido, a programação deve levar em conta nossa realidade social e as disparidades regionais. Um bom exemplo seria a valorização das temáticas locais, dos problemas sociais das regiões, das questões históricas cadentes de cada lugar. Poderia ser um misto de informação, educação cidadã e programas voltados à promoção da cidadania. Divulgar valores democráticos, ensinar a pensar e a produzir conhecimento poderia ser também um bom caminho.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A questão da audiência é bem mais complexa. Claro que um meio de comunicação não se firma, nem se consolida com uma importância real e simbólica se não tiver audiência. O desafio da TV Pública é, portanto, também a conquista do público, para que seja de fato uma TV pública, isto é, pertencente ao público. Nesse sentido, a audiência conquistada pela importância do conteúdo de sua programação no sentido de através desse conteúdo conquistar o público é muito importante. Mas isso deve ser uma conquista que virá quase que naturalmente quando o seu conteúdo, de fato, falar de perto aos anseios do público no que diz respeito aos seus direitos mais fundamentais.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Não assisto.

| A televisão pública ainda é investigada de forma tímida nos estudos sobre comunicação no Brasil e é um tema pouco abordado nos cursos de graduação dessa área. De que forma a falta de espaço – não só no ambiente acadêmico – para a reflexão sobre a televisão pública pode influenciar o silenciamento de políticas que sustentem a televisão pública?

Acho que o debate nas universidades em torno das questões relativas à Televisão Pública deveria ser muito maior. Caberia à própria universidade desenvolver um modelo de TV Pública brasileira, tendo em conta a produção crítica sobre televisão que é produzida no âmbito dos cursos de comunicação. Seria um bom laboratório para a

definição dos parâmetros de conteúdo, das políticas que deveriam nortear o desenvolvimento e a implantação de uma TV Pública com amplo espectro de penetração a nível nacional.

|A partir da sua experiência de mais de trinta anos como pesquisadora e professora da Comunicação, como você avalia o papel dos processos históricos da comunicação e da imprensa nacional para a constituição da televisão pública brasileira?

Talvez a compreensão dos processos históricos da comunicação e da imprensa seja fundamental para a reflexão sobre os enigmas do passado que podem ter relação com o momento presente. Compreender a historicidade desses processos poderia ser um bom exercício para a sedimentação de um conceito cidadão de TV Pública no Brasil.

“A televisão pública precisa dialogar com a sociedade e com suas diferentes expressões e tendências, para poder compreendê-las e estabelecer com elas uma relação de respeito e escuta”.

MARTÍN BECERRA

Gláucia da Silva Mendes Moraes

Especialista em sistemas de mídia da América Latina, Martín Alfredo Becerra é pesquisador independente do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet) e professor titular da Universidade Nacional de Quilmes e da Universidade de Buenos Aires, na Argentina. Mestre e doutor em Ciências da Informação pela Universidade Autônoma de Barcelona, é autor de várias publicações, individuais e coletivas, que fornecem um amplo panorama dos processos de concentração midiática do continente e das políticas de comunicação implementadas com o propósito de revertê-los. Dentre elas, destaca-se o livro “Caixas mágicas: o renascimento da TV pública na América Latina”, publicado em 2013, em parceria com Ángel García Castillejo, Óscar Santamaría y Luis Arroyo.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A televisão pública é muito importante em um cenário no qual os meios de comunicação privados mercantilizam a informação e o entretenimento. A comunicação pública, seja ela realizada por um canal de televisão, por uma emissora de rádio ou por outro veículo, é a única voz potente para atender o interesse público, que vai muito além do interesse mercantil. É compreensível que os meios de comunicação privados visem a mercantilização, mas o espaço público precisa de vozes plurais.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

Há duas fragilidades principais. A primeira é externa à televisão pública e muito marcante na América Latina: a forte mercantilização da comunicação. Em um cenário como esse, é uma tarefa pedagógica árdua instituir outra lógica que não seja a mercantil. Os meios de comunicação públicos precisam seguir em outra direção, mas essa é uma tarefa titânica.

A segunda fragilidade é a dependência governamental. Especialmente na América Latina, a televisão pública tem uma dependência muito forte em relação ao governo, tanto no nível político quanto no econômico.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

A televisão pública é parte do Estado e, como consequência, tem que dialogar com o resto das instituições do Estado. Com o governo, deve manter relações de autonomia funcional e orçamentária. A governamentalização dos meios públicos não só contradiz a normativa do setor, como também oferece um cenário de instabilidade na linha editorial quando existe alternância no exercício do poder político, podendo deslegitimar a emissora perante a sociedade que a sustenta com seus recursos.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Pode se sustentar com fundos específicos do erário público (uma porcentagem do imposto ou taxa que os meios privados pagam pela exploração do espectro radioelétrico), com fundos alocados pelo Congresso ou pelo Poder Executivo. Neste último caso, é importante que os recursos não sejam correspondentes apenas ao exercício anual, mas que estejam garantidos como porcentagem de investimento na cultura a longo prazo. A televisão pública também pode vender publicidade, com as restrições óbvias de não promover condutas lesivas à saúde e ao bem-estar da população.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Pode fazê-lo de diversas maneiras: através de defensorias ou espaços de representação da sociedade na direção do veículo, em seus órgãos de gestão, em espaços consultivos periódicos e em convocatórias específicas segundo temas de interesse relevante.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A diversidade da programação da televisão pública é essencial, pois é parte de sua função social estimular a diversidade social, geográfica, cultural, econômica, política. Para isso, é preciso, como dito anteriormente, dialogar com a sociedade e com suas diferentes expressões e tendências, para poder compreendê-las e estabelecer com elas uma relação de respeito e escuta.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A televisão pública não pode ser guiada pela lógica do *rating*, tampouco pode estar de costas para a sociedade. Uma televisão pública sem público é um contrassenso. Por isso, ela deve desenvolver suas próprias estratégias de medição de relevância, o que inclui, mas não se esgota na noção de audiência.

| Quais são as principais oportunidades e desafios da migração digital para a televisão pública?

Em princípio, os meios públicos poderiam incluir uma maior quantidade de sinais (por exemplo, temáticos, culturais e educativos) no mesmo espaço que hoje ocupa uma só emissora, atendendo, assim, necessidades de informação e entretenimento da população que nem sempre são contempladas por um meio de comunicação de tipo

generalista. Ao mesmo tempo, a digitalização abre oportunidades de participação e interpelação mais específicas de grupos sociais diversos. Obviamente, o desafio é sustentar e incrementar a qualidade em múltiplos suportes e propostas de programação, o que implica destinar um orçamento maior para o setor.

| Qual o atual panorama da televisão pública na América Latina?

Na última década, vários países latino-americanos redescobriram a importância dos meios públicos, paradoxalmente em experiências que se distanciam das definições ideais e que potencializam a função política e, em particular, enfatizam a linha editorial governamental dessas emissoras. Em correspondência com uma mudança no modo de intervenção estatal na regulação da mídia, assiste-se a um investimento tecnológico e em melhorias na produção de conteúdos das emissoras públicas (ficção, esportes e segmento infantil, por exemplo). Contudo, no segmento informativo e político, observa-se uma marcada orientação oficialista, que confronta o trabalho de promoção do pluralismo que a teoria dos meios públicos indica como um componente essencial. A recente reforma constitucional do México, que impulsiona meios de caráter público e alcance nacional (quando no país existem meios públicos em alguns dos principais centros urbanos), a Empresa Brasil de Comunicações (EBC) ou o Sinal Colômbia, assim como as tentativas que se realizam no Uruguai para reconverter a emissora estatal em pública e a lei sancionada pelo Congresso uruguaio em dezembro de 2014, são exemplos interessantes de uma tendência na qual não só os governos (Poder Executivo) têm voz, mas também outros poderes estatais, como é o caso das emissoras do Poder Legislativo (TV Senado no Brasil ou Argentina) ou do Poder Judicial.

| Qual é a situação na Argentina?

A Lei de Serviços de Comunicação Audiovisuais, sancionada na Argentina em 2009, foi um exemplo muito bom de regulação inclusiva, mas houve uma falta de compromisso do governo - de Cristina Fernández de Kirchner – em sua implementação adequada. Isso pode ser observado claramente na gestão dos meios de comunicação do Estado argentino, que foram operados pelo governo com intransigência em relação às posições diferentes das do então oficialismo, erodindo a diversidade e o pluralismo internos aos meios. Portanto, as melhorias que a lei introduziu no nível normativo, no caso dos meios do Estado, não se concretizaram na prática, ainda que tenham ocorrido avanços nos casos dos sinais temáticos de televisão cultural (Encuentro) ou educativa (Paka-Paka), com produções de qualidade que procuraram descentralizar a tela.

| As mudanças políticas em curso na Argentina e na América Latina, nos últimos anos, impactam o sistema de televisão pública da região? Como?

Há uma espécie de retrocesso nas posições que, ao menos no nível discursivo e, em alguns países, no nível normativo, postulavam a necessidade de democratização e maior inclusão social no sistema de mídia. Também há uma restauração de valores conservadores e mercantilistas nas políticas públicas. Isso tem a ver com o marco político mais geral, mas nos obriga a revisar o que se fez e como se fez em matéria de políticas públicas de comunicação nos países que empreenderam reformas, como é o caso argentino. Sou crítico à implementação dessas políticas e creio que, para

compreender a situação atual, é preciso reconhecer erros e contradições da situação passada.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Assisto à televisão estatal na Argentina, por exemplo, os telejornais e alguns programas de política nacional (como “La Quinta Pata”) ou internacional (“Notícias Internacional”). Ao contrário das gestões kirchneristas, fica evidente que, agora com o governo de Mauricio Macri, a decisão editorial é mais ampla em termos ideológicos, mas ao custo de se ter desistido da luta pelo interesse público em toda a programação, razão pela qual o acesso e a audiência caíram acentuadamente na televisão do Estado na Argentina.

“Uma tevê pública totalmente gerida por ‘profissionais’ da área apenas repete o vezo burocrático da televisão comercial.”

MUNIZ SODRÉ

Zilda Martins

Em conhecida obra sobre a função e linguagem da televisão no Brasil, Muniz Sodré observa que a televisão já nasce comprometida com o mercado. Afirma que seu surgimento não é resultado de demandas da comunicação social, mas a forma das relações sociais a que a tevê induz pode ser uma possibilidade de conceito do veículo. E a televisão pública, qual a importância política para a sociedade? Nessa entrevista, Sodré critica a relação entre tevê pública e a excessiva aproximação com o Estado e com os governos. Reforça a utopia de uma tevê, de fato, pública e para o público. Autor de cerca de 40 livros, o pensador atua como teórico nas áreas de comunicação e cultura. É sociólogo, jornalista, escritor e professor de universidades no Brasil e no exterior (Europa e Américas como convidado). Também foi diretor da TVE e presidente da Fundação Biblioteca Nacional.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Nesta pergunta está implícita a questão do que significa propriamente “público” e também a ideia de televisão como dispositivo jornalístico capaz de assegurar, como virtude liberal, a expressão pública de verdades. Essa virtude, decorrente do preceito das liberdades civis instituídas pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, resulta da definição e do empenho de liberais, a exemplo de Benjamin Constant, para quem a única de todas as liberdades que não pode ser suspensa é a de imprensa, por funcionar como uma efetiva condição das outras. Foi assim que a imprensa livre pôde ser reconhecida como obra do espírito objetivo moderno e, deste modo, constituir um pano de fundo ético-político que tornaria escandaloso para a consciência liberal, em qualquer parte do mundo, o fenômeno do jornalismo sensacionalista ou tornaria condenável pela consciência moral do jornalista o falseamento ou o encobrimento da verdade factual. A proposta histórica do jornalismo seria a de afinar-se eticamente (logo, com virtudes públicas) com a causa da verdade ou com ideais coletivos, tais como a visibilidade das decisões de Estado, o estabelecimento da verdade sobre

questões essenciais para a coletividade, a informação isenta sobre a vida cotidiana, a livre manifestação de pensamento etc. É isto precisamente o que Kant chamava de “publicidade” e que conviria hoje melhor designarmos como “publicismo”. Entretanto, na medida em que a imprensa foi agigantando o seu poder como ator social, tornando-se “mídia” (uma forma de vida articulada com mercado e tecnologias da informação) num contexto de esvaziamento do liberalismo clássico, foi-se ampliando tecnologicamente o espaço público tradicional, mas se tornando fraca a velha exigência ética de livre manifestação da subjetividade civil, assim como o papel de “educador público” que os liberais atribuem à televisão. É preciso acreditar nisso para afirmar a importância de uma televisão pública e não simplesmente um dispositivo presente no espaço público.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

A principal fragilidade de uma televisão que se diga pública consiste em sua excessiva proximidade com o Estado e, logicamente, com os governos que assumem temporariamente o controle dos aparatos de Estado. Veja-se o caso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a deriva institucional de rádios e canal de tevê existentes como tais desde o regime militar, inicialmente sob a égide do Ministério da Educação, depois Secretaria de Comunicação e, mais recentemente (desde setembro de 2016), sob a dependência da Casa Civil, segundo um decreto publicado pelo governo federal. Vivemos tempos de retrocessos. Esse foi apenas mais um: os diretores da EBC são nomeados ou exonerados pelo presidente da República. Se isso é péssimo num governo como o atual, era também ruim na era Lula-Dilma, que, mesmo outorgando mandato ao presidente da empresa, concebia tevê pública como tevê de governo. Uma tristeza.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

O fato de se fazer crítica à proximidade da tevê pública com governos não quer dizer que ela deva se subtrair por inteiro à esfera do Estado. O Estado tem obrigações para com a sociedade civil que teoricamente ultrapassam a efemeridade dos governos. André Gorz, em sua reflexão sobre conhecimento, valor e capital, discorre sobre a reivindicação de uma “renda de existência”, proveniente do Estado e dirigida ao “trabalho total” da pessoa à margem da ação do capital. Ele sustenta que “a renda de existência deverá facilitar o desenvolvimento pleno e incondicional das pessoas além do que é funcionalmente útil à produção”. E mais “São as capacidades que excedem toda funcionalidade produtiva, é a cultura que não serve para nada que torna uma sociedade capaz de cotejar questões sobre as mudanças que se operam nela, capaz de imprimir um sentido em si mesma”. A tevê pública deveria orientar-se nessa direção (em vez de buscar a produtividade numérica das audiências), ou seja, na direção da criatividade e do saber que não se deixa instrumentalizar pelo capital. O sustento procede, portanto, do próprio Estado, embora isso não se consiga sem luta civil contra governos que, aliás, não param de aumentar os gastos com publicidade estatal, cooptando organizações de mídia e tentando controlar a liberdade de expressão.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

Para mim, o relacionamento da televisão pública com o Estado consistiria no trabalho de fortalecimento das instituições sociais (escola, família etc.) em face do seu solapamento contínuo por parte de organizações comprometidas com indústria e finanças. A mídia comercial é organizativa, por exemplo, e não institucional. Em outras palavras, a tevê pública deveria propor-se a contrabalançar o peso excessivo do discurso organizacional da mídia empresarial (que se apropria comercialmente da imaginação coletiva), favorecendo a criatividade das linguagens institucionais. Isso é utópico, poderão dizer, e eu vou concordar, acrescentando: “Uma utopia ativa, sim”.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Em termos práticos ou institucionais, o diálogo com a sociedade deveria desenvolver-se por mediações realmente representativas da diversidade dos segmentos sociais. Trata-se de tornar operativos os conselhos, que em geral não passam de simulacros burocráticos de participação. Evidentemente, isso depende de uma articulação de movimentos sociais conscientes do imperativo de defesa dos seus bens comuns naturais e culturais. Em outras palavras, uma tevê pública totalmente gerida por “profissionais” da área apenas repete o vezo burocrático da televisão comercial.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A “grade” televisiva deveria ser um conjunto de táticas correspondentes a estratégias culturais pensadas em conjunto com lideranças políticas e sociais, universidades e representações da diversidade. Não pode ser definida de antemão.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Num espaço informacional estruturado ao redor da atenção como mercadoria cada vez mais valorizada e disputada, a audiência é importante. Mas a posição da tevê pública deveria ser radicalmente diferente da lógica do “sempre mais rápido”, que é a estratégia de adulação e captação de olhares por parte da tevê comercial. O compromisso com programas de estímulo à reflexão e ao debate leva à priorização do tempo estendido e durável, necessário à imersão ponderada da consciência do ouvinte/espectador. Neste sentido, é preciso fazer distinções entre públicos e audiências, pois os jornalistas são apenas uma das várias categorias de atores mobilizados para determinar os fatos e transformá-los em acontecimento de mídia. Assim como eles e suas audiências, existe primeiramente um “público”, que pode ser considerado uma “ideosfera”, onde os indivíduos que estão particularmente ligados naquilo que se torna visível na cena de um espaço público acabam tomando posição numa causa pública. Mas público não é o mesmo que audiência: o público é constituído por um sujeito coletivo e pode diversificar-se em torno de experiências diferentes. Há, portanto, muitos públicos diferentes. Um público de duas centenas de jovens reunidos em torno de uma programação de difusão científica é bem diferente de uma audiência de milhões em torno de mero entretenimento.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Normalmente, sou refratário à programação televisiva comercial. Mas costumava assistir o programa “Roda Viva”, da TV-Cultura e assisto, às vezes, a programação da TV-Brasil.

|Em sua obra “O Monopólio da Fala”, você observa que a televisão não surgiu de nenhuma demanda específica da comunicação social, mas para atender o mercado. E a televisão pública, como situar historicamente no contexto ideológico de poder, de Estado e de sociedade?

É verdade que a televisão surgiu como desenvolvimento de uma técnica com que já se especulava desde a primeira década do século XX. Uma vez dominada a técnica, procurou-se responder à pergunta sobre o que fazer com ela. E as primeiras programações tinham conteúdo aleatório, algo parecido ao saber pré-cognitivo característico do mundo cotidiano em que estamos mergulhados. Mas então o mercado deu-se conta das possibilidades comerciais dessa tecnologia e começou a apropriar-se do que podia. Podia e pode quase tudo. Uma tevê pública talvez deva articular-se ao redor desse “quase”, que tem a ver com a linguagem do mundo social vivido para além das finalidades estritas do comércio e do preço. O que nos diz Kant? Aquilo que não tem preço é o fim em si mesmo, é a dignidade, matéria da ética. Uma tevê pública não tem de ser “educativa” na estrita acepção do termo, mas tem de perseguir uma ética social imediata no interior do espaço virtual em que hoje nos movemos.

|Em outro trecho do livro, você afirma que a televisão é decididamente despolitizante. Em sua opinião, a televisão pública poderia ser uma alternativa para a conscientização da importância da cidadania? Por que e como?

Na verdade, esse diagnóstico de despolitização vale para a generalidade da imprensa escrita e televisiva, em que desaparece progressivamente a mediação. Na prática, a pauta jornalística é a repetição mecânica das pautas de outros jornais ou de outros meios de expressão, como se o jornalista publicasse para ser lido por seu próprio ambiente profissional. Vejamos a televisão: ela fala dela e para ela, como observou certa vez Umberto Eco. Ou, então, como diz Michel Maffesoli: “Os jornalistas falam uns com os outros, uns dos outros, sem se preocupar com aqueles a quem deveriam se dirigir”. Em resumo: “Os grandes princípios que constituíam a base da modernidade, contrato social, democracia, cidadania, Estado, Nação, identidade individual não entram mais em sintonia com o esquema da época e são, então, deslumbramentos, palavras vazias que só tranquilizam os que as pronunciam”.

|Diante de uma sociedade cujos meios de comunicação hegemônica atuam em parceria com o poder estabelecido, como vislumbrar uma condição de possibilidade de emancipação política dos mídias? Isso é possível?

Não vejo como, e ao mesmo tempo a realidade tecnológica transforma o solo social em que essa expressão “emancipação política”, entendida como o triunfo de ideias novas, teria algum sentido. As chamadas redes sociais constituem o exemplo mais palpável desse novo estado de coisas. Não se trata mais do velho embate democrático de opiniões num espaço público liberalmente modelado, mas de sensações e emoções

esvaziadas de qualquer lastro argumentativo. Como justifica um pensador da direita europeia, “apenas alguém milagrosamente inocente em relação à História poderia acreditar que a competição entre ideias possa resultar no triunfo da verdade. Certamente, as ideias competem umas com as outras, mas os vencedores são aqueles que têm o poder e a loucura humana ao seu lado”. É possível pensar a partir de diagnósticos desse tipo numa “democracia de emoções”, uma vez que as opiniões estariam esvaziadas de seu poder retórico de convencimento. Daí poderiam surgir elementos para a modelagem de um novo tipo de jornalismo. Mas, por enquanto, tudo isso parece se ater àquilo que Umberto Eco chamou de “modelo do mau jornalismo”. Ou, então, a caixa de ressonância de boatos, de emoções exasperadas, de manifestações de ódio, de pequenos escândalos da vida privada — enfim, a matéria de que era feito o sensacionalismo do passado.

|Você foi diretor da TVE no início dos anos de 1980. Nesse meio tempo, surgiu a internet. O modelo adotado na sua gestão ainda é válido em 2016 ou teria que ser reinventado? Considerando sua experiência, o que você manteria hoje e o que mudaria para oferecer ao público uma programação mais atraente?

Sim, fui parte de um triunvirato que dirigiu a TV-E no início dos anos 80, após o falecimento de seu criador, Gilson Amado. Como eu já afirmei acima, muita coisa mudou de lá para cá, mas a segmentação e a diversificação atuais parecem encaminhar-se na direção de uma comunicação “cívica” ou comunitária: revistas mensais e semanais, programas diários de rádio e televisão, sites na internet, considerados como jornalismo factual, mais do que transmissores de acontecimentos. Creio haver lugar, portanto, para um novo tipo de tevê, capaz de contemplar a cidadania e exercer vigilância sobre o cumprimento dos direitos sociais (educação, saúde, habitação etc.) sem deixar de entreter.

|O jornalismo vive uma crise de informação pela opinião? Que alternativas a comunicação pode oferecer ao público diante do desenho do Brasil contemporâneo?

Hoje de manhã, numa coluna de jornal, li que um jornalista contesta a condição de “quarto poder” atribuída à imprensa, com o argumento: “A imprensa não é poder, é contrapoder”. Ou seja, em vez de armas e coerção, a imprensa brandiria a arma da crítica. Mas como ser criticamente honesto se não se faz a crítica da arma? A imprensa que conheço não faz, seus profissionais são refratários à autocrítica, e a mídia como tal não é nenhum contrapoder e sim a intelectualidade coletiva das classes dirigentes.

“A existência de um sistema público de televisão e de rádio é uma medida civilizatória fundamental.”

MURILO CÉSAR RAMOS

Ângela Carrato

Um dos mais destacados especialistas em Comunicação no Brasil e na América Latina, Murilo César Ramos, é também uma referência fundamental quando se trata de políticas e regulação de comunicações. Pesquisador Sênior do Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias de Comunicações (CCOM) e do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), na Universidade de Brasília (UnB), ele é Professor Visitante da Universidad de la Republica (Udelar), Uruguai. Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade de Missouri-Columbia (EUA), tem pós-doutoramento na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi pesquisador visitante no Columbia Institute for Tele-Information, da Universidade de Columbia, em Nova York. Professor aposentado da Faculdade de Comunicação da UnB, integrou, de 2009 a 2015, o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

As instituições de comunicação, desde, por exemplo, os “sistemas de correspondência” que Jürgen Habermas identificou nos primórdios do capitalismo mercantil, aos jornais partidários do período revolucionário burguês, à ‘penny press’ que emerge na primeira revolução industrial, e inaugura a imprensa capitalista comercial, sempre foram, e são, elementos centrais aos avanços, e retrocessos, civilizatórios. Avanços, quando vanguarda da luta pelo direito à comunicação e expressão social, política e cultural; retrocessos quando, para retornar a Habermas, são colonizados pelo comercialismo e se descolam até mesmo da sua rica história, liberal, de luta por direitos civis e políticos. Dito isso, o que hoje entendemos por rádio e televisão públicos surgiram, no início século XX, como resposta à hegemonia que se espalhava pelo mundo capitalista das instituições de comunicação privada, comerciais, de fins lucrativos. Aquilo que até então tinha sido aceito sem muito questionamento, no caso de jornais e revistas, tornou-se um objeto de disputa quando do surgimento da tecnologia de transmissões de sinais de som e, em seguida, de sons e imagens, pelo espectro radioelétrico.

A força social, política, econômica e cultural que desde muito cedo se percebeu, primeiro no rádio, e depois, já potencializada, na televisão, levou a que, no continente europeu, sua exploração se desse a partir do Estado, na forma de um serviço público, não comercial, sem fins lucrativos, dotado de formas de financiamento que o protegessem de tentativas de controle pelos governos. A BBC britânica é até hoje o exemplo mais paradigmático desse processo, mas que encontra similares na Alemanha, França, nos países nórdicos, mais Áustria, Bélgica, como Portugal, Espanha e Itália. Cada caso uma experiência com singularidades nacionais, mas organizados na forma de prestação de serviço público.

Já na outra ponta do mundo capitalista desenvolvido, os Estados Unidos da América, a ideia de um serviço público de rádio e televisão, nascido do Estado, foi sobrepujada pelo modelo de exploração do espectro radioelétrico, mediante licença pelo governo, por particulares, com fins comerciais e lucrativos. A hegemonia desse modelo, porém, não se deu sem disputa. Universidades, fundações privadas sem fins lucrativos, educadores, sindicatos, defendiam a existência de um modelo de moldes europeus, que valorizassem mais que tudo o potencial cultural e educativo daqueles novos meios de comunicação eletrônica.

O paliativo que resultou dessa disputa, o que aconteceria também no Brasil, onde, tal como lá, prevaleceu o modelo privado-comercial, foi a reserva de frequências para a operação de emissoras educativas de rádio e televisão. Só que lá, diferentemente daqui, muito logo se constatou que o formato exclusivamente educativo não era próprio da televisão, e nem mesmo do rádio. Em 1965, uma entidade privada, a Carnegie Corporation, estabeleceu uma comissão de especialistas, a *Carnegie Commission*, que em 1967, publicou em forma de relatório os resultados do seu trabalho, intitulado *Public Television: a Program for Action*. Desse relatório, conforme recomendado, resultou a criação de uma empresa pública, a *Corporation for Public Broadcasting (CPB)*, com a finalidade de, por meio do orçamento federal e de aportes privados, estimular o desenvolvimento e a produção de programação educativa pelas emissoras já existentes. A CPB nasceu, pois para cumprir a função de recolher os recursos que a ela seriam destinados, porém não para produzir, mas para fomentar a produção de forma descentralizada.

Esse modelo seria complementado em 1970 com a fundação do *Public Broadcasting Service (PBS)*, organização de direito privado, que também não seria ela própria uma emissora de televisão, uma cabeça de rede, mas, sim, uma espécie de articuladora do que, em termos gerais, poderíamos definir como uma cooperativa formada pelas emissoras locais, educativas, não comerciais, sem fins de lucro. A função da PBS seria, como é, viabilizar o intercâmbio de programação entre as diversas emissoras e, respeitando a autonomia das emissoras locais, montar uma grade básica de programação para distribuição nacional.

Nesse momento, o modelo, que nascera só educativo, se transforma em um modelo cultural-educativo, mesclando, ao longo do dia, programas infantis e juvenis, com outros mais específicos, para, por exemplo, complementar a formação de docentes de ensino fundamental e médio. À noite, exibia-se um noticiário de alcance nacional, documentários, investigação jornalística, dramaturgia, não para competir diretamente com as televisões comerciais, mas para dar ao público uma alternativa de conteúdos

plurais, diversificados, não contaminados pelos interesses comerciais que, no geral, banalizavam, como banalizam, boa parte da programação da televisão comercial.

É minha convicção que esses dois modelos, o europeu, de serviço público, em sentido estrito, e o estadunidense, de serviço público, em sentido lato, esclarecem a pergunta sobre a importância da televisão pública, autônoma, não comercial, para as sociedades. Pois até mesmo onde ela não esteve presente na origem da prestação do serviço, os Estados Unidos, em pouco tempo forças da sociedade se agruparam para gerar uma alternativa que, acima de tudo, servisse como referência ética, desenvolvendo, produzindo e exibindo um tipo de programação livre dos excessos mercantis, quase que exclusivamente consumeristas, da televisão comercial. Essa ideia de referência ética é muito visível nos Estados Unidos, onde domina a televisão comercial, com o sistema PBS aparecendo em pesquisas de opinião como a instituição de comunicação mais confiável do país. Mais visível ainda essa referência ética é quando se contrasta sua programação infantil - Vila Sésamo é o exemplo mais claro - com a das televisões comerciais.

Em suma, a existência de um sistema público de televisão - e de rádio, como o atestam a *BBC Radio*, na Grã-Bretanha, e o *National Public Radio (NPR)*, nos Estados Unidos - é uma medida civilizatória fundamental. Sociedades onde não existe esse sistema apresentam, pelo menos no que diz respeito às instituições de comunicação, um déficit civilizatório significativo.

| Quais as fragilidades da televisão pública? A forma dela se sustentar seria uma delas? Indo além, como a TV Pública deve se sustentar?

São três questões. Vou juntá-las, por entender que elas são parte de uma mesma equação: a do financiamento dos sistemas de públicos, ou de serviço público, de televisão.

O financiamento da televisão pública, porque não comercial, é ao mesmo tempo a sua maior força e sua maior fragilidade.

Maior força porque seu descolamento dos interesses comerciais e consumeristas, que caracterizam o modelo privado-comercial, é que assegura a missão civilizatória que mencionei acima.

Maior fragilidade porque, não sendo o financiamento derivado do mercado, ele necessariamente dependerá, em maior ou menor medida, do Estado.

Neste caso, a fragilidade decorre, primeiro, do poder das instituições comerciais de comunicação sobre as narrativas, como a de convencer a sociedade de que os impostos, as taxas, as dotações orçamentárias destinadas à televisão pública nada mais são do que desperdícios de dinheiro, o que a onera sem nada lhe dar em troca. E decorre também do poder que os governos têm de, em controlando os orçamentos públicos, manipulá-los para, por meio dessa manipulação, ferir a autonomia editorial, de programação, que é elemento essencial para que a televisão pública responda às demandas de informação e cultura que lhe vêm da sociedade.

Volto a me valer dos dois casos paradigmáticos já mencionados: o da Grã-Bretanha, usado como referência principal do modelo europeu, e o dos Estados Unidos.

Na Grã-Bretanha, optou-se por cobrar uma taxa, que hoje é de 144,50 libras esterlinas ao ano, por aparelho de televisão no domicílio, como o pilar do financiamento da BBC. Esses recursos, que hoje somam algo como 3,6 bilhões de libras anuais, depois de

incorporados ao orçamento da Coroa, são repassados integralmente à empresa. Outras fontes de financiamento existem, como licenciamento de programas e formatos, mas a taxa é a essencial. Aqui, destaco uma questão conceitual que é fundamental para a compreensão do modelo. Até por seu instrumento de outorga, uma Carta Real (Royal Charter), assinada pela Rainha, a BBC é uma empresa estatal. Mas, devido à sua estrutura de governança - um Conselho (Trust), designado também pela Rainha, ao qual cabe escolher a direção executiva, fica assegurada a autonomia editorial, de programação da empresa, em seus diversos canais, de televisão, e de rádio. Claro que, dito assim, parece ser uma experiência livre de contradições, de disputas políticas, em especial diante dos governos, trabalhistas e conservadores, que se sucedem no poder. O que não é o caso.

Neste ano, em 31 de dezembro, expira a atual Carta Real, e o Ministério da Cultura, Mídia e Esportes, responsável pela supervisão, não-hierárquica da BBC, após as costumeiras consultas públicas e pesquisas de opinião, já divulgou extenso documento, contendo diretrizes e propostas para o próximo decênio, que inclui, pelo menos, duas mudanças significativas na atual estrutura de governança da empresa. A primeira seria a escolha de metade do Trust, seis membros, pelo governo - hoje, nas mãos dos conservadores -, os outros seis continuando a ser designados pela Coroa. A segunda seria submeter a BBC à regulação do Office of Communications (OFCOM), o órgão regulador das comunicações na Grã-Bretanha; hoje, a empresa não tem qualquer submissão regulatória àquele órgão. Duas observações ainda sobre essa sucinta análise dos mecanismos de autonomia e financiamento da BBC: governadores conservadores, como é o caso do atual, mais do que os trabalhistas, tentam historicamente estabelecer mais controles governamentais sobre a estrutura pública da empresa, e nem sempre conseguem; acima de tudo, e isto tem sido tentado em outras ocasiões, não houve desta feita qualquer tentativa pelo governo de eliminar ou reduzir a taxa que viabiliza financeiramente a BBC. Isto porque as consultas públicas e as pesquisas de opinião continuam a revelar o apoio de um pouco mais de 80% dos britânicos à cobrança da taxa.

Voltando aos Estados Unidos, cujo modelo é, como vimos, muito diferente do britânico, principalmente por ser uma alternativa, complementar ao sistema privado-comercial, 15% do orçamento da Corporation for Public Broadcasting destinado à televisão pública não-comercial, e 10% daquele reservado ao rádio, vem do orçamento federal. Este é um número que, nos primórdios da criação do sistema público de radiodifusão nos Estados Unidos, nos anos 1970, chegava a perto de 60%, decresceu significativamente nas décadas que se seguiram. Hoje, ele tem um componente quase mais simbólico do que efetivo, de assegurar que o Tesouro federal mantenha um compromisso mínimo com a radiodifusão pública, não-comercial, sem fins lucrativos. Em 2012, que é o número total mais recente de que disponho neste momento, o orçamento total do Public Broadcasting Service e do National Public Radio foi de US\$ 2,8 bilhões; naquele ano, o valor federal alocado foi de US\$ 444 mi. O restante, alocado diretamente ou indiretamente por cada uma das 361 emissoras de televisão e 1.045 emissoras de rádio, resultou de afiliações individuais (“membership”), que chegam a cerca de 25% do orçamento total, de patrocínio, apoio cultural e doações empresariais, de aportes por fundações privadas, por instituições de educação, além de recursos orçamentários de municipalidades e governos estaduais.

Enfatizo que a principal característica da radiodifusão pública nos Estados Unidos, próprio da forte tradição federativa daquele país, é a descentralização. CPB, PBS e NPR são partes essenciais do sistema, mas funcionam não como centros de produção de conteúdos - formatos, programas -, e sim como agentes de captação de recursos financeiros, como fomentadores de produção, respeitando a natureza cooperativa, local e estadual das emissoras integrada ao sistema.

Em suma, e finalmente me aproximando do caso brasileiro, os dois casos paradigmáticos aqui apresentados, para nós servem como referências conceituais, lembrando que sequer se pode falar de um 'modelo europeu', derivado do modelo da BBC. Alemanha, França, Itália, Áustria, Portugal, Espanha, Grécia, e assim por diante, sem falar nos países do antigo Leste Europeu, cada qual desenvolveu um sistema de radiodifusão de serviço público, que ainda hoje é, se não o dominante, pelo menos, diferentemente dos Estados Unidos, um competidor com os sistemas privado-comerciais, mas que ainda enfrentam grandes desafios, sobretudo no que toca, e esta é sempre a questão vital, ao seu financiamento. O que os põe, tal como na Grã-Bretanha, em constantes confrontos, de afirmação de autonomia financeiro e editorial, os respectivos governos e casas legislativas.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

O diálogo com a sociedade, e, em consequência, o desenvolvimento de grades de programação, são desafios tão grandes quanto o da autonomia, e eles devem ser enfrentados, primeiro, com a criação de vias criativas, e de participação, e aqui estou pensando especificamente no Brasil, com o maior número de expressões possíveis da nacionalidade. Seja criando conselhos, com incidência sobre a programação, representativos de todas as regiões do país, com suas diferentes culturas - locais, regionais, étnicas, religiosas, de gênero etc., além de uma atenção especial para com a criança e o adolescente -, seja criando mecanismos de responsabilidade social, como ouvidorias, e incorporando-as às grades de programação; seja institucionalizando espaços de 'direito de antena', permitindo o acesso de indivíduos e coletividades a espaços nas grades de programação; seja valorizando a produção independente; seja, e esta é uma questão contemporânea fundamental, estendendo sua atuação para a internet, contemplando todas as dimensões aqui mencionadas, na forma de streaming de programação, com a maior interatividade possível; estando presentes nas chamadas redes sociais, mas, e isto é essencial, sempre alerta às questões de privacidade, de uso de dados pessoais, dos discursos de ódio, da armadilha das notícias falsas, e o que mais a rede produz de possibilidades com velocidade muitas vezes estonteante.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

No Brasil, o alcance das audiências pela televisão pública, como também o do rádio, se aproxima do dilema historicamente enfrentado pelo PBS e o NPR nos Estados Unidos. Ou seja, você está imerso em um sistema dominado, ao longo de décadas, pela radiodifusão privado-comercial, com fins lucrativos. Você tem consciência de que, do ponto de vista econômico-financeiro, em primeiro lugar, e também do ponto de vista dos conteúdos que você quer distribuir, seu papel no sistema é o de ser uma alternativa ética, de resistência, de luta contínua por preciosos pontos de audiência.

Você tem que se legitimar de tal forma diante da sociedade, que ela entenderá essa sua missão ética, de resistência, ainda que nos moldes de um nicho de alta qualidade e alta responsabilidade televisiva e radiofônica. Você sabe que não é, nem será uma BBC, sequer uma Deutsche Welle, que nasceram dominantes e continuam a ser atores, se não mais dominantes como antes, competidores importantes das programações comerciais. Por isso, você tem que saber encontrar aqueles espaços de programação que lhe darão mais chance de competir. Aqui se sobressai a programação infantil, mais que tudo, e a juvenil. Uma televisão de serviço público, mais ou menos autônoma, tem que se destacar no atendimento ao público infantil e juvenil. E isso, mesmo aqui, com a TV Cultura de São Paulo, com a antiga TVE do Rio de Janeiro, e, mais recentemente, com a TV Brasil - pelo menos até antes de sofrer a intervenção autoritária pelos prepostos do governo golpista que assumiu após a farsa jurídica-parlamentar-midiática que foi o impeachment da presidente Dilma Rousseff - já tinha acontecido. O jornalismo de profundidade, analítico, sem ser parcial, investigativo, informativo, sem ser superficial, é outro nicho que sempre marcou o PBS e o NPR nos Estados Unidos, mas que, e me remeto de novo à TV Brasil de antes do golpe, entre nós esteve sempre longe de ser alcançado. Mas, como da regra nasce a exceção, o jornalismo do programa Caminhos da Reportagem, levado ao ar pela TV Brasil, mostrou um potencial que, por vezes, me fez lembrar do excelente Frontline, do PBS. E justiça se faça ao jornalismo das rádios da EBC, e da Agência Brasil, que, desde os tempos da extinta Radiobrás, mereciam a credibilidade inclusive da mídia comercial, como tive a oportunidade de testemunhar em mais de um debate sobre a questão de que participei. Teledramaturgia, música popular, como vistos na minissérie para adolescente, Diamante FC, e no Samba da Gamboa, são outros exemplo que a TV Brasil vinha demonstrando ser capaz de, ou produzir ou coproduzir, ou fomentar, com chances de, no tempo, alcançarem índices relevantes de audiência. Em suma, sem a histeria dos números da mídia comercial, a audiência é fundamental para a radiodifusão de serviço público se mostrar relevante para a sociedade.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa que gosta e fale sobre ele.

Creio que, até meio sem querer, já respondi a esta questão. Caminhos da Reportagem, Samba na Gamboa, a teledramaturgia mesmo incipiente, a música brasileira da Rádio Nacional, a radiodifusão pública faz parte do meu cardápio diário de rádio e televisão, embora hoje, dado tudo o que aconteceu e está acontecendo, sou muito pessimista quanto ao futuro da EBC e suas emissoras, e do restante do nosso sistema de rádios e televisões não-comerciais, a maior parte dele refém das injunções financeiras e de controle de programação impostas por seus controladores, em geral governos estaduais. O que, como visto, está a acontecer com a própria EBC.

| Como militante das causas em prol da democratização da mídia no Brasil, como explica o surgimento da TV Pública de forma tardia entre nós?

O Brasil, do ponto de vista geopolítico, sempre esteve submetido às influências político-econômicas dos Estados Unidos. Não é surpresa, portanto, que nosso sistema de radiodifusão tenha se desenvolvido conforme o modelo privado-comercial, com fins de lucro. Aqui, como lá, se tentou estabelecer prioritariamente um rádio e uma televisão não comerciais. Entre nós, ninguém foi emblemático, e importante, do que

Edgard Roquette-Pinto, com a sua iniciativa, a partir da Academia Brasileira de Ciências, e a parceria de Henrique Morize, de criar em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. E, mesmo depois de ter sofrido o baque de testemunhar a transmutação do rádio brasileiro, de educativo-cultural para comercial-lucrativo, voltou à carga no início dos anos 1950, adquirindo e trazendo para o Brasil equipamentos para pôr no ar uma televisão educativa, só para sofrer novo baque ao não conseguir autorização para internalizar os equipamentos, por pressão de Assis Chateaubriand junto a Getúlio Vargas. De Chateaubriand a Roberto Marinho, o empresariado privado-comercial de radiodifusão jamais tolerou a ideia de algum tipo de competição por um sistema não-comercial, mesmo que circunscrito à sua forma original de meramente 'educativa'.

| Qual o papel das Organizações Globo na campanha contra a TV Pública no Brasil?

Roberto Marinho foi mais além, confrontando, inclusive, nos anos 1970, seus amigos militares, abrindo uma feroz campanha contra a Funtevê, a Fundação Brasileira de Televisão Educativa, herdeira dos esforços heróicos de Roquette-Pinto que, em 1936, tinha doado a sua PRA-1, a Rádio Sociedade, ao então Ministério da Educação e Saúde, comando por Gustavo Capanema, cujo chefe de gabinete era um jovem Carlos Drummond de Andrade. O plano de Marinho era, literalmente, destruir a TVE do Rio de Janeiro e, com ela, as outorgas de televisão e rádio educativos nas mãos, principalmente, de governos estaduais. Seu plano assumiria, nos anos 1980, a forma de um projeto, o PGT, Projeto Global de Teleducação, viabilizado pela cumplicidade do então reitor da UnB, José Carlos de Almeida Azevedo, numa estranha parceria de mão única, que permitiria ao Grupo Globo receber, a fundo perdido, US\$ 2,6 milhões, para montar um centro de produção 'educativa' em São Paulo. Mão única porque seria a UnB a responsável, verdadeira 'laranja' da Globo, pela importação dos equipamentos, que em seguida doaria em comodato para o grupo de Marinho por dez anos, que os levaria para São Paulo.

Por uma circunstância do destino, ao final da ditadura civil-militar e início da chamada Nova República, Azevedo deixou a reitoria da UnB, seu preposto foi levado à renúncia por um forte movimento de oposição de professores e alunos da instituição, cabendo, entre outros desafios, à administração interina da universidade implodir o acordo com a Globo. Como você relata em sua tese de doutorado, que tive o prazer de orientar, eu acabei tendo um papel nesse processo, que culminou em um acordo da UnB com a Globo, negociado pelo já reitor Cristovam Buarque, pelo qual recebemos US\$ 1,3 milhões, que nos permitiu montar um moderno centro de produção cultural e educativa, o CPCE, hoje UnB TV. Já o PGT, como os restantes US\$ 1,3 milhões eram insuficientes, é hoje nada mais do que uma nota de rodapé na história da radiodifusão brasileira.

| As TVs Educativas ajudaram ou atrasaram a criação de uma TV efetivamente pública no Brasil?

Quanto às televisões educativas, a TVE do Rio, a TV Piratini, gaúcha, a TV Minas, e todas as outras, no Rio Grande do Norte, no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia, no Paraná etc., nunca foram um entrave para o desenvolvimento entre nós de um sistema público. Pelo contrário, desde Roquette-Pinto, desde a Funtevê, desde a Constituinte de 1987-1988, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, e até o governo de

Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com a Radiobrás, elas estavam lá para dar forma ao que nos Estados Unidos resultara no PBS e no NPR. Com a nossa cara, evidentemente.

|Como integrante do primeiro Conselho Curador da EBC, a emissora teria tido condições de avançar mais do que avançou? O que faltou para a EBC ficar menos vulnerável?

A EBC, depois de muitos anos de discussão, de tentativas frustradas, foi a cara que se deu, no Brasil, durante o segundo mandato de Lula, à radiodifusão de serviço público. Cara que começara a ser desenhada no primeiro mandato pela iniciativa do Ministério da Cultura, com apoio, por exemplo, da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), da Associação Brasileira de Televisões Universitárias, da Radiobrás, que desenvolveram o que viria a ser o I Fórum Nacional de TVs Públicas. Não fosse essa iniciativa, talvez Lula tivesse criado, na esteira da sua consagradora reeleição, e do processo chamado de Mensalão, uma televisão governamental, uma Radiobrás encorpada. O presidente da República, que tinha sido tão generoso com o empresariado da mídia em seu primeiro mandato, não esperava a oposição que receberia dela durante as fases do Mensalão e do processo eleitoral. Sua intenção inicial parece ter sido, ecoando um desejo de parte da militância do PT, o de criar a 'nossa Globo'. Ou, acredito, não teria delegado essa missão ao seu polêmico ministro das Comunicações, e ex-importante funcionário da Globo, Hélio Costa.

O anúncio, por Costa, no início de 2007, da iminente criação de uma 'TV Pública', gerou forte reação contrária de entidades ligadas ao movimento pela democratização da comunicação no Brasil, e em especial daquelas diretamente ligadas ao projeto do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Uma das minhas hipóteses de pesquisa para análise desse período é que, não fosse a iniciativa do Ministério da Cultura, a EBC sequer teria nascido, e o próprio Hélio Costa teria se encarregado, ou de eliminar, ou, pelo menos, desfigurar o que poderia ser a televisão pública brasileira.

Fato é que, após as reações de seus aliados do campo da comunicação, Lula retirou Costa do processo e designou o recém-chegado ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, para, em articulação com o ministério da Cultura, e por meio do I Fórum, debater o projeto do que, ao final de 2008, viria ser a EBC.

A Empresa Brasil de Comunicação foi o que Luiz Inácio Lula da Silva quis, ou conseguiu, dar ao país como política democratizadora da comunicação. Tudo bem que, no final de 2009, realizou-se a I Conferência Nacional de Comunicação, novamente coordenada por Martins, em detrimento de Costa. Mas, não obstante seus cerca de 1800 participantes, metade empresariais - ainda que sem a Globo e a sua controlada, a ABERT -, e não obstante seu caderno final com 633 propostas, pouco sobrou da conferência ao final dos dois mandatos de Lula, ainda que parte do seu conteúdo tenha sido discutido durante os quatro meses, em 2010, em que, novamente ele, Franklin Martins, coordenou a formulação de um anteprojeto de lei que, deixado para o governo de Dilma Rousseff, foi por ela arquivado, sem que explicações tenham sido dadas até hoje.

Em seus sete anos plenos de existência, e, há pouco, destaquei o que considero alguns dos seus principais avanços em termos de programação, a EBC foi capaz de armar um projeto de futuro para a TV Brasil, foi também capaz de manter o bom trabalho da Agência Brasil, como o de suas rádios - ainda que a agência e a rádio não estivessem no mesmo plano de prioridade da televisão -, tudo isto ao custo de muitas dificuldades, que apenas esboçarei aqui.

A primeira dificuldade seria agregar duas culturas organizacionais muito diferentes; a que vinha da antiga Radiobrás e a da TVE do Rio de Janeiro, esta acrescida da TVE do Maranhão. Esse penoso processo de fusão administrativa, de pessoal, financeira, e de visão de televisão ainda estava para se completar, do ponto de vista de um mesmo projeto estratégico de comunicação de serviço público, quando a EBC foi tomada pela força pelo governo golpista de Michel Temer. Outras dificuldades, desafios, na verdade: modernizar o parque de captação, processo, geração e transmissão de sons e imagens; instalar-se em um espaço físico centralizado, no caso de Brasília, em melhores condições de trabalho; encontrar nova localização para a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, recuperar e restaurar as históricas instalações no Edifício A Noite, na Praça Mauá; encontrar um espaço de frequência no congestionado espectro de São Paulo; receber e dar condições de trabalho ao Conselho Curador, uma experiência sem paralelo na radiodifusão brasileira; equacionar as bases do que deveria ser o projeto do operador nacional de rede; enfrentar na justiça o embargo, feito pelo sindicato das operadoras de telecomunicações, contra a Contribuição para a Radiodifusão Pública, o mecanismo de financiamento que deveria assegurar a saúde e, por conseguinte, a saúde financeira da empresa; reunificar a empresa, que fora fragmentada logo no seu início pelo conflito entre a SECOM e o MinC; fazer funcionar as Ouvidoras do rádio e da televisão, e mais o que me escapa neste momento. Tudo isto ao mesmo tempo em que a TV Brasil, esta principalmente, precisava criar sua proposta de programação, valorizar programas já existentes, e trazer novos programas, em especial com os parceiros do que deveria ser uma problemática rede pública de televisão.

|Um desafio imenso para uma emissora extremamente jovem!

Sim. Criada no final de 2008, a EBC ainda tentava firmar seu projeto jornalístico, cultural, artístico, jurídico, técnico, administrativo, financeiro, quando foi golpeada pela intervenção, em duas etapas, ocorrida em 2016. Nesse período ela passara pela gestão pioneira e forte de Tereza Cruvinel, pela irregular gestão de Nelson Breve - e nesse período, seja por que razão for, ocorre um processo descaso do governo para com a empresa, diferentemente do período anterior -; pela curta gestão de Américo Martins; e pela polêmica gestão de Ricardo Melo, quando a EBC é ela também tragada pela polarização política e ideológica, e mesmo pessoal, que tem caracterizado o Brasil, com cada vez mais gravidade, e nocivos efeitos para a vida em sociedade, desde o processo do chamado mensalão, culminando com o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016.

Golpe que, não obstante a ilegitimidade crescente dos seus agentes, do PSDB, ao se recusar a aceitar o resultado democrático da eleição de 2014, ao PMDB e sua irresistível vocação para a adesão e, posterior traição, e mais uma plêiade de partidos e políticos venais, corruptos, está levando adiante um dramático processo de destruição

do Estado brasileiro, em velocidade e profundidade que nem os oito anos de Fernando Henrique Cardoso foram capazes de viabilizar. A crueldade social, tanto da chamada emenda constitucional do teto dos gastos públicos quanto da anunciada reforma da previdência, torna o ocorrido na EBC quase que uma nota de rodapé histórica, incapaz de ser percebida pela sociedade.

| É possível salvar a EBC?

Salvar a EBC hoje, como posto na pergunta, passa antes, e isto não é uma afirmação retórica, por salvar o Brasil. Salvar o Brasil das estripulias e arrogâncias do juiz de Curitiba e dos jovens de um setor salvacionista do ministério público; setor parcial, porque, mesmo que não de forma consciente, e lhes dou esse benefício da dúvida, partidário. Salvar o Brasil, em decorrência disso, do risco de ver a corrupção sistêmica e histórica de que sempre soubemos ser atribuída apenas ao PT e seus aliados, poupando toda uma elite política corrupta até a medula.

| Os governos petistas têm sido criticados por não regularem a mídia. A seu ver, a crítica procede? O governo Lula teve condição de avançar nesta direção?

Os governos do PT e as políticas de comunicação, a dita 'regulação da mídia', sendo este um conceito muito inadequado e enganador, porque o alcance das políticas e da regulação que sempre se quis esteve circunscrito aos meios eletrônicos, em especial o rádio e a televisão. Os meios impressos dominantes, jornais e revistas, pela sua natureza estruturalmente privada e comercial, não dependendo de nenhuma licença específica para funcionar, sempre estiveram e continuam a estar fora do alcance do que se tem chamado de 'regulação da mídia'. Para não falar, e vai faltar espaço para isso, sobre a internet, e as empresas que a dominam - Google, Apple, Amazon, Facebook e Netflix - que se colocam fora do alcance jurisdicional das leis brasileiras, embora elas e outros aplicativos - Twitter, YouTube, etc - sejam cada vez mais influentes atores político-econômicos e socioculturais locais. Pois bem, descartados velhos e novos meios, os impressos e os surgidos na internet -, tirando a EBC e o trabalho do MinC, em especial da Ancine, de fomentadores de produção nacional para o cinema e a televisão paga, os governos de Lula e Dilma Rousseff foram incapazes de produzir políticas de democratização para o rádio e a televisão. Sequer o processo de digitalização da televisão aberta, que deveria ter revolucionado tecnologicamente o país, colocando-o na linha de frente na inovação desse setor, serviu para muita coisa. Mas poderia ter servido se o resultado mais completo e eficiente, nacional, daquele processo, o middleware Ginga, não tivesse sido relegado a um apêndice da EBC, na forma do que se convencionou chamar Projeto Brasil 4D, destinado a promover interatividade com forte acento social. Sem apoio do próprio governo, o Ginga, infelizmente, acabou não passando de um filho abandonado pelo SBTVD, o Sistema Brasileiro de TV Digital.

Nas políticas de comunicação encontramos uma, senão a maior, lacuna política dos períodos do PT no Palácio do Planalto.

Uma lástima!

“Tudo está por demais confuso no campo da radiodifusão pública. As duas questões centrais legitimidade e sustentabilidade estão em cheque”

NÉLIA RODRIGUES DEL BIANCO

Mary Sandra Landim Pinheiro
Jacqueline Lima Dourado

Nélia Rodrigues Del Bianco. Professora associada da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) aposentada (2016). Doutora em Comunicação pela ECA-USP (2004) com estágio de pós-doutorado na Universidade de Sevilha (2009). Atua no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB, na linha de pesquisa Políticas de Comunicação e de Cultura e no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Mídia e Cidadania. A motivação para escolha da pesquisadora está relacionada, a atuação como co-fundadora do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina, pelas relevantes contribuições quanto ao panorama latino-americano da Comunicação Pública, com discussões dos mecanismos de financiamento dos meios públicos, os desafios da convergência e os principais percalços dos meios públicos no Brasil.

|Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 223, prevê a complementaridade entre os sistemas estatal, público e privado de comunicação. O dispositivo nunca foi regulamentado, nem mesmo estabelecido o caráter da complementaridade, ou como seria a divisão da concessão de canais entre os segmentos. Em tese, o sistema estatal faria prestação de serviços do governo e apresentaria à população o ponto de vista governamental como componente da variedade de pontos de vista da democracia midiática. O sistema público também como elemento importante da variedade democrática seria porta-voz da sociedade, oferecendo pluralidade de opinião e de diversidade cultural sem intermediação do governo ou de interesses da iniciativa privada.

Na prática, essa complementaridade nunca se efetivou legalmente e, historicamente, acabou por haver um predomínio das emissoras privadas. As emissoras públicas TV em funcionamento de origem educativa no ponto de vista legal, tem se esforçado para ao oferecer um serviço distinto das outras emissoras de radiodifusão, produzindo programação de qualidade com a qual o público seja capaz de se identificar. Não se

limita a produzir programas para audiências negligenciadas por outra mídia, ou a abordar assuntos ignorados pela mídia tradicional de informação. Trata simplesmente de um modo de organizar e produzir diferente, sem exclusão de qualquer gênero, formato, temas ou conteúdos.

Um dos conceitos centrais que qualificam a TV pública é a diferenciação, ou seja, capaz de oferecer na programação das emissoras públicas, programas que trazem diferentes opiniões, pontos de vista, de modo a ampliar a gama de temas em debate na esfera pública. Além disso, a programação pode espelhar a diversidade cultural, incorporando informações sobre realidades regionais e valorizando a produção das TVs públicas associadas ou produtoras independentes. Numa sociedade democrática a TV Pública oferece condições de atuar, complementarmente, no sentido de fornecer elementos para a formação de opinião de forma independente.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

As fragilidades são inerentes à natureza do sistema em si. Na busca pela diferenciação na oferta de programas, as emissoras públicas brasileiras têm enfrentado desafios de três ordens: ordenamento jurídico, qualidade de sua programação e custeio. Esses três níveis acabam se interpenetrando, de tal maneira, que problemas em um deles refletem nos demais.

São 17, as modalidades jurídicas que amparam o funcionamento de emissoras públicas, tais como regime de fundação pública de administração pública indireta e direta, empresa estatal de administração pública direta, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) ou fundação de direito privado e público, entre outras. Soma-se a esse aparato jurídico a subordinação de parte das emissoras a secretarias de governo, prefeituras municipais, universidades estaduais e federais, entre outras instituições do aparato estatal. Para geri-las é necessário enfrentar um sistema burocrático que limita ações de captação e gestão de recursos, contratação e demissão de funcionários e até compra de equipamentos e material de consumo. Essa situação tem levado ao sucateamento de muitas emissoras estaduais, municipais e universitárias brasileiras, em consequência da dificuldade na obtenção dos recursos exigidos para a renovação de equipamentos ou investimentos em produção de conteúdo. Para reverter essa condição, o estatuto jurídico de empresa pública de radiodifusão tem sido o caminho adotado por alguns países para assegurar maior flexibilidade de gestão.

A Lei de criação da EBC instituiu a Contribuição para o Fomento da Radiocomunicação Pública com recursos oriundos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Mesmo sem representar uma nova taxação, as empresas de telefonia brasileiras moveram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para questionar o Fundo, com depósito do valor em juízo. Sem essa contribuição a EBC segue dependente dos recursos do Tesouro Nacional, impedida de anunciar bens e serviços de empresas privadas, apesar de fazer propaganda de órgãos públicos e receber apoio cultural para algumas produções.

Hoje, a EBC é quase totalmente depende de recursos de prestação de serviço para o governo. O que coloca em risco sua independência para ser realmente caracterizada como pública. Afinal, é tradição na região, que o Estado seja o principal financiador do sistema público e esta situação torna-se ainda mais complicada quando a proposta é

destinar dinheiro público para meios de comunicação que não estejam sob a gestão e o controle direto do governo. Qualquer mudança na forma de sustentação financeira precisa romper com a cultura do “quem paga manda e, por isso, tem o controle”. Para mudar esse contexto, torna-se essencial buscar alternativas no sentido de diversificar as fontes de sustento das emissoras.

A dependência de recursos de governos estaduais e federal levou a falta de investimentos nas TVs públicas de 1980-2003, e com isso houve sucateamento na maioria delas. A situação melhorou um pouco entre 2003-2011 com novos investimentos e compra de equipamentos, mas a volta da crise financeira a partir de 2013 pode levar a uma nova fase de deterioração.

A segunda fragilidade, está relacionada a qualidade, pois depende de recursos técnicos atualizados, como também de profissionais atualizados. O regime de contratação de funcionário público estável, presente na maioria das emissoras levou a acomodação de uma parcela que, aliado a uma ausência de política de incentivo à capacitação constante, dificultou a renovação da programação da TV. Essa é questão mais ampla, que alcança assim a esfera da cultura organizacional das emissoras que tiveram origem como canais educativos e/ou culturais – marcadamente estatais/governamentais – e que, ao longo dos anos, não constituíram práticas democráticas de gestão baseadas em valores públicos, além de enfrentarem problemas como carência de profissionalização do seu corpo técnico, gerencial e operacional, dependência de recursos do Estado para sua manutenção e ausência de regras estáveis de financiamento, incluídos em orçamentos governamentais.

Um caminho para oxigenar a programação tem sido as parcerias das TVs públicas com produtoras independentes incentivadas, nos últimos 15 anos, pelas políticas de incentivo. Durante seminário realizado em 2011, a ABD – Associação Brasileira de Documentaristas, e a ABPITV – Associação Brasileira de Produtores Independentes, identificaram a existência de 33 leis, editais e programas de fomento à produção audiovisual regional, oferecidos por prefeituras, estados e ministérios. Investimentos dessa natureza colaboram para diversificar a programação de TVs públicas.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Somente será possível se sustentar, caso supere os entraves jurídicos que impedem a busca de diversificação de formas de financiamento. Se o conteúdo é bom, se o programa é inovador e interessante, certamente encontrará formas de atrair patrocínio. Veja bem, patrocínio é diferente de publicidade. O patrocínio é quando uma empresa ou instituição concorda e se alia ao conteúdo do programa. Ou seja, filia-se àquele conteúdo que acrescenta valor à sua marca e está afinado com sua missão. Fazer TV custa caro, é investimento alto que não pode ser negligenciado sob pena de comprometer a qualidade. Ficar na dependência exclusiva da fonte de recursos do governo é reduzir as possibilidades de crescimento e de sustentabilidade. Na América Latina, tem sido uma preocupação a diversificação do financiamento. Cabe mencionar, o exemplo exposto nesse quadro resumo que publiquei com colegas na revista Cultura Midiática que mostra o exemplo de três países que conseguiram, por meio da lei de meios, oxigenar a discussão do financiamento:

Quadro 2 – Mecanismos de financiamento de meios públicos por país

Argentina	Equador	Uruguai
1. 20% do imposto criado pela lei de meios para tributar o faturamento de empresas que exploram o espectro eletromagnético	1. Orçamento do Estado	1. Orçamento do Estado
2. Fundos atribuídos pela <i>Ley de Presupuesto Nacional</i>	2. Venda de espaço publicitário	2. Venda de serviços e produtos
3. Comercialização de publicidade	3. Comercialização de produtos e serviços	3. Doações, heranças e legado que venham a receber. Empresas que fizerem doações a meios públicos terão benefícios fiscais.
4. Comercialização da produção de conteúdo das emissoras	4. Fundos provenientes de doações, patrocínios e cooperação nacional e internacional	
5. Patrocínios		
6. Doações e heranças ou qualquer outra fonte de financiamento compatível com os objetivos das emissoras públicas		

Fontes: *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* (Argentina, 2009), *Ley Orgánica de Comunicación* (Equador, 2013) e *Proyecto de Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* (Uruguai, 2013).

Na Argentina, a transmissão esportiva foi essencial para a diversificação de financiamento, veja o que dissemos no referido artigo que analisou três leis de meios:

Outra oportunidade aberta pelas leis e pelo projeto de lei nos países analisados é o direito de acesso a conteúdos de interesse relevante. Na Lei argentina, o Artigo 77 estabelece que, por meio dos serviços de comunicação audiovisual, a sociedade tem direito ao acesso universal a conteúdos informativos de interesse relevante e de acontecimentos esportivos, de encontros futebolísticos e outros gêneros ou especialidades. Na prática, significa que o governo pode assumir a tarefa de obter direitos exclusivos de transmissão de futebol que antes eram acordados somente entre canais privados. Isso aconteceu quando a TV Pública Canal 7 e a Rádio Nacional Argentina passaram ter espaço em sua programação para transmissão de futebol, inclusive dos jogos da Copa do Mundo de 2014, evitando que um grupo privado detivesse sozinho os direitos de transmissão. A participação da mídia pública na transmissão esportiva de jogos de

futebol fez aumentar a audiência e a possibilidade de faturamento com publicidade. (BIANCO, Nélia R.; ESCH, Carlos. E.M da C.; MOREIRA, Sonia V, 2014,p- 115-116).

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

A TV pública pode prestar serviços ao Estado como acontece em várias partes do mundo, inclusive no modelo de financiamento da EBC. O que é necessário fazer é não misturar os papéis – governamental e público. Quando isso acontece, há um impacto no exercício de sua autonomia e na própria imagem da empresa como efetivamente pública perante a sociedade. E essa vinculação leva o público a rejeitar a emissora pública por ter uma abordagem oficial. Portanto, não há problema em prestar serviço, mas exige gestão clara e transparente, separação entre o que é da emissora e o que é produzido para o governo.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

O ponto de partida está em fortalecer a programação com base em princípios de interesse público. Significa estabelecer uma relação de transparência e confiança com a sociedade que pode ser percebida pela forma como presta contas, como define a sua missão assumida perante a audiência, na forma como trata o telespectador a partir de seus programas, etc. Tudo isso, colabora para formar uma imagem que possa gerar confiança e, conseqüentemente, engajamento do público. De nada adianta criar canais de diálogo, se o cenário da confiança não foi construído.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Defendo a aplicação dos princípios da Unesco para se considerar uma emissora pública:

- Universalidade - diz respeito à igualdade e à democracia, na medida em que enfatiza a necessidade de ser acessível e voltada para todos;
- Diversidade - indica a necessidade de se oferecer diferentes gêneros de programas, público-alvo e temas discutidos;
- Independência - circular ideias, opiniões e críticas em um fórum que seja livre de interesses particulares, pressões comerciais e/ou influências políticas;
- Diferenciação - necessidade de ofertar programação que se diferencie de conteúdos da mídia comercial, além de criar conteúdos plurais e diversidade de gêneros.

Esses princípios não são absolutos, mas podem ser ajustados aos valores e a cultura local. A TV pública pode ter foco nos temas e questões em debates na esfera pública. Acredito que não há fórmula, mas princípios gerais que devem balizar a sensibilidade de equipes de profissionais afinadas com a sociedade e menos com grupos de interesse, mesmo que sejam de “esquerda” supostamente defensáveis. Da mesma forma, como a população não dá audiência para o oficial travestido de público. O pluralismo é a essência. Quando os princípios são aplicados, o retorno de audiência acontece. Os princípios não são apenas declarações, mas uma prática que precisa ser percebida por todos.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A audiência é o começo, o meio e o fim da TV pública. Ela não pode ser tomada apenas no sentido unidirecional de quem consome. Mas, essencialmente, de quem participa do processo de construção da programação.

Numa análise que fiz em 2012 sobre programas esportivos de 11 emissoras exibidos no período de 10 a 24 de junho de 2012, identifiquei que a audiência sabe reconhecer e aceita conteúdos diferenciados mesmo que a abordagem seja distinta, ou que não tenha os atrativos que as emissoras comerciais oferecem. Como transmissões exclusivas, excelente qualidade de imagem, recursos tecnológicos para captar ângulos inusitados, além de narrativa capaz de causar impacto emocional. Como ser diferente diante do inevitável atrativo do espetacular? As TVs públicas apostam em três elementos para construir a diferenciação para falar sobre futebol: contextualização e análise de fatos; releituras do formato mesa redonda sobre futebol; estímulo à interatividade com o telespectador a partir de conteúdo significativo.

O que se observou nos programas analisados é o uso da interação ativa e reativa. A primeira acontece quando os telespectadores emitem opiniões e fazem perguntas livres a partir de assuntos em discussão nos programas. A reativa se dá quando é proposta uma questão pelo programa para que a audiência se manifeste utilizando, muitas vezes, uma enquete online. Chama atenção a forma como as opiniões divergentes dos telespectadores são incorporadas aos programas sempre com naturalidade e respeito. Ao contar com a interação da audiência, as mesas redondas passam a ter contrapontos e escapam de sua configuração tradicional como reprodutoras de opiniões de comentaristas conhecidos e polêmicos como se fossem verdades absolutas.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Roda Viva da TV Cultura é um clássico. Embora esteja sujeito às influências político-ideológicas dos dirigentes da emissora, o programa tem história e contribuiu significativamente com o debate público e valores de uma sociedade democrática.

Gosto de Arte do Artista da TV Brasil, apresentado pelo Aderbal Freire. O Programa que foge aos padrões tradicionais quanto ao formato e estilo de apresentação. É inteligente, instigante, discute temas de forma aberta, para além de posições ideológicas, fala de arte na sua essência. O programa traz sempre convidados interessantes, complexos e cultos. Enquadra-se perfeitamente dentro dos princípios da diversidade e da diferenciação que devem presidir uma emissora pública.

Considero também relevante o programa Samba na Gamboa da TV Brasil, por apresentar o que há de melhor na música brasileira de um jeito simples e honesto. Nada de afetação ou discurso panfletário. É conversa boa como se faz numa roda de samba.

Tenho um carinho especial pelo programa do Rolando Boldrin, na TV Cultura. Sempre que assisto me surpreendo positivamente pela qualidade musical, pelos temas, convidados etc. Gosto muito da prosa e causos contados pelo Boldrin.

|Dentre as suas diversas produções, que reforçam o papel da Radiodifusão Pública no Brasil, qual a função da academia para formar profissionais capazes de refletir de forma crítica sobre a importância da TV Pública?

O papel da academia é analisar as produções no sentido de mostrar em que se diferenciam das demais, sob aspectos estéticos e da abordagem enquanto narrativa e linguagem. A formação de profissionais pode contemplar, nas práticas de ensino, os dois fazeres: o voltado para o comercial, e aquele de natureza pública. O comercial pode conter o público. Mas o público é, em si, um valor, um conceito central para o exercício da democracia. Identifica-se com interesses comuns compartilhados socialmente. Portanto, opõe-se a promoção de conteúdo que atende a interesses pessoais, particulares, políticos, partidários e econômicos. Mesmo na defesa da “melhor” ideologia, ainda assim seria condenável por não atender aos preceitos de sua essência: diversidade, diferenciação e pluralidade, conceitos que devem ser discutidos e inseridos na cultura do profissional de rádio e TV.

O centro da questão está no pluralismo, ou seja, como construir o equilíbrio entre as tensões múltiplas que, por vezes, são contraditórias; como conciliar a sociabilidade e o particularismo; como administrar os antagonismos e evitar divisões irreduzíveis. Creio que são questões a serem enfrentadas no fazer da TV pública que exigem uma preparação, formação e consciência desse papel na sociedade democrática.

|Qual seria a participação das universidades para o fortalecimento da TV Pública?

Além da formação profissional, impulsionar pesquisas e estudos que possam ampliar a compreensão dos preceitos de mídia pública, que ampliem a compreensão do papel da TV e da mídia pública nas sociedades democráticas, como também estudos sobre programação de emissoras públicas no exterior; discussão sobre narrativas focadas nos princípios da diversidade, pluralismo e diferenciação, entre outros. Outro papel importante é colaborar para formar profissionais e cidadãos que entendam como legítimo a existência de um sistema de mídia que permita a coexistência das três esferas (privada, pública e estatal). Significa colaborar para tornar a noção de complementaridade socialmente necessária no sentido de promover a diferenciação e a diversidade de conteúdos. No caso brasileiro, ampliar socialmente o entendimento de que o princípio da complementaridade previsto na Constituição passa pelo respeito aos instrumentos voltados para garantir independência e autonomia do sistema público, tanto perante o Estado, como perante a interferência do mercado. Cabe também discutir e apontar os problemas inerentes ao oligopólio irrestrito dos meios de comunicação de massa. Esse tipo de visão única, não fornece condições reais para a formação de uma opinião pública livre e autônoma. Enfim, disseminar e introjetar na sociedade que a mídia pública livre, independente, plural e diversa é essencial para o aprofundamento da democracia.

|Diante da Era Digital, com o uso cada vez maior das redes sociais, qual o futuro da TV Pública com o incremento desse aparato tecnológico, também para a inserção de vários segmentos da sociedade, como os jovens?

A permanência e sustentabilidade do serviço público de radiodifusão diante da emergência da convergência proporcionada pelas TICs tem sido uma preocupação frequente em várias partes do mundo. O Parlamento Europeu, por exemplo, aprovou

em 2010 a resolução (2010/2028(INI)) que orienta os estados-membros sobre ações com vistas ao desenvolvimento dos meios públicos em plenas condições de atuação e de concorrência justa com a mídia privada-comercial. Com base em dezessete documentos, que demonstram a abrangência e grau de amadurecimento do serviço público na Europa, a resolução reafirma a necessidade de emissoras públicas manterem-se independentes, fortes e vibrantes, capazes de adotarem mecanismos para se adaptar às exigências da era digital. Num momento de concorrência editorial, em termos de qualidade e diversidade dos conteúdos, o parlamento defende ser necessário aos organismos públicos diversificarem as suas operações e encararem novas plataformas de distribuição.

Em seus estudos sobre os sistemas públicos de radiodifusão de nove países, Mendel (2011) é enfático ao afirmar que a mudança tecnológica vai muito além de alterar o modo de distribuição da radiodifusão. Segundo ele, a internet possibilita que as emissoras se engajem em um leque muito mais amplo de atividades de informação, algumas delas podendo estar fora das definições tradicionais de transmissão, incluindo, por exemplo, a hospedagem de internet para conteúdos gerados pelos usuários (Mendel, 2011, p. 19). Nos estudos que realizamos sobre a inserção da EBC no ambiente da convergência digital, constatamos que esse processo ainda é tímido. Porém, a análise do portal da EBC revela que a concepção de convergência aplicada encontra-se ainda em estágio incipiente diante das possibilidades técnicas disponíveis e utilizadas em outras entidades congêneres. A estratégia da empresa foi dar visibilidade a marca EBC, praticamente desconhecida do grande público. Dois projetos de portal foram desenvolvidos em menos de quatro anos. No primeiro, entre 2012-2013, o foco estava em destacar na primeira página as notícias produzidas pela Agência Brasil, além de fazer chamadas das programações da TV Brasil e das rádios. Logo após o lançamento do portal, a empresa enfrentou restrição de divulgação de conteúdo. Apenas metade da programação da TV era de produção própria, enquanto a outra não possuía nos contratos de coprodução uma cláusula com autorização para exibição para web, o que contribuiu para inviabilizar sua exibição em diferentes plataformas.

Em 2014, o portal passou por nova reformulação técnica e visual com o objetivo de torná-lo responsivo, ou seja, com design flexível para se adaptar automaticamente em qualquer dispositivo (PC, celular, tablet, etc.). A nova fase ainda estava em andamento em setembro de 2015, com a reformulação das páginas das rádios e da TV. No entanto, observou-se que ainda persistia a estratégia de separação de canais e o direcionamento para ser um portal de notícias produzidas, na sua maioria, pela Agência Brasil. Os canais de rádio e TV continuavam sem visibilidade na primeira página do portal EBC. O usuário podia ouvir em tempo real, somente as rádios sob controle da empresa, enquanto a TV Brasil, canal de sinal aberto transmitido para todo o país, ainda não oferece sua programação em *streaming*. Somente a TV Brasil Internacional é transmitida por meio da Web TV.

Outro aspecto é a baixa oferta de conteúdos *on demand*, o que poderia ampliar o alcance de muitos produtos como séries, ficção, infantis, programas de rádio, entre outros. Em parte, o problema está relacionado à ausência de direito de imagem. No entanto, observou-se a entrega de poucos conteúdos jornalísticos próprios, em áudio e vídeo integrados à narrativa baseada em texto e fotos. Em geral, o material em áudio é produzido pela Radioagência e vídeos são retirados dos noticiários da TV Brasil. A baixa

integração multimídia é explicada pelas limitações técnicas da empresa que não dispõe de ferramenta *Content Delivery Network* (CDN), uma Rede de Distribuição de Conteúdos Multimídia. Sem essa rede, a empresa teria de fazer manualmente a adaptação de vídeos em vários formatos para os diferentes tipos de dispositivos.

Portanto, poucas iniciativas multimídia foram desenvolvidas pela empresa e estão disponíveis na seção “Conteúdos Especiais”. Embora seja louvável a iniciativa de produção de especiais, ela está longe de configurar uma narrativa transmídia entendida como aquela que se desenrola por meio de múltiplos canais de mídia, cada um deles contribuindo de forma distinta para a compreensão de um tema ou assunto. Alcança, sem dúvida, algum grau de crossmídia em parte da produção, mas falta efetividade, no geral, porque implica em reproduzir o conteúdo de várias mídias no mesmo lugar, mas sem necessariamente adaptá-los.

No âmbito da oferta de aplicativos para aparelhos móveis, a presença da empresa é mais tímida ainda. Somente as emissoras de rádio dispõem de um aplicativo que permite ouvir a programação em tempo real. Nenhuma outra informação ou conteúdo é oferecido ou pode ser acessado pelo aplicativo. Não há qualquer ação no sentido de criar jogos ou eventos de promoção que estejam relacionados com os conteúdos da programação das emissoras de rádio e televisão da EBC.

De modo geral, o portal como um todo – estrutura, texto, grafismo e visual - tem uma marca de natureza informativa. Sua característica predominante é de agência de notícias pautada pela cobertura de tipo do *hard news*, com destaque para fatos já divulgados em outros portais de notícias concorrentes. A diferenciação que procura oferecer está na cobertura de alguns temas como cidadania, cultura, educação e meio ambiente. Porém, isso não significa, de fato, uma cobertura diferenciada. São raras as matérias que apresentam uma abordagem aprofundada e que são complementadas por recursos multimídia. O baixo índice de atratividade impede que se transforme em espaço de entretenimento e informação de qualidade, cumprindo, assim, alguns dos seus objetivos como prestador de serviço público.

| Em alguns dos seus estudos, a senhora exemplifica o quanto a noção do público, por muitas vezes, está relacionada ao aparato estatal. Em sua opinião, os cidadãos brasileiros que acompanham a programação das emissoras públicas conseguem discernir entre o público, voltado ao bem comum, e o estatal?

No caso da TV pública brasileira há um grande passivo simbólico a ser superado.

No Observatório da Radiodifusão Pública realizamos uma pesquisa em 2014 sobre a imagem dos meios públicos junto à população. 700 pessoas participaram respondendo a um questionário online com mais de 50 questões. Pode-se observar pelos resultados que a legitimidade das emissoras públicas é altamente questionada pela falta de audiência. As pessoas, na sua maioria, têm imagens preconcebidas sobre as TVs, sendo que parte delas formou essa opinião sem conhecer, sem ver a programação. Apenas se recordam do tempo em que viram e acharam que era ruim pela falta de qualidade e pelo oficialismo. Na pesquisa surgiram frases sobre o que é uma emissora pública. Entre elas, “Lugar de politicagem do governo”, “Lugar de propaganda descarada dos governos”, “Programação direcionada para o governante do momento”, “São governistas ao extremo, menos públicas”, “São voltados para noticiar aquilo que

interessa ao governo”, “Tudo fachada. Deveriam ser confiáveis e mais isentas que as privadas, mas não é a nossa realidade”.

Os participantes da pesquisa reconheceram que a TV pública não exhibe programas sensacionalistas (58%); que o conteúdo da programação é variado (37%); que na construção das notícias ainda se consegue fazer uma abordagem um pouco mais aprofundada em relação às emissoras comerciais (30%) e que oferece diversidade de conteúdos sobre a cultura brasileira (41%). Mas apontaram pontos fracos como a baixa qualidade da linguagem: “Uma coisa chata e maçante”; “Má qualidade da programação”; “Programas aborrecidos e entediantes”; “Emissoras com programação ruim e chata de se ver e ouvir”.

A ideia do passivo simbólico se apoia na concepção de que existe um representativo déficit de imagem da mídia pública perante a audiência, ou seja, ao longo da história parece haver se constituído um saldo simbólico negativo relacionado ao processo de constituição das imagens estabelecidas pelos meios públicos perante o cidadão brasileiro. E esse saldo negativo, não foi superado mesmo com todo o investimento que se fez nos últimos 15 anos para melhorar a programação, especialmente com as mudanças registradas na TV Brasil.

|A TV Brasil, apesar de esforços para manter uma programação plural e diversa apresenta índices de audiência baixos, não chegando a 1%. Na opinião da senhora quais fatores implicam para esse percentual? E quais medidas seriam necessárias para ampliar o público dos conteúdos da TV Pública, no Brasil?

A resposta não está em arbitrar um índice mágico, mas interessa saber o quanto os programas da TV repercutem nas redes sociais. Significa ampliar a audiência por meio das redes sociais utilizando o compartilhamento como estratégia de propagação o que é diferente de veiculação.

No ambiente da convergência digital é impensável ver a TV apenas como radiodifusão. Deve ser pensada como integrante da era *post broadcasting*, significa que adotar as práticas de propagação apontadas por Jenkins, Ford e Green (2014), esses autores analisam a mudança de um modelo de “distribuição” para outro de “circulação” de conteúdos, no qual a importância do cidadão é fundamental e se dá de uma forma efetivamente participativa e engajada e com o importante detalhe de que essa participação não se dá de forma isolada, mas sim a partir de:

[...] comunidades mais amplas e de redes que lhes permitem propagar conteúdos muito além de sua vizinhança geográfica. O compartilhamento de conteúdos de mídia são impulsos que mobilizam as interações entre as pessoas. As práticas propagáveis são capazes de superar a limitada concepção do tradicional paradigma da radiodifusão, onde apenas um emissor/canal/suporte produz e transmite conteúdos. Jenkins, Ford e Green (2014, p.30)

A primeira medida é integrar a emissora no ambiente online – *on demand* e transmissão ao vivo, o que hoje acontece parcialmente, conforme o trabalho desenvolvido por Jenkins, Ford e Green (2014). A TV sequer transmite em tempo real na Internet, não tem transmissão da programação ao vivo. Maior parte dos programas não pode ser visto *on demand*. A segunda, é ter campanha de marketing nas redes

sociais para divulgar a grade de programação. Terceiro, utilizar as redes sociais para conseguir opinião, sugestões e críticas dos telespectadores sobre os programas, permite aproximar ainda mais do interesse do público. Quarto, criar um app para se ver a TV no celular.

A estratégia deve considerar que o modelo tradicional de consumo – em boa medida passivo – está gradualmente dando lugar à outra forma de participação mais ativa e com a adoção, por parte de espectadores, de certo controle dos conteúdos aos quais desejam ter acesso. Neste contexto complexo de mudanças, os gestores das empresas públicas precisam diversificar a produção e a linguagem de conteúdos para as novas plataformas de distribuição, expandindo assim as possibilidades de experiências de consumo. Entre outros motivos que justificam as estratégias de propagação, está a constatação de que o conteúdo concebido para ser propagado pode praticamente dobrar o tráfego referido da TV por meio de novos compartilhamentos.

| Quais os principais desafios para uma radiodifusão que trate de temas de interesse público? Como um espaço voltado para o exercício da cidadania ativa?

É superar a descrença dos cidadãos do subcontinente naquilo que é denominado como público, ou seja, encarar o passivo simbólico já mencionado e oferecer verdadeiramente programação diferenciada, diversificada, linguagem agradável e temas de interesse público.

O esforço da TV pública deve ser no sentido de suscitar a aderência, ou seja, criar conteúdo que atraia a atenção da audiência e que a envolva a ponto de torna-se ativa participante no compartilhamento, que fomente práticas verdadeiramente propagáveis. São as práticas propagáveis que podem viabilizar um processo comunicacional público mais amplo, participativo, democrático, estratégico, transformador, responsável, coletivo e que fortaleça a esfera pública no país.

| A independência dos veículos públicos passa também pela autonomia financeira. Na opinião da senhora, qual o modelo de financiamento ideal deveria ser adotado pela TV Pública brasileira?

Deve ser o modelo misto que envolva prestação de serviço, incluindo para o governo, patrocínios, venda de produtos da emissora, fundos públicos nacionais internacionais, criação de projetos que possam ser financiados por fundações estrangeiras.

| Em 2011, foi criado o Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina, como cofundadora dessa iniciativa qual o *locus* brasileiro no contexto latino- americano?

Analisando os avanços obtidos pela Argentina, Equador e Uruguai a partir da revisão dos seus marcos regulatórios, pode-se afirmar que o Brasil está em débito, muito atrasado em termos de legislação. A análise que fizemos no âmbito do Observatório mostrou que a revisão dos marcos jurídicos na Argentina e Equador, por exemplo, permitiu iniciar naqueles países uma reorganização do sistema público de rádio e TV ao criar condições para diversificar a oferta de conteúdos, renovar a programação e implantar formas inovadoras de financiamento, entre outras medidas, em ações que denotam um processo real de promoção de mudanças. Esse processo, porém, é altamente complexo e apresenta vários desafios para as emissoras, pois significa fazer alterações na cultura institucional. As transformações estão no início nesses países e

tratam de estabelecer, no âmbito dos meios, práticas que consolidem uma cultura crítica que se alimente e se renove a partir de avaliações contínuas das emissoras, criando um ambiente favorável para a renovação do perfil de produção e de conteúdo que se aproprie de elementos do cotidiano do seu público criando, assim, maior identidade, aproximação e legitimidade com o cidadão.

| Em sua opinião, quais os principais avanços na Radiodifusão Pública no Brasil desde a criação da EBC?

A criação da EBC permitiu ao Brasil se aproximar dos princípios básicos da Unesco, para o que ela define como radiodifusão pública, especialmente no campo da produção de conteúdo. Basta ver os compromissos com os quais a EBC se comprometeu a realizar e que consta de sua lei de criação:

“a) oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; b) desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; c) fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação; d) buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos; e) direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores.”

Compromisso previsto em lei para que se concretize necessita de gestão, financiamento, autonomia gerencial, independência. Foram nesses aspectos da gestão da EBC, enquanto empresa pública, que foi prejudicada a considerar os vários episódios de interferência governamental na gestão; o excesso de cargos comissionados; as distorções de valor entre a folha de pagamento aos funcionários contratados por seleção pública e o valor da folha dos comissionados; a dependência de verba governamental; as ações judiciais que impediram a EBC de utilizar a Contribuição para o Fomento da Radiocomunicação Pública com recursos oriundos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); a forma de gestão do passivo da Radiobrás. Tudo isso, impacta nas possibilidades de avanço.

| Na 2ª edição da Revista do Conselho Curador, a senhora assina um dos artigos com Daphne Dias, sob o título Muito além do espetáculo: esporte e cidadania na cobertura das Paraolimpíadas na TV Brasil. Na ocasião, foi feito um estudo comparativo entre as coberturas do evento, tanto na TV Globo quanto na TV Brasil, onde foram percebidos avanços na cobertura da emissora pública, quanto à abordagem e contexto amplo, como a inclusão da discussão cidadã e da saúde pública. Gostaria de refazer uma das questões do trabalho, pontuando a decisão do atual presidente Laerte Rimoli, de retomar a compra de conteúdo da TV Globo, sob a justificativa que “a programação é mais barata e de qualidade”. A questão é: Teria a TV Pública condições de romper com essa lógica dominante de cobertura?

O grande entrave é que o setor público, em geral, precisa enfrentar de forma realista seus custos, ou seja, entender que emissora pública é também um negócio, de abordagem social, claro, mas que precisa de gestão empresarial como qualquer outro negócio. Antes de comprar o mais barato é preciso saber se foram tentadas formas de reduzir custos e aproveitar a estrutura existente no sentido otimizá-la.

O estudo que gerou o artigo foi realizado pela pesquisadora do Observatório Daphne Arvellos Dias. Ela comprova que a presença dos princípios da radiodifusão pública na seleção e produção de conteúdo pela TV Brasil aparece no cuidado de cada matéria em trazer informações que gerassem interesse público, empregando relevância e significatividade aos acontecimentos retratados; a independência, na não-interferência dos humores dos governos na seleção das pautas. A experimentação e a inovação da linguagem aparecem não só no formato dos programas analisados, mas também na apresentação do tema, abordagem, seleção do assunto que foi tratado.

Sendo assim, pode-se dizer que a TV Brasil prezou, durante a cobertura das Paralimpíadas de Londres 2012, pelos princípios da radiodifusão pública que a auxiliaram no cumprimento de seu dever de desenvolver conhecimentos, ampliar horizontes e ser um lugar de encontro à informação e à educação acessível a todos e que se dirige a todos, além de manter a diferenciação delas em relação ao circuito privado. Esses mesmos princípios influíram no modo de selecionar e produzir o conteúdo durante a competição, cujo resultado diferiu do obtido pela representante com exclusividade do sistema aberto de televisão, a TV Globo.

Essas diversidades, no entanto, não resultaram na conclusão de que uma ou outra cobertura foi melhor ou pior. As diferenças mostraram meios distintos de cumprir os objetivos do sistema público e privado de televisão e ofertas de reportagens da TV Brasil e da TV Globo ao público. Pode-se dizer que, ao centrar sua reportagem em preferências editoriais, cada uma das emissoras deixou lacunas que foram cobertas pela outra emissora. De fato, se os jogos tivessem sido cobertos por apenas uma das televisões, alguns assuntos deixariam de estar disponíveis ao público. Fato esse que não aconteceu quando se leva em consideração o conjunto das duas produções. Nesse sentido as produções foram complementares. Esse é o ponto. Não adianta imitar a Globo, mas constituir a diferenciação.

|Na obra, Estado e Comunicação organizada pela senhora, em parceria com o professor Murilo César Ramos e vários pesquisadores, discutiram essa delicada relação. Levando-se em consideração o Estado, como um espaço de disputa pela hegemonia e a necessidade de “estratégias de comunicação que fortaleçam o sistema democrático pluralista frente ao poder econômico liberal” (Ramos; Bianco,2008:15). Como a senhora avalia o contexto atual da EBC, com a exoneração do ex-presidente Ricardo Melo, por meio de uma medida provisória que alterou o regime jurídico da EBC?

Foi um erro de interpretação e entendimento por parte do governo de Michel Temer. Primeiro por tentar mudar a lei por medida provisória sem entender que havia um mandato. Desconhecer o mandato é não entender o caráter de independência que preside uma empresa pública de comunicação. E entender que ao assumir o mandato numa empresa pública, o presidente estaria comprometido com a realização da missão guiado pelos princípios que regem a empresa previstos em lei. Se o governo apenas se

colocasse como quem observa o cumprimento dos princípios e missão, não exoneraria o presidente em exercício. Portanto, não se trata de nomes vinculados a esse ou aquele governo, mas de cumprimento da legislação.

| Como você define o panorama público brasileiro, diante da extinção do Conselho Curador da EBC?

Tudo está por demais confuso no campo da radiodifusão pública. As duas questões centrais legitimidade e sustentabilidade estão em cheque não somente na EBC como nas emissoras públicas estaduais, a exemplo da Fundação Piratini, no Rio Grande do Sul, que está sob ameaça de extinção. E como a sociedade em geral não percebe a necessidade de ter uma TV pública forte e atuante, então o movimento para que as conquistas sejam mantidas é praticamente restrito a grupos de interesse que sempre se mobilizaram. O engajamento social em torno da ideia de emissoras públicas independentes, autônomas, plurais ainda não se consolidou socialmente como uma necessidade democrática. Isso leva tempo diante da preponderância das emissoras comerciais.

| Considerações finais

É difícil, neste momento, prever o futuro da EBC diante da votação da MP 744/2016 no Congresso Nacional. O cenário é instável, parlamentares focados em outros assuntos vinculados à sua sobrevivência política com forte comprometimento da imagem do legislativo perante a sociedade. À primeira vista, não me parece ser um assunto que vá mobilizar parlamentares até o final de 2016. Creio que o assunto ficará para o próximo ano. Acredito que a perspectiva da TV Pública é de dificuldades diante do cenário econômico, ainda mais pela dependência de verbas públicas para sua manutenção. As emissoras terão de buscar alternativas para produzir, como co-produção, editais públicos, doações de fundos internacionais, entre outros. O caminho a ser trilhado é a busca de autonomia e independência.

Referências

BIANCO, Nelia R. Del; ESCH, C. E. ; PINHEIRO, E. B. B. . **Estratégias da Empresa Brasil de Comunicação para enfrentar o desafio da convergência**. 2016. XIII Congresso da Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC) (Apresentação de Trabalho/Congresso).

BIANCO, Nélia R.; ESCH, Carlos. E.M da C.; MOREIRA, Sonia V. **Lei de meios como estratégia de fortalecimento da radiodifusão pública**: o caso da Argentina, do Equador e do Uruguai. Rev. Comun. Midiática (online), Bauru/Sp, V.9, N.3, p. 104-119, set./dez. 2014 Disponível em < <http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/590> > Acesso em 28 de novembro de 2016.

BIANCO, Nelia R. Del ; RODRIGUES, M. . Diferenciação na cobertura esportiva a partir da TV pública. In: José Carlos Marques; Osvando J. de Moraes. (Org.). **Esportes na idade média**: diversão, informação e educação. 1ed.São Paulo: Intercom, 2012, v. 1, p. 263-284.

Bianco, Nelia del. ; Dias, Daphne. **Muito além do espetáculo** : esporte e cidadania na cobertura paralimpíadas na TV Brasil. Revista do Conselho Curador - 2ª edição . Disponível em <https://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_2aedi_o?e=8643723/5975029> Acesso em 10 de novembro de 2016.

Brasil.Lei Nº 11.652, De 07 de Abril de 2008. **Lei que constitui a Empresa Brasil de Comunicação** – EBC Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>. Acesso em 12 de março de 2016.

ESCH, Carlos Eduardo; R. DEL BIANCO, Nélia - **Rádiodifusão pública brasileira**: o desafio de conquistar credibilidade e representatividade social. Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público. Nº 2 (2016) . Disponível em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/radiodifus%C3%A3o_p%C3%ABlica_brasileira_o_desafio_de_conquistar_credibilidade_e_representatividade> . Acesso em 28 de novembro de 2016.

JENKINS, H., GREEN, J. e FORD, S. (2014). **Cultura da Conexão** – criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Editora Aleph.

MENDELL, Tony. (2011). **Serviço público de rádiodifusão**: um estudo de direito comparado. Brasília, UNESCO. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002147/214765por.pdf>>. Acesso em 28 de novembro de 2016.

RAMOS, Murilo .César .& BIANCO, Nélia .(2008). **Estado e Comunicação**, Brasília : Casa das Musas / INTERCOM / UnB. Disponível em <<http://galaxy.intercom.org.br/ebooks/arquivos/77a73387727e1c2dc02254c196ee7360.pdf>> . Acesso em 10 de novembro de 2016.

UNESCO. **Public Broadcasting**: Why? How? Unesco: 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058Eo.pdf>> . Acesso em 28 de novembro de 2016.

“Ao mesmo tempo, aqueles que conseguirem dar continuidade as pesquisas poderão observar na prática o que o golpe a democracia dado por esse governo ilegítimo provocou na sociedade”

NELSON DE LUCA PRETTO

Renata Ouro

O ativista político e social, pesquisador, Professor, intelectual, amante das tecnologias, da educação, da cultura e da sétima arte, desde 1994, fundou o Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologia (GEC). O mesmo foi criado com a finalidade de estudar a presença das tecnologias na perspectiva estruturante e condizente com as características da cibercultura. Com isso articulando de forma intensa a pesquisa, o ensino e a extensão universitária. O GEC está ligado ao Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, vinculado à linha de pesquisa Currículo e (In) Formação. Um dos projetos do grupo é o projeto 'Desafios da TV Pública e Digital' na Bahia com o apoio da IRDEB, UFBA, UFBA - TVUFBA, CEFET, dentre outros. Para contribuir com o debate nacional sobre TV Pública criou - se na Bahia um grupo de discussão, estudo e pesquisa Coordenados pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e pela Faculdade de Educação da UFBA com o objetivo de preparar um documento que explicitasse o posicionamento do Grupo Bahia no que se refere à implantação da TV Pública Digital. Eu enquanto Jornalista, pesquisadora, gostaria de agradecer imensamente a gentileza dos queridos Professores Nelson Pretto, e da minha orientadora, Simone Lucena (UFS/SE) por compartilhar saberes e experiências da vida acadêmica.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Uma primeira questão fundamental, é que o sistema de comunicação está centrado em sua dimensão pública. Então, todas as emissoras são concessões públicas dadas pelo Estado. Por isso demandam uma regulação do Estado, sendo assim, não é um serviço executado por qualquer empresa privada. Então quando se fala em controle do Estado, não estamos falando em censura. Estamos falando em regulamentação. Nesse particular, temos o importante campo das televisões públicas, que tem que servir de referência da comunicação pública. Nós estamos falando de uma comunicação pública e não estatal. Um sistema de televisão que seja realmente público, com participação

plena da sociedade. Por isso a existência de uma comunicação e televisão pública é fundamental para a democracia.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

A TV Pública possui várias fragilidades a primeira delas é não ter um sistema de financiamento que garanta a autonomia do governo. Um exemplo disso é a televisão pública de São Paulo, a TV Cultura, que já foi considerada o mais próximo aqui no Brasil de uma TV Pública, mas que sofre porque depende do financiamento do Estado. Mas não é só isso, a televisão pública precisa avançar mais no sentido de ter, de fato, uma maior participação da sociedade, tanto no seu controle, programação e funcionamento.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Ela deve se sustentar com orçamento público garantido constitucionalmente.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

O primeiro passo é saber se está se referindo a Estado ou a Governo. Em relação ao Estado, ela é uma instituição do Estado nacional. Já em relação ao governo ela deve se relacionar com total independência.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A primeira questão já é o debate sobre o que é a grade de programação. Já há uma ampla discussão sobre isso, mas não vou entrar nisso aqui e deixo para os profissionais da comunicação. Mas sem dúvida nenhuma, toda a participação da sociedade, tem que ter garantia de espaço para que a programação da televisão pública, agora com a televisão digital com múltiplos canais e interatividade possa favorecer de fato, que a sociedade participe mais ativamente dessa programação.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Ela dialoga com a sociedade a partir da sua própria constituição. Ou seja, uma televisão pública que seja de fato pública tem por princípios o diálogo permanente com a sociedade através dos Conselhos, de uma participação mais direta da população. Uma televisão que garanta uma grande diversidade, correspondendo à diversidade da nação brasileira.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Uma questão polêmica. Ela não pode se focar única e exclusivamente nas questões de audiência, mas não pode desconsiderar porque se ninguém assiste à televisão pública, ela perde a sua função. Ela não pode ficar escrava da audiência porque também não conseguiria experimentar novas linguagens, formar novos hábitos na fruição do assistir e no participar da televisão. Então ela deve ter um equilíbrio muito grande nessa preocupação em ter ou não audiência.

| Como você avalia a televisão pública baiana? E como ela se encontra atualmente?

Ela sofre com a grande falta de apoio no que se refere ao financiamento. Uma situação difícil na qual vive o sistema de rádio e televisão educativa da Bahia, o IRDEB. Ao longo desses últimos anos, o que temos visto é uma ampliação na participação da programação local, algo muito importante. Outra coisa que temos visto é a participação mais intensa dos diversos segmentos da sociedade na televisão constituindo assim uma programação de qualidade com os valores da Bahia. Mas isso é ainda muito incipiente. Nós ainda precisamos de mais investimentos, parcerias com outras instituições públicas para garantir uma programação de qualidade, com os valores locais mais presentes. E, principalmente, mais financiamento público.

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Eu assisto bastante, todos os programas jornalísticos, além de programas locais. E outros grandes programas, principalmente, aqueles que articulam a rede latino-americana de documentários. A televisão pública brasileira é conectada com a América Latina e isso é muito bom.

| O Brasil diante de tantas incertezas e acontecimentos em 2016 quais os impactos negativos e positivos (caso tenha) para a televisão pública?

Os impactos são enormes porque esse governo não tem interesse na televisão pública, o governo anterior lamentavelmente também não deu o necessário apoio para a Empresa Brasileira de Comunicação. Então estamos vivendo períodos muito difíceis, inclusive, com o esvaziamento do Conselho da EBC, que é um órgão representativo da sociedade.

| Quais as perspectivas para a televisão pública a partir de 2017?

Então são momentos difíceis pela questão financeira e política. Um momento de muita luta como vai ser para tudo no Brasil de hoje.

| Como você avalia a criação da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública? Os aspectos positivos e negativos. E como ela deveria proceder a partir de 2017?

É buscar mais experimentações na linguagem, novas formas de se aproximar da sociedade, novas formas de fortalecer a sua ligação pública. Então desafios que devem ser enfrentados para garantir que tenhamos uma televisão pública de fato e não uma televisão estatal, a serviço de um governo, principalmente, desse que é golpista.

| Você tem participado de discussões recentes sobre a televisão pública? Cite um debate, seminário, dentre outros, e explique.

Eu não tenho participado; a minha participação é muito mais antiga. Eu tenho participado aqui na Bahia com a TVE, com o IRDEB, inclusive, estamos trabalhando de forma muito intensa com muita parceria e trabalho.

| Por que lutar em Defesa da Comunicação e Televisão Pública?

Eu vou repetir uma frase de uma das minhas respostas anteriores. A televisão, a comunicação pública é fundamental para a democracia.

| Quais os impactos positivos e negativos para os pesquisadores em Comunicação e TV Pública? As pesquisas dos Mestrandos e Doutorandos encontram - se ameaçadas? E para os futuros pesquisadores?

As pesquisas de uma maneira geral estão ameaçadas por conta da crise na qual estamos vivendo. O país com essa PEC-55/241, que propõe reduzir violentamente por vinte anos o financiamento da ciência, da tecnologia, da cultura, da educação vai afetar e dificultar muito todos esses campos. O país viverá momentos muito difíceis acaso essa proposta de emenda constitucional seja aprovada. Ao mesmo tempo, aqueles que conseguirem dar continuidade as pesquisas poderão observar na prática o que o golpe à democracia dado por esse governo ilegítimo provocou na sociedade.

| Considerações Finais

Eu desejo toda a força para a televisão pública, que sejam fortalecidos os seus Conselhos, que sua programação efetivamente reflita a diversidade da cultura brasileira. E força para a digitalização da televisão pública para que efetivamente possa chegar a todos os cantos desse país.

“O paradoxo é que os ilustrados e cultos só veem a televisão como uma forma de educar o povo e não como uma instituição popular. (...) A televisão pública será muito melhor quando for mais televisão, mais latina e mais popular.”

OMAR RINCÓN

Daniel Merli

Diretor do Centro de Estudos em Jornalismo da Universidade dos Andes, o colombiano Omar Rincón também coordena Centro de Pesquisa em Comunicação para a América Latina da Fundação Ebert. Dos dois centros, tem coordenado pesquisas de acadêmicos latino-americanos a respeito do quadro da televisão pública no subcontinente. Coordenou as publicações *¿Por qué nos odian tanto? [Medios de Comunicación y Estado en América Latina]* (Bogotá: C3/FES, 2009) e *Los telepresidentes: cerca del pueblo y lejos de la democracia* (Bogotá: C3/FES, 2008). Em seus livros, questiona o modelo de televisão pública que se busca construir na América Latina. “Na prática, fazemos uma televisão pública para um público que não vê televisão”, afirma.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A televisão pública é importante porque é a tela de todos onde as minorias e diversidades se encontram, se expressam e se reconhecem, e como um mercado público onde se mesclam estéticas, relatos e vozes do indígena com o negro, o mestiço e o branco; o feminino com as outras sexualidades; os jovens e as crianças com os idosos.

A televisão pública é importante porque assume algo que não interessa ao mercado e às televisões privadas: os cidadãos. Por isso, deveria ser uma televisão pela cidadania construída de baixo para cima, juntamente com a população.

Mas atualmente o *popular* é uma propriedade dos canais privados porque se algo sabe a indústria é apropriar-se do gosto popular e explorá-lo convertendo-o em bugiganga. Está aí seu sucesso de audiência e também sua pobreza de projeto: fazer com as pessoas se conformem a um mesmo sabor de *fast food* cultural, como dizia Bourdieu. E já sabemos o que acontece com quem come todos os dias comida barata e gordurosa. É o mesmo que ocorre com quem apenas consome a televisão privada.

Por outro lado, o *popular* é algo que não agrada nossas elites – nem de direito nem de esquerda. Por isso, elas creem que a função da televisão pública é educar

culturalmente os bárbaros. E está aí a causa do fracasso do projeto das tevês públicas e sua baixa incidência cultural.

Temos de lembrar as elites políticas e ilustradas que se algo sabe a população é de televisão, porque já a viu muito, sabe aproveitá-la sem culpas e a usa para relaxar de suas lutas cotidianas por sobrevivência. Por isso, temos de tentar fazer uma televisão pública *pop* e popular para aproximarmos dos setores populares, senão seguirão sequestrados pelos mercados privados.

O paradoxo é que os ilustrados e cultos só veem a televisão como uma forma de educar o povo e não como uma instituição popular. A televisão tem de ser vista como uma instituição fundamental para as culturas populares. E será televisão pública quando a diferenciemos das emissoras privadas buscando ampliar e diversificar os formatos, as estratégias de comunicação, reconhecimento e de gestão. A televisão pública será muito melhor quando for mais televisão, mais latina, mais *pop* e mais popular.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

A televisão pública na América Latina é um fracasso. Não funcionou e não está funcionando por ao menos quatro razões. Uma razão é que a televisão pública nunca pode ser autônoma e independente dos governos. Não pode ser a voz, os relatos, as imagens dos cidadãos, e sim do governo de turno. Não há televisão nem meios públicos porque há demasiada ingerência dos governos na gestão e programação de conteúdo dos canais. Quando entra um novo governo, mudam a direção, a programação, a orientação de produção e dos conteúdos, formatos e estilos.

O segundo motivo está no fato de que se impôs que a televisão chamada pública tem de ser cultura e educativa. Esse é um erro, porque uma coisa é a televisão educativa, outra coisa é a televisão cultural e outra é a pública. O que é próprio da televisão pública não é educar, mas ser o cenário da cidadania, da diversidade cultural e da pluralidade de opiniões. Ou seja, a televisão pública é a que pertence ao público, que se reconhece e tem prazer com ela. A televisão, em si mesmo, é entretenimento. Ela faz parte da cultura que habitamos. Então, porque a televisão para ser pública tem de ser educativa e cultural? Para educar e fazer cultura, deixa-se de fazer TV. Esquece-se que devemos respeitar o ritual televisivo, ou seja, esse espaço de relaxamento cotidiano que todos habitamos quando ligamos uma tele e nos reconhecemos e nos divertimos com ela. Logo a televisão pública deve ser entretenimento, pactos narrativos e prazeres e ao ser pública deve existir nos prazeres, saberes e práticas políticas dos cidadãos.

A televisão pública também fracassa por seu modelo de gestão. Como depende dos governos, sua gestão é política e não televisiva. Ou seja, não é gerida como um canal de televisão, mas como um aparato burocrático. O processo de contratação de um programa de tevê é o mesmo de construção de uma ponte. Então esse modelo de gestão atenta contra a essência da televisão. Em *A Sociedade da Informação*, Manuel Castells afirmava que o modelo de trabalho do futuro seria televisivo, porque se trabalha por projetos criativos. Na televisão pública, teríamos de passar da lógica de gestão política e burocrática para a televisiva. Que no caso da televisão pública deveria estimular a diversidade e criar novos talentos.

O quarto motivo do fracasso da televisão pública é que sua programação e conteúdo estão dedicados a um projeto político, sobretudo de caráter jornalístico. E jornalistas, documentaristas e políticos só entendem uma forma de fazer televisão e não a compreendem como uma diversidade de formatos, narrativas e estéticas, que devem visar principalmente à participação cidadã. Para a televisão pública, falta menos informação e ilustração e mais ficção, música, concursos, entretenimento e esportes.

Concluindo, no momento, a televisão pública é algo neutro, que não é de ninguém: nem de partido político, de presidente, de governo, de cidadão ou jornalistas ou cineastas. O resultado é o público da televisão pública segue sendo ninguém.

Temos de assumir que o projeto de televisão pública como está na América Latina fracassou. Não há um conceito nem de comunicação pública nem de conquista do público, nem de reconhecer o sujeito popular. O que está por trás é um conceito de educacional ou de propaganda política.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

A televisão pública deve ser financiada pelo Estado como a educação e a cultura. Ninguém se pergunta quem deve financiar a educação ou a cultura, todos sabemos que é o Estado. O debate que há é sobre qual modelo. Creio que há algumas ideias que funcionam. Uma delas é que o Estado entrega licenças e concessões de televisão a empresas privadas e por isso deve cobrar uma taxa por tempo determinado. Por exemplo, na Colômbia, os canais Caracol e RCN, que são os dois maiores concessionários privados devem pagar 50 milhões de dólares por ano e esse dinheiro vai a um fundo para a televisão pública. Na maioria dos países, as empresas privadas usufruem o bem público da televisão sem pagar um real ao Estado, o que é uma aberração.

Outra forma é o pagamento de uma porcentagem da tarifa que pagam os usuários dos serviços de televisão por assinatura. Uma parte desse valor poderia ir para o fundo da televisão pública. Na Colômbia, esse valor era 10% da assinatura, agora é um valor fixo. Também na Colômbia, uma porcentagem de 1,5% dos ganhos em publicidade dos canais privados também vai para esse fundo. Também é possível estabelecer que uma porcentagem da publicidade oficial do Estado seja direcionada ao fundo. Isso é previsto na Colômbia, na ordem de 10%, mas não é cumprido.

Além dessas tarifas destinadas ao fundo, penso que a televisão pública deve receber recursos destinados pelos governos federal, estadual ou local com base em projetos específicos de conteúdo.

Existem muitas outras formas de financiar a televisão pública, como os patrocínios publicitários, as fundações, os *crowdfunding* e a coprodução. Todas essas formas serão importantes se a televisão pública se tornar *cidadã* – ou seja, tiver valor para a sociedade. O mais importante é que não se imponha o modelo da televisão privada somente por financiamento publicitário, porque colocaria as emissoras em busca da audiência a qualquer preço.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

A televisão pública é do Estado, um bem e serviço público que deve ser oferecido pelo Estado. E por isso, deve ser independente e autônoma do governo. Para isso, tem de ser inclusiva da diversidade cultural e pluralista na opinião, aprofundando a democracia e fazendo possível a cidadania comunicativa.

Mas o que existe hoje não é comunicação pública e, sim, uma televisão governamental. Nesse sentido, defendo que assuma que é uma televisão governamental e não seguir mentindo chamando-se de pública. E seria muito melhor, porque se assumíssemos que é uma televisão governamental, iríamos exigir que tivesse coerência com o programa de governo e avaliá-la dessa forma.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

A televisão pública não deve dialogar com a sociedade. Ela deve ser parte da sociedade, sendo o campo onde os cidadãos joguem a partida da democracia e do reconhecimento de suas identidades. Para isso, creio que a grande revolução da televisão pública é o que chamo de *celebridades cidadãs*, que ocorrem quando os cidadãos tomam a tela para si, com suas próprias vozes e estéticas, agendas e relatos. Não são mais necessários intermediários ilustrados que “deem voz” ou “representem” as pessoas. As *celebridades cidadãs* já são possíveis porque as pessoas com seus telefones celulares têm a possibilidade de tomar as telas e existirem ali. A televisão pública deve resgatar o direito e a possibilidade das pessoas colocarem-se nas telas para que cada cidadão possa se converter em uma celebridade. E a autoestima pública, social e cultural é muito política e necessária nesta sociedade de entretenimento e espetáculo. Essa tem de ser a lógica da televisão pública: permitir que o cidadão exista por si mesmo e exerça seu reconhecimento.

Mas fazemos o contrário. Passamos todo o tempo comprando ou copiando conteúdo da *CNN*, da *Fox*, da *BBC*, da *Discovery*, como se fossem eles que soubessem – e não sabem nada de nossa cultura. Cada vez a comunicação se parece mais com a forma de fazer e ser da cultura local. O caso brasileiro é único porque quem revolucionou a televisão brasileira foi Glauber Rocha, levando a câmera para a rua. Glauber fez essa mudança assumindo a estética da fome e do desaforo. E toda a televisão brasileira passou a fazer algo parecido. Sua grande revolução é que se atreveu a ser brasileiro.

Por outro lado, agora não nos atrevemos. Apenas copiamos o que se faz em Miami, Londres ou Paris. Falta pensar com nossa própria cabeça, nosso próprio corpo, para construir algo desde o local onde vivemos. Para inovar devíamos nos inspirar na juventude brasileira que está ansiosa de participar e fazer coisas muito além da imitação, em um movimento que busca formatos e estéticas próprias.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

A televisão pública deveria ser feita sob três premissas. Uma é das *celebridades cidadãs*, produzindo uma televisão com valor cidadão a baixo custo. Aqui os cidadãos são os que tomam a tela e se convertem em estrelas para o público. Isto deveria ser 50% da programação. Outra premissa deveria ser das *cidadanias conectadas* – a televisão para nos colocarmos no mundo a baixo custo. A partir de convênio com embaixadas e emissoras de outros países construir uma faixa de programação que nos levem a outras formas de praticar cultura e de viver em comum. E a terceira premissa deveria ser das *cidadanias de prestígio*. Os recursos mais importantes deveriam ser investidos em fazer grandes séries de ficção e documentários que contem a complexidade cultural, social e política que habita cada sociedade. Uma televisão que passe a memória cultural de uma nação ou uma comunidade.

|Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Sem público não há televisão pública e sem audiência não há comunicação. A televisão pública deve ser vista e reconhecida como espaço em que cada cidadão pode existir. Apesar de a televisão pública ter uma estética boa, esta é uma estética muito letrada e de classe média, que não chega às pessoas, o que a torna uma televisão pública sem público. Minha mãe me disse um dia: “é que a televisão pública é como um restaurante que vende uma comida que não é para mim”.

Usando a figura do restaurante, o cidadão latino-americano tem cinco lugares para ir comer: a *comida barata* que oferecem nos canais privados, com menus que engordam, causam dano ao corpo e à alma e são restaurantes que se copiam as receitas; a *comida light* que servem os restaurantes de televisão a cabo, que não muitos, mas oferecem pouca coisa que sirva; a *comida feia e sem sabor* dos canais oficiais de legisladores, políticos e Judiciário; a *comida regional*, que de vez em quando serve alguma coisa folclórica, alguma paisagem inédita, uma ou outra festa popular; e, finalmente, a *comida gourmet*. Esta é a dos canais da televisão pública, educativa e cultura, com muitas coisas boas, a melhor comida autoral com sabores hindu, árabe, mexicano, francês, peruano, chileno e brasileiro, mas é tão de elite que o cidadão comum não se atreve a entrar e degustar.

Ao fazer esse tipo de televisão estamos depreciando as pessoas porque elas não conseguem se conectar, não se identificam. E estamos negando-os como sujeitos de saberes, práticas e experiências da cultura audiovisual. Na prática, fazemos uma televisão pública para um público que não vê televisão.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Eu adoro as séries da *BBC*, como *Happy Valley*. Por aí se vê a melhor televisão culta do mundo para um público *pop* globalizado. Mas deixando de olhar para os europeus, temos na paisagem latino-americana novas formas de aprender com nós mesmos.

Do Chile, devemos aprender como o Conselho Nacional de TV pesquisa os modos de ser e de viver da sociedade e da televisão, com apoio orientado a produtos infantis. Da Argentina, podemos copiar sua excelente Defensoria Pública que converteu as queixas e reclamações dos telespectadores em audiências públicas. Também o modo de criar formatos vanguardistas e entretenimento do primeiro *Ciudad Abierta*, de Cohn e Duprat. A qualidade em estética e narrativa do *Canal Encuentro*. Os modos de atender as populações prioritárias como as crianças do *Paka Paka* e os idosos com *Acua Mayor*.

Do Brasil, temos de seguir as experiências do *Tal.tv* que junta as melhores produções da América Latina e as põe ao serviço de todos os canais. A *TV Cultura* em sua época dourada de *Castelo Rátimbum* e seu excelente modelo de gestão autônomo e independente que já teve alguma vez. Do Uruguai, deveríamos recuperar a primeira *TV Ciudad* que conseguiu colocar o urbano na televisão e produziu projetos como *El Árbol*.

Da Bolívia, deve-se aprender os modos de integrar os indígenas nas telas. Do Peru, a forma como criaram o canal *IPe* para jovens e crianças. No Equador, pode-se admirar sua jovem televisão pública e sua forma de construir programas a partir da perspectiva regional. Da Colômbia, pode-se aprender a forma como sua televisão pública faz excelentes programas para crianças e a busca por formatos culturais. E seu sistema de canais regionais que reconhece a diversidade cultural do país. Seu melhor ensinamento

é o sistema de financiamento da televisão pública por um fundo que provém da tarifa paga por cada assinante de TV a cabo, além de uma porcentagem sobre a publicidade de canais privados.

Na Venezuela, é muito interessante o ecossistema de canais que criaram para fazer a TV pública: um canal internacional (*Telesur*), três canais nacionais (*Venezolana*, de política, *Tves*, social, e *Vive TV*, comunitária), um canal urbano (*Ávila TV*) e canais zonais como a *Katia TV*. Um desenho que atendia necessidades diversas. Uma lástima são os conteúdos. Do México, pode-se imitar o fato que o Estdo financia diretamente aos dois canais públicos – o Once e o 22 – um com excelente programação infantil e outro de conteúdo cultural.

Este rápido *zapping* nos mostra exemplos maravilhosos na América Latina, de onde podemos aprender, sem termos de ir à BBC. Modelos mais próximos, menos pretensiosos e mais realistas.

“A TV pública tem que estar subordinada a uma orientação que emane da sociedade, através de conselhos e de outros mecanismos que não sejam do Estado.”

PEDRO LUIZ DA SILVEIRA OSÓRIO

João Vicente Ribas

Pedro Osório lança um olhar apurado e “de dentro” sobre a televisão pública. Entre 2011 e 2014, foi presidente da Fundação Piratini (TVE/RS e FM Cultura). Concomitantemente, presidiu a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC). Sua visão sobre o tema passa por uma trajetória e uma formação sólida. Professor da Unisinos, é graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Comunicação e Informação, e Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Também é diretor do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Já chefiou a Coordenação de Comunicação Social da prefeitura de Porto Alegre (1993/96), integrou a comissão de ética da FENAJ (1998/2004) e foi secretário executivo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

É fundamental. Os meios de comunicação é que fazem a mediação entre o estado e a sociedade, conforme a gente vem aprendendo, vem estudando e vem sentindo isso na prática. E são eles que carregam, no final das contas, que dão forma a determinados discursos e a determinadas propostas sociais, de parte a parte, sejam aquelas que venham dos movimentos sociais, que venham do Estado, ou que venham da dita sociedade civil, no sentido amplo. Para uma nação esta mediação não pode ficar nas mãos da iniciativa privada, nas mãos da comunicação privada. Por essa razão, a radiodifusão pública é fundamental. Para se constituir uma nação e assegurar determinadas qualidades do Estado, para que possa permitir que os vários segmentos sociais se expressem da forma mais adequada possível, é preciso uma radiodifusão pública.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

É uma relação de parceria. A TV pública, propriamente dita, não pode estar submetida ao Estado. A gente sabe que no mundo, como ensina Teresa Otondo em seu livro sobre televisão pública, tem tradições mais estatais, tem tradições mais públicas (que talvez a

BBC sempre seja o exemplo mais adequado) e tem uma tradição de mercado. A tradição de mercado é a norte-americana PBS, que tem uma rede que não chega a se constituir em rede nacional, que tem uma articulação de emissoras, mas tem um caráter local, que não produz conteúdo nem tem produção própria. Ela veicula material de terceiros. É uma inflexão de mercado, típica norte-americana, de garantir que determinados grupos sociais tenham espaço nessas televisões e nessas emissoras (por lei quase todas as cidades têm que ter, se bem me lembro). Mas não chega a ter um caráter propriamente público, por que: o que vem a ser público? Público é aquilo que é de todos. Essa coisa pulverizada não quer dizer que constitua um discurso público. O fato é que lá o Estado garante um espaço pra isso. Mas o Estado não chega a fornecer subsídios, não garante uma produção tipicamente alternativa.

Aí tem uma tradição europeia: a tradição francesa tem uma marca muito grande do Estado, a tradição inglesa tem uma marca muito grande do público. Pegando esses exemplos mundiais, a América Latina talvez seja a que está mais marcando passo nisso. Tem iniciativas interessantes, mas do ponto de vista de uma história de radiodifusão pública, talvez seja a que está mais atrás na constituição de um determinado modelo. O Estado tem que ser parceiro. Em que medida? O Estado é responsável por políticas públicas. Políticas públicas é o Estado em ação, na sua definição mais simples. Ele precisa estabelecer determinado espaço para radiodifusão pública e precisa também trabalhar para que existam fontes de financiamento. Agora, a ingerência do Estado sobre a TV pública deve ser mínima. A TV pública tem que estar subordinada a uma orientação que emane da sociedade, através de conselhos e de outros mecanismos que não sejam do Estado, porque aí nós já vamos estar falando de TV estatal.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Tem uma coisa que é meio universal, que é verba do Estado, verba do mercado e verba de um determinado tipo de financiamento público. Isso varia muito. Na Inglaterra pagam tributo. Na França, pagam um tributo e tem mais presença do Estado. Essa prática que é muito comum na Europa, de pagar imposto pra assistir a televisão, talvez seja difícil de implantar na América Latina, mas é uma boa. E tem outro aspecto, que é uma sustentação de mercado. Mas o mercado não deve ser o principal nesta sustentação da TV pública. Porque na medida em que tu começa a esperar que ela busque recursos basicamente no mercado, ela vai aos poucos se submetendo aos interesses ou contingências do mercado, como as emissoras privadas, que para o bem e para o mal têm que conviver com isso. A TV pública deve se capacitar para buscar recursos de acordo com a legislação. No caso do Brasil pode ter um apoio institucional. Pode promover determinados produtos, mas não pode vendê-los. Isso deve ser buscado, mas aí a gente se depara com um problema sério, que é a falta de capacitação dos quadros, de servidores inclusive, para realizar este trabalho. Não por vontade deles, mas porque não se constituiu ainda uma tradição no Brasil de fomentar quadros, para além dos típicos da atividade fim, de fomentar a existência de departamentos e de diretorias, vocacionados para se relacionar com o mercado. E que conheçam as leis de incentivo e saibam buscar recursos nessa outra área, que aí já é o Estado fornecendo, ou então eventualmente recursos privados que por determinadas leis poderiam ser usados. Então uma fonte de financiamento é essa. A outra caberia ao Estado. O Estado tem que bancar uma parte dos custos. Porque é uma coisa que lhe diz respeito, que

tem o caráter público, que interessa ao Estado e à nação a manutenção deste tipo de televisão. Por fim, por exemplo, pode se buscar na Europa alguns modelos de financiamento, em que as emissoras privadas contribuem com uma taxa para a TV pública. Porque elas usam um espectro que é público e é desejável e compreensível que elas paguem por aquilo ali. Aqui no Brasil havia um financiamento desenhado, que agora não sei onde anda, que foi aquele que deu origem à TV Brasil. Era um tributo que as teles [empresas de telecomunicações] pagavam ao Estado, para que o Estado interviesse nos locais onde as teles não tinham interesse em prestar serviços. Parte desses recursos permitiu criar a TV Brasil e parte deveria ser destinada às emissoras consideradas públicas, as chamadas TVEs, que por sua vez deveriam ter determinadas características, como ter conselho deliberativo, etc. Isso significaria um aporte significativo, talvez de 30% dos recursos. “Daria uma mão na roda”, mas não andou. As fontes de financiamentos são essas. É tríplice: Estado, mercado, e buscar outras formas.

|O projeto da TV Brasil tem uma proposta de formar uma rede nacional de comunicação pública, com afiliadas regionais. Constituir esta rede é uma dificuldade hoje no Brasil?

Acho que sim. Como presidente da ABEPEC que fui, verifiquei que há uma dificuldade de constituição dessa rede, por motivos que vão tocando em outras fragilidades da TV pública. De parte dos governos há um despreparo considerável para o trato da questão, de modo que se sucedem os governos e perdura uma espécie de desprezo pelo que foi feito anteriormente. Isso não é típico só da TV. Nas outras áreas do governo também tende a acontecer isso. Mas na televisão pública isso se torna uma marca. Se nós conseguíssemos consolidar essa rede com as TVs educativas, que são públicas, nós conseguiríamos avançar no sentido de consolidar uma programação que pudesse aos poucos também mobilizar o governo para fiscalizar essas outras TVEs que têm uma característica jurídica um pouco diferente, mas que não são privadas, e que continuaram como moeda de troca do governo. Isto porque, até a Constituição de 88, quem concedia a outorga? O presidente da república. O [José] Sarney fez aquilo que a história nos conta: mil e poucas concessões e negociou seu mandato para cinco anos. Depois essas concessões passaram para o Congresso e os critérios continuam discutíveis. Mas as TVs educativas continuam na mão do presidente da república e do Minicom. Então eles as concedem para quem bem entendem. E são centenas pelo país. E não tem nenhuma regulação. Mais ou menos como as TVs comunitárias, que também acabam nas mãos de políticos e de igrejas. Essas TVEs de fato não estão cumprindo uma função pública, tipicamente. As pessoas assumem a outorga para ganhar dinheiro. Mas não se trata só de questionar as intenções de determinados concessionários e empresários. É que falta uma orientação do Estado que dê uma direção clara a isso, que forneça também instrumentos de qualificação, de aperfeiçoamento desses dirigentes e dessa mão de obra e que forneça subsídios para uma televisão poder buscar outra alternativa.

|Então outra fragilidade estaria na questão jurídica?

Tem diversos modelos no Brasil. Acho que tem que respeitar as características de determinadas estruturas. Não se trata de padronizar, me parece. Mas uma coisa não se deveria admitir: que a TV, do ponto de vista financeiro ou jurídico mesmo, esteja

completamente subordinada à estrutura estatal. Há casos no Brasil de emissoras públicas que não têm sequer autonomia para viajar, sem que tenham que pedir licença ao secretário da fazenda. Não têm sequer autonomia jurídica para tomar as decisões que lhe são atinentes. Claro que há uma questão de orçamento, que diz respeito ao Estado, há questões jurídicas que dizem respeito aos limites do Estado de modo geral. Mas elas sequer têm essa autonomia. Isso precisaria acabar. As características da administração podem ser várias, mas todas deveriam ter conselho deliberativo, ou curador. Nessa estrutura jurídica deveria ser inserido um espaço para que a sociedade pudesse opinar sobre a programação.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

O conselho deve ser acompanhado, par e passo. As direções têm que estar cotidianamente dialogando com o conselho, para compreender as demandas, para explicar determinadas iniciativas, para contrapor determinadas ideias (porque não significa que o conselho esteja sempre certo). Para constituir uma cultura de compreensão da televisão - pois muitas vezes ainda perdura a ideia de TV educativa, ainda perduram determinadas ênfases e confusões. Essa relação com a sociedade passa agora pelas redes sociais. Não se pode mais pensar uma televisão pública que não esteja na internet e que não tenha uma ouvidoria e um controle diário através das mídias. Essa relação é fundamental.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Não acho que a TV pública seja uma TV cultural no sentido estético. É possível ter um canal voltado exclusivamente para a cultura. Por exemplo, o Encuentro da Argentina, que é focado numa determinada faixa cultural. A TV pública trabalha em parte com isso, mas tem uma preocupação muito mais antropológica do ponto de vista cultural. A programação tem que ser uma programação generalista, como Dominique Wolton defende em alguns momentos, que trabalhe com temas e um tipo de programação que a TV privada não consegue fazer. Primeiro, fazer melhor algumas coisas. Jornalismo, fazer diferente. Obviamente não terá pernas para competir com o jornalismo das grandes televisões, no que diz respeito às grandes coberturas. Tem determinadas limitações. Mas o que fizer tem que ser um jornalismo o melhor possível, de qualidade. A programação tem que abrir espaço para documentários. Portanto tem que estabelecer uma relação via Estado, ou outro tipo de financiamento. Quando falamos de Estado, falamos de nação, Ancine, Ministério da Cultura, Minicom. A TV pública precisa estabelecer uma relação de se abrir para a produção audiovisual independente. Nenhuma televisão pública, por suas limitações administrativas e financeiras, dá conta da produção audiovisual de uma região. Ela precisa trazer pra si, mediante editais, essa produção. Tem que estar marcada por isso. Tem que dar uma ênfase séria para a programação infantil, que está ausente da TV aberta – está em alguns canais fechados, assim mesmo, com conteúdo que podemos considerar discutível. Quando eu falo em programação infantil, estou pensando também no estímulo à produção audiovisual brasileira, voltada à produção infantil. Já há alguns exemplos na América Latina, que, aliás, tem uma boa produção audiovisual e tinha uma televisão se desenvolvendo fortemente, mas agora com essa mudança toda que está acontecendo aí...

A TV pública precisa trabalhar com determinados programas que não têm espaço, ou nem interesse, na TV privada, que dizem respeito a tratar política de forma diferenciada, a tratar o esporte de forma diferenciada. É importante buscar transmitir grandes espetáculos de futebol. Mas há uma série de outros esportes que precisam não de um programa que os mencione. A TV pública deveria cobri-los, deveria acompanhá-los, deveria estimulá-los. Isso faz parte da sua programação. E abrir espaço pra crítica da mídia, que não tem em lugar nenhum. Quem vai fazer, senão ela? Abrir espaço para crítica de determinados aspectos culturais. Por que não pode discutir? Não se trata de condenar essa ou aquela televisão privada. Mas há determinados programas que merecem uma análise. Eu sempre evoco o famoso Big Brother. Tem milhões que assistem aí. Não se trata de investir contra as pessoas que assistem. Há estudos que demonstram o que elas encontram ou deixam de encontrar nessa programação - podemos discutir isso. Mas o fato é que na mídia não se discute. E por que não há uma abordagem chamando a atenção para a tendência da banalização das relações sexuais e afetivas, para uma ideia de competição, uma mercantilização do amor e das relações de paixão? Por que não discutir isso? Então a programação deveria contemplar isso, de modo que um nicho da sociedade pudesse ter espaço. Agora no que diz respeito à cultura, tem que fazer jornalismo cultural, para além do jornalismo tipicamente informativo, de notícia. Tem que ter um jornalismo cultural forte. É uma obrigação. Não só um jornalismo de resenha, mas um jornalismo que estabeleça nexos que não são muito claros. Possa permitir reportagens que esclareçam manifestações culturais vistas como marginais, não compreendidas, ou que estão submersas. Aqui no caso do Rio Grande do Sul, tem uma enorme cultura regional que está massacrada pelo tradicionalismo (com méritos que possa ter o tradicionalismo, ou não). Mas aonde transitam estas outras manifestações regionais? Antes de tudo temos um compromisso com o nosso lugar. A gente se torna universal a partir daí – aquela discussão bem conhecida. Aqui no sul ele está soterrado pelo tradicionalismo. Tinha que abrir um espaço para isso também. Não dá audiência extraordinária? Pode não dar. Mas cumpre um papel relevante na formação na vida de “ene” pessoas. Conhecemos no caso da TVE/RS pessoas da minha idade quase que assistiam ao Pandorga [programa infantil, no ar desde 1988]. Há que ter esse cuidado de não se fechar em manifestações estéticas, tipicamente, nem de vanguarda, nem cair no artesanato. Mas que possa traduzir, possa chegar às manifestações mais sentidas e mais presentes da sociedade. Haverá de ter um programa que discuta música clássica? Sim, mas em uma linguagem absolutamente popular. Não adianta ficar transmitindo sessões de música erudita. Isso precisa de uma educação, precisa explicações, para que a pessoa vá educando seu ouvido. Se não, na melhor das hipóteses, vai ouvir como música ambiente – como muitos de nós fazemos. Mas não compreende de fato o que significa aquela obra de arte. E isto vale para teatro e para outras tantas manifestações culturais.

|A televisão pública tem um papel de experimentar e inovar, buscando qualidade? Em um contexto em que há uma transição para a tecnologia digital, a televisão pública não teria uma oportunidade de definir um perfil da televisão no meio digital? Sim. Mas não se pode pensar em televisão se não tiver condições no mínimo em pé de igualdade com as televisões privadas, no que diz respeito ao seu sinal, aos seus equipamentos. Isso é elementar. Não se pode falar em televisão se não tiver condições

técnicas asseguradas, que funcionem razoavelmente. Isso significa investimento. E o Estado pode comparecer aí. A partir disso, eu posso pensar em inovar, eu devo pensar em inovar. Aliás, a TV Cultura, que foi até uma altura um modelo no país, ela inovou em jornalismo, em várias coisas. Alguns programas viraram produto. Ela cumpriu isso. Sim, eu acho que cabe fazer um jornalismo diferenciado. A gente já cansou do “modelito” das pessoas apresentando de pé, ou, enfim, o padrão típico da televisão brasileira e um pouco do mundo. A gente vai zapeando de canal para canal, não só os assuntos são praticamente os mesmos, como a forma de apresentar é praticamente a mesma. Esse é um dos aspectos no que diz respeito a jornalismo. E ainda mais pensando as novas tecnologias digitais (que já não são novas), e na possibilidade que elas trazem, de apresentar de outra forma. Isso vale para o noticiário e vale para a linha de ficção, para o jornalismo cultural. Para determinados tipos de cobertura, cabe experimentar. Mas só pode fazer isso se tiver condições técnicas. E se conseguir constituir uma tradição. Porque sabemos que a formação de um quadro, ainda que a TV pública deva abrir espaço para profissionais que não são tipicamente de carreira, concursados (a lei permite que pessoas com saber reconhecido possam exercer determinadas atividades lá), o núcleo base da televisão será sempre os seus servidores, os funcionários. Então é preciso ter uma certa continuidade e essas pessoas precisam ser estimuladas a estudar e treinadas para que possam pensar televisão de um modo diferente. Mas acho sim que cabe à televisão pública esse papel. Não digo tanto essa responsabilidade, porque é estabelecer uma meta muito alta, mas cabe esse papel. Eu falo e penso na TV que eu presidi, que eu dirigi, mas é preciso pensar no Brasil. Essas experiências podem nascer de uma televisão regional, mas é preciso pensar que uma cabeça de rede nacional pode se permitir e estimular determinadas inovações em determinadas regiões.

|Da experiência de criação da EBC e de investimento em televisão pública nos governos Lula e Dilma, o que poderia ter avançado para que na atual conjuntura não pudesse retroceder tão facilmente?

Nós defendíamos pela ABEPEC a constituição de um marco regulatório para a televisão pública. Já que não se avançava, apesar da Conferência Nacional de Comunicação, na constituição de políticas públicas amplas, nós passamos a defender a constituição de um marco regulatório para a TV pública. Isto é, estabelecer determinadas normas que notamos agora que fazem falta, no que diz respeito à questão jurídica, administrativa e de investimento. E há também outros limites que se impõem sobre a TV pública que dizem respeito à presença dela no satélite, à transmissão dela pelas operadoras. Porque a televisão pública é uma TV aberta e se beneficiou até uma determinada altura da Lei do Cabo. A Lei do Cabo regula aquela tecnologia que era predominante e garantia que as operadoras carregassem um canal público na sua região ou nacionalmente, no caso. Essa legislação mudou e a tecnologia predominante não é mais o cabo. Agora as TVs não têm mais garantia de ser transmitidas pelo satélite, pelas pequenas antenas. Então aqui no Rio Grande do Sul, e isso acontece em todos estados, em maior ou menor proporção (afora a TV Cultura, que é uma potência e tem determinados privilégios, eu acho), de modo geral, as televisões são abertas, o que é altamente relevante, e estão no cabo. Mas não estão no satélite. Aqui no sul, quem não assina uma determinada operadora, no caso a NET, não tem acesso por assinatura à TVE/RS. Em outros estados, as TVs públicas também enfrentam problemas desse tipo.

Trata-se de uma questão nacional, que deveria ser regulada e é fundamental para a existência das televisões públicas. Isto poderia ter sido feito, mas não se avançou absolutamente em nada. Não se avançou em políticas públicas de comunicação. E a gente defendia. Estivemos em duas audiências no Minicom defendendo isto, ficou de se ver, ficou de se apresentar proposta, mas não teve nenhuma continuidade. Acho que sim: os governos Lula e Dilma fizeram muito quando fizeram a TV Brasil. Mas depois se estacionou. E como fez falta determinado apoio em políticas públicas! Mas aí entra no bojo das relações desses governos com a mídia e os interesses que ela representa.

| Como defender a televisão pública diante do governo que está hoje aí?

Estamos num momento de refluxo e certa perplexidade frente a essa ênfase de transformar em TV estatal, assumidamente, e essa submissão total ao mercado que a TV Brasil anuncia. Recentemente anunciou a compra de produtos da Globo. Não sei se isso vai se viabilizar ou não. Evidente que há uma série de produtos que podem ser adquiridos, mas o que se espera é que a TV Brasil estimule a produção de outras coisas, da produção independente. A Ancine tinha uma política de editais, enfim. Tem uma série de possibilidades que estavam sendo abertas aí. Essa defesa da TV pública tem que reaglutinar forças. De modo geral, pelos setores mais comprometidos com as causas populares, a TV pública é reconhecida. Por outro lado, dizem que o tal centro democrático do país desapareceu. Lembrando aquele discurso da Dilma, de que há um núcleo no qual há determinada convergência de opiniões, “então a gente pode ir levando o governo, porque tem coisas que reúnem um apoio”. Acho que este núcleo desapareceu. Mas na TV pública ainda se pode trabalhar com uma ideia de vários grupos sociais se movimentarem em defesa dessa televisão. A partir disso, ir cobrando dos governos uma ação diferenciada. E quando falo em vários grupos sociais, hoje a gente vive uma emergência de interesses variados, no que diz respeito à saúde, ao trânsito, à alimentação, às questões de gênero, a manifestações culturais, ao que diz respeito ao esporte, ecologia, meio ambiente. Acho que se pode reunir por aí apoios, que têm em ponto comum o desejo de ter visibilidade e ter um espaço nessa mediação entre o que pensam e o Estado e a sociedade, que a iniciativa privada não oferece. O caminho ainda está muito na mão da academia, de ajudar nessas formulações. Mas é possível mobilizar políticos, mobilizar parlamentares. Pode haver ainda um pequeno centro democrático aí. Aqui no Rio Grande do Sul, a vários deputados, independente dos seus partidos, não agrada fechar a TVE²¹, porque reconhecem a sua importância. Precisaríamos de um elemento catalisador desses interesses para desenvolver uma pressão junto a parlamentares que estariam dispostos a defender um determinado perfil da televisão pública, assim regionalmente e assim nacionalmente. Não vejo de imediato outra forma que não a retomada gradativa dessa defesa. E quem vai fazer

²¹ No momento da realização desta entrevista, o governo de José Ivo Sartori (PMDB) ainda não havia proposto extinguir a Fundação Piratini, o que ocorreu no dia 21 de novembro de 2016. No mês seguinte, a Assembleia Legislativa do RS aprovou o pacote governista que previa a extinção, além da mantenedora da TVE/RS e da FM Cultura, de outras sete fundações gaúchas, de diversas áreas. Seriam demitidos aproximadamente 1.200 funcionários públicos. No fechamento da edição deste livro, por força de liminares concedidas pela Justiça do Trabalho, o governo estava proibido de realizar demissões em massa sem a realização de um processo prévio de negociação coletiva.

isso? Não sei exatamente. Os sindicatos podem fazer. Talvez os sindicatos das áreas típicas, dos radialistas, dos jornalistas... Caberia a partir de essas entidades tentarem mobilizar. Há o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que tem comitês regionais em alguns estados e sempre foi um espaço para aglutinar determinadas políticas. Tem algumas ferramentas que permitiriam que a gente se mobilizasse em defesa da TV pública. Mas eu penso que os partidos políticos e o braço institucional é relevante para rediscutir isso. Isso significa ignorar movimentos populares? Não se trata disso, se trata de fazer política. É preciso também transitar por aí.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A audiência é relevante, mas não é determinante. A BBC deve nos inspirar, mas a gente não deve perder de vista que ela surge com determinados propósitos, ela se fortalece antes da Segunda Guerra com o propósito de garantir a existência daquele país e depois gerações e gerações cresceram respeitando a BBC, lá chamada de “tiazinha”, em alguns momentos, de forma bem afetiva. Claro, ela tem uma qualidade extraordinária. Com acesso à programação da BBC por cabo, a gente com frequência está assistindo a eventos nos confins da África que as nossas televisões privadas aqui não nos mostram. Enfim, ela tem um poderio. E ela tem audiência por isso e por sua tradição. E assim as outras televisões públicas da Europa.

Acho que não, especialmente pensando na nossa realidade, não é uma questão relevante. Qualquer dirigente que assuma uma televisão pública e diga que o seu problema é ganhar audiência, não está compreendendo o que está se passando. Claro, devemos ter um patamar razoável de audiência, mas não se trata de competir com as emissoras privadas e de estar no topo da audiência. Porque isto é muito difícil. Talvez a longuíssimo prazo se possa conseguir e porque há um determinado espaço da iniciativa privada que garante uma determinada audiência que nós não vamos entrar. Sempre haverá no mundo pessoas dispostas a assistir a determinados programas que nós consideramos de baixa qualidade. Nós não vamos impedi-los. A não ser que afronte os direitos humanos, mas aí é outra história. Mas eu falo dos programas mais ou menos apelativos, desses programas que predominam na TV brasileira de modo geral. Sempre haverá quem queira. O importante é garantir a pluralidade. Portanto tem que ter não só políticas para as emissoras privadas, para que elas atendam os seus deveres constitucionais, mas através da TV pública oferecer outras opções. Essas outras opções vão nos levar para o top da audiência? Não vão nos levar em princípio. Mas elas vão representar um aporte extraordinário para formação da consciência das pessoas, da consciência das crianças, para sua compreensão do mundo que se passa, para a possibilidade dessas pessoas formarem uma opinião, adquirirem autonomia e se manifestarem. Então não se trata de estar competindo por audiência. Se trata de oferecer um produto que gere conhecimento, garanta uma formação cultural. Porque é a partir da cultura que as coisas vão se transformando. Significa abdicar da política? Não. Mas é preciso ter uma compreensão sobre o que acontece na sociedade. Cultural neste sentido antropológico, de compreender o social, o mundo à minha volta, para que eu possa interagir. Não se trata de focar em um aspecto. A televisão tem que me permitir essa compreensão geral do mundo, pelo menos me dar alguns elementos pra que eu possa avançar. E, portanto, isso não vai dar audiência extraordinária. Deve dar

uma audiência razoável. Eu acho que no patamar de 10%, 15%, são índices fantásticos para uma televisão pública. No tempo da TVE a gente sonhava em um dia ter 10% de audiência estabilizado. Chegamos a 6% em alguns momentos de pico. O relevante é qualidade, ter uma audiência razoável e propiciar um conteúdo que seja diverso das TVs privadas. Mas porque elas são necessariamente ruins? Às vezes são. Ou predominantemente são, aqui no Brasil. Tem alguns conteúdos que são bons. O fato é que tem limites por ser privado, tem limites comerciais, de mercado, que a TV pública não deve ter. Isto vale pra outras áreas. A medicina privada pode nos oferecer assistência geral até uma determinada altura, depois eu preciso ter muita grana pra bancar determinados tratamentos. Por essa razão o Estado tem o dever de oferecer uma saúde pública. Ainda que o capitalismo, se quisermos, funcione de modo a garantir ganhos razoáveis para todo mundo, mediante a competição, sempre haverá uma massa enorme de pessoas que não poderá financiar determinados episódios na sua saúde, porque são altamente caros. O mesmo raciocínio vale, de forma muito mais complexa, para a televisão pública. A iniciativa privada não poderá ir adiante a determinados aspectos. Na média, ela tende a ser medíocre, no sentido de ficar mediano. E a TV pública, desde que tenha certa estabilidade e continuidade, com certeza, vai lhe dar uma audiência razoável.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Eu reduzi minha audiência na TV pública. Tenho assistido com certa regularidade o programa Nação, que é um programa daqui, que chegou à grade nacional, e que representa uma inserção da televisão que praticamente não existe. O Brasil é um país de negros. Tem toda uma história extraordinária da escravidão que precisa ser resgatada (e aí não estou falando só das injustiças, estou falando também no sentido cultural, antropológico, da nossa formação). Eu acho a cultura negra muito generosa, muito abrangente do ponto de vista religioso. É uma cultura que não discrimina as questões de gênero, por exemplo. Gosto desse programa e procuro assisti-lo. Não tenho assistido aos demais da TVE/RS. Fiquei com a impressão que estão muito comuns. Eu assistia mais à TV Brasil, mas deixei de assistir porque virou propaganda do golpe. Não tenho mais paciência com o Roda Viva, por exemplo, que era um programa significativo do ponto de vista jornalístico. Agora ele propicia dar trânsito a uma determinada visão, o que me incomoda, do ponto de vista jornalístico. Claro, a gente tem que dar uma olhada. Não significa que eu esteja alheio ao que está acontecendo.

|O telejornalismo, enquanto formato, em momentos de escassez de recursos, deve seguir recebendo investimento nas televisões públicas, sendo que repete o mesmo que as TVs privadas fazem e ainda compete com elas? Não seria melhor investir em outros formatos mais condizentes com o papel da TV pública?

As situações precisam ser estudadas. Agora, a TV pública não pode abrir mão do jornalismo. Porque ele é fundamental na constituição de conhecimento e na constituição de nexos entre determinados fatos, que nos desvelam determinada realidade que a gente não vê, e que muitas vezes não estão na mídia privada. Significa fazer bom jornalismo, portanto. Eu acho que uma televisão não pode abrir mão disso. Ainda que em dificuldade, ela precisa manter um núcleo, que vai estabelecer uma estratégia, com seus limites, mas que não abandone o jornalismo. Essa visão que olha

para as TVs públicas e considera o jornalismo como algo que possa ser dispensado, é uma visão que tende a ver as televisões públicas como televisões culturais, com uma vocação mais cultural. Acho que não. A televisão pública tem que ser generalista e precisa praticar um bom jornalismo. No mundo inteiro, as melhores televisões públicas praticam jornalismo. E como! Não bastasse esse exemplo mundial, eu acho que há uma questão local, falando em Brasil, que é determinante. O jornalismo brasileiro é ruim. É filho de seu tempo, corresponde a determinadas realidades, mas a gente sabe que ele está atrelado aos governos. Os momentos de golpe e de afronta à constituição e às leis brasileiras foram todos seguidos pelas empresas de jornalismo. O jornalismo brasileiro tem uma característica que o torna áulico, vinculado ao tesouro do governo, que o torna dependente, vinculado aos grandes grupos econômicos, que é diverso ao restante do mundo, da América Latina e da América do Norte. A gente não pode esquecer que o jornalismo brasileiro nasceu em 1808, quando já proliferavam universidades e jornais por toda essa América Hispânica. Quando os Estados Unidos brigavam para alguém ler jornal para aqueles colonizadores ouvirem, aqui não tinha nada. Então surge um jornal em 1808, bancado pelo Dom João VI, que chega pela corte. E a isso se associa uma cultura letrada menor. O brasileiro, por essa razão e pelo atraso desses três séculos de paralisia no que diz respeito à educação e à imprensa, o brasileiro chega nas letras tardiamente. E depois tem retardos na educação, limitações e tal. Aí vai gerar uma população alfabetizada pela televisão. Aliás, essa é uma outra dimensão, outro aspecto das políticas públicas que o governo não exerce, que seria de capacitação dos cidadãos pra compreender aquilo que está acontecendo e que eles assistem na televisão. Esse é um dos braços antigos do FNDC, de defender o estímulo a cursos, qualificações, ensino na escola, a discussão nos grupos sociais, para que as pessoas possam compreender. Porque as pessoas assistem a televisão sem perceber o que é aquilo de modo geral e não percebem muitas vezes que estão submetendo as suas famílias a alguma coisa absolutamente desnecessária, dispensável. Então temos no Brasil uma determinada característica do jornal, uma determinada característica da audiência que não pode nos permitir que a gente abra mão do jornalismo, como formador dessa cidadania. Portanto eu acho que tem que ter jornalismo. Havendo possibilidade, tem que representar uma parte significativa, no mínimo igual às outras partes dessa programação. Se poderia investir em documentário, sim. Mas é muito difícil, custa muito caro. São determinadas produções que, ainda que não sejam cinema, vão demorar a entrar na grade. E quem é que sustenta isso? E aí discute questões de fundo, mas e as do dia a dia? Questões da economia? Então acho que o jornalismo integra e é parte indissociável.

“Hoje nós não temos contraponto. Nós não temos uma contranarrativa. A mídia constrói uma hipótese e tenta corroborá-la a qualquer custo. É isso que ela faz. Por que não podemos fazer o mesmo com as temáticas que consideramos importantes?”.

REGINA LIMA

Pedro Arcanjo Matos

Pensar a Comunicação Pública do ponto de vista das estratégias discursivas e disputas simbólicas. Esse é o foco das reflexões da pesquisadora Regina Lima desde a formação no curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Nessa perspectiva, é autora de livros como “Vozes em Cena: análise das estratégias discursivas da mídia sobre os escândalos políticos”. Paralelamente a esse trabalho de análise discursiva da Comunicação, Regina possui uma atuação prática, pragmática e presente nos meios de Comunicação Pública do país. Foi presidente da Fundação de Radiodifusão do Pará (Funtelpa) e atuou como Ouvidora-Geral da Empresa Brasil de Comunicação, onde apresentava o programa da Ouvidoria na Rádio Nacional e na TV Brasil. É essa confluência entre perspectivas reflexivo-discursivas e prático-concretas que dá à voz de Regina Lima um lugar especial para falar da situação da TV Pública no Brasil.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Num país marcado majoritariamente pelo modelo comercial de televisão e órfão de uma comunicação balanceada, a televisão Pública é vital, para dar o equilíbrio e a diversidade de opiniões e informações. O momento atual que estamos vivendo é indicativo, cada vez mais, do quanto precisamos de uma Comunicação Pública que atue como contraponto do que está colocado como visão majoritária de Comunicação. Uma

televisão com a programação que valorize o público não como consumidor, mas como cidadão. Hoje temos diversos veículos privados que no final das contas verbalizam um único discurso. Um discurso, naturalmente interessado e preocupado mais com a questão econômica do que com as questões sociais. Nesse sentido, a Comunicação Pública passa a ser essencial como contraponto, na perspectiva de educar e contribuir para uma visão crítica do cidadão. Até porque, historicamente, o Brasil teve o desenvolvimento da televisão ligado ao campo privado, o que significa que a nossa experiência com comunicação pública é recente. E é tardia, se comparado com outros países. Uma das primeiras consequências desse processo é que a sociedade olha os fatos a partir da lente da comunicação privada. Isso naturalmente dificulta a adesão dos cidadãos ao projeto de comunicação pública. Eu não quero questionar a lógica do campo privado, as escolhas de temáticas de interesse, mas ressaltar o que move essa comunicação privada é o aspecto financeiro. Agora, a comunicação pública tem que ser comprometida com a sociedade, com a diversidade e pluralidade de opiniões e informações. Se não temos histórico de educação da sociedade para comunicação pública, é necessário que não só a TV Pública, mas todos os veículos públicos trabalhem nessa perspectiva pedagógica. Então, a TV Pública jamais pode ser só um lugar para dar visibilidade a questões que são pouco vistas em outros veículos, ela tem que, através de aspectos pedagógicos, procurar naturalizar as temáticas que são caras à sociedade.

Infelizmente o Brasil – e não estamos falando apenas do momento atual – sempre teve dificuldades com essa questão da comunicação, uma retrospectiva da comunicação no Brasil mostra isso. Nosso olhar, infelizmente, é um olhar guiado pela comunicação ofertada pelo campo privado. Até a diagramação de um jornal é feita para guiar nosso olhar para aquilo que eles têm interesse em naturalizar. A primeira página funciona como uma espécie de vitrine de uma loja: você vai passando na rua, olha os objetos e resolve entrar. Portanto, a lógica que move a comunicação é a do mercado, do consumo. Como cobrar adesão da sociedade ao projeto de comunicação pública se historicamente ela está acostumada a ter outra perspectiva discursiva sobre temáticas sociais? A comunicação pública tem o dever de reverter esse olhar, ou seja, tem que ser uma narrativa do contraponto.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

Eu falaria em fragilidades, não apenas da televisão, mas do campo da Comunicação Pública no Brasil. Primeiro, a história recente de comunicação pública, como falamos ainda há pouco. Num país em que o modelo comercial é forte, enfrentamos dificuldades para fazer a sociedade aderir ao projeto de comunicação pública.

A outra é a ausência de um novo marco regulatório para área, especialmente para a comunicação eletrônica que, além de um serviço público, representa um setor econômico muito importante. Daí a necessidade de ter regras econômicas para seu funcionamento, de modo que deveria, por exemplo, coibir a formação de oligopólios. O fato de até hoje não ter sido regulamentado todas as regras constitucionais para o setor, como, por exemplo, o artigo 222 da Constituição Federal, favoreceu a formação de oligopólio na comunicação eletrônica no país. Hoje, são esses oligopólios que bombardeiam qualquer iniciativa de comunicação pública.

Outra fragilidade, acredito, reside no fato do projeto de criação da EBC ter sido uma política governamental, quando deveria ser uma política de estado. Em sendo uma política governamental, o projeto tornou-se vulnerável. Tanto que mudou o governo, mudaram as regras.

Muitas pessoas podem argumentar que, no caso da EBC, era única maneira que tínhamos de implantar a comunicação pública. Pode ser, pode ser, mas isso também não significou grande coisa. Foi um projeto de governo, mudou o governo e assim como todas as regras. Por isso, insisto na questão de projeto de Estado – tudo bem que hoje o Brasil não é parâmetro para isso (risos), mudam-se Políticas num piscar de olhos. Mas quando são políticas enraizadas e ramificadas, mesmo com as propostas de mudanças, veremos reações da sociedade às tentativas de mudanças. No caso comunicação pública é mais difícil, porque não temos adesão popular. Se a PEC da EBC for aprovada, possivelmente não registraremos nenhuma manifestação da sociedade, mas somente dos militantes da área.

Outra fragilidade é narrativa da comunicação pública e nos faz chegar ao ponto essencial de *como* devemos narrar. A lei da EBC definiu conselho curador, a ouvidoria, etc. Mas uma questão permanece: quais narrativas deveram trabalhar para convencer o cidadão que as temáticas que vamos abordar são fundamentais para o convívio dele em sociedade.

A narrativa, volto a afirmar, tem que ser do contraponto à retórica da TV Comercial. Ela não pode funcionar nem como caixa de ressonância do discurso do governo e nem se igualar ao discurso da televisão comercial. Para se constituir numa narrativa de contraposição, a TV Pública deve se contrapor, por exemplo, a monofonia presente nos conteúdos das TVs privada e governamental. Ela deve ser, portanto, um espaço de resistência, como um discurso que faz agir poderes outros, sem a perspectiva de impor um único ponto de vista, mas deixar que o juízo de valor fique a cargo do espectador e não do narrador, como acontece no campo privado de televisão.

Para que isso aconteça, ela necessita transversalizar os temas que forem definidos e caros à sociedade. Esses temas serão o eixo condutor e unificador da linha editorial do veículo, em torno do qual serão organizados os conteúdos. Os temas serão tanto o ponto de partida quanto de chegada da grade de programação. Assim, os conteúdos deixam de ser finalidade e passam a ser concebidos como meio para discussão dessas temáticas. Esse conjunto de fatores, acredito, tornou vulnerável o projeto da comunicação pública.

Sem contar ainda que o cidadão não vê a Comunicação no âmbito do Direito. Enquanto a sociedade não entender a Comunicação como um direito, ela jamais irá aderir a esse projeto, pois não vê relevância da comunicação na sua vida. Ela vê relevância na saúde, na educação. No caso de um mau atendimento num posto de saúde, o cidadão imediatamente reclama. Mas na comunicação pública, como ele não vê relevância em reclamar, ele prefere trocar de canal, mas não briga.

Por isso, o processo de alfabetização é essencial. Não acho que esse processo de alfabetização para Comunicação deva excluir o campo privado. Tem que trazê-lo exatamente para mostrar as diferenças. Só que para a isso a EBC precisava *ser* essa diferença. Onde está essa diferença? Você pode me apontar programas na TV Pública para públicos específicos, mas eu retorno com a pergunta “Qual foi a pulverização das

temáticas tratadas nesses programas?” E a resposta é: “ficou entre os pares”. Justamente quem não precisa ser convencido.

|O quanto dessas fragilidades tem a ver com a nossa incapacidade de visão de Público no Brasil? Não temos uma extrema dificuldade em articular essa compreensão?

Acho que temos uma dificuldade particular nesse universo. Sabemos que qualquer política só vinga dentro de uma sociedade se o cidadão sentir na pele. Eu brinco aqui no Ministério da Cultura que como Cultura não dói, o cidadão comum não reclama. Os reclamantes não são os usuários finais das políticas ofertadas pelo Ministério, mas são usuários que tem algum tipo de relacionamento com Ministério, ou seja, são usuários meios, como os produtores culturais. Esse é um problema de natureza histórico-cultural que devemos enfrentar.

Para ilustrar melhor esse ponto, vamos pensar no tema da escravidão. Há uma passagem no livro Memória Póstumas de Brás Cuba, de Machado de Assis, muito interessante para essa reflexão. É comum uma crítica a Machado de Assis pelo fato dele ser negro e nunca ter tratado do tema da escravidão de forma contundente. Mas ele tem passagens especialmente significativas, que demonstram como a cultura e reproduzida. Em Memórias Póstumas de Brás Cuba, Prudêncio, ex-escravo de Brás, depois de alforriado, compra outro negro para acoitá-lo. O que significa isso? Significa que a linguagem que Prudêncio conhecia era essa, então ele a reproduz. É o processo de reprodução.

Em outras palavras, não há como a sociedade articular outra compreensão se temos uma estrutura escolar extremamente cooptada no sentido de silenciar algumas narrativas, em detrimento de outras, que transforma o cidadão em analfabeto da sua realidade, da sua localidade. Pergunte ao brasileiro médio sobre a História do Brasil e teremos resultados surpreendentes. Se você perguntar aos paraenses se eles conhecem a história do Pará, você vai tomar um susto. Mas, por exemplo, se você for ao Peru e perguntar a uma criança o conhecimento sobre a história de seu país, ela vai te contar tudo, de cabo a rabo. E é um país com as mesmas dificuldades enfrentadas no Brasil. Então, é uma questão cultural. Por isso a Comunicação Pública tem que estar dentro dessa dimensão cultural, mas articulada por uma política, que envolva a questão pedagógica. Em que haja, inclusive, espaço para o cidadão até assistir TV comercial, mas para traçar um comparativo e poder realizar uma avaliação crítica daquilo que está sendo ofertado. Não adianta dizer para as pessoas não assistirem este ou aquele canal de televisão se, primeiramente, elas não tiverem alternativas que forneçam informações para subsidiar sua avaliação crítica. Por isso, é necessária uma política de comunicação que contribua para que o cidadão tenha esse olhar crítico em relação àquilo que assiste. Pode assistir, mas com capacidade crítica de avaliação. Não adianta a negação pela negação.

|Parece que gera mais desejo reprimido essa dinâmica.

Claro, é como um namoro. Com a proibição, há insistência. Portanto o trabalho não pode ser apenas de oferta: “eu tenho aqui um canal, vejam”, mas conjugado com a questão pedagógica. Mesmo se não tivesse acontecido nada com a EBC, ainda assim ela precisaria repensar essas questões. Brigar pela legislação, mas repensar a sua

forma, seu discurso, sua narrativa. E é importante? É. Porque hoje nós não temos contraponto. Nós não temos uma contranarrativa. Há uma narrativa única que prevalece – e não adianta dizer que a Comunicação privada não tem influência, porque tem sim: ela visibiliza e naturaliza um discurso. A mídia privada hoje constrói uma hipótese e tenta corroborar a qualquer custo. É isso que ela faz. E por que não podemos fazer o mesmo com as temáticas que consideramos importantes?

| Como a televisão pública deve se sustentar?

O tema do financiamento, a meu ver, é um dos pontos mais críticos na discussão sobre comunicação pública. Eu falei ainda há pouco que veja a comunicação pública abrigada numa política pública de Estado. Em sendo uma Política pública, o aporte financeiro tem que vir do estado. Mas não acho que a sustentabilidade deve se dar apenas com recursos do estado, alternativas de financiamentos podem ser acionadas, como as doações, por exemplo. O que não pode é a TV Pública ser pautada pela lógica da publicidade como fonte financeira. Agora, a grande discussão em torno da sustentabilidade apenas com recursos públicos, reside no fato do governo, em grande parte, intervir no funcionamento de canais públicos. Ou seja, o problema é a má compreensão dos governantes, que atuam com a lógica de que “eu aplico o dinheiro num determinado veículo então ele tem que falar bem do meu governo”. Por isso, os aportes de recursos públicos devem ser previstos em leis. Caso contrário, o governo acaba interferindo no funcionamento do veículo. Quando isso acontece, os veículos acabam rotulados de “chapa branca”. Isso é ruim. A esfera estatal nem precisava usar desses mecanismos. Ela, por natureza, já tem espaços garantidos no noticiário. Ela é fonte de uma parte significativa dos fatos que são narrados pelos veículos de comunicação. A não ser que o intuito seja para aparelhar apenas para falar a seu favor. Mas isso ela já faz com os veículos privados.

Essa interferência nem pode ser tratada como parcialidade ou imparcialidade. Veja, o que temos de concreto numa informação? É o que chamamos de referente, o fato. A forma de narrar sobre esse fato é que vai variar. Tanto que se você pegar aqui (mostra capas de jornais) você tem várias notícias sobre o mesmo assunto, com perspectivas diferentes e ganchos diferentes – embora as fotografias sejam praticamente as mesmas. A única coisa que temos de concreto é o fato. E tudo que você fala dele é o que a gente chama de versão. Por isso, sustento que o conceito de verdade ou mentira não cabe dentro da narrativa jornalística. A não ser que seja alguma coisa de fato inventada, um *referente inexistente*. Aí sim. Mas se eu tenho o fato, a forma de narrar depende do universo simbólico tanto de quem narrar quanto de quem recebe essa informação. Não tem imparcialidade.

| Nessa perspectiva, tudo que há é versão. Não há um acesso direto ao referente. Trata-se do Real, inapreensível simbolicamente?

Por que o conceito de real não se aplica? Porque o real é inapreensível. Toda narrativa sobre esse referente é uma versão. Aí não entra o critério da verdade ou da mentira. Eu como leitora não posso dizer que se é verdade ou mentira. Eu preciso é acessar diferentes formas de narração sobre o fato.

| A questão então seria assumir a parcialidade dessas versões?

O grande dilema do jornalismo não é a versão, é tentar impor um discurso único. Nós precisamos trabalhar para que o cidadão saiba que cada jornal tem um interesse e sua versão é resulta disso. Os veículos dos EUA tem uma tradição, nas eleições, de assumir as suas preferências “vou apoiar o candidato X”. Isso é o mais ético e coerente. Quando eu estou lendo um jornal eu sei que ele não esta sendo parcial. O que acontece, no entanto, que o cidadão lê o jornal como expressão de verdade. Como ele não presenciou o fato acredita em quem conta. Em nenhum momento ele busca outras informações nem entra no critério da análise, da dúvida. Não. Ele acredita. Ao acreditar, reproduz.

O que significa que para eu entender a realidade dos fatos, o cidadão não pode ser fiel leitor apenas de um veículo. É preciso diversidade. Só assim ele terá acúmulo que vai lhe dar capacidade para avaliação e formar seu juízo de valor.

| Mas há alguma variedade de versões significativa?

Muito pouca. Hoje então é uma coisa linear, os veículos estão juntos, principalmente os grandes. Se você observar, a narrativa tem pouca diferença de um jornal para outro. Muitas vezes a diferença é mais estética – às vezes nem tanto. Mas num ambiente de disputa simbólica de sentido, nós teríamos versões diferentes. O que estamos vendo hoje é uma mesma narrativa que é a narrativa dominante da Comunicação Privada, porque eles estão defendendo seus interesses. Numa disputa simbólica, nós teríamos diferentes versões, com informações e dados diferentes. É o que complementaria a capacidade de acúmulo do cidadão. Hoje você não precisa ler os três (grandes jornais), basta ler um. A versão pouco ou nada se diferencia.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

A relação de uma política pública de estado. O estado sendo o aporte financeiro da comunicação pública. O estado como provedor de um direito do cidadão. O problema, como já disse antes, é a relação com os governos que entendem mal essa relação. Achar que bancam e devem interferir. Ou seja, é a mesma lógica do anunciante. Vamos divagar um pouco trazendo a situação das rádios comunitárias. Em tese, elas deveriam funcionar como apelo da comunidade. Mas quem é desse ramo da Comunicação sabe que isso é difícil. Para a manutenção do dia a dia ela precisa de dinheiro. Para isso, ela vai pedir apoio ao supermercado do bairro. Esse apoio significa anúncio, significa o comprometimento da rádio com o anunciante. Esse anunciante vai tentar interferir na programação. Então se você observar, a lógica é a mesma. Por isso, a TV Pública não pode ter anúncio, porque vai gera dependência e interferência na sua linha editorial.

| É a imanência do Capital...

Certamente. Em se tratando da comunicação pública é preciso que o Estado intervenha abastecendo essa política, o que é diferente de interferir na linha editorial, que não deveria. Mas como estamos num campo de disputa simbólica, ganha quem tem mais armas simbólicas na mão. Isso me fez lembrar as últimas disputas tendo como fonte a Operação Lava-jato. Você acha que eles precisam das 10 medidas contra corrupção pra trabalhar? Eles já fizeram e adotaram diferentes ações sem essas medidas. O que está

por traz, na verdade, é a disputa pelo poder. É um setor querendo ter mais poder que outro.

|Gosto da tese do “Golpe sem Comando” do filósofo Vladimir Safatle, em que há apenas momentos de homogeneidade sobre disputa política constante entre diferentes grupos hegemônicos, como a casta política, a mídia, interesses do Grande Capital, etc. Não há um Führer.

Na verdade, as disputas se dão ora em cooperação, ora em conflito. Quando a causa é comum, esses grupos cooperam, quando não, eles entram em conflito. É o que estamos presenciando hoje em determinadas situações. Quando era o impeachment da presidenta Dilma, os diferentes setores entram em sistema de cooperação. Mas no caso da votação das “10 Medidas contra corrupção”, observa-se um sistema de disputa. É um setor, dentro da estrutura social, querendo ter mais poder para além do que já tem. E, detalhe, não quer ser julgado. É uma disputa, nos termos essencialmente foucaultianos, entre os poderes.

Observe que, em algumas situações, as disputas se dão em forma de cooperação entre vários campos: político, judiciário, midiático. Esses campos se unem, ou melhor, cooperam em determinadas situações. Em outras, eles entram em conflito, dependendo dos interesses estão em disputa. A disputa é externa aos campos – entre campos – mas também há uma disputa interna nos campos. O que estamos vivendo é isso. É o judiciário disputando o poder com executivo, com o legislativo.

|Como você vê financiamentos do tipo da BBC, por exemplo? Uma espécie de taxa que teoricamente liga diretamente o cidadão e de alguma maneira diminui a intervenção do Estado?

A BBC, por razões históricas, tem um modelo de financiamento que garante autonomia em relação ao estado. Cada cidadão paga uma taxa anual de contribuição para manter o sistema público de comunicação. Mas hoje este modelo de financiamento também tá sendo criticada pelos britânicos. Uma grande parcela da sociedade britânica vem apoiando a ideia de que a BBC seja financiada por publicidade e não por uma taxa cobrada dos proprietários de televisores. Então veja: se lá que a comunicação pública é forte este modelo está sendo criticado, imagine importar esse modelo para o Brasil, que tem histórico de TV privada. Se formos cobrar alguma taxa, o máximo que teremos é protesto na esplanada. Mesmo no caso BBC, vale ressaltar que talvez isso tenha sido implementado numa conjuntura específica, hoje eles também estão em conflito. A própria sociedade inglesa está se perguntando se deve continuar a investir na TV pública? Á época, a decisão era natural e necessária a manutenção pela sociedade de órgão público de comunicação. Mas no caso do Brasil não dá pra importar realidades que são de outras conjunturas e culturas.

Como nossa realidade é outra, uma televisão pública não conseguirá sustentar níveis técnicos de qualidade sem o apoio do estado. Nem estamos falando da estética sofisticada das grandes televisões privadas. A televisão pública precisa minimamente de uma qualidade, porque o olhar do nosso telespectador está acostumado com a estética da televisão privada. Então ele sempre vai traçar o comparativo. Entre uma EBC com problemas de imagem e uma Globo com a imagem de alta qualidade, a população fica com a segunda opção, não tenho dúvidas. Não podemos ignorar essa

dimensão. Temos que trazer à discussão questão estética na televisão. Agora, se todo mundo ofertasse uma péssima imagem, não teria problema, bastaria escolher qual delas apresenta o melhor conteúdo. Mas sabemos que o investimento na estética da televisão é um investimento pesado. Não à toa no processo de migração do sistema analógico para o digital, em que teríamos vários benefícios, entre os quais, qualidade de imagem, multicanais, etc. Mas qual foi o investimento realizado pelo campo privado de comunicação? Em qualidade de imagem. Multicanais dividiria a verba publicitária, então é melhor um só canal com uma excelente qualidade de imagem e concentrar os recursos publicitários.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Eu diria que a primeira forma de dialogar é oferecer uma imagem de qualidade. Num país em que o cidadão está acostumado um alto padrão de qualidade de imagem, dificilmente ele terá paciência em assistir uma programação com baixa qualidade de imagem. Mas tem uma coisa que sempre me chamou a atenção: não há investimento na publicização da TV pública. É preciso que o cidadão saiba que ela existe para acessar. Esse é um entrave. Se não viramos guetos, a Comunicação Pública vira comunicação do movimento A, B ou C. Enquanto o cidadão comum nem sabe da sua existência.

Outra forma de dialogar com a sociedade e transversalidades na grade os temas que são de interesse da sociedade. De forma que ela se sinta incluída na programação.

Outra coisa que me chama a atenção é que os programas não dialogam entre si como forma de atrair a atenção do telespectador. Cada programa tem seu espaço e nem publiciza o outro. A televisão globo faz muito isso. O programa que está com pouca audiência vai ao que está muita audiência. Se você olhar, eles se incensam permanentemente. Na TV Pública, trabalhando na ouvidoria, observei os programas são vistos apartados. Esse diálogo ajudaria, em muito, reforçar as temáticas importantes para o campo público de comunicação.

A impressão era que como se os programas tivessem uma espécie de donos, que reagem qualquer tentativa de discussão na perspectiva de mudança. Nem pensar divulgar os parceiros de outros programas. Como se os conteúdos dos programas não tivesse vinculação uns com outros. Essa também é uma forma de divulgação que ajuda no diálogo com a sociedade.

A falta de divulgação diminui a possibilidade de a sociedade dialogar com qualquer setor. Vejamos o caso da Lei de Acesso à Informação (LAI). Acho a LAI uma das coisas mais inovadoras nos últimos tempos: dizer para o cidadão que ele pode ter acesso a qualquer documento do serviço público, de forma transparente e, em consequência, municiá-los de informação de forma que ele não precisar mais acreditar piamente nas dadas pelos veículos de comunicação. O que acontece hoje? Mas o cidadão comum desconhece a Lei, quem mais acessa LAI são os jornalistas e as pessoas da academia. Por isso, ela precisa ser publicizada para que o cidadão acesse.

A condução da narrativa também é uma excelente forma de dialogar com o cidadão, especialmente se a sociedade for convocada para ajudar na escolha das temáticas que serão priorizadas na narrativa da comunicação pública.

| Como a Comunicação Pública deve então lidar com os anseios antidemocráticos da população? Como se dá o diálogo com uma sociedade que ao ser confrontada com a pergunta do que quer assistir deseja uma comunicação violenta, excludente? Como você acha que deve ser o processo para criação dessas pautas do que é importante para a sociedade? Quem define isso?

Lembro que tinha uma brecha que apontava para a possibilidade de criação de Comitês de Usuário. Talvez essa fosse uma das formas, de usar estes espaços para reverter esse olhar e mostrar à sociedade que a televisão Pública pode ser esse lugar de contraponto a visão de violência simbólica comum nas outras redes de televisão. Talvez os comitês pudessem ter sido acionados pelos membros do Conselho Curador. Como o conselho tem representante de quase todas as regiões, poderia ter sido criado em cada estado. Uma vez criado, começar as discussões e avaliações da programação da TV Pública.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Hoje a grade da televisão pública funciona como um sistema de loteamento. Se você olhar a grade das televisões locais, isso ainda é mais evidente. Não vou me alongar, até porque teria que falar novamente na narrativa como eixo condutor da grade de programação. Acho que já falei anteriormente que a grade de programação tem que trabalhar de forma transversal os temas, como forma de garantir regularidade nas discussões de tema de interesse social. A transversalidade é tão essencial, que a televisão comercial organiza transversalmente os elementos da cultura de acordo com seus interesses, é maneira de atrair as audiências. Daí que um tema importante para veículo não fica apenas num espaço específico, ele é pulverizado ao longo da grade de programação. O tema da corrupção, por exemplo, migra da grade dos telejornais e adentra nas telenovelas, nos programas humorísticos. Assim, o tema que está aparentemente disperso, mas com regularidade na programação. Isso ajuda a naturalizar o tema pela sociedade e, por consequência, a faz reproduzir.

A grade da TV pública deve trabalhar com esse mecanismo para criar regularidade nas discussões, acionando a memória do cidadão e naturalizando o tema, especialmente os temas que são tratados nos veículos comerciais de forma pejorativa.

É pela memória que se naturaliza os temas. Vamos o exemplo do livro. Se você ler hoje um livro e não reler volta e meia, possivelmente você vai perdendo os conceitos. Aquele ditado que diz que o cidadão tem memória é verdadeiro. Nossa memória precisa ser reativada, em qualquer circunstância. O mesmo vale para que o cidadão comece a fixar algumas temáticas que consideramos importante. Nessa discussão ele pode até não saber como tratar, mas basta perguntar: o que mais você sente na pele? Se for uma temática importante para cidadão deve esta na grade de forma transversal. Logo, a discussão do tema pode não precisar esta em um só programa sobre habitação não precisa estar só em um programa. É preciso que o eixo condutor dessa discussão esteja transversalizado. Só é possível naturalizar uma temática pelo processo da reiteração. A naturalização acontece a medida que a questão é reiterada.

Então o que é mais importante para uma grade de televisão não são os conteúdos, os conteúdos são consequência das temáticas prioritárias. Quando elegemos essas temáticas aí vamos definir quais são os conteúdos que vão circular na grade. Se apresentarmos vários conteúdos sobre a mesma temática, a possibilidade do cidadão entender e assimilar é muito maior. Agora, quando se trata a questão somente em um

programa, eu particularmente acho que você não agrega, você segrega. Quem assiste? São os nossos pares, e um o outro telespectador. Pessoas que eu não preciso mais convencer, porque já são defensores da causa.

| Em sua visão há uma relação forte entre ética e comunicação pública. Como uma dimensão primeira para tratar a questão?

Certamente. A ética entendida como postura, como um modo de ser que é de natureza humana. Tanto a ética quanto a moral são construções culturais e simbólicas. A ética é da reflexão e a moral da convenção. Por isso, entendo a Comunicação Pública como uma vocação. Na minha cabeça não funciona alguém que trabalha, por exemplo, na Globo e depois vai para a TV Brasil. Você desliga um botão para passar de um para outro, do privado ao público? Não, das duas uma, você imprime a lógica de algum lugar. Neste caso, vai predominar a lógica da TV privada, então você a reproduz. Escutava na EBC pessoas se gabarem: “porque eu trabalhei na Globo”. Minha vontade era responder “Pois eu acho que deveria ser proibido, quem trabalhou lá não trabalha aqui” (risos). Trazem a lógica do campo privado que é uma lógica autoritária de imposição de sentido.

| O que você está dizendo é que não basta mudar o discurso então? Que existem outras dimensões mais profundas da lógica do funcionamento?

Não. Porque o discurso é resultado da vivência das pessoas, do lugar de onde elas falam. Por exemplo, quando cheguei aqui na Ouvidoria do Minc todo mundo entendia o trabalho como um setor técnico – enviar e receber demandas. Não, a ouvidoria é um lugar de inteligência, um bom gestor compreende isso, porque é a primeira porta por entram os sintomas de problema. É preciso levar em conta o que nos chega e trazer a concepção estratégica do setor para as políticas do órgão, seja para criar seja para alinhar. Mas para que isso aconteça é um processo. Já estou há quase um ano desenvolvendo esse projeto aqui no Ministério da Cultura, mas ainda enfrentamos dificuldades, porque a Ouvidoria é o lugar do desconforto.

| Precisamente, a educação é entendida como uma técnica, como se pudesse haver uma tecnicidade vazia e não-ideológica, quando sabemos que esta técnica está dentro de uma lógica de funcionamento, dentro de uma visão de mundo.

É importante entender que a comunicação não se resume a uma técnica. Outras questões são importantes. Neste sentido, temos que avaliar os cursos de comunicação: qual a inovação que a gente tem feito para se contrapor à narrativa comercial? Nós pouco experimentamos outras formas de narrar os acontecidos. Na verdade, a gente até ajudar e reproduzir. Em minha experiência na UFPA, cansei de presenciar meninos que escolhiam o curso não pela possibilidade de trabalhar o aspecto crítico, mas as escolhas eram pelo “glamour” da profissão. Quando começávamos a trabalhar teoria, eles enlouqueciam. Logo, não uma questão de técnica é necessária muita leitura e informação.

| Dramática nossa incapacidade de articulação de uma contranarrativa. Acho que é uma das coisas que estamos nos batendo muito nesse atual momento político. Conte

um pouco sobre a importância de certas estratégias narrativas para a Comunicação Pública. Sobre o conceito de dialogismo e de polifonia para essa discussão.

Não é importante apenas para a Comunicação Pública. São estratégias para qualquer discurso. Se eu sou um político e quero convencer eu preciso estrategicamente reiterar aquilo que quero que cidadão assimile. Há então dois eixos estruturadores necessários para a narrativa da comunicação pública: transversalidade e a memória. Eu só consigo fazer que o cidadão naturalize qualquer temática pela memória, mas pela memória reiterada. Pela regularidade. Do ponto de vista da estrutura de uma grade esse fenômeno só acontece pela transversalidade. É preciso que haja cruzamentos e combinações. Não adianta o programa, por exemplo, sobre mulheres trabalhar uma visão democrática e no telejornal a visão sobre o assunto é preconceituosa das mulheres. Em vez de ajudar o processo de naturalização, eu confundo o telespectador. Em relação ao dialogismo, conceito cunhado pelo filósofo russo, Mikhail Bakhtin, como princípio constitutivo da linguagem, de qualquer discurso, que aparece mesmo nas produções monológicas. Já a polifonia, termo do campo musical emprestado por Bakhtin para se referir ao coro de diferentes vozes em que nenhuma sobrepõe a outra. Diferentemente da monofonia que traz vozes com a ideia de dar um único discurso, uma única voz. No meu artigo sobre narrativa da comunicação pública, eu argumento que a monofonia é característica da comunicação privada, em que as vozes são veladas sob aparência de uma única voz. Enquanto a comunicação pública deve ser polifônica e não deve e nem pode ofuscar as vozes em detrimento da voz autoritária de quem conduz à narrativa, mas deixar que todas as vozes sejam reveladas.

| A Ouvidoria pode ser esse espaço de dissonância comunicacional.

Sem dúvida. Ela é essencialmente o lugar da dissonância, dentro de uma instituição ou empresa, já que as falas não são sempre agradáveis ao ouvido. É a porta de entrada para os primeiros sintomas de que algo vai bem ou mal com as políticas desenvolvidas pelo órgão. Talvez por isso, o setor, na maioria das vezes, não é bem visto. É visto como um lugar do incômodo, quando deveria ser um lugar estratégico para o alinhamento da gestão. É o lugar que visibiliza nossa dificuldade de trabalhar com o diferente. Por isso, é mais fácil rotular o setor como técnico, de forma que ele não possa interferir nos processos.

A ouvidoria é o lugar da sensibilidade – tratar com o mesmo respeito da demanda mais complexa a demanda mais boba. Tudo que chega à Ouvidoria é indicativo de alguma coisa. A questão é como a gestão se apropria dessa informação. Como funciona hoje a maioria das Ouvidorias? O cidadão reclama, a demanda é encaminhada para o setor e devolvida ao demandante. A instituição tem que fazer melhor uso de vozes nem sempre agradáveis.

| Você teve a chance de aplicar isso de maneira mais concreta realizando um programa de Ouvidoria na TV.

Sim. Mas tinha muita resistência. Eu sempre ouvia “como o cidadão reclama da televisão se ele não sabe fazer”.

O que procurávamos com os programas da Ouvidoria era não só dá visibilidade às manifestações, mas sinalizar aos reclamantes que a demanda dele por mais simples que fosse era importante para o órgão. O programa era interessante e algumas vezes

chegou a ter uma boa audiência no dia da sua veiculação. A proposta era se apropriar das demandas como pauta para aprofundar as questões levantadas pelos usuários. Nesse sentido a ouvidoria tem um papel importante, pois é o canal em que chegam as insatisfações reais. A gestão pode até não concordar, mas precisa se apropriar dessas questões, olhar com seriedade e alinhar a programação. Ainda assim, eu insisto que não é uma recepção qualificada. Se você perguntar à população o que ela quer de Comunicação Pública, ela não sabe, ela nunca teve essa experiência.

|Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Audiência é um conceito que está contaminado pela iniciativa privada. Audiência na perspectiva de reversão financeira. Essa visão é descartada no campo público de comunicação. Agora, no sentido de assistência de maior assistência, +é claro que sou favorável. As pessoas dizem: “não quero audiência”, pelo amor de deus ninguém produz conteúdos para não ser visto. Quanto maior a assistência maior mais pessoas vão aderir alguns temas, às vezes proibitivos no campo privado. É uma assistência de mão dupla: com formação e estímulo de participação. Muito diferente da audiência que procura domesticar o cidadão e criar heróis, muito comum no Brasil. Aqui no Brasil, a mídia comercial é useira e vezeira em transformar as pessoas em heróis. Temos vários exemplos no Brasil.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Essa pergunta é temerosa, porque nossa TV Pública, essa que temos hoje, nunca foi uma TV de o cidadão ficar horas a fio assistindo a sua programação, sempre foi uma TV de assistência setorizada. Então ninguém vai dizer que fica ligado 24hs na TV Brasil. Então, a assistência da TV Brasil é de fato pela identificação do telespectador com algum tema que está sendo abordado. Daí a TV pública tem que ter maior cuidado com aquilo que Eliseo Véron, teórico argentino, chamava de “contrato de leitura” do veículo com o receptor. Esse, aliás, era, não sei se ainda o é, um dos problemas da TV Brasil: a mudança nos horários dos programas sem aviso prévio ao telespectador, desrespeitando o acordo tácito entre emissor e receptor. Se houver mudanças, eu tenho que informar, caso contrário, corro risco de afastar o telespectador. Essa era uma demanda recorrente na ouvidoria. Esse problema está relacionado à forma de dialogar com o cidadão.

Mas, respondendo sua pergunta, há um programa na TV Brasil que acho fantástico, por conta das temáticas e forma como é conduzida a narrativa, que é o “Caminhos da Reportagem”. São grandes reportagens, tratadas de maneira diferenciadas. É um programa pouco divulgado dentro da própria EBC. Embora as produções sejam muito interessante, ele teria que ter, além mais visibilidade, diálogos permanente com sociedade e não deixar apenas a cargo de produtores a decisão de definir as temáticas. Finalmente, queria ressaltar uma questão que me incomoda na televisão pública: temos programas que se arrastam, esquecendo que veículo tem uma velocidade própria. Não à toa dizer de segundos na televisão são uma eternidade. Essa informação é muito importante, especialmente nessa era da internet, onde as pessoas não assistem mais televisão no aparelho de televisão, mas no celular.

“Imagine um programa diário, de meia hora apenas, bem dinâmico e bem editado, bem produzido e conduzido por um profissional carismático. [...] Penso que, em um ano, teríamos lançado uma semente nesse terreno...”

ROGERIO CHRISTOFOLETTI

Fernanda Vasques Ferreira
Rafiza Varão

É doutor em Ciências da Comunicação pela USP, e professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo na UFSC. Pesquisador do CNPq e líder do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS). Pesquisa jornalismo e ética. Autor de três livros e organizador de outros oito. Tem trabalhos publicados na área de Ética Jornalística, Crítica de Mídia, Novas Tecnologias e Educação. É autor de capítulo do livro *Observatórios de Mídia: olhares para a cidadania*. Foi vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina e coordenou a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa. Desde 2009 é um dos líderes do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS). Coordenou a pesquisa “Qualidade na Agência Brasil”, vinculado a EBC.

| No Brasil, diferentemente do rádio, a TV nasceu de um projeto ambicioso de Chateaubriand, um projeto vaidoso. Você acredita que em nosso país televisão nasce se distanciando do que ela deveria efetivamente ser e a quem ela deveria servir, no caso ao cidadão?

É fácil julgar agora e criticar as bases nas quais se estabeleceu a TV no Brasil. Entretanto, mesmo tendo surgido como uma iniciativa de cunho comercial, a TV poderia ter tido desenvolvimentos paralelos, na condição de estatal e pública. A ausência de vontade política, recursos e um projeto contribuíram para que não tivéssemos até hoje uma história pródiga de TV pública no país.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Ela pode servir de alternativa às opções estatal e comercial, pode ter vínculos mais efetivos com criadores e produtores de conteúdo regionais e independentes, pode orientar sua programação para a cultura e a arte nacionais, além de estabelecer novos pactos com a audiência, buscando uma governança corporativa mais democrática e participativa.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

No caso da EBC, eu via dois grandes problemas: o primeiro deles era dependência da Presidência da República para indicar o presidente da emissora, o que poderia dar

brechas para intromissões políticas; e o segundo é a dependência da emissora das verbas públicas do governo federal. Sem ter como atrair recursos de outras origens, a EBC fica nas mãos do governo. Esses dois problemas fragilizam a condição de “pública” da EBC. Agora, eu via esses dois problemas antes da assunção de Michel Temer à Presidência da República. Assim que assumiu, passou a fazer uma série de interferências que estão levando ao desmonte da emissora, infelizmente... então, nunca a EBC esteve tão frágil...

| Na sua visão, como a televisão pública deve se sustentar?

Penso que poderia ter modelos híbridos de captação de recursos. Poderia veicular campanhas publicitárias, poderia ser abastecida por um fundo da TV pública, sustentado por contribuições do empresariado do setor, e poderia também cobrar uma pequena taxa anual dos domicílios brasileiros, a exemplo do que faz a BBC.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado? Você poderia dar exemplos de emissoras públicas que têm esse tipo de relação com o Estado?

A TV pública não é do Estado. É da população, de seu público, de sua audiência. Deveria ter um conselho curador, democrático e participativo, um conselho de gestão técnico e estratégico, verbas asseguradas e diretrizes de cobertura e programação constantemente atualizadas por especialistas e representantes dos públicos. Quanto menos interferência do Estado, melhor para a TV pública. O Estado interfere nas TVs comerciais? Não. Então...

A TV que mais se aproxima desse modelo é a BBC, que consegue, por exemplo, fazer um noticiário crítico ao Parlamento inglês, à realeza e mesmo assim, oferecer programação contínua de qualidade e com diversidade.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade? Temos experiências como essas fora do Brasil? Quais?

Conselhos de programação, audiência públicas, políticas de relacionamento com as audiências... Ora! Existe uma série de formas de se estabelecer um canal de comunicação com a sociedade.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Nunca por um único programador, mas por meio do debate público – num conselho curador, por exemplo – com a definição de diretrizes que orientem os trabalhos de jornalistas, técnicos, artistas, gestores. Se for atender à Constituição, a TV precisa oferecer conteúdos preferencialmente artísticos e culturais, de informação e para o desenvolvimento humano. Ora, a TV pública não deveria fazer isso preferencialmente, mas exclusivamente.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública? O que fazer para ampliar a audiência?

A audiência é importante para corrigir rotas na programação e para dar retornos sobre a qualidade dos produtos. Existe um erro comum no Brasil de comparar os índices de audiência das públicas com as comerciais. É como comparar uma zebra e um cavalo.

São animais parecidos, mas distintos. Funcionam diferente, logo deve-se esperar comportamentos diferentes deles...

| Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Assisto à EBC, principalmente o telejornal da noite, e assisto à TV Cultura de São Paulo, que já foi muito mais pública e que vem há anos sofrendo interferências dos governantes tucanos. Na TV Cultura, vejo principalmente o Metrópolis, programa que cobre a área cultural/artística, e o Jornal da Cultura, por conta de alguns comentaristas.

| Os cursos de Jornalismo, principalmente, realizam discussões sobre os efeitos de concentração de poder da mídia, em especial, a televisão. O assunto pode parecer corriqueiro nos ambientes acadêmicos, mas ainda não envolve os cidadãos que, de um modo geral, deveriam ser os principais interessados e são os mais afetados. Como você acha que a televisão pública poderia contribuir com os cidadãos e com a cidadania plena dos brasileiros?

Cobrindo a mídia, discutindo a mídia e debatendo democracia. Imagine um programa diário, de meia hora apenas, bem dinâmico e bem editado, bem produzido e conduzido por um profissional carismático. Imagine que esse programa, todas as noites, nos melhores horários, oferece um talkshow discutindo as questões nacionais sobre mídia e democracia? Penso que, em um ano, teríamos lançado uma semente nesse terreno...

| A BBC é considerada a melhor televisão do mundo segundo a obra de Laurindo Lalo Leal Filho. É também literatura recomendada para estudantes de comunicação. Você considera que a BBC é um modelo ideal? Você acredita que estamos, em alguma medida, próximos dessa possibilidade ou a distância tem se agigantado nos últimos tempos? Explique.

Acredito que a BBC é um modelo ideal porque se trata de um modelo verdadeiro, que existe e que mostra bons resultados, inclusive operacionais. Uma vez, quando fazia uma pesquisa na EBC, entrevistei o presidente Nelson Breve e perguntei: Em que experiências os senhores se basearam para conceber a EBC? Ele me disse: Na BBC, Deutschwelle e na PBR.

Não, não estamos próximos de nenhuma dessas experiências. O governo atual trabalha para desmontar o empreendimento que começou a surgir há quase dez anos. Aliás, penso que a EBC corre o sério risco de não completar a sua primeira década. Infelizmente.

| Recentemente publicamos um capítulo em um livro sobre Televisão Pública em que fazemos uma revisão das origens históricas do conceito de televisão pública e chegamos ao ponto de assinalar que estamos longe de um conceito propriamente dito. O que temos, na maioria dos livros e referências, é uma caracterização e diferenciação dos modelos existentes em diferentes países com conjunturas econômicas, políticas e culturais diferentes. “Inferimos que essa dificuldade resida, sobretudo nos “desvios” pelos quais passam as emissoras – que se autodeclaram públicas –, mas acreditamos também que revela uma forma de ser das emissoras que já transpareça o seu conceito. É como dizer que todos sabem o que é uma televisão

pública e ao mesmo tempo, ao dizer isso, desconsideramos a necessidade de dar ao conceito maior riqueza e densidade teórica” (FERREIRA; MORAES; VARÃO: 2016, p. 93). Você acredita que o “conceito” de televisão pública no Brasil guarda uma confusão conceitual capaz de reduzir a importância da televisão pública na sociedade brasileira?

É bem possível sim. Para nós, brasileiros, a categoria “público” ainda é bastante abstrata.

|Você considera ser uma contradição falar em “televisão pública”? A televisão, por si só, enquanto meio de comunicação, não deveria ser essencialmente pública?

Não, não me parece uma contradição. A pública é apenas uma das três possibilidades do espectro... Se estamos atrás de diversidade, tornar todas as TVs em canais públicos não resolve o problema, só o inverte...

|No contexto político atual, pós-impeachment, como você avalia a necessidade de fortalecer a televisão pública para a defesa dos cidadãos e da democracia?

Ela é essencial para a democracia na medida em que mostra aos cidadãos que eles podem ter uma TV diferente da comercial. Ela é essencial para liderar alguns debates públicos. Ela é essencial para as cadeias produtivas locais, que precisam ter espaços para veicular seus produtos. Ela é necessária e urgente.

|Você gostaria de finalizar sua entrevista com que mensagem?

Que tenhamos dias melhores para a TV pública, pois ela corre sérios riscos de acabar com esse governo.

“É tarefa da TV e dos canais públicos em geral garantir espaço de expressão a todos os atores sociais, dando voz aos que não têm acesso às mídias convencionais e especialmente aos “sem voz”.”

TEREZA CRUVINEL

Rochele Tonello Zago Corrêa

Maria Tereza Cruvinel é jornalista, com Graduação (1980) e Mestrado (1985) pela Universidade de Brasília – UnB. Militou em movimentos de resistência contra a ditadura militar e atuou na imprensa alternativa, como nos jornais Versus e Cidade Livre. Como repórter especializada em política cobriu os principais acontecimentos relacionados com a transição política e a redemocratização brasileira, tais como, as primeiras eleições diretas para governador (1982), a campanha das diretas (1984), a eleição de Tancredo Neves (1985) e a Constituinte (1987/88). Em 2007 foi nomeada como presidente da Empresa Brasil de Comunicação, no qual atuou na Implantação da EBC e a Implantação da TV Pública nacional, a TV Brasil.

| Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

Os canais públicos de comunicação são importantes nas sociedades democráticas por garantirem a pluralidade e a diversidade dos conteúdos oferecidos à população, a partir de uma programação que deve ser diferenciada e complementar em relação à que é disponibilizada por canais comerciais e por canais estatais/governamentais. Sendo a televisão, ainda, o meio de comunicação mais acessível às grandes massas, especialmente em países com baixo índice de leitura e de acesso à Internet, a existência de uma TV Pública reveste-se de particular importância. A natureza “diferenciada e complementar” de sua programação amplia as possibilidades de informação e fruição de bens simbólicos e culturais pela maioria da população, contribuindo para a superação das limitações que a própria natureza impõe aos canais privados ou estatais/governamentais.

Canais privados, embora sejam concessões públicas, são explorados comercialmente, segundo a lógica da publicidade que lhes garante o retorno financeiro. A condição para atrair anúncios é a audiência, e na busca de audiência, alguns conteúdos são desprezados, deixam de ser produzidos e exibidos por tais canais, ainda que sejam importantes para a sociedade ou para segmentos sociais específicos. Poucos anunciantes terão interesse, por exemplo, em veicular suas peças publicitárias em programas voltados para as pessoas com deficiência, por exemplo. Ou em programas de fundo científico ou educativo. Com a proibição de publicidade em programas

infantis que já vigora em muitos países, as televisões abertas estão deixando de produzir programas para crianças. Por isso mesmo, as TVs Públicas de todo o mundo adquiriram excelência e reconhecimento como produtoras e exibidoras de bons conteúdos infantis.

Já os canais estatais e governamentais são destinados à divulgação de programas e ações dos poderes e dos governos que representam. Eles também são necessários, são legítimos e próprios da democracia, mas não atendem aos pressupostos da diversidade e da pluralidade em sua programação, que é inevitavelmente atravessada por interesses políticos.

Por isso, sabiamente, a Constituição brasileira previu a complementaridade entre canais públicos, estatais e privados, buscando assegurar o equilíbrio e o pluralismo na oferta de conteúdos. Relativamente à informação, o jornalismo de uma televisão pública também será, teoricamente, mais independente de pressões de natureza econômica ou política, podendo permitir-se abordagens mais imparciais e plurais.

Este é o aspecto essencial, embora a televisão pública seja também importante por outros motivos. Por exemplo, porque só através dela, de seus canais institucionais específicos, a própria sociedade poderá influir sobre os conteúdos e a programação oferecidos. A participação mais efetiva é garantida pela existência de conselhos de representação social com poder supervisor sobre a programação. Os nomes variam, mas todas as TVs Públicas do mundo, reconhecidas como tais, dispõem de organismo semelhante. É ainda através dos canais públicos que setores da sociedade, sem acesso a outras mídias, podem ter a oportunidade de se expressar, exercendo o direito à comunicação, um direito equivalente aos demais direitos coletivos e individuais nas democracias modernas. É tarefa da TV e dos canais públicos em geral garantir espaço de expressão a todos os atores sociais, dando voz aos que não têm acesso às mídias convencionais e especialmente aos “sem voz”.

| Quais as fragilidades da televisão pública?

As televisões públicas europeias, que precederam as televisões comerciais em países como Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Itália, Alemanha e outros, desfrutaram de condições que hoje não são garantidas às redes públicas. Elas obtiveram as melhores localizações para seus canais no espectro eletromagnético analógico de então e não enfrentaram a concorrência dos canais comerciais quando estavam na fase de consolidação, e assim fidelizaram audiências que persistiram mesmo quando deixaram de ser hegemônicas e monopólicas. Contaram com receitas mais fartas do Estado ao longo das décadas em que cumpriram um papel fundamental no desenvolvimento da radiodifusão. Hoje elas também enfrentam o problema crucial para todas as TVs Públicas, o do financiamento, afora a concorrência de canais comerciais que, auferindo receitas publicitárias elevadas, fazem grandes investimentos em atualização tecnológica e na produção de conteúdos destinados a conquistar audiências, ainda que pequem pela frivolidade. Diferentemente do tempo em que foram pioneiras, no mundo contemporâneo, em que a oferta de conteúdos é abundante e ocorre através de diferentes plataformas, as TVs Públicas deixaram de ser consideradas essenciais passaram a enfrentar, mesmo em países ricos, restrições de receita e ameaças de extinção. Não podendo e nem devendo veicular publicidade comercial, as TVs públicas dificilmente conseguem gerar receitas próprias para complementar os orçamentos

cada vez mais reduzidos.

Da escassez de recursos derivam outros problemas, como a menor remuneração dos profissionais, a restrição aos custos de produção de conteúdos, atrasos tecnológicos e dificuldades para a auto-divulgação.

Existem ainda as dificuldades derivadas da resistência dos canais comerciais à própria existência das TV Públicas. Uma resistência que não deriva da concorrência comercial, que inexistente na medida em que os canais públicos não veiculam publicidade, mas da diferenciação dos conteúdos, especialmente dos jornalísticos: sendo mais independentes e obrigatoriamente mais pluralistas e imparciais, passam a representar um contraponto ao jornalismo monolítico dos veículos comerciais, unificados por interesses políticos e ideológicos comuns numa espécie de “jornalismo do pensamento único”. E, finalmente, persistem as resistências de setores políticos ultraliberais, que enxergam nas TVs Públicas uma manifestação de estatismo e intervencionismo anti-mercado.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

Como eu disse antes, este é o problema crucial das televisões públicas contemporâneas. O financiamento do Estado é inescapável e obrigatório, na medida em que se entenda o acesso à comunicação, em sua forma mais diversa e plural, como direito adicional dos cidadãos, a ser garantido pelo Estado. Por outro lado, a dependência de recursos exclusivamente públicos gera uma dependência nociva para a televisão e os canais públicos que, no limite, pode comprometer-lhes a independência. O ideal é que a comunicação pública conte com fontes públicas mas também com fontes alternativas de recursos. Elas podem derivar da prestação de serviços a terceiros, de doações, de fundos alimentados pela própria sociedade e, idealmente, de fundos públicos abastecidos pelo recolhimento de tributos específicos. É o caso da BBC inglesa, que dispõe integralmente das receitas de uma contribuição destinada especificamente à sua manutenção, e por isso não enfrenta problemas financeiros. No Brasil, a Lei 11.652/2008, que instituiu a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), previu uma contribuição à comunicação pública representada por 5% das receitas do Fistel, imposto já existente e cobrado das empresas de telecomunicações. Esta fonte de receitas nem constava da MP 398, editada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi uma construção que fizemos no Congresso Nacional, durante a tramitação da MP, a partir da compreensão de que a EBC ficaria vulnerável se em algum momento fosse absolutamente dependente de governos contrários à comunicação pública. Exatamente o que veio a acontecer no Governo Temer. Examinamos várias hipóteses, que foram descartadas porque penalizariam toda a população. A criação de uma taxa de antena semelhante à inglesa, ou a taxação de produtos eletrônicos como televisores e aparelhos de DVD, foram descartadas porque seriam injustas num país com muita pobreza e desigualdade. Acabou prevalecendo a fórmula engenhosa formulada pelo então deputado Valter Pinheiro (PT-BA), relator da MP na Câmara. Entretanto, criada a EBC e regulamentada a cobrança da contribuição, as empresas contestaram o tributo, embora a parcela de 5% já integrasse a alíquota anterior do Fistel, e recorreram à Justiça e passaram a recolher a contribuição em juízo. Uma delas passou a recolher diretamente ao Tesouro, que por sua vez também não repassou os recursos à EBC, tanto no governo Dilma como no

governo Temer, naturalmente.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

É preciso lembrar sempre que atrás de uma televisão pública existe uma pessoa jurídica de natureza pública: uma empresa estatal, uma fundação, um instituto, caso ela receba financiamento do Estado. O gestor só poderia ser um ente jurídico de natureza privada se tal emissora pudesse sustentar-se com receitas não oriundas do orçamento governamental, situação que na prática não existe. Assim, uma coisa são as relações do ente gestor com o governo/Estado, outra são as relações da emissora pública. O primeiro terá sempre que observar algumas obrigações de natureza legal, relacionadas com a administração e a execução orçamentária. Já a emissora pública independente não tem que ser hostil nem servil ao Estado, podendo estabelecer com organismos governamentais colaborações que visem o interesse público, desde que isso não lhe comprometa a independência nem desvirtue as diretrizes da programação. Os gestores deverão observar os regramentos jurídicos no uso dos recursos públicos, na gestão de pessoal e nas práticas administrativas e prestar contas da execução orçamentária. Relativamente à programação, terão como supervisor não o governo/Estado, mas o organismo de representação da sociedade. No caso da EBC, o Conselho Curador.

Será imperiosa também uma relação com o Estado nas questões relacionadas com a infraestrutura de radiodifusão, na medida em que o Estado é o gestor do bem público representado pelo espectro eletromagnético e o responsável pelas concessões de canais. Tais relações, entretanto, não podem resultar em condicionamentos para a programação, o que violaria a independência que diferencia uma televisão pública de uma televisão estatal.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Um dos traços distintivos da comunicação pública deve ser a “via de mão dupla”, ou seja, ela deve ser voltada para o conjunto da sociedade mas deve também contar sua participação na definição das diretrizes gerais da programação. Assim, todos os meios devem ser explorados para garantir a maior interação possível entre os gestores e a sociedade e também entre o conselho/organismo de representação e a própria sociedade.

A primeira instância de participação social é o Conselho Curador, ou que outro nome tenha o organismo de representação social. Sua composição deve assegurar a mais ampla representação possível, observada a diversidade dos grupos sociais e econômicos, étnicos e culturais de uma sociedade, além de minorias e grupos específicos. Não é simples o atendimento destes pressupostos, mesmo quando os conselheiros são eleitos pela sociedade, através de consultas públicas ou são indicados por entidades representativas. Mesmo nestes casos, grandes contingentes da “sociedade desorganizada” acabam sendo excluídos. As indicações pelo Parlamento, com nomeações de conselheiros pelo chefe de governo, praticadas em alguns países, também acabam sofrendo influências políticas e partidárias. Nomeações pelos governantes também acabam exprimindo preferências e exclusões de natureza política. Por isso, outras formas de interação precisam ser utilizadas para que um canal público atue efetivamente como “coisa pública” e seja apropriado como tal pela

sociedade.

Uma forma importante de participação dos cidadãos/usuários é através das ouvidorias encarregadas de processar e de levar aos conselhos e aos executivos do veículo público as queixas, críticas e sugestões sobre a programação que lhe chegam, acompanhando e informando os reclamantes/manifestantes sobre eventuais correções ou providências.

Audiências públicas periódicas, amplamente divulgadas, de caráter regional, em se tratando de países de grande extensão territorial, são outra forma importante de prestação de contas e participação da sociedade. E, finalmente, a própria programação deve ser a mais interativa possível, explorando os recursos proporcionados pela tecnologia digital.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Elaborar e gerir a grade é uma tarefa dos executivos da TV Pública, levando sempre em conta as recomendações do órgão supervisor e os princípios e práticas que distinguem a comunicação pública. Embora a realidade vá sempre condicionar as práticas da gestão de conteúdo, algumas regras são fundamentais, como as que se seguem.

- a) Observância dos princípios fundamentais da programação, que deve ser de natureza essencialmente educativa, informativa, cultural, científica e formadora da cidadania crítica;
- b) Observância da natureza complementar, de modo que a televisão pública trate de suprir lacunas não preenchidas pelos canais comerciais e estatais;
- c) Sintonia com as orientações e recomendações do organismo (Conselho) de representação da sociedade;
- d) Sintonia com as demandas e sugestões dos cidadãos recolhidas pelas ouvidorias;
- e) Observância da diversidade cultural, linguística, étnica e de gênero na composição da grade;
- f) Na medida do possível, sintonia com o resultado de pesquisas, que podem ser realizadas através do próprio *site* eletrônico do veículo público, sobre expectativas dos cidadãos/usuários em relação à programação;
- g) Abertura para incorporar conteúdos colaborativos vindos da sociedade;
- h) Criação de mecanismos republicanos para o desenvolvimento de parcerias com produtores independentes, e também com instituições da sociedade civil ou mesmo governamentais, desde que os conteúdos sejam de interesse público;
- i) E, por último, mas não menos importante, compatibilidade com os recursos orçamentários disponíveis, buscando-se a economicidade sem comprometer a qualidade.

Estabelecidos os princípios fundamentais da programação, um plano anual de trabalho deve ser elaborado pela diretoria responsável, que depois de aprovado pela diretoria-executiva da entidade gestora, deve ser apresentado ao organismo de representação

social, que o aprovará, proporá mudanças ou fará recomendações. A montagem da grade e a gestão da programação é uma tarefa executiva, na qual devem ser observados a boa técnica de programação, os mecanismos de divulgação, as faixas etárias e temáticas e até mesmo a programação dos concorrentes para maximizar a audiência.

|Qual a importância da audiência para a televisão pública?

A audiência é um critério importante de avaliação da relevância de um canal público, especialmente quando financiado com recursos públicos, mas não pode se transformar em medida absoluta de sua importância e necessidade. Não sendo uma vendedora de produtos, como a TV comercial, a televisão pública não pode ter a audiência como finalidade. Deve entender-se como provedora de valores para cidadãos, e não ofertadora de produtos para consumidores, buscando atingir o maior número de cidadãos por uma questão de eficácia da mensagem. A natureza complementar de sua programação já indica, por si, que parcelas da sociedade, ainda que minoritárias, podem demandar conteúdos que não serão oferecidos por canais comerciais. Só a TV Pública, liberta das amarras da publicidade e da sujeição absoluta aos índices de audiência, que poderá oferecê-los. Alguns programas da grade de uma TV Pública, mesmo com baixa audiência, não perdem por isso a condição de serviço público. Imagine-se um programa voltado para os portadores de deficiências ou para outras minorias da sociedade. Jamais competirão, em audiência, com programas da TV comercial, produzidos para seduzir públicos amplos e inespecíficos, mas nem por isso deixarão de ser relevantes para um segmento social. É a TV Pública cumprindo seu papel. E ela o cumpre não apenas com programas de utilidade pública, digamos, mas também com programas que garantam a fruição de bens culturais não oferecidos pelas TVs comerciais. É o caso, por exemplo, do programa A Grande Música, da TV Brasil, um programa de música erudita que por muitos anos supriu uma lacuna no panorama da televisão aberta brasileira. Sendo minoritário o público que aprecia a música clássica, nenhuma emissora comercial poderia oferecer programa semelhante, pois naturalmente ele teria baixa audiência e não atrairia anunciantes. Quando atende a este grupo social, a TV Pública também cumpre seu papel, realizando a complementaridade.

Os adversários da comunicação pública costumam supervalorizar a questão da audiência para desqualificá-la, e frequentemente conseguem seduzir a opinião pública com o discurso falacioso de que recursos do orçamento estão sendo desperdiçados. Se uma TV Pública precisasse justificar sua existência apenas com bons índices de audiência, seria muito simples: investiria boa parte de seus recursos em alguns programas com receita de sucesso garantido, e assim neutralizaria as críticas. Mas, afastando-se das diretrizes filosóficas de sua programação, adotando as receitas mercadológicas para atrair telespectadores e ouvintes, deixaria de cumprir seu papel diferenciador e complementar. Assim, a audiência deve ser sempre perseguida mas não pode ser determinante na montagem da grade de programação de um canal público.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Assisto com frequência à TV Brasil e à TV Cultura. À primeira porque, tendo sido a primeira diretora-presidente da EBC, tive grande participação na criação da TV Brasil, que enfrentou grandes dificuldades e oposições para ser implantada, e agora sofre uma lamentável desfiguração, justamente quando sua programação vivia uma fase de amadurecimento e seu jornalismo aproximava-se do ideal. Acompanho a TV Brasil com um travo de frustração, mas com esperança de que ela volte a trilhar seu caminho inicial. À segunda, assisto com alguma frequência. Embora a TV Cultura também tenha se afastado das práticas que fizeram dela a melhor referência para a criação de uma TV Pública nacional, ainda é portadora de uma tradição que pode ser recuperada. Na TV Brasil, assisto aos programas que melhor traduzem sua singularidade. Não assisto, mas acompanho a evolução da programação infantil, que sempre a diferenciou, com suas oito horas diárias. Vejo com frequência o telejornal Repórter Brasil, o Sem Censura, o Observatório da Imprensa, o Estação Plural, o Arte do Artista e o Samba na Gamboa, entre outros. Gosto muito do Programa Especial, para portadores de deficiência, e tenho especial afeto pelo Nova África, um programa pioneiro na TV brasileira, que aproxima os brasileiros do continente que nos deu tanto.

|Defina televisão pública?

Uma televisão que pertença à sociedade e produza com a participação desta, visando tratar o telespectador como cidadão e não como consumidor, que contribua, com sua programação, para formar cidadãos mais livres, informados e críticos diante do mundo.

|A TV Brasil, desde sua implantação, é uma televisão pública? Por quê? E como se deu essa implantação?

A TV Brasil foi criada como emissora líder de uma rede pública de televisão formada com outras emissoras do campo público: educativas estaduais, educativas privadas, comunitárias e universitárias. Foi criada em absoluta sintonia com a Lei 11.652/2008, fruto de uma intensa mobilização da sociedade civil, através do Fórum da TV Pública, cuja demanda o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve a sensibilidade de atender. Tendo-se comprometido com a criação da TV Pública, ele foi além ao editar a MP 398, convertida na citada lei pelo Congresso Nacional: garantiu as condições legais e orçamentárias para a criação da EBC como gestora não apenas de uma TV Pública, mas do sistema público de comunicação, atendendo à recomendação do artigo 223 da Constituição Federal, o que fala da complementaridade entre sistemas estatal, público e privado.

Em sintonia com a lei, a EBC tratou de garantir à TV Pública o maior alcance possível, através da formação da rede, embora dispondo de apenas três canais próprios quando foi implantada. Logo que a EBC foi criada e a TV Brasil entrou no ar, foi instalado o Conselho Curador, com funções supervisoras sobre a programação, bem como a Ouvidoria. Em busca de maior sintonia com a sociedade, Conselho e Diretoria Executiva realizaram audiências públicas nas diferentes regiões do País. Tudo isso é próprio de uma TV Pública e não de uma TV estatal, embora a mídia tenha sempre feito uma confusão deliberada entre os dois conceitos.

A programação da TV Brasil, evoluindo no curso destes oito anos de existência,

aproximou-se bastante do ideal da programação de uma televisão pública. Seus programas distinguem-se dos programas de TVs comerciais pela abordagem dos temas, pela linguagem, pela inclusão de produtores independentes, por tratar de assuntos mal iluminados pela mídia. Seu jornalismo foi sempre vigiado pelas mídias privadas em busca de comprovações, nunca encontradas, de facciosismo político-partidário. Os telejornais da TV Brasil buscaram, com apoio na rede pública, expressar a diversidade regional e mesmo linguística do Brasil. E, sobretudo, deram voz aos sem-voz. No período que antecedeu o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a intervenção do governo Temer na EBC, as duas metades do Brasil partido apareceram na programação jornalística da TV Pública, e não apenas o Brasil pró-impeachment, como nas redes comerciais. Juristas, políticos, analistas e cientistas sociais com visões opostas foram chamados a analisar o momento, acompanhado de um time de jornalistas independentes que foram desligados da emissora com a intervenção. Foram sumariamente dispensados, juntamente com dezenas de gestores em funções de direção superior e intermediária.

Os adversários da TV Pública sempre se apegaram à questão da audiência para desacreditá-la. Sempre sustentamos que a audiência da TV Brasil era negativamente afetada por dois problemas. O primeiro, a má qualidade de seu sinal aberto, determinada pela má localização de seus canais no espectro analógico (canal 2), um problema que só seria superado no sistema digital. E isso se confirmou recentemente, com o desligamento dos transmissores analógicos e a notável melhora na qualidade da imagem. O segundo problema relaciona-se com a metodologia das pesquisas de audiência do Ibope, programada para redes horizontais. A TV Brasil, que nasceu quando as redes comerciais já haviam ocupado quase todas as posições do espectro, para expandir sua cobertura valeu-se de uma combinação de modos de transmissão: canais abertos próprios (pouquíssimos), transmissão por satélite (sinal captado por antenas parabólicas, que não entram no mapa de pesquisas do Ibope), TV por assinatura e retransmissão parcial da programação por emissoras associadas.

Nestes oito anos, a TV Brasil buscou também internacionalizar-se, projetando a realidade brasileira no exterior e garantindo os vínculos das comunidades de emigrados com nossa língua e nossa cultura. Esta experiência já foi praticamente interrompida.

Não é possível falar da TV Brasil sem falar da EBC como gestora de outros canais públicos: as oito emissoras de rádio, a Agência Brasil, a Rádio Agência Nacional de Rádio, o canal internacional. Todos eles foram o tempo todo supervisionados por um Conselho Curador muito cioso de seu papel e de suas prerrogativas. A Ouvidoria também aprimorou-se como canal de manifestação dos usuários.

Os recursos orçamentários foram bem geridos e empregados, garantindo um colossal investimento, durante minha gestão, no reequipamento e na modernização da precária infraestrutura herdada da antiga Radiobrás. Uma nova sede foi construída em Brasília e as sedes regionais foram reformadas no Rio e em São Luiz; foram abertas as unidades de São Paulo e Porto Alegre. Até à intervenção do governo Temer na EBC, a TV Brasil era a mais bem-sucedida tentativa de dotar o Brasil de uma TV Pública, embora houvesse ainda muitos problemas a serem resolvidos. Em vez de buscar o aprimoramento do sistema público, o governo optou por retirar-lhe a essência pública, reduzindo os canais da EBC a uma natureza indefinida, entre o público e o estatal.

|Atualmente a TV Brasil passa por uma crise. Como avalia essa situação?

Não apenas a TV Brasil enfrenta uma situação dramática, mas toda a Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. O Governo Temer interveio violentamente na empresa logo que tomou posse, ainda interinamente, destituindo um presidente em pleno exercício do mandato, previsto na lei 11.652 como garantia de sua independência. Como o STF assegurou em liminar a observância do mandato, o governo aprofundou sua intervenção editando a Medida Provisória 744, que além de suprimir o mandato do diretor-presidente, extinguiu o Conselho Curador. Então, considero que a partir destas duas medidas, os canais da EBC perderam sua essência pública, tornando-se canais estatais ou governamentais. Uma evidência disso está no fato de que o mesmo diretor é responsável pela programação jornalística da TV Brasil e do canal governamental NBR, gerido pela EBC e subordinado às diretrizes do Palácio do Planalto. Estabelece também a MP que todos os diretores da EBC serão nomeados pelo Presidente da República, o que significa uma absoluta ingerência governamental na gestão da empresa. Estas três mudanças desfiguram os canais da EBC, retirando-lhes a essência pública. Houve expurgos de jornalistas e gestores, os contratos para a formação da rede pública foram rompidos, há notícias sobre censura a matérias jornalísticas e exigência de alinhamento com a opinião da diretoria. Participo de um esforço coletivo para convencer os parlamentares a restabeleceram, na votação da MP, os princípios da comunicação pública. Mas temos um governo atípico, de baixa legitimidade, que tem no Congresso uma maioria submissa que busca preservar seus mandatos ameaçados por denúncias de corrupção e nestas condições políticas será difícil impedir o desmonte da EBC programado pelo governo.

|E as intervenções do atual governo na grade de programação da TV Brasil?

Alguns programas foram descontinuados e outros certamente o serão, embora não se saiba o que o governo Temer pretende fazer com a TV Brasil. Ninguém sabe se planeja extingui-la, transformá-la em TV governamental, assumindo esta decisão, ou manter esta ambiguidade, em que a lei fala em comunicação pública mas não garante os instrumentos fundamentais, tais como o mandato do diretor-presidente e a existência do Conselho Curador.

|Que meios e recursos podem se tornar eficazes na defesa da televisão pública brasileira, em especial a TV Brasil?

O fato de serem ainda instituições muito jovens, com pouca tradição e um baixo nível de apropriação pela sociedade civil, contribuiu para que a EBC e a TV Brasil fossem vítimas fáceis da ofensiva autoritária. A experiência da comunicação pública no Brasil é tardia, aconteceu seis décadas depois da chegada da televisão ao país, onde floresceu sob o controle de empresas privadas. Por isso mesmo, e, sobretudo nos primeiros quatro anos, enfrentou um ataque permanente das mídias privadas. Se prevalecer um governo como o de Temer, que atenta contra outras instituições da democracia e se aproxima cada vez mais do estado de exceção, não haverá futuro para a comunicação pública e para a EBC. A experiência destes oito anos só será resgatada, a meu ver, se o País conseguir se reencontrar com a democracia plena e com um governo legítimo que compreenda a importância e o papel da EBC, que esteja disposto a financiar sua

existência e a estimular seu aprimoramento, inclusive com a correção de erros, que existem, mas não justificam a interrupção da experiência. Um destes erros é o fato de a EBC ser encarregada de gerir os canais públicos e também de prestar serviços de comunicação ao governo, gerindo o canal NBR, transmitindo atos do governo, produzindo a Voz do Brasil e outros conteúdos governamentais.

Neste momento de adversidade, ampliar o debate sobre o papel da comunicação pública, dar visibilidade às violências que vêm sendo praticadas contra a EBC e valorizar o que já foi construído, ampliando o movimento em defesa da EBC, são os instrumentos mais eficazes da resistência possível. Mas só com a restauração da plenitude democrática será possível retomar o esforço para dotar o Brasil de um sistema público de comunicação democrático, eficiente e sustentável.

| Considerações finais

Neste momento, é bastante clara a estratégia do atual governo de controlar a informação circulante no País. Além da intervenção na EBC, houve a tentativa de asfixiar financeiramente os *blogs* e *sites* independentes na Internet, com o corte de patrocínios de órgãos e empresas públicas. Tramita no Congresso uma MP que flexibiliza o horário de transmissão da Voz do Brasil, tornando definitiva a medida tomada durante as Olimpíadas para atender aos radiodifusores privados. E, finalmente, a Agência Nacional de Jornais (ANJ) entrou com ação no Superior Tribunal Federal (STF) contra os *blogs* e *sites* de veículos estrangeiros que atuam no Brasil, tais como The Intercept, BBC Brasil e El País Brasil. Quando é tão evidente o esforço para uniformizar a informação e limitar o pluralismo, defender a EBC, em sua natureza original, torna-se uma tarefa para todos os democratas.

“O Brasil tem um déficit nessa área que é um déficit desde que a radiodifusão existe no País. Nós não temos uma cultura de TV pública”

VENÍCIO LIMA

Helena Martins

Venício Artur de Lima é um dos principais nomes brasileiros no estudo das políticas de comunicação e dos desafios para a democratização do sistema midiático. Sociólogo, jornalista e pesquisador voraz, o professor Titular da Universidade de Brasília (UnB) conversou conosco em uma tarde chuvosa. Cinza, o reverenciado céu de Brasília expressava o tom da conversa, atravessada pelas preocupações relativas à situação da democracia no País e, especificamente, às mudanças em curso na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Membro da gestão do Conselho Curador da empresa que foi “impeachmada” por Michel Temer, Lima provoca os leitores a refletirem sobre a situação da comunicação pública no contexto do neoliberalismo e convoca a esquerda a repensar o lugar da comunicação na sociedade contemporânea.

| Como você avalia a importância da televisão pública para o Brasil, tendo em vista a centralidade que você tem conferido, historicamente, à televisão para nossa sociedade?

Considerando as circunstâncias brasileiras, a televisão pública é fundamental porque, potencialmente, ela oferece uma alternativa ao sistema privado. Foi essa a intenção do constituinte na Constituição de 1988, quando foi inserido o princípio da complementariedade entre os sistemas. A avaliação daquela época – que não mudou em relação aos dias de hoje – é que havia um desequilíbrio muito grande [entre os sistemas]. Na verdade, naquela época não havia sistema público de fato. O sistema privado de radiodifusão havia sido naturalizado.

Eu acompanhei isso de muito perto, porque trabalhava com o deputado que incluiu isso na Constituinte, Artur da Távola [1936 – 2008], e a ideia dele era que, a partir da Constituição, regulamentado o caput do artigo 223, você passasse a ter, tanto nas renovações quanto nas novas concessões, uma busca de equilíbrio quantitativo entre emissoras públicas e emissoras privadas. Isso porque o campo estatal não é comparável com estes, porque o estatal é o porta-voz do governo que estiver no controle da máquina do Estado, é outra coisa. Então, a ideia da Constituição era que a TV pública e as emissoras de rádios públicas também oferecessem uma alternativa ao sistema privado.

Em países que tiveram uma experiência diferente da nossa, que começaram a experiência de radiodifusão com um sistema público, essa questão não se colocou, porque não era preciso uma alternativa ao sistema privado, que era limitado pela sua natureza de busca de lucro e pelo fato de funcionar dentro de um contexto cujo interesse que prevalece é o interesse dos financiadores do sistema, que são os anunciantes. Na Inglaterra, por exemplo, essa alternativa não se colocou porque o sistema começou público.

O Brasil tinha e tem uma situação diferente. A questão fundamental é esta: uma alternativa de qualidade ao sistema privado, oferecendo, complementando-o, como diz a Constituição, naquilo que ele não oferece. No caso brasileiro, ele não oferece praticamente nada. O básico que seria a pluralidade e a diversidade, por exemplo, ele não oferece.

| Ainda se coloca essa necessidade de ser a televisão esse espaço de contraponto, mesmo no contexto midiático atual, com a difusão de fontes de informação diferentes como a Internet?

Eu acho que [essa necessidade] se coloca ainda e de forma violentíssima. Muita gente da área se engana quando avalia que a existência da Internet, das redes, das possibilidades de interação que a Internet possibilita, de criação de um espaço público diferente do outro, criado pela antiga e velha mídia, pode substituir a velha mídia. Eu acho que não.

Eu estive participando de um seminário, em Belo Horizonte, discutindo democracia, Estado de direito e crise republicana no Brasil; um seminário pensado por um grupo de estudos que se chama Projeto República [vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais]. A última mesa era sobre o papel da mídia na ruptura democrática e na crise republicana. Então, passei um tempo pensando o que iria falar para não falar o que, do meu ponto de vista, já está estabelecido. Para não falar do antipetismo, do anti-esquerdismo, do *bias* da mídia em relação à esquerda de um modo geral, do comprometimento evidente com a Operação Lava Jato.

Para não falar sobre essas coisas, tentei buscar continuidades históricas no comportamento da mídia que são fundamentalmente antidemocráticas e que são construtoras de uma cultura política que acaba sendo a cultura política dominante, independente de, por exemplo, uma nova geração que não necessariamente se utiliza da velha mídia. Até porque as novas mídias, as redes, etc., além do problema de serem muito eficientes em seus próprios nichos – as pessoas consomem coisas com as quais elas já concordam –, elas não conseguem expandir os seus espaços. Junho de 2013 [mês em que milhares de pessoas foram às ruas em protestos por todo o País] é um exemplo disso.

Então, falei sobre três características que acho que são históricas da mídia brasileira. A primeira está em um estudo do professor Aloysio de Carvalho, da [Universidade] Federal Fluminense, sobre a Rede da Democracia. Essa Rede da Democracia foi criada em 1963, sob a liderança do João Calmon, que à época era deputado federal do antigo PSD e era também vice-presidente dos Diários Associados, além de presidente da Abert, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que tinha acabado de ser fundada. Essa rede preparou o discurso público para a derrubada de Jango. Eram

programas diários, que depois eram transcritos e publicados no O Jornal, que era o principal jornal dos Diários Associados no Rio de Janeiro, no O Globo e no Jornal do Brasil.

Aloysio analisou os programas da rede e os editoriais dos jornais e, a partir disso, ele faz uma discussão interessantíssima sobre o conceito de opinião pública dentro do liberalismo, até chegar ao Brasil. Para simplificar, ele chega à conclusão de que esses três jornais, naquele período em que a Rede da Democracia preparava o discurso público do golpe de 1964, adotavam um conceito de opinião pública que ele chama de publicista. Isto é, eles afirmavam que o papel da mídia era um papel de formação da opinião pública, ao mesmo tempo em que assumiam a representação e a expressão dessa opinião pública e desqualificavam as instituições clássicas da Ciência Política liberal, a exemplo de partidos, sindicatos, Congresso, etc., como forma de representação da opinião pública. Isso não parou aí. Eu vejo programas de debate na Globo News, por exemplo. Com que facilidade aquelas pessoas naqueles programas referem-se à opinião pública e omitem o papel delas como formadoras da opinião pública!

|E são as mesmas pessoas fazendo isso, todos os dias, em três, quatro programas da Globo News, por exemplo, e sempre com a tentativa de falar de uma diversidade que não se expressa sequer na escolha dos jornalistas.

Exatamente. Não tem diversidade. E esse pessoal muitas vezes está presente também na rádio e nos jornais. Outra característica que não sou eu que estou identificando, mas que desde a época da transição democrática para a Nova República, depois da Ditadura, foi percebida por uma professora de Sociologia da USP, Maria do Carmo Campello de Souza, que já faleceu. Ela escreveu que a mídia brasileira merecia uma atenção especial por causa do que ela [Campello] chama de “discurso adversário” em relação à democracia, que é expresso na crítica permanente à política e aos políticos.

Esse é um traço que foi identificado no fim da década de 1980 e que ainda está presente hoje. Para simplificar: uma das explicações, eventualmente a mais importante, não sei, para o resultado de muitos pleitos municipais nas eleições de 2016, onde ganharam candidatos que se apresentavam em nome da antipolítica, tem a ver com esse comportamento da grande mídia. É um comportamento mentiroso, porque antipolítica é política, mas é um comportamento de desqualificação permanente tanto da política quanto dos políticos. É um traço histórico da nossa mídia. De décadas!

O terceiro [traço] é uma questão mais complexa, que tenho tentado trabalhar ultimamente, mas que vou simplificar aqui. Trata-se do fato de a grande mídia ter adotado o discurso da vulgata neoliberal. Se você analisar o conjunto de palavras que fazem parte de um léxico neoliberal e que vão sendo introduzidas no cotidiano das pessoas, e como a mídia passou a criar uma linguagem pública usando esse léxico, é impressionante. No contexto dessa vulgata neoliberal, há também uma linguagem que favorece a intolerância e o ódio. Não é que comece aí, mas ela vai se desenvolvendo e acaba se consolidando com os processos judiciais, primeiro com a Ação Penal 470 [rotulada pela mídia hegemônica como ação do “mensalão”] e, mais recentemente, com a Operação Lava Jato.

Portanto, dentro do que você me perguntou, acho que sim, a televisão ainda é absolutamente fundamental e constitutiva dessa cultura política. Nesse contexto, a contraposição da Internet – que é importante e que alterou muita coisa, é verdade – não dá conta de enfrentar essa cultura política.

Para dar um exemplo, a defesa do ex-presidente Lula anexou, na interpelação que foi feita nas Nações Unidas, uma perícia sobre a cobertura do Jornal Nacional sobre o ex-presidente, feita pelo cientista político João Feres Júnior, que produz o Manchetômetro [portal que analisa o viés da cobertura midiática]. É algo escandaloso. São quase 13 horas de notícias negativas; 4 horas de noticiário considerado neutro e nada de conteúdo positivo [o documento teve como base a análise da cobertura feita entre o final de dezembro de 2015 e agosto de 2016].

O poder que isso tem é enorme, independente de você assistir ao Jornal Nacional, porque o seu pai assiste, seu namorado assiste, seu irmão assiste. Isso cria uma ambiência. Tanto é que você vê hoje o antipetismo... Você hoje ofende uma pessoa chamando-a de petista. É mais ou menos o que havia, na minha época, quando as pessoas eram chamadas de subversivas, comunistas. É impressionante.

|Tendo em vista esse cenário, quais são as principais fragilidades do projeto de televisão pública que temos tentado construir?

São muitas, são muitas. A iniciativa de se fomentar a criação da EBC [Empresa Brasil de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652, de abril de 2008, a partir da conversão da Medida Provisória nº 398, de outubro de 2007] – nós estamos aqui falando especificamente da EBC – encontrou obstáculos formidáveis para poder criar uma empresa que fosse realmente pública, no sentido de independente do governo e das forças de mercado. Você teve que resolver, do ponto de vista jurídico, a absorção da antiga Fundação Roquette Pinto, no Rio de Janeiro, da antiga Radiobrás, que já era, por sua vez, uma absorção da antiga EBN [Empresa Brasileira de Notícias, criada em 1979 em substituição à Agência Nacional. A EBN foi extinta em 1988, quando foi absorvida pela Radiobrás]... Aquilo foi uma confusão.

Não tenho certeza disso, mas tenho muita convicção [risos], de que mesmo as pessoas que criaram a EBC, como Franklin Martins e Tereza Cruvinel, não ficaram satisfeitas com o resultado. Depois que a Medida Provisória foi convertida na Lei 11.652, o fundo que ia sustentar o funcionamento da empresa, chamado Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, nunca chegou à empresa. O próprio governo não liberou esses recursos. Você pode dizer que, mesmo ao fim do governo Lula, que foi quem patrocinou a criação da empresa, houve um boicote interno.

Nos governos Dilma [2010 – 2016], isso foi muito evidente. Isso que o governo Temer fez agora, da forma que fez, de dar uma entrevista para seis jornalistas dos oligopólios de mídia de posição pública de apoio ao golpe parlamentar, em um programa da TV Cultura que foi transmitido pela TV Brasil [refere-se à edição do programa Roda Viva de 14/11/2016], a Dilma só fez quando o processo de impeachment já parecia irreversível (9 de junho de 2016). No período eleitoral [em 2014], foi proposto a ela e ela não topou; foi proposto um debate eleitoral sobre a questão da mídia, que não houve... Então... Houve problemas muito grandes dentro do próprio governo.

Você pode atribuir essa postura ao fato de que não havia uma percepção ou uma sensibilidade para a importância da consolidação de um sistema público de

comunicação. Por parte da Dilma, tenho certeza; por parte de Lula, no segundo governo Lula, tenho dúvida. Mas certamente nos governos Dilma não havia. Não havia. As inúmeras vezes que Dilma, por exemplo, disse, mostrando desconhecimento da questão, que o melhor controle da televisão era o controle remoto, é uma caricatura do problema.

São muitos problemas. Do ponto de vista administrativo, a composição do Conselho de Administração; a ausência de liberação de recursos; o próprio funcionamento interno da empresa [são alguns exemplos]. Você combinar funcionários recém-contratados, concursados, com funcionários que já vêm de uma estrutura antiga do funcionalismo público é outra questão. Até hoje você tem esse problema e de forma muito grave. Eu não sei como se resolve isso, mas é uma combinação muito complexa.

Eu avalio que houve uma série de circunstâncias muito específicas da situação brasileira que levou a isso.

Agora, apesar dessas questões, eu sou daqueles que acham que a experiência é uma experiência positiva e que precisava ter continuidade, com ajustes que poderiam ser feitos. Não acho que seja uma experiência negativa. É uma tentativa. Muita coisa foi feita. Inclusive, no período mais crítico do debate sobre a crise política, que acabou desembocando no golpe parlamentar, eu acho que a EBC cumpriu um papel importantíssimo na discussão sobre o impeachment.

|Eu gostaria de acrescentar duas questões, a partir da experiência de quem acompanhou, como funcionária, essa construção. Primeiro, você tem o convívio de culturas políticas muito distintas. Não é só uma questão etária. Há uma cultura institucional muito arraigada que entende a EBC e seus veículos não como públicos, mas governamentais. Esse era o viés que existia, por exemplo, na Radiobrás. Essa mentalidade está presente em todas as áreas. E há uma questão física, inclusive. Você convive com a presença de ministros que vão à empresa para ser entrevistados pela NBr [vinculada à EBC, a emissora presta serviços para o governo federal]. Então, a cultura institucional é muito confusa.

Aliás, o fato de a NBr estar vinculada à EBC é um problema grave. Pelo que eu entendo, não houve como ser diferente naquele momento, mas essa era uma questão que deveria e talvez pudesse vir a ser reformulada.

|Era um arranjo institucional que deveria ser repensado. O próprio Conselho Curador vinha discutindo esse modelo institucional. E outra questão muito presente em nosso cotidiano era o desafio da formação. Há, muitas vezes, uma ausência de compreensão do que deveria ser uma matéria pública, porque somos formados pelos veículos privados. A nossa leitura, a nossa gramática, as nossas perguntas.... Então, há uma dificuldade de pensar em como poderia ser uma abordagem diferente. E a EBC não conseguiu ser esse espaço de reflexão.

Havia uma tentativa para enfrentar isso com o Centro de Pesquisa [Centro de Pesquisa Aplicada, Desenvolvimento e Inovação em Comunicação Pública, projeto desenvolvido pela EBC, em parceria com a Unesco] que também não sabemos como ficará.

| Outro tema muito problemático é o financiamento. Como uma TV pública deve se sustentar? Qual seria o modelo mais adequado de sustentabilidade?

Olha, acho que não tem que inventar a roda. Veja o que acontece na Inglaterra. Lá, quem assiste televisão contribui, paga uma taxa. Acho também que é uma obrigação do Estado contribuir para o financiamento da TV pública. A União Europeia, por exemplo, tem documentos oficiais que recomendam aos países membros apoiarem veículos da nova mídia, da Internet, como blogs, por exemplo, em nome da diversidade e da pluralidade na mídia, porque reconhecem isso como fundamental para a democracia.

Portanto, avalio que o Estado tem que financiar e que há de haver, como ocorre nos Estados Unidos e no Canadá, formas de absorver também dinheiro privado. Particularmente, não vejo problemas nisso.

| Publicidade ou outro mecanismo?

Não. Mecanismos de patrocínio, por exemplo, de determinado tipo de programa, em que aparece um crédito: “esse programa foi financiado por tal instituição”. Não vejo problema.

É claro que o financiamento é fundamental. No caso brasileiro, você tem uma forma de fazer isso, que é por meio da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, que já mencionei, mas ele não funciona. Ele não funciona porque falta vontade política.

Paralelo a isso, a questão é você ter um mecanismo – que, no caso da [Lei] 11.652, estava localizado, sobretudo, mas não só, no Conselho Curador – que garanta o cumprimento das finalidades definidas, no caso, na lei sobre o que deve ser um sistema público.

No período que eu estive como conselheiro – foi curto, um ano, exatamente um ano – o Conselho Curador buscou fazer isso o tempo todo. Não quer dizer que conseguiu. Eu mesmo participei de uma comissão que avaliava o plano de trabalho da EBC. Era uma tarefa quase diária, porque você tem que conseguir acompanhar o dia a dia do que está indo ao ar, o que ocorria com o apoio dos relatórios da Ouvidoria, e você volta e meia era surpreendido por questões que não estavam previstas no plano de trabalho.

O Conselho Curador fez isso. Agora, você não cria mecanismos eficientes de fazer esse tipo de controle em oito anos, que é o tempo que essa empresa [EBC] tem. Esse é um desafio de décadas. O problema é que o Brasil tem um déficit nessa área que é um déficit desde que a radiodifusão existe no País. Nós não temos uma cultura de TV pública, ao contrário.

| Em sua opinião, como deve ser a relação da televisão pública com os governos?

Quando a gente analisa a comunicação, seja a comunicação pública ou qualquer outra, você não pode separar uma coisa da outra. A análise da mídia tem que estar junto com a das outras questões, pois todos esses problemas que nós estamos falando são transversais. Eles perpassam partidos políticos, burocracia de Estado, jornalistas, formação de jornalistas, escolas de comunicação, o papel da academia...

Na minha experiência da EBC, havia uma incompreensão sobre essa relação. Uma incompreensão explícita, pública, dita com todas as letras, dentro da própria EBC, pelo ministro que estava ocupando o cargo da Secom [Edinho Silva, ministro da Secretaria

de Comunicação da Presidência entre 2015 e 2016, afirmou, em audiência promovida pelo Conselho Curador da EBC em fevereiro de 2016, que não via “distinção entre a TV Brasil e a NBr”. Ele não compreendia a diferença entre público, privado e estatal.

Isso permanece. Vi uma entrevista do relator da MP 744 [Medida Provisória que, dentre outros pontos, extingue o Conselho Curador da EBC], Lasier Martins [PDT/RS], que também não percebe a diferença entre o que seja uma TV do Estado, de governo, uma TV pública ou uma TV privada.

São problemas complexos, difíceis, cuja solução de longo prazo exige a função do Conselho Curador ou de outro mecanismo com esse viés – mas, na estrutura que está aí, certamente quem fazia ou buscava fazer isso era o Conselho Curador.

Posso falar com segurança em relação ao período que em que eu estive no Conselho, que foi o período final do segundo mandato da presidenta Dilma, que não havia uma compreensão da natureza pública da EBC, expressa inclusive na ocupação dos cargos de confiança, na porta giratória [na literatura acadêmica, a expressão “porta giratória” refere-se à passagem de pessoas em posições estratégicas de governo para empresas como, no caso, a EBC]. Isso era evidente. Não há o que negar em relação a isso.

Uma situação que eu acho importante pontuar e que houve uma incompreensão em relação a ela foi quando se acusou, sobretudo, o jornalismo da EBC de estar tomando uma posição partidária na discussão do impeachment. Essa questão nos demandaria mais tempo, mas defendo que a intenção do artigo 223 comporta esse tipo de comportamento, considerado o contexto da mídia no Brasil. Isto porque você pode ter pluralidade e diversidade externa ou interna. Se você não tem pluralidade externa, eu acho que se justifica que uma TV pública apresente um contraponto ao que está sendo dito em um discurso homogêneo e único. De uma forma ou de outra, o contraditório existia no jornalismo, mas houve essa acusação. Defendi essa posição em uma reunião no Conselho, está na ata, e isso teve repercussão no Conselho de Comunicação Social [CCS, órgão que assessora o Senado]. O Walter Ceneviva [advogado que representa as empresas de rádio no CCS] falou “olha o absurdo desse conselheiro fazendo essa defesa”. Mas eu acho que essa defesa pode ser feita, inclusive, constitucionalmente.

| Em relação ao diálogo com a sociedade, eu gostaria de saber se você avalia que o Conselho Curador consegue ser a expressão desse diálogo, se ele consegue ser esse canal e quais seriam outros possíveis.

Houve um esforço facilmente demonstrável de, entre os quinze representantes da sociedade civil, compor um leque da representação da diversidade cultural, de etnia, de gênero, regional. Quando o Conselho foi dissolvido, havia um edital, se não me engano para cinco vagas. Esse edital foi uma “novela” para acontecer e chegar à versão final, exatamente para contemplar ou equilibrar áreas.

Esse era um caminho para fazer esse diálogo. Mais do que isso poderia ser feito? Claro que poderia ser feito. Eu mesmo dei algumas sugestões, por exemplo, de dialogar mais com as universidades (não sei se as universidades estavam interessadas – ando muito desanimado com as universidades. Alias não é de hoje, faz tempo. Por razões diversas), com setores específicos, etc.

A presença, por exemplo, de uma pessoa como o Joel Zito [Joel Zito Araújo, cineasta e pesquisador; diretor, dentre outros, do filme *A negação do Brasil*, que aborda a presença de negros nas novelas brasileiras] no Conselho. Ele trouxe um espaço de

representação que não sei se tinha com a mesma eficiência. Além de ele ser um cara muito competente, ele estava o tempo todo apontando que o sistema público tinha que contemplar o que não estava contemplado no sistema privado, inclusive do ponto de vista da etnia, enfim.

Então, acho que a composição do Conselho Curador e a posição do Conselho em relação à escolha dos representantes da sociedade civil expressa uma tentativa de aumentar esse diálogo com a sociedade ou de criar mecanismos para que isso acontecesse. Essa tentativa também estava sendo feita. A Ouvidoria também vinha atuando nesse sentido. É claro que existem problemas e que não tem nada perfeito, mas havia caminhos para aumentar [essa relação com a sociedade].

| Curiosamente ou não, a MP ataca exatamente o Conselho Curador. Qual sua avaliação sobre essa escolha?

A primeira questão é que o Conselho Curador era a única instância capaz de destituir o presidente da empresa. O Conselho Curador, com dois votos de desconfiança, poderia destituí-lo. E eu acho que, fatalmente, seria esse o caminho, se o Conselho Curador tivesse continuado e se permanecesse esse cidadão que está na presidência [refere-se a Laerte Rímoli, indicado pelo governo Temer para presidir a EBC] e as medidas que ele está tomando.

Desde a nomeação do presidente [Ricardo Melo], depois a destituição, a nomeação de um novo presidente [Laerte Rímoli] e a volta do presidente anterior, até a edição da MP e, depois, a queda da liminar [liminar que levou à recondução de Melo à presidência da EBC, após ter sido destituído pelo ainda presidente interino Michel Temer], nesse período em que o Conselho Curador ainda existia, ficou muito claro que haveria problemas com relação ao cumprimento da função pública da empresa. Inclusive, no período em que o presidente destituído voltou a assumir [por força da referida liminar], porque ele voltou a assumir, mas ele estava manietado, afinal as diretorias e o Conselho de Administração estavam alterados.

Então, acho que a primeira coisa com relação ao ataque ao Conselho Curador não é porque ele representava a sociedade. É que ele tinha poderes, dentro da lei, inclusive de retirar o presidente.

Agora, não sejamos ingênuos. Como já disse, estou convencido de que, para analisar a TV pública ou a TV privada, você tem que observar um contexto um pouco maior. Se você analisa as declarações públicas tanto do ministro-chefe da Casa Civil [Eliseu Padilha] quanto do ministro-chefe da Secretaria de Governo [refere-se à Geddel Vieira Lima, que pediu demissão do cargo em 25/11/2016, após ser acusado de ter usado o cargo para favorecimento pessoal], imediatamente após a posse interina do vice-presidente [Michel Temer], sobre o que eles pensam sobre a radiodifusão pública, você vê que o pensamento neoliberal que prega a ausência do Estado em várias áreas da atividade econômica e social está presente também com relação à comunicação.

O ministro-chefe da Casa Civil falou explicitamente, em uma matéria publicada pelo jornal O Globo, que o governo não tem nenhuma intenção de competir com a comunicação privada. A questão não é essa, mas a visão é uma visão neoliberal de que o Estado está ocupando um lugar que não é dele, que é o lugar da iniciativa privada, ditada pelas regras e pela medida do mercado. O Geddel é pior ainda, porque ele fala explicitamente – está dito por ele publicamente – que ele tinha sugerido ao presidente

da República acabar com a EBC, porque aquilo seria uma coisa desnecessária [as declarações constam na reportagem “EBC virou ‘cabide de emprego’ e símbolo de aparelhamento político, diz ministro”, publicada em 11/06/2016].

Se você observar o contexto de pensamento deste governo, que, aliás, não precisa de imaginação, porque ele está expresso em um documento divulgado em outubro do ano passado, chamado “Ponte para o futuro”, onde não há uma linha sequer sobre comunicação, é a lógica do neoliberalismo levado à sua dimensão máxima. Por isso eu tenho insistido muito, em todas as minhas falas mais recentes, na tentativa de entender o neoliberalismo e observar a comunicação dentro dessa perspectiva.

Eu tenho estudado uma autora americana que se chama Wendy Brown. Ela escreveu um livro, publicado este ano, chamado Undoing the Demos, cujo subtítulo é “a revolução clandestina do neoliberalismo”, em que faz uma análise do que está ocorrendo nos Estados Unidos na área de educação, na Justiça, etc., e mostra como a posição neoliberal é totalmente descompromissada com a ideia da democracia. Essa posição usa para a orientação da coisa pública a mesma orientação do mercado. Isso cria uma série de consequências que destroem o fundamento da participação individual e coletiva na construção de uma sociedade democrática. Vai acabando aos poucos. A análise dela é quase deprimente.

Eu me convenci de que a gente tem que entender um pouco desses fundamentos do neoliberalismo. Andei lendo também um pouco de caras como Milton Friedman, [Friedrich] Hayek, [Ludwig] Von Mises e um autor pouco conhecido no Brasil, que é o Gary Becker, que aplica a racionalidade econômica à análise de tudo – que é de onde vem a fundamentação de que você não pode ter programas como o Bolsa Família, porque você desestimularia as pessoas, o que é uma forma muito bem elaborada do ponto de vista da pesquisa econômica e do funcionamento ideal [destaca a palavra ideal] do mercado...

Eu estou falando isso tudo porque a posição em relação à EBC não é exclusiva em relação à comunicação pública. Ela faz parte de uma visão de como a sociedade deve operar, mesmo que todos os exemplos contemporâneos de adoção dessa lógica tenham resultado em desastre. No entanto, é isso o que está acontecendo aqui.

| Para finalizar, tenho mais duas perguntas. Primeiro, como o diálogo com a sociedade pode se expressar na grade de programação? Como essa grade deve ser desenvolvida?

A diversidade da composição da sociedade no Conselho Curador já estava levando a uma interferência muito concreta na grade – se não diretamente por questões de limitação de recursos para a produção, de contratação de produção independente, etc., se não por isso, mas pela atenção dada à ausência ou à omissão de certo tipo de programação, a presença de determinadas temáticas, o uso de libras, enfim. Eram questões que o Conselho estava interferindo diretamente.

| Em sua opinião, qual a importância da audiência na comunicação pública?

As atuais medidas de audiência são questionáveis, não se sabe o que está sendo medido. Até hoje, nós – eu, você, qualquer pessoa da sociedade brasileira que tenha algum interesse nisso – engolimos a pesquisa feita em algumas regiões metropolitanas, sobretudo de São Paulo, como se fosse a medida da audiência brasileira, o que não é

verdade. A outra questão é que esse raciocínio de que, se não tem audiência, é inútil, é da lógica do mercado. A lógica do funcionamento do sistema público não é e não pode ser a do mercado, do contrário, não se justifica sua existência.

Há também uma questão muito interessante que é a questão do hábito. Você tem décadas de rádio e depois de televisão com uma programação quase que exclusivamente comercial. E mais do que isso: quase que exclusiva de um único grupo de comunicação, porque ele definiu um padrão que é copiado pelos outros grupos. Então, esperar que você possa construir, em curto prazo, uma nova perspectiva de oferta de programação e que ela se constitua numa alternativa não existe.

Isso é Bourdieu [Pierre Bourdieu, sociólogo francês]. É a sociologia do gosto. Eu vejo isso até no espaço familiar. As crianças são socializadas a partir dessa programação. O Brasil talvez seja um dos poucos países do mundo onde há uma influência direta da grade da principal rede de televisão nos hábitos cotidianos das pessoas. Outra coisa que eu acho incrível é que o grupo dominante não trabalha com horário, ele trabalha com antes ou depois de programas. Pensemos uma partida de futebol que tem uma hora certa para começar, por exemplo. Na Globo, ela não começa tal hora. Ela começa depois da novela e antes não sei do quê. Isso foi uma conquista da Globo, desenvolvida ao longo de muitos anos.

| Você assiste à televisão pública?

Assisto. À época em que eu estava no Conselho Curador, eu via muito. Ultimamente eu não tenho tido estômago. Recentemente, eu tentei ver o Repórter Brasil, à noite, mas...

| Quais são suas perspectivas para a TV pública?

[Silêncio]

| Ouvindo sua preocupação com a democracia e sabendo dos seus muitos anos de estudos dedicados a esse tema, chega a ser curioso pensar que você fez parte de um Conselho também “impeachado”.

Olha... Naquele resumo que tem no Lattes [plataforma de currículo mantida pelo CNPq], tinha posto “membro eleito do Conselho Curador, mandato tal a tal”. Aí eu coloquei na frente: “mandato cassado pela MP 744, em setembro”. Se ela for convertido em lei, vou colocar “convertida em lei...”. Eu vou deixar lá.

Acho que as perspectivas não são boas. Têm pessoas que lutam pela comunicação pública e que acreditam na possibilidade de recuperar, talvez, a própria existência do Conselho Curador. Eu não tenho esperança. Na verdade, tenho uma esperança negativa. Acho que nós corremos o risco de a MP alterar a Lei 11.652 para pior.

Posso estar completamente errado. Mas, se você olhar a composição da comissão mista [formada por parlamentares que analisam a MP]; se você ver quem é o relator; se você for ver o jogo de força que está sendo feito neste Congresso – neste Congresso! –, eu acho que as perspectivas não são boas. Mas vamos supor que isso acontecesse. Aí você imagina um Conselho Curador, com poderes plenos, neste contexto. É... Eu não vejo perspectivas.

O relator Lasier Martins [PDT] é um homem da mídia privada. Aliás, o Rio Grande do Sul conseguiu eleger dois senadores – uma senadora, Ana Amélia [PP], e um senador, Lasier Martins – que são representantes inquestionáveis, diretos do grupo RBS, que é

um grupo filiado à Rede Globo historicamente e que tem uma tradição de combate aos partidos, aos grupos e aos movimentos progressistas no Sul. Inclusive, o grupo RBS tem tradição de envolvimento histórico na ANJ [Associação Nacional de Jornais]. Você esperar que o Lasier Martins, inclusive pelo que ele já disse, vá ter alguma sensibilidade para reconhecer a importância, para a democracia, de um sistema público independente do governo e do mercado...

Bom, eu posso estar enganado e espero que esteja. Mas, já que você perguntou sobre perspectivas... Nós estamos em um momento difícil – já estou me excluindo dessas tarefas porque, como diria meu pai, já estou virando para o outro lado do morro. Precisamos repensar a esquerda, de uma forma mais ampla, e, evidentemente, a comunicação pública vai aparecer aí.

Desafios do Jornalismo Público: uma análise da produção de emissoras de rádio da EBC²²

Liziane Soares Guazina²³ e Fernando Oliveira Paulino²⁴

RESUMO

A partir de um breve histórico de iniciativas de implementação de um jornalismo público, o artigo discute dados relativos à produção jornalística das emissoras de rádio da Empresa Brasil de Comunicação que fizeram parte da pesquisa realizada entre 2013-2015. O objetivo foi analisar a cobertura jornalística sobre as eleições de 2014 nas três emissoras de rádio do sistema público de comunicação com transmissões em AM e FM no Distrito Federal (Nacional AM, Nacional FM e MEC AM Brasília, retransmissora de conteúdos da MEC FM do Rio de Janeiro), cuja responsabilidade de gestão e produção de conteúdo, desde 2008, é da EBC. Nossa análise buscou identificar se e como o jornalismo praticado pela EBC naquele período atendeu aos princípios estabelecidos em sua lei de criação.

Palavras-chave: 1.Jornalismo Público. 2.Emissoras de rádio. Empresa Brasil de Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo público vive um momento decisivo após a reformulação, sem discussão pública ampla e democrática, da Lei de criação da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, que entre outras ações, extinguiu o Conselho Curador, revogou a estabilidade do cargo de diretor-presidente por quatro anos e vinculou a Empresa diretamente à Casa Civil da Presidência.

Historicamente, os desafios do jornalismo público brasileiro sempre foram inúmeros e não começaram com a constituição da EBC. Antes da Empresa ser criada pela Lei 11.652/2008, um longo percurso de luta em prol de uma comunicação pública mais democrática e cidadã já

²² Parte deste artigo foi apresentada no XXIV Encontro Anual da Compós, em 2014, sob o título Comunicação e Política: a cobertura das eleições de 2014 em três emissoras públicas de rádio. As ideias trabalhadas aqui também foram desenvolvidas em Paulino, Guazina e Oliveira (2016).

²³ Doutora em Comunicação, atual Vice-diretora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Mídia e Política e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política – NEMP/CEAM/UnB. Email: lguazina@unb.br

²⁴ Doutor em Comunicação, atual Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, pesquisador do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom-UnB) e do Projeto Comunicação Comunitária e Cidadania (CNPq), Email: fopaulino@gmail.com.br

havia sido trilhado por movimentos sociais, comunidade acadêmica e profissionais da Comunicação. Mesmo dentro da então Empresa Brasileira de Comunicação – Radiobrás, antecessora da EBC, algumas ações voltadas para a produção de um jornalismo de caráter público foram implantadas no início dos anos 2000. Ainda que estas experiências, muitas vezes, tenham sido fruto de iniciativas de dirigentes ou profissionais da Empresa e não significassem um *continuum* de política editorial e de gestão, vale fazer um esforço para recuperá-las brevemente em seu sentido mais representativo: pequenas contribuições no caminho de uma Comunicação pública.

Já em 2004, documento de distribuição interna intitulado Jornalismo na Radiobrás, defendia-se o caráter público da Empresa que estava inscrito no Decreto 2958/99, assim como seus valores baseados no

“respeito ao caráter público de nossa atividade, ao buscar a excelência ao exercer a transparência, interna e externa; respeito à cidadania, ao assumir um compromisso permanente com a universalização do direito à informação, com a verdade e com a qualidade da informação, por meio de canal direto com o público”.
(...) (p. 5).

Em 2006, o Manual de Redação da Radiobrás trazia o registro da missão da Empresa logo na apresentação:

“Somos uma empresa pública de comunicação. Buscamos e veiculamos com objetividade informações sobre Estado, governo e vida nacional. Trabalhamos para universalizar o acesso à informação, direito fundamental para o exercício da cidadania” (p.17).

O próprio Manual representou, naquele momento, um esforço coletivo que envolveu inúmeros profissionais para redirecionar o trabalho das equipes de jornalismo de televisão, rádio e da Agência Brasil para um “foco no cidadão”, com uma produção menos parecida com a oferecida pelas emissoras comerciais e conteúdo menos “chapa-branca”.

No entanto, no mesmo documento, consta a definição de que a pauta da Radiobrás deveria se limitar à “cobertura do Governo, do Estado e da Cidadania, esta entendida como expressão da atuação da sociedade civil organizada na busca de seus direitos”(p. 17). Assim, mesmo na narrativa oficial mais importante daquele período sobre o reordenamento institucional que buscava avançar em um jornalismo de caráter público focado na cidadania, as tensões decorrentes do fato de que a Empresa estava vinculada ao Governo Federal apareciam na redação: Governo e Estado vinham antes da Cidadania.

Pode-se afirmar que a qualidade do jornalismo da EBC tem sido uma pauta de discussão interna e externa à Empresa desde sua criação. As análises críticas desenvolvidas por diferentes grupos de pesquisadores vinculados a universidades brasileira contribuíram para este debate interno, assim como as análises realizadas pela Ouvidoria. Mesmo ocupando um espaço reduzido dentro do espectro da radiodifusão no caso brasileiro, o sistema público de

comunicação deveria configurar-se, por força de artigos constitucionais e de lei, em um espaço teoricamente mais plural e diverso do que a mídia comercial. E que seu jornalismo refletisse estas características.

Nossa contribuição, neste trabalho, é trazer alguns dados relativos à produção jornalística das emissoras de rádio da EBC que fizeram parte da pesquisa realizada em parceria com EBC entre 2013-2015²⁵. O objetivo foi analisar a cobertura jornalística sobre as eleições de 2014 nas três emissoras de rádio do sistema público de comunicação com transmissões em AM e FM no Distrito Federal (Nacional AM, Nacional FM e MEC AM Brasília, retransmissora de conteúdos da MEC FM do Rio de Janeiro), cuja responsabilidade de gestão e produção de conteúdo, desde 2008, é da EBC. Nossa análise busca identificar se e como o jornalismo praticado pela EBC atendeu aos princípios estabelecidos em sua lei de criação, especialmente em relação à promoção da cidadania, durante o período de observação.

Cabe destacar que o sistema público de comunicação deveria obedecer a princípios definidos na Lei 11.652/2008, em vigor no período observado²⁶, que remetiam, direta ou indiretamente à ideia de promoção da cidadania, seja do ponto de vista da garantia de pluralidade e diversidade de fontes no noticiário até a presença de temas voltados para as demandas dos cidadãos. A promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes, por exemplo, está definida no art. 2 . da Lei, assim como a produção de conteúdos com finalidades educativas, culturais e informativas e a não discriminação político- partidária, filosófica, étnica, de gênero ou opção sexual.

A ideia de promoção da cidadania também estava presente nos objetivos do sistema de radiodifusão pública, especialmente naqueles elencados no art. 3 . da mesma Lei, especialmente: II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; e III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação.

²⁵ Pesquisa realizada no âmbito do Termo de Cooperação EBC-UnB/2014, intitulado “*Monitoramento e Análise da programação e das produções jornalísticas das emissoras de rádio da EBC em Brasília: Rádio Nacional AM, Rádio Nacional FM e MEC AM Brasília*”, entre dezembro de 2013 a fevereiro de 2015. Também participaram do projeto os pesquisadores Carlos Eduardo Esch e Luiz Martins da Silva, além de três bolsistas de pós-graduação e dez bolsistas de graduação, da Faculdade de Comunicação da UnB. Agradecemos aqui o empenho e dedicação de toda equipe na configuração, execução e análise dos dados do projeto.

²⁶ A Lei 11.652/2008 foi revogada sob a gestão do novo presidente da República após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, com a promulgação da Lei n. 13.417/2017.

Além disso, o próprio Manual de Eleições 2014 da EBC, que estabeleceu as diretrizes internas da cobertura jornalística de todos os veículos da Empresa, remete ao Manual de Jornalismo da EBC, que definia:

“A EBC é uma empresa pública comprometida com o cidadão brasileiro e com a promoção da cidadania, não com partidos ou coalizões políticas que ocupam o poder ou fazem oposição a estes. Nas disputas eleitorais, a cobertura da EBC será equilibrada e justa, considera a importância dos fatos e a relevância dos personagens” (EBC, 2013, p. 2).

Ainda de acordo com o Manual de Eleições 2014, as diretrizes deveriam orientar a cobertura jornalística não somente dos veículos de comunicação (audiovisuais e digitais) da própria EBC, como também as emissoras públicas parceiras de rádio e televisão.

Ao longo do documento, foram definidas as prioridades da cobertura, tais como a ênfase no noticiário temático, com atenção às minorias e segmentos sociais específicos (pessoas com deficiência, jovens, quilombolas, etc), a questões de gênero, “tendo em vista a pouca participação feminina na política partidária” (EBC, 2014, p. 5), direito e acesso à comunicação, além de temas como mobilidade, saúde, segurança e moradia. Também houve destaque para o caráter de prestação de serviços dos conteúdos noticiosos: “Todos os veículos oferecerão informações de utilidade pública e produzirão conteúdo diferenciado com foco nos interesses, direitos e deveres do cidadão” (EBC, 2014, p. 5).

Além disso, há no documento uma seção específica para estabelecer como se tratariam as denúncias, descaracterizando-as como foco de interesse do noticiário:

“As acusações entre candidatos, denúncias e agressões verbais fazem parte das campanhas, mas não serão foco da cobertura jornalística da EBC. Denúncias poderão entrar no noticiário se consistentes, envolverem temas de interesse, observadas a pluralidade de opiniões e o direito de defesa” (EBC, 2014, p. 6).

O aspecto interessante do Manual está na seção intitulada “Protagonismo do cidadão”, onde se enfatiza que, apesar dos principais atores do processo eleitoral serem os candidatos, era necessário assegurar nos conteúdos noticiosos o espaço para os cidadãos, seja por meio da temática abordada, seja por ferramentas ou mecanismos de participação do público:

“(…) o jornalismo da EBC discutirá os temas de interesse do cidadão. As ferramentas de interatividade, os mecanismos de participação do público, o jornalismo colaborativo e os espaços para sugestão de pautas serão instrumentos importantes para esta aproximação com o cidadão. A EBC zelará para que estes espaços não sejam utilizados a favor ou contra qualquer candidato” (EBC, 2014, p. 5).

Apesar dos cidadãos e da cidadania serem, como vimos acima, termos citados em documentos de referência da EBC, não é definido expressamente, nestes mesmos arquivos, o que se compreende por cidadania e como se constituem ou se apresentam as demandas ou interesses dos cidadãos brasileiros, possível reflexo do atual estágio e dos desafios do Serviço

Público de Radiodifusão no país, como pode ser percebido a seguir.

2. NOTAS METODOLÓGICAS

Antes de apresentar os resultados da pesquisa propriamente dita sobre os conteúdos veiculados pelas emissoras de rádio, vamos elencar algumas características da pesquisa aqui relatada. A análise da cobertura jornalística durante o período pré-eleitoral e eleitoral de 2014 constitui-se um recorte de um estudo sobre o jornalismo e a programação musical das emissoras do sistema de rádio da EBC realizado entre os anos de 2013-2015, como resultado de Termo de Cooperação com a Empresa, conforme já mencionado.

Para fins deste artigo, utilizamos apenas os dados relativos a três meses de observação (agosto, setembro e outubro de 2014), em um total de 87 conteúdos jornalísticos analisados, entre reportagens, notas, entrevistas, flashes, etc. As peças jornalísticas foram veiculadas nos programas *Repórter Nacional* (em agosto), *Cidade 980* (em setembro) e *MEC Notícias* (em outubro), que fazem parte das emissoras Nacional FM, Nacional AM e MEC AM Brasília[5], respectivamente. A amostra de conteúdos a serem analisados foi obtida por meio da técnica de semana composta. Portanto, os dados aqui referidos contemplam edições selecionadas para representarem cada mês analisado.

As 87 peças jornalísticas analisadas representam apenas 13,55% do conteúdo noticioso geral veiculado no período (642 conteúdos, assim distribuídos: 224 em agosto, 303 em setembro e 115 em outubro). Foram selecionados para a presente análise somente os conteúdos classificados na temática *Eleições*, sendo, portanto, excluídos os demais temas apresentados durante o período.

O tema *Eleições* foi o mais recorrente durante os meses analisados, aparecendo em 50 conteúdos de agosto (21,49% do total de temas do mês. Os demais conteúdos, 88,51% do material veiculado, se referiam, sem menção direta a disputas eleitorais, sobre serviços de saúde, educação, transporte etc. Este princípio também se repetiu nos meses seguintes), 24 conteúdos em setembro (10,71% do total de temas do mês) e 13 conteúdos em outubro (14,23% de temas do mês). A diversificação de temas foi uma das características da amostra geral da pesquisa.

Foram agrupados no tema *Eleições* conteúdos relativos às eleições em geral, não somente presidenciais como também as relativas aos pleitos majoritários estaduais e proporcionais nas unidades federativas (registramos, porém, que as emissoras focaram sua cobertura, de maneira geral, em acontecimentos relacionados a Brasília e Rio de Janeiro, principais locais de produção).

Cada edição dos programas observados teve seu conteúdo classificado em diferentes categorias em formulário próprio do programa *Survey Monkey* pela equipe de pesquisa, a

partir de uma análise temática e de conteúdo. As categorias foram definidas a partir de um conjunto de parâmetros emanados da Lei 11.652/2008, então em vigor, dos princípios e valores da própria EBC instituídos em seus documentos de referência como o *Manual de Jornalismo da EBC* (EBC, 2013), além da reflexão acadêmica com relação às funções e atribuições da comunicação pública e do jornalismo público a serviço de um Sistema Público de Radiodifusão.

Entre as categorias observadas na cobertura eleitoral, estavam, entre outras: 1) subtemas predominantes; 2) natureza e número de fontes citadas (inclusive candidatos e partidos políticos, movimentos sociais e outros atores); 3) consistência e contextualização das informações; 4) duração dos conteúdos; 5) formatos (gêneros); 6) tempos predominantes; 7) uso de sonoras; 8) produção colaborativa; 9) presença e tratamento dado às mulheres. Foram especialmente observados de que maneira foram interpretadas as demandas dos cidadãos e os focos/destaques dos conteúdos.

Após a classificação, foi possível, por meio quantitativo e qualitativo, estabelecer as principais tendências de cobertura e analisar de que maneira os cidadãos apareceram e foram tratados nos diferentes conteúdos jornalísticos.

3. ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICAS DAS EMISSORAS DE RÁDIO

Sob um contexto geral, é importante mencionar que a amostra relativa aos três meses analisados apresentou conteúdos predominantemente em formato de notas. Das 643 peças analisadas, 433 (ou 67,34%) foram classificadas como notas (com ou sem sonoras, isto é, com ou sem áudios de fontes entrevistadas). Além disso, em pouco mais da metade da amostra geral (51,32%), o tempo de duração predominante foi de até um minuto. Tais dados são indicadores de uma tendência em privilegiar, de modo geral, um noticiário fundamentado em notas curtas, com mais ênfase no tratamento informativo e menos destaque na busca por contextualização ou aprofundamento.

Elencaremos, a seguir, as principais observações sobre a cobertura jornalística das *Eleições 2014*, a partir das análises das categorias mencionadas anteriormente. Ressaltamos que não apresentaremos os resultados de todas as categorias analisadas; privilegiaremos os aspectos quantitativos e enfatizaremos apenas as categorias que nos ajudam a compreender as questões que nos interessam neste artigo. Além disso, os dados aqui mostrados referem-se aos conteúdos veiculados nas edições que fizeram parte do mês composto.

Do ponto de vista dos diferentes focos de interesse (subtemas) relacionados à temática das *Eleições*, foi possível identificar um total de 16 subtemas na amostra analisada[7]. O subtema predominante foi o que classificamos como *rotinas eleitorais* ou *processo eleitoral*, onde o foco dos conteúdos foi dedicado às eleições em si. Este subtema esteve presente em 25 conteúdos dos 87 analisados (representando 28,73% do total analisado).

Os assuntos agrupados neste subtema enfatizaram os aspectos relativos à

administração, gestão e funcionamento do processo eleitoral, assim como aos programas e agendas dos candidatos. Foram incluídas neste subtema conteúdos que versavam sobre prazos a serem cumpridos pelos cidadãos, números de urnas eletrônicas, esclarecimentos sobre voto digital ou voto em trânsito, julgamentos de recursos no TSE, candidaturas barradas, funcionamento de urnas biométricas, como encontrar as zonas de votação, segurança durante as eleições, mudança de candidato no PSB em função do falecimento de Eduardo Campos, etc.

Segurança pública e economia ficaram em segundo lugar na ordem de ocorrências, aparecendo em 10 conteúdos cada um (ou representando 11,49% do total de subtemas). Subtemas como *política econômica* (9 conteúdos ou 10,34% do total) e *educação* (8 conteúdos ou 9,19% do total) completaram os cinco principais subtemas do período. *Violência, gênero, drogas e aborto* (2 conteúdos ou 2,29% do total cada) e *comunicação pública* (1 conteúdo ou 1,45% do total) estão entre as subtemáticas menos frequentes. Interessante observar que o subtema *corrupção*, ligado ou não ao caso Petrobrás, foi encontrado em apenas 4 (4,59%) conteúdos analisados.

Já no que diz respeito à natureza e número de fontes citadas, observamos que das 87 peças jornalísticas analisadas, pouco mais da metade (48 conteúdos ou 55,17% do total) não cita partidos políticos, enquanto 39 (ou 44,83%) citam as agremiações partidárias. Nos conteúdos em que os partidos políticos foram citados (muitas vezes, na mesma matéria ou reportagem), identificamos as seguintes ocorrências: o PSB foi o partido mais citado, aparecendo em 18 conteúdos. Em seguida, o PT aparece em 17 conteúdos analisados; PSOL e PSDB em 16 conteúdos; PV, PRTB, PSDC, em 15 conteúdos; PSTU, PCB e PCO em 14 conteúdos; PSC em 12 conteúdos e PR em 5. Entre os menos citados, estão o PMDB (em 2 conteúdos) e as agremiações PHS, PTB, PSD, DEM e PSL, que apareceram em apenas 1 conteúdo cada.

Identificamos ainda que, do total de 87 peças jornalísticas analisadas, 41 apresentam/citam nominalmente os candidatos a cargos majoritários em nível nacional ou regional (47,12%) e 46 (52,87%) não identificam ou fazem referência explícita aos nomes dos candidatos, referindo-se genericamente às lideranças que concorriam no pleito (como os candidatos). Entre os conteúdos jornalísticos nos quais os candidatos foram citados nominalmente como fontes, 35 delas fizeram referência a todos os candidatos presidenciais (em uma mesma matéria ou nota, por exemplo). Isoladamente, Dilma Roussef foi a mais citada (em 5 conteúdos), Aécio Neves ficou em segundo lugar (em 4 conteúdos) e Marina Silva em terceiro (em 3 conteúdos).

Ainda no que diz respeito à diversidade de fontes, encontramos a participação de cidadãos (indivíduos que normalmente ilustravam as matérias como personagens entrevistados) ou de entidades da sociedade civil em apenas 20 conteúdos (22,98% do total). Já as autoridades oficiais vinculadas ao Estado/Governo apareceram em 19 conteúdos (ou 21,83% do total), entre autoridades governamentais, legislativas e judiciárias (especialmente juízes

eleitorais, do TSE, e STF, mas também a presidente Dilma Rousseff).

Registramos ainda que menos de 20% dos conteúdos (17) tratam da participação das mulheres como candidatas a diferentes cargos eletivos e em apenas 2,29% dos conteúdos (2) é enfatizada a participação das mulheres como eleitoras. Já do ponto de vista da produção colaborativa, que poderia trazer mais pluralidade de pontos de vista nos conteúdos veiculados, identificamos que apenas 2 (2,29%) dos conteúdos, transmitidos em agosto, foram produzidos com a colaboração de canais alternativos, tais como veículos comunitários ou alternativos aos canais comerciais ou apoiados financeiramente pelo Estado.

4. SÍNTESES E CONCLUSÕES

A partir dos dados acima elencados, podemos delinear algumas características identificadas na cobertura jornalística sobre as eleições de 2014 nas três emissoras observadas (Rádio Nacional AM Brasília, Nacional FM Brasília e Rádio MEC), especialmente no que diz respeito a nossos objetivos (como as *Eleições* foram tratadas na cobertura jornalística e como a cidadania apareceu/participou dos conteúdos veiculados). Em síntese, é possível afirmar que:

a) Durante os meses analisados, o número de ocorrências (87) sobre *Eleições* representou apenas 13,55% do conteúdo noticioso geral veiculado no período. Neste aspecto, teve participação minoritária no conjunto de coberturas jornalísticas;

b) Dentro do tema *Eleições*, o subtema de maior destaque foi o classificado de rotinas eleitorais ou processo eleitoral; com boa parte dos conteúdos dedicados a enfatizar os aspectos burocráticos do andamento eleitoral (preparação e funcionamento das eleições), além da divulgação de agenda e programas dos candidatos;

c) Notícias sobre denúncias de corrupção foram pouco exploradas enquanto subtemática, em coerência com o que foi definido no Manual Eleições 2014, assim como violência e drogas – assuntos geralmente relacionados à juventude brasileira – e aborto, tema relevante das eleições em 2010. Já polêmicas sobre subtemáticas relacionadas aos direitos civis mencionadas por candidatos de partidos minoritários, tais como a questão dos direitos dos homossexuais, não apareceram de forma significativa, assim como subtemas relacionados a outras minorias e segmentos sociais específicos, de maneira diferente do que havia sido orientado no Manual Eleições 2014;

d) A participação das mulheres no processo eleitoral correspondeu a 20% do total da cobertura.

e) Do ponto de vista das fontes, ainda que não tenham sido predominantes na amostra, partidos e candidatos foram os mais citados; enquanto a participação de cidadãos ficou restrita, de maneira geral, à função de ilustrar as matérias, não alcançando, juntamente com fontes não-estatais (desvinculadas aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo) nem um quarto do total da amostra (22,98% do total). Este número, no entanto, está em equilíbrio com

a participação de fontes oficiais (governamentais/legislativas/judiciárias), que alcançou 21,83% do total;

Por fim, registramos a pouca representatividade de produções colaborativas, advindas de parcerias com a mídia independente ou livre, assim como formas e/ou mecanismos de participação do público, de interatividade com os ouvintes ou de jornalismo participativo.

Estes achados de pesquisa nos levam a pensar que muito ainda havia por fazer no que diz respeito ao jornalismo público praticado nas emissoras de rádio da EBC antes das mudanças trazidas pelo governo pós-*impeachment*. Identificou-se, por exemplo, a necessidade de aprimorar e desenvolver atividades voltadas para o “protagonismo do cidadão” na cobertura jornalística das próximas eleições.

Outra questão essencial decorrente da pesquisa foi pensar de que maneira Ouvidoria e Conselho Curador poderiam ser fortalecidos como canais de salvaguarda aos princípios estabelecidos pela lei de criação da Empresa, no sentido de desempenhar função de estímulo a uma maior clareza nas definições de práticas associadas ao “protagonismo do cidadão” dentro e fora do período eleitoral. Neste sentido, também foi significativo identificar que a EBC deveria promover continuamente a realização de análises internas e externas de conteúdos das emissões de rádio, de tevê e da Agência Brasil para que haja um aprimoramento do que é transmitido e de práticas e procedimentos relacionados ao Serviço Público de Radiodifusão no país, proporcionando, conseqüentemente, um maior conhecimento da atuação das mídias públicas na agenda de estudos de Comunicação e Política.

Os resultados de pesquisa aqui elencados apontavam a necessidade de aperfeiçoamento do trabalho das equipes de jornalismo das emissoras de rádio analisadas. Isto é, era preciso avançar ainda mais para uma prática voltada para o caráter público da comunicação. Atualmente, após a revogação da Lei 11.652/2008 e evidente retrocesso com a extinção do Conselho Curador, sinalizam-se horizontes pouco abertos à produção crítica e participativa. O que se constituía como desafio premente na trajetória da EBC em busca de um jornalismo público comprometido com a participação da cidadania, tornou-se, salvo mudanças futuras, um caminho concreto de retrocesso na experiência de construção da Comunicação pública brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.652/2008. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm Acesso em 01 de março de 2017.

BRASIL. Lei 13.417/2017. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13417.htm#art1 Acesso em 10 de março de 2017.

EBC, EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Manual de Jornalismo da EBC**. Brasília, EBC, 2013. Disponível em <http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>. Acesso em 3 out. 2014.

EBC, EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Manual Eleições 2014: Diretrizes de Cobertura Jornalística**. Brasília, EBC 2014. Disponível em [http://www.conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/files/Manual%20de%20Eleições%202014%](http://www.conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/files/Manual%20de%20Eleições%202014%20) Acesso em 3 out. 2014.

PAULINO, F. O., GUAZINA, L., OLIVEIRA, M. Serviço público de media e comunicação pública: conceitos, contextos e experiências. **Comunicação e Sociedade**, vol. 30, 2015, p. 55-70. Disponível em <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/2485/2398>

RADIOBRÁS. **O Jornalismo na Radiobrás**. Brasília, 2004.

RADIOBRÁS. **Manual de Redação de Jornalismo**. Brasília, 2006.

Relatório Final do Monitoramento EBC-UnB. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

| AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES

Elen Cristina Gerales é jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade de São Paulo, doutora em Sociologia pela UnB, é professora-adjunto III da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, onde atua no curso de Comunicação Organizacional, e pertence ao seu Núcleo Docente Estruturante. Membro efetivo do Programa de Pós Graduação de Comunicação da FAC/UnB, leciona a disciplina Metodologia e orienta estudantes de mestrado e doutorado. Pertence à linha de Políticas de Comunicação e Cultura e coordena o Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB. É vice-coordenadora do GT Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom. Suas linhas de interesse são Lei de Acesso à Informação, Políticas de Comunicação e Comunicação Pública. E-mail: elenger@ig.com.br

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa é jornalista (2000) e mestre em Comunicação (2003), pela Universidade de Brasília (UnB). Fez Doutorado em Sociologia (2009), na linha de pesquisa Educação, Ciência e Tecnologia, também pela UnB, e, em 2008, fez estágio de doutoramento na Universitat de Barcelona, em Barcelona, na Espanha. Atualmente, é professora-adjunta do curso de Comunicação Organizacional e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação, UnB. No PPGCOM, atua na linha de pesquisa Políticas de Comunicação e Cultura. Também é membro do grupo de pesquisa LapCom? Laboratório de Políticas de Comunicação. Suas áreas de interesse são: governança da internet, direito à comunicação, direito à informação, liberdade de expressão, políticas de comunicação e Lei de Acesso à Informação. Atualmente, está fazendo pós-doutorado sobre o papel da sociedade civil na governança da internet, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CESC), Universidade do Minho, Portugal. E-mail: janara.sousa@gmail.com

Juliano Domingues da Silva é jornalista pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e cientista social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Obteve os títulos de doutor e mestre em Ciência Política pela UFPE. Capacitou-se em campanha eleitoral pelo Ray C. Bliss Institute of Applied Politics (The University of Akron, Ohio, USA), por meio do International Campaign Fellowship, com bolsa do Departamento de Estado dos EUA, durante as eleições presidenciais 2016 naquele país. Estudou, ainda, análise de tomada de decisão pela UCLA Anderson School of Management (University of California, Los Angeles). É professor na Universidade Católica de Pernambuco vinculado ao Centro de Ciências Sociais (CCS), onde também exerce a função de coordenador do curso de Jornalismo. Como pesquisador, dedica-se à investigação sobre gênese e evolução institucional, principalmente no campo do institucionalismo histórico aplicado à análise de políticas públicas. A partir desse enfoque, tem pesquisado, sobretudo, a relação entre Democracia e Mídia. Atualmente, Juliano Domingues da Silva é o coordenador do Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e desenvolve pesquisa de pós-doutorado vinculado ao Centro de Estudos

Avançados em Democracia Digital da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Seu projeto integra a agenda de investigação do Grupo de Estudos de Comunicação, Política e Redes Digitais (CP-Redes). Ao longo dos últimos doze anos, dedicou-se ao jornalismo audiovisual, área em que já desempenhou as funções de repórter, produtor e editor, com passagens pela TV Golfinho (Fernando de Noronha), TV Asa Branca (Caruaru), TV Globo (Recife) e TV Cultura (São Paulo). Participa, quinzenalmente, do programa CBN Total (Rádio CBN Recife) e do programa Folha Política (Rádio Folha de Pernambuco) como colaborador/debatedor. Exerce, ainda, jornalismo opinativo com a publicação de artigos a cada duas semanas na seção de Opinião do Jornal do Commercio (Recife, PE). E-mail: juliano_domingues@hotmail.com

Murilo César Ramos é graduado em Comunicação, pela Universidade Federal do Paraná (1972). Mestre (1979) e Doutor (1982) em Comunicação pela Universidade de Missouri-Columbia (EUA). Pesquisador Sênior do Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias de Comunicações (CCOM) e do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), na Universidade de Brasília (UnB). É Professor Visitante da Universidad de la Republica (Udelar), Uruguai. Em 1994, realizou pós-doutoramento na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, em 2011, foi pesquisador visitante no Columbia Institute for Tele-Information, da Universidade de Columbia, em Nova York. É Professor aposentado da Faculdade de Comunicação da UnB. Desde 1995, é sócio e diretor-presidente da ECCO - Estudos e Consultoria de Comunicações. Sua área principal de atuação profissional e acadêmica é a de políticas e regulação de comunicações. E-mail: murilo.c.o.ramos@gmail.com

Vanessa Negrini é doutoranda em Políticas de Comunicação, pela Universidade de Brasília - UnB; bacharel em Comunicação Organizacional pela Universidade de Brasília - UnB (2013); membro do grupo de pesquisa Laboratório de Políticas de Comunicação – LAPCOM. Tem mais de 15 anos de atuação em assessorias de comunicação, com foco político-organizacional, gestão de crises e planejamento, sobretudo em entidades de classe. Premiada com trabalhos no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, 2010 e 2011, nas categorias Endomarketing, Modernização da Justiça e Projeto Temático. Elaborou estratégias e coordenou a comunicação de campanhas eleitorais para prefeito municipal, deputado distrital, presidentes de associações de classe e membro de Tribunal Superior. Foi editora da Revista Prisma, da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF). Autora do livro Comunicação Organizacional em Entidades Representativas de Classe (Editora Baraúna, 2014) e a Mulher e a Justiça (Amagis/DF, 2016). E-mail: negrini.vanessa@gmail.com

| AS ENTREVISTADORAS E OS ENTREVISTADORES

Ana Javes Luz é jornalista formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC); mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS); pesquisadora do Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP) e coordenadora executiva do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). E-mail: anajaves@gmail.com

Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante, jornalista, mestre e doutora em Educação Brasileira (UFC), professora do Curso Sistemas e Mídias Digitais da Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia. Coautora do livro *Qualidade na Programação Infantil da TV Brasil* (Insular, 2012). E-mail: andrea@virtual.ufc.br

Ângela Carrato é jornalista e professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG. Mestre e doutora em Comunicação pela UnB, com tese sobre a história da TV Pública brasileira. Foi diretora de Programação e diretora-presidente (2003-2005) da Rede Minas, Fundação TV Minas Cultural e Educativa. E-mail: angelacarrato@uol.com.br

Carlos Henrique Demarchi é doutorando em Comunicação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp de Bauru (SP). Atua na linha de pesquisa “Gestão e Políticas da Informação e da Comunicação Midiática”. Pesquisa os temas: democratização da mídia, economia política da comunicação, televisão aberta e políticas públicas de comunicação. E-mail: carlostdemarchi@faac.unesp.br

Carolina Fernandes, mestranda em Comunicação Social pela PUC Minas e integrante do grupo de pesquisa A tradutibilidade do sensível. Possui graduação em Jornalismo pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2010). Atualmente é jornalista do Instituto Ester Assumpção. Já trabalhou na TV Betim como produtora, repórter, editora de textos, apresentadora e editora-chefe. E-mail: carolinafjor@gmail.com

Daniel Merli, graduado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, atuou profissionalmente em comunicação pública na Radiobrás e na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Foi aluno especial da Escola de Verão 2016 da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: danielmerli@gmail.com

Danilo Rothberg é livre-docente em Sociologia da Comunicação pela Unesp (Universidade Estadual Paulista). Professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac) da Unesp (Bauru, SP). Pesquisador visitante em King's College London e Open University (Reino Unido). Autor de, entre outros, “Jornalismo público: informação, cidadania e televisão” (Ed. Unesp). E-mail: danilo@faac.unesp.br

Edgard Patrício, jornalista, professor do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Programa de Extensão Comunicação e Políticas Públicas. E-mail: edgard@ufc.br

Ellis Regina Araújo da Silva é docente da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. É doutora em Comunicação pela UnB (2007). Mestre em Comunicação pela UnB (2003). Na área de comunicação pública, foi analista de comunicação em jornalismo na Empresa Brasil de Comunicação, onde produziu, executou e finalizou matérias para os diversos canais da empresa. Foi repórter setorializada do Congresso Nacional e Palácio do Planalto e repórter especial da Voz do Brasil. É docente no ensino superior de comunicação, desde 2001. E-mail: ellis.regina@gmail.com

Fabiola Orlando Calazans Machado é professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora dos grupos “Imagem, Tecnologia e Subjetividade” e “Cultura, Mídia e Política”, bem como do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP-CEAM) da UnB. Áreas de interesse: mídia, tecnologia, televisão, subjetividade, corpo, narrativa e política. E-mail: fabiola.calazans@gmail.com

Fernanda Vasques Ferreira é professora assistente da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Comunicação pela mesma instituição e graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH). Pesquisa jornalismo, televisão e cidadania e publicou capítulo de livro sobre o conceito de televisão pública. E-mail: fernanda.jornalista82@gmail.com

Fiorenza Zandonade Carnielli é jornalista e Relações Públicas formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestra e doutoranda em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS); pesquisadora do Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP) e professora do Curso de Relações Públicas (UCS). E-mail: fiorenzazc@yahoo.com.br

Franciani Bernardes Frizera é pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), doutora em comunicação pela Universidad CEU San Pablo (Madrid), pesquisadora do Observatório da Mídia, Direitos Humanos, Políticas e Sistemas. E-mail: franbernardess@gmail.com

Gésio Tássio da Silva Passos é mestre em comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e jornalista do quadro efetivo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Pesquisa regulação das comunicações e história da mídia. E-mail: gesiopassos@gmail.com

Gisele Pimenta de Oliveira é mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing e graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás. Jornalista e servidora pública na UnB, trabalhou na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) como editora do programa *A Voz do Brasil* e como editora de *Web* da NBR. E-mail: giselepimentaoliveira@gmail.com

Gláucia da Silva Mendes Moraes é doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, mestre em Comunicação e Sociedade e jornalista pela UFJF. Autora da tese “Pátria Grande à vista: Telesur e as contradições da integração da América Latina” e pesquisadora do projeto binacional “Políticas de Comunicação e Digitalização: Novos modos de intervenção estatal na América do Sul. Os casos do Brasil e da Argentina (2000-2010)”. E-mail: gs_mendes@yahoo.com.br

Helena Martins é doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada na Universidade Federal do Ceará (UFC), desde 2012 é jornalista concursada da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Militante da luta pela direito à comunicação, integra o Conselho Diretor do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. E-mail: mb.helena@gmail.com

Jacqueline Lima Dourado é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Professora do (PPGCOM/UFPI). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Economia Política e Diversidade (COMUM-UFPI). E-mail: jacdourado@uol.com.br

João Vicente Ribas é jornalista, mestre em História (Universidade de Passo Fundo) e doutorando em Comunicação (PUCRS). Foi repórter da TVE/RS (Porto Alegre RS) e assessor de imprensa do Ministério das Cidades (Brasília DF). Integra o grupo de pesquisa sobre televisão pública do Tecna (PUCRS). Autor de dois capítulos no livro *TVs Públicas: memórias de arquivos audiovisuais* (org. Ana L. Coiro Moraes; Nádia M. Weber Santos, 2016). E-mail: pampurvana@gmail.br

Liliane de Lucena Ito é doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestra em Comunicação Midiática e jornalista pela mesma instituição. Pesquisadora bolsista CAPES e membro do grupo de pesquisa Cibercom – Cibercultura e Comunicação. E-mail: lilianedelucena@gmail.com

Marcela Prado Mendonça, mãe, jornalista, mestra em Comunicação (PPGCOM-UFS), pesquisadora da apropriação das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's) pelos movimentos sociais e dos novos repertórios de ação coletiva. Atualmente é jornalista do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras, Bacia Sergipe e Alagoas (PEAC) onde trabalha com assessoria de comunicação e educomunicação. E-mail: marcelapradomendonca@gmail.com

Marcelli Alves é professora assistente da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz, bolsista da Fapema e doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Estuda jornalismo, televisão, ethos do jornalista, vídeo amador. E-mail: alves.marcelli@yahoo.com.br

Mary Sandra Landim Pinheiro é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí - PPGCOM-UFPI. Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Economia Política e Diversidade (COMUM-UFPI). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: mary_landim@yahoo.com.br

Mayra Fernanda Ferreira é doutoranda em Comunicação pela Unesp. Mestre em Comunicação e bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma instituição. Docente e coordenadora do curso de Jornalismo da Universidade do Sagrado Coração e orientadora de trabalhos em jornalismo televisado e digital. Jornalista da TV Universitária Unesp desde 2009. E-mail: mayraunesp@yahoo.com.br

Mônica dos Santos Galvão Maia é mestre pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Empregada pública, jornalista concursada da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), atualmente edita textos para os telejornais da TV Brasil. Integra o Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública e o grupo da UnB Narrativas, Jornalismo e a Construção da História que faz parte da rede da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). E-mail: moni.santos@gmail.com

Patrícia Guimarães Gil é professora da ESPM-SP. Jornalista pela UFPR, mestre e doutoranda em Ciências da Comunicação pela USP. Integra o grupo de pesquisa Comunicação Pública e Comunicação Política (Compol), na Escola de Comunicações e Artes da USP. É pesquisadora nas áreas de comunicação pública, organizacional e estudos deliberativos, entre outros temas. E-mail: pgil1976@gmail.com

Paula Cecília de Miranda Marques é radialista com especialização em Linguagem, Cultura e Mídia e mestrado em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’. Em sua dissertação, pesquisou a participação da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social e, atualmente, é analista de comunicação da TV USP na Universidade de São Paulo, campus de Bauru. E-mail: paulamarques@usp.br

Pedro Arcanjo Matos, jornalista; estudante de Mestrado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB); Servidor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); autor do livro “Toda Dor do Mundo”. E-mail: poneteo@gmail.com

Rafael Duarte Oliveira Venancio é professor adjunto do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação na Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Meios e Processos Audiovisuais pela Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências da Comunicação e Bacharel em Comunicação Social pela mesma instituição. Foi coordenador do curso de Rádio e TV e de Produção Audiovisual da FMU-FIAM-FAAM. Atualmente desenvolve, com apoio da FAPEMIG, o projeto audiovisual “Triângulo do Futebol”, que trabalha com a história do futebol no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. E-mail: rdovenancio@gmail.com

Rafiza Varão é doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Comunicação pela mesma instituição, graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e professora dos cursos de Jornalismo e Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Universidade Católica de Brasília. Pesquisa os autores clássicos das teorias da comunicação e publicou capítulo de livro sobre o conceito de televisão pública. E-mail: rafiza@gmail.com

Renata Ouro Gonçalves da Costa, formada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Tiradentes (UNIT), Pós - Graduanda em Docência (Educação) pela Faculdade Jardins (FacJardins/FAJAR). Produtora e Empreendedora Cultural. Cursos em Audiovisual e Cinema. Grupo de Estudos e Pesquisas: 'Educação e Contemporaneidade' (EDUCON/UFS-SE). Educação e Culturas Digitais (ECUL'T/UFS-SE). E-mail: rennattaouro@gmail.com

Rochele Tonello Zago Corrêa é mestre em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS e Bacharel em Radialismo e Televisão pela UPF. Atualmente é Produtora Executiva da TVERS. É autora do livro TV Brasil e Redes Sociais Virtuais: o programa Estúdio Móvel no Facebook. E-mail: rochelezago@gmail.com

Soane Costa Guerreiro é jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, com estudo sobre a Rede Pública de Televisão. Desde 2012 é jornalista concursada da Empresa Brasil de Comunicação, onde passou por cargos como: editora e repórter multimídia, editora de telejornalismo e, atualmente, repórter da TV Brasil. Já atuou também em tevê universitária e em tevês abertas privadas, como SBT Brasília e TV Liberal, afiliada Rede Globo. E-mail: soaneguerreiro.jornalismo@gmail.com

Tiago Gautier é jornalista e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP), com atuação nos temas jornalismo, mídias, comunicação estatal e governamental e comunicação pública. E-mail: gautierorama@gmail.com

Zilda Martins é doutora e mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ (ECO). Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) e coordenadora do grupo de estudos sobre Relações Raciais no Brasil. Atuou como jornalista da Rádio MEC, atual emissora de rádio da EBC, passando também por jornal impresso e assessoria de imprensa. E-mail: zildamarti@yahoo.com.br

